

assessorias populares:
práticas em movimento

assessorias populares:
práticas em movimento

[org.]
Marcela Brandão
Luciana Bragança



O livro "Assessorias Populares: práticas em movimento" é uma publicação do Grupo de Pesquisa Natureza Política (EA-UFMG/CNPq), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

EDITORES

PROJETO GRÁFICO Henrique Alves Coelho
CAPA Henrique Alves Coelho
DIAGRAMAÇÃO MC&G Design Editorial
REVISÃO MC&G Design Editorial e Thiago Flores

O livro "Assessorias Populares: práticas em movimento" está disponível para donwload em www.seminarioaspop.wordpress.com

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

A846 Assessorias populares: práticas em movimento [recurso eletrônico] / organizadoras Marcela Brandão e Luciana Bragança . — 1. ed. — Belo Horizonte : UFMJ ; Rio de Janeiro : MC&G Editorial , 2024.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6115-014-9

1. Arquitetura e Urbanismo – Brasil – Conflitos socioambientais. 2. Asesssoria técnica em habitação de interesse social. 3. Territórios populares. 4. Movimentos e lutas urbanas 5. Políticas urbanas e habitacionais. I. Brandão, Marcela. II. Bragança, Luciana.

CDD23: 720.103

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

CC BY NC SA

DOI: 10.61367/9786561150149

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Brasil

Rua Paraíba 697, Funcionários, Belo Horizonte, sala 314

site: https://naturezapolitica.arq.ufmg.br/

assessorias populares: práticas em movimento

[org.]
Marcela Brandão
Luciana Bragança

SUMÁRIO

9 **Seminário Assessoria Técnica: práticas em movimento**
Marcela Silviano Brandão Lopes
Luciana Souza Bragança

13 Palestra de abertura
Assessoria técnica em movimento: driblando a atrofia da formação profissional para questões populares
Karina Oliveira Leitão

25 Desafios para caracterização dos territórios populares e dos conflitos socioambientais

27 **Reflexões sobre a prática de assessoramento técnico popular: entre choques de repertórios e confluências de saberes, na (re)construção das técnicas**
Rafael Borges Pereira
Mariana Ribeiro Pardo
Marcele Lemos Piotto
Nthália Conte Mendes Batista
Maria Rita de Sá Brasil Horigoshi
Lara Isa Costa Ferreira
José Aquiles Baesso Grimoni

49 **Desafios para caracterização dos territórios populares em campina grande e João Pessoa/PB**
Lívia Izabel Bezerra de Miranda
Demóstenes Andrade de Moraes
Kainara Lira dos Anjos
Eanes Torres Pereira
Bruna Almeida Lima
Bruno Barbosa da Silva
Matheus Batista Simões

67 **Por outras histórias e políticas espaciais: processos de elaboração coletiva de conhecimentos com territórios populares e negros em Salvador/BA**
Thaís Rosa

89 **Discutindo autogestão e imaginário sócio-espacial na ocupação Chico Rei II (Ouro Preto/MG)**
Giselle Mascarenhas

105 Desafios da mobilização e sensibilização para as questões ambientais junto aos moradores dos territórios populares

107 **O desafio somos nós? Conversas entre o campo arquitetônico e a prática das assessorias**
Letícia Araújo Notini

121 **Mobilização, engajamento e práticas de cuidado no trabalho da arquitetura na periferia**
Mariana Barbosa Miranda Borel

135 **Da periferia ao centro: experiência de assessoria técnica ao mlb nas disputas por moradia na área central de Natal/RN**
Amíria Bezerra Brasil
Juliana Silva Barros
Miró Aires de Almeida

159 **A técnica e a ideia de ambiente em disputa, ou reflexões sobre como uma assessoria assume um lado. O caso do morro do amor em Guarulhos/SP**
Caio Santo Amore

185

187 Oficina 1
Narrativas possíveis: aproximação e comunicação para a assessoria técnica popular
Lara Isa Costa Ferreira
Pedro Henrique Vale Carvalho

203 Oficina 2
Assessoria técnica popular e o custo das decisões construtivas a partir dos recursos locais
Marcela Silviano Brandão Lopes
Christino Almeida
Pedro Freitas
Antônio Prado
Pablo Bianchini

229 Exposição
Cartografia em linhas das práticas de Assessoria Técnica à Territórios Populares
Marcela Silviano Brandão Lopes
Thiago Flores
Lorena de Souza
Sayuri Shibayama
Pedro Freitas



Seminário Assessoria Técnica: práticas em movimento

Esse *e-book* é produto do *I Seminário Nacional Assessoria Técnica: práticas em movimento* e ambos se inserem nas investigações conceituais e metodológicas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Natureza Política.[1] O grupo de pesquisa, apesar de jovem como grupo cadastrado no diretório do CNPq, atua desde 2016, quando foi criado como um programa de extensão[2] vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar.[3] Com o encerramento do Indisciplinar, o programa se tornou um grupo de pesquisa, sem interromper seus princípios mais fundamentais: cartografar e qualificar as práticas socioespaciais de forma situada, engajada e não dicotômica, buscando a pluralidade dos fatos e seus efeitos.

Ao longo dos anos, tais princípios vêm sendo efetivados por meio de projetos de pesquisa e de extensão, desenvolvidos em articulação ao debate sobre processos de intervenções em territórios populares sob conflitos socioambientais, buscando aproximar pautas comumente colocadas em lados opostos: a preservação ambiental e a luta por moradia. Tal aproximação é efetivada por meio de formas de interlocução e negociação entre os saberes técnicos/acadêmicos e os saberes populares, tendo como horizonte a construção coletiva de cidades mais justas e sustentáveis.

Essa atuação permitiu a construção de um repertório importante, renovado constantemente por debates internos e externos, a partir do qual foi possível afirmar que para que haja de fato uma interlocução entre saberes, os processos de intervenções nos territórios populares devem se iniciar não apenas pelo mapeamento das fragilidades existentes, mas também das invenções urbanas e construtivas em curso, abrindo, assim, um repertório de possibilidades para além do escopo técnico (Lopes, 2015) .

Este repertório foi ampliado, a partir de 2020, a partir da parceria com a Rede Moradia-Assessoria,[4] uma rede de Articulação Política, Acadêmica e Profissional para pesquisa e ação sobre as condições de moradia e iniciativas de Assessorias Técnicas populares, formada por 17 grupos associados em diversas cidades e regiões do país. Em 2021, os pesquisadores do Natureza Política organizaram I Webinário Natureza Política,[5] que resultou em um *e-book*, com artigos escritos por todos dos palestrantes , pela da equipe do Natureza política e por parceiros das atividades de extensão,[6] Ali também se fortaleceu a parceria do grupo de pesquisa com a rede internacional RUN- Rios urbanos naturalizados,[7] visto que integrantes dessa rede participaram do evento e da escrita do livro. E, neste ano de 2024, a fim de fortalecer o vínculo com a rede, a partir da participação de uma de suas integrantes, a pesquisado-

[1] Disponível em: https://nature-zapolitica.arq.ufmg.br/

[2] Disponível em: http://nature-zapolitica.indisciplinar.com/

[3] Disponível em:https://wiki.indisciplinar.com

[4] Disponível em: https://www.moradiaassessoria.org.br/

[5] Disponível em: http://naturezapolitica.indisciplinar.com/1-webinario-internacional--natureza-politica/

[6] Disponível em: http://naturezapolitica.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2021/12/e--book-natureza-politica.pdf

[7] Disponível em: https://www.cyted.org

ra Natasha Cabrera, o grupo de pesquisa organizou o evento *Seminário Internacional-Cosmopolíticas: práticas em movimento*. Além da professora Cabrera, importantes pesquisadores e artistas contribuíram para um debate rico e instigante sobre o tema.

Entretanto, apesar dos avanços das investigações do Natureza Política, novas inquietações surgem sempre, e uma delas se dá diante da percepção que o discurso ambiental é confrontado o tempo todo com "necessidades reais", e as invenções engendradas pelos moradores, pautadas pelo cuidado e pelo compartilhamento, são substituídas peremptoriamente pelas oferecidas pelo poder público, mesmo quando é sabido dos seus efeitos socioambientais na cidade como um todo, como é o caso do asfaltamento das ruas sem sistema de drenagem. Além disso, em termos de produção de novos imaginários urbanos, é sabido que os discursos compartilhados entre assessores e assessorados não reverberam sem ruídos, haja vista o "direito à cidade", conceito lefebvriano (Lefebvre, 2016) apropriado pelos movimentos de luta e deslocado de ideia-força à estratégia reivindicatória (Lopes, 2024, no prelo).

Contudo, se, por um lado, as lutas urbanas não se dão de maneira linear, rumo a um único entendimento do que sejam cidades mais justas e democráticas, por outro podemos concordar com Castoriadis (1982) e apostar nos imaginários radicais capazes de produzir desvios e subversões coletivas. Deste modo, a partir da pesquisa "Assessoria Técnica situada em territórios populares sob conflitos sócio-espaciais: elaboração coletiva de diretrizes urbanísticas ecológicas mais justas e inclusivas", financiada pelo CNPq e iniciada em 2022, vários pesquisadores do Natureza Política se envolveram nesta investigação que, em junho de 2024, resultou no *I Seminário Nacional Assessorias técnicas: práticas em movimento*.

O seminário foi idealizado e estruturado a partir de dois eixos de discussão:

1. Palestra de abertura: Assessorias em movimento
2. Mesa Redonda I e Oficina 1
   Desafios para **caracterização** dos territórios populares e dos conflitos socioambientais;
3. Mesa redonda II e Oficina II
   Desafios para **mobilização e sensibilização** das questões ambientais junto aos moradores dos territórios populares.

Importante dizer que o seminário teve financiamento da FAPEMIG, a partir do qual foi possível trazer para Belo Horizonte alguns pesquisadores da Rede Moradia Assessoria. Vale dizer que a Rede é composta por 17 grupos de assessoria, e que, durante a pandemia, alguns de seus integrantes estiveram envolvidos na construção de uma plataforma, o que gerou discussões importantes em torno das formas de visibilizar os territórios assessorados e as práticas desenvolvidas ali.

assessorias populares: práticas em movimento

Ressalta-se também que o seminário teve o apoio do CNPq e da PRPq-UFMG (Pro-Reitoria de pesquisa - UFMG) através da participação ativa e comprometida de todos os bolsistas da pesquisa mencionada acima.[8]

[8] Bolsistas pos-graduação
Christino Almeida
Lorena de Souza

Bolsistas da graduação
Antônio Prado
Henrique Coelho
Leandro Dionízio
Pablo Bianchini
Pedro Freitas
Sayuri Shibayama

Todo o material compartilhado e discutido durante o seminário foi organizado para compor este *e-book*, inclusive aqueles produzidos nas oficinas de experimentação. Fechando o *e-book*, temos aqui todo o material da exposição montada no hall da Escola de Arquitetura durante o evento, cujo tema foram as práticas de assessoria técnica mapeadas pela equipe do Natureza Política e materializadas por meio de uma Cartografia em Linhas.

Desejamos uma boa leitura para todas e todos,

Marcela Silviano Brandão Lopes
Luciana Souza Bragança

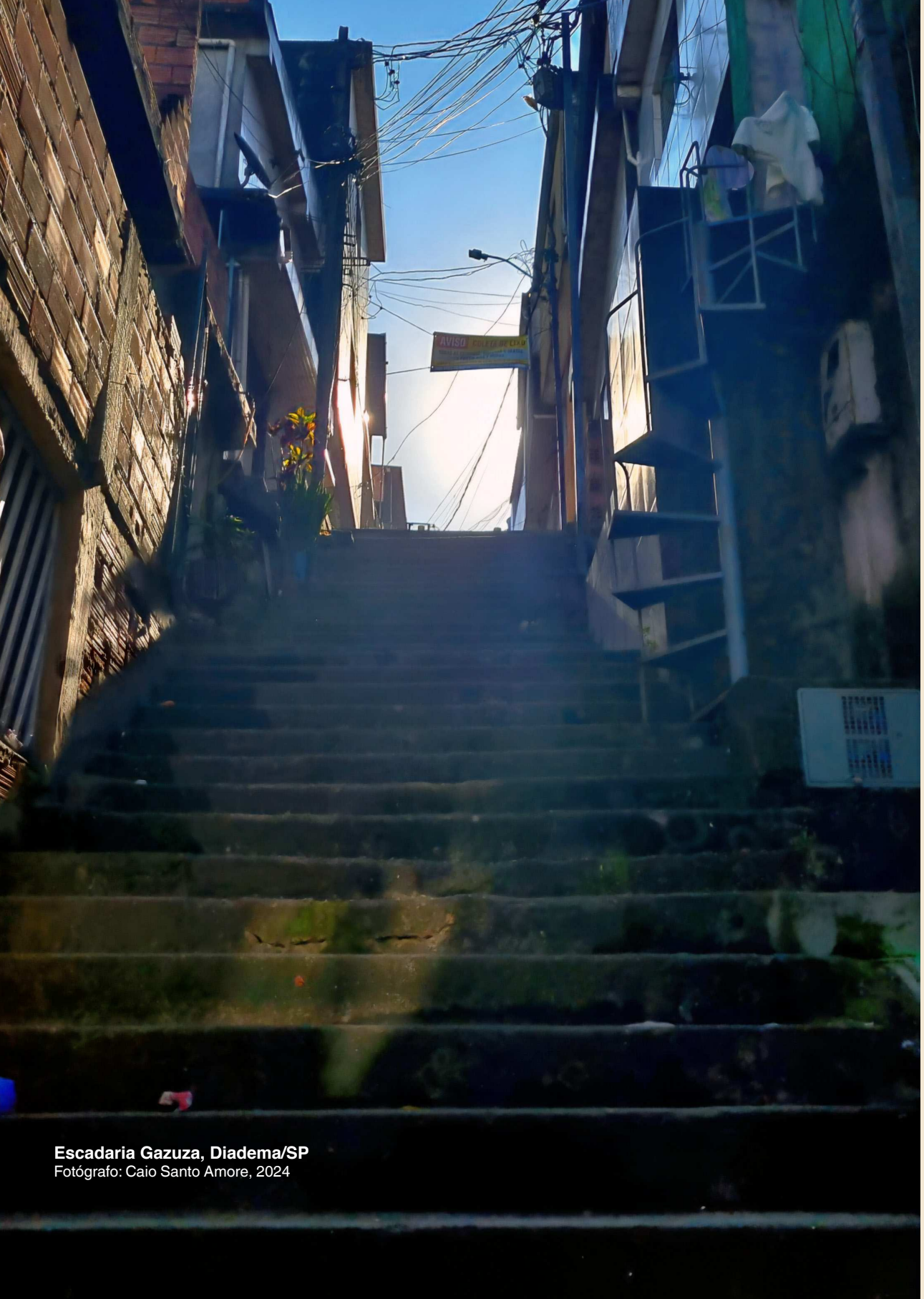
REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra. Capítulo Autonomia e Alienação, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016

LOPES, M. S. B. **Artesanias Construtivas e Urbanas**: por uma tessitura de saberes. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Teoria, Produção e Experiência do Espaço) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LOPES, Marcela Silviano Brandão *et al*. **Assessoria técnica acadêmica e a produção de uma ciência viva e engajada**. *In*: "PUBLICAÇÃO FINAL COPOLIS". [*S. l.*]: [no prelo], 2024.



Escadaria Gazuza, Diadema/SP
Fotógrafo: Caio Santo Amore, 2024

Assessoria técnica em movimento: driblando a atrofia da formação profissional para questões populares

Technical advisory on the move: dodging the atrophy of professional training for popular issues

*Karina Oliveira Leitão**

Resumo

Este texto nasceu de uma comunicação realizada na abertura do Seminário “Assessoria: práticas em movimento” (organizado pelo grupo Natureza Política da UFMG em 2024). Com tom ensaístico, indago o leitor sobre um possível papel do assessoramento técnico popular em tensionar os paradigmas do campo profissional da arquitetura e do urbanismo, que padece de uma quase cegueira para a autoconstrução e as necessidades habitacionais populares no país. As linhas que nele apresento aproximam a assessoria acadêmica da profissional e apostam na sua potência de lançar a profissão a uma inserção social mais popular, calcada na luta por menos desigualdade sócio-espacial, não sem mencionar os desafios para a formação e a sustentação financeira de profissionais neste ramo, necessário, mas ainda em plena disputa por uma maior estabilidade.

Palavras-chave: Assessoria técnica; extensão universitária; campo profissional; arquitetura e urbanismo

Abstract

This paper was born out of a presentation made at the opening of the Seminar “Assessoria: práticas em movimento” (organized by the research group Natureza Política at UFMG in 2024). With an essayistic tone, I ask the reader about the possible role of popular technical advic e in challenging the paradigms of the professional field of architecture and urbanism, which suffers from a kind of blindness to self-construction and the needs of low-income housing in the country. The lines I present here bring academic advice closer to professional advice and bet on its power to launch the profession into a more popular social insertion, based on the struggle for less socio-spatial inequality, as well as mentioning the challenges for the training and financial support of professionals in this field, which is necessary but still in the midst of a dispute for greater stability.

Keywords: Technical advisory; learning service; professional field; architecture and urbanism

Chegança na roda dos assessores mineiros

Com esse texto, queria tentar reproduzir o tom de conversa que busquei imprimir na fala de abertura do Seminário "Assessoria: práticas em movimento", promovido pelo Grupo Natureza Política da UFMG, a convite da Profa. Dra. Marcela Brandão,[1] em junho de 2024.

Numa escola de arquitetura e urbanismo como a em que estava sendo sediado o evento, onde tantas metodologias distintas sobre assessoramento têm se desenvolvido, e, por que não dizer, ganhado status de abordagens teórico-metodológicas, técnicas e políticas, sentia que precisava chegar 'pisando devagarinho',[2] como recomenda o samba que anuncia a prudência a quem chega de fora para se juntar aos bambas.

Digo isso com respeito pelo debate vigoroso e diverso que acontece naquele lugar, pois o que tinha a dizer sobre assessoramento é só mais uma visão, dentre tantas, instável, nada linear, que nem de longe pretende se impor, mas sim, abordar de um jeito interrogativo como esses processos se constituem, num elogio à errância e seus sentidos positivos, não positivistas, em defesa da experimentação e consideração ao que é complexo e imprevisível na assessoria.

Por isso adotei um tom ensaístico naquele dia e optei por expor o meu processo ainda em maturação sobre o tema. Decidi vestir meu *blazer* da sorte para encarar o debate com os ilustres presentes e celebrar o momento de grande alegria pela possibilidade de debater práticas de maneira ampliada, com uma plateia de alunos extensionistas, colegas da Rede Moradia e Assessoria,[3] na companhia de representantes das tais abordagens disruptivas e inspiradoras da UFMG. Havia, entre os presentes, colegas que admiro do grupo Indisciplinar, de onde derivou o Natureza Política, anfitrião e parceiro na rede em questão, outros do Práxis e do Morar de Outras Maneiras, para citar alguns.[4] A experiência daquele momento não caberá aqui em palavras, nada substitui a potência do encontro. Tampouco posso prometer que o bate-bola com o público será aqui reproduzido com a riqueza que teve. Mas posso afirmar que ele me inspirou a rever reflexões e apresentá-las aqui de forma mais organizada. Por isso, não me custa tentar deixar um gostinho saudoso para os que foram e porventura se aventurarem a ler estas linhas, ou mesmo, uma vontade de ter entrado na roda, naquele dia, para debater, me complementar e, quem sabe, discordar.

Peço, portanto, a você, leitor, que seja complacente com a indagação e o pensamento em processo que vou expor. E saiba que estou escrevendo, neste momento, um mês após o seminário, ainda cheia de incertezas, mas com o mesmo sorrisinho de canto de boca que mantive naquele dia, e, na verdade, no evento todo.[5] Deixei aquele riso quarando no sol até hoje, para carregar a alegria daquele encontro e trazê-lo até você.

[1] Com quem tenho no momento a honra de desenvolver uma relação de supervisão de pós-doutoramento na FAUUSP, e a quem agradeço pelo presente do convite para esta fala de abertura do seminário em questão.

[2] Canção Alguém me avisou, de Dona Ivone Lara, de 1970.

[3] Disponível em: https://www.moradiaassessoria.org.br.

[4] Disponível em: https://naturezapolitica.arq.ufmg.br; https://praxis.arq.ufmg.br; http://www.mom.arq.ufmg.br.

[5] Vivi naquela semana o êxtase que só o encontro presencial permite: corpo e mente friccionando razão e emoção, dando a sensação de aproximação ao sentido de totalidade na vida.

assessorias populares: práticas em movimento

Em busca de uma pedagogia para assessores situada na realidade brasileira

O debate que quis provocar naquele dia esteve inspirado na noção de movimento que comparecia no título do evento e tinha, entre muitos significados, a função de desestabilizar as certezas sobre o campo do assessoramento, estimulando novos olhares sobre as práticas desenvolvidas no país.

Não me custa repetir aqui que falo desde um lugar de professora extensionista, que não se entende assessora,[6] mas sim pesquisadora e educadora na área do assessoramento técnico popular. A extensão universitária no Brasil, se por um lado tem muita relação com o campo profissional da assessoria, e isso não se dá por acaso, por outro, guarda diferenças em relação ao que é praticado por organizações em que profissionais se mantêm a partir dessa atividade. Por isso, faço questão aqui desta distinção, em respeito às particularidades, e mais especificamente à falta de segurança para quem tenta viver exclusivamente do trabalho como assessor técnico no país.[7]

Não me proponho aqui a discutir essas diferenças, mas sim falar dos pontos de fricção entre a extensão popular, por mim praticada no seio das atividades em uma universidade pública, em parceria estreita com uma organização não-governamental que tem generosamente aberto veredas para uma relação mais ampliada do laboratório em que estou alocada com movimentos sociais organizados e territórios populares com os quais constrói relações longevas de aliança política. Me refiro aqui primeiramente ao LABHAB, laboratório que integro na FAU-USP, e à assessoria técnica PEABIRU, ambos de São Paulo.[8] Venho trabalhando em cooperação pedagógica com esta assessoria em experiências de formação de assessores técnicos, em de cursos de formação profissional continuada e especialização, unindo a tradição extensionista do nosso centro na universidade ao acúmulo político desta organização, que, por sua vez, tem vasto repertório técnico em várias modalidades de projetos habitacionais.

Cabe dizer que minhas reflexões estão informadas em grande medida por essa atuação reflexa, desenvolvida desde 2019, mediante cursos idealizados pela PEABIRU e correalizados pelo LABHAB, alguns com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, e todos com subsídio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP. Eles consistiram em formações relacionadas à temática do assessoramento, mas estiveram focados em diferentes contextos, como por exemplo, os de:

[6] Agradeço aqui ao meu orientando de doutorado, Pedro Carvalho, que provocou, em todos os presentes da Rede, a reflexão sobre nossas inserções nesse meio enquanto assessores acadêmicos, profissionais ou extensionistas.

[7] Sem exagero, há muito processo de assessoramento sendo realizado no país mediante horas voluntárias de trabalho, ou mesmo, com remunerações rebaixadas e instáveis. Não pretendo aqui desenvolver esse assunto detalhadamente, pois não há números disponíveis sobre isso, por isso, me proponho apenas encarar os fatos e advogar por uma maior estabilidade neste nicho da profissão tão necessário num país tão desigual.

[8] Disponível em: https://www.labhab.fau.usp.br e https://www.peabirutca.org.br.

1) Prática Profissionalizante (em 2019), em ocupação urbana organizada por movimento popular de luta por moradia na zona sul de São Paulo;

2) Atualização profissional (em 2020), em loteamento irregular e favela na zona leste desta cidade, visando especificamente à sua regularização urbanística e fundiária;

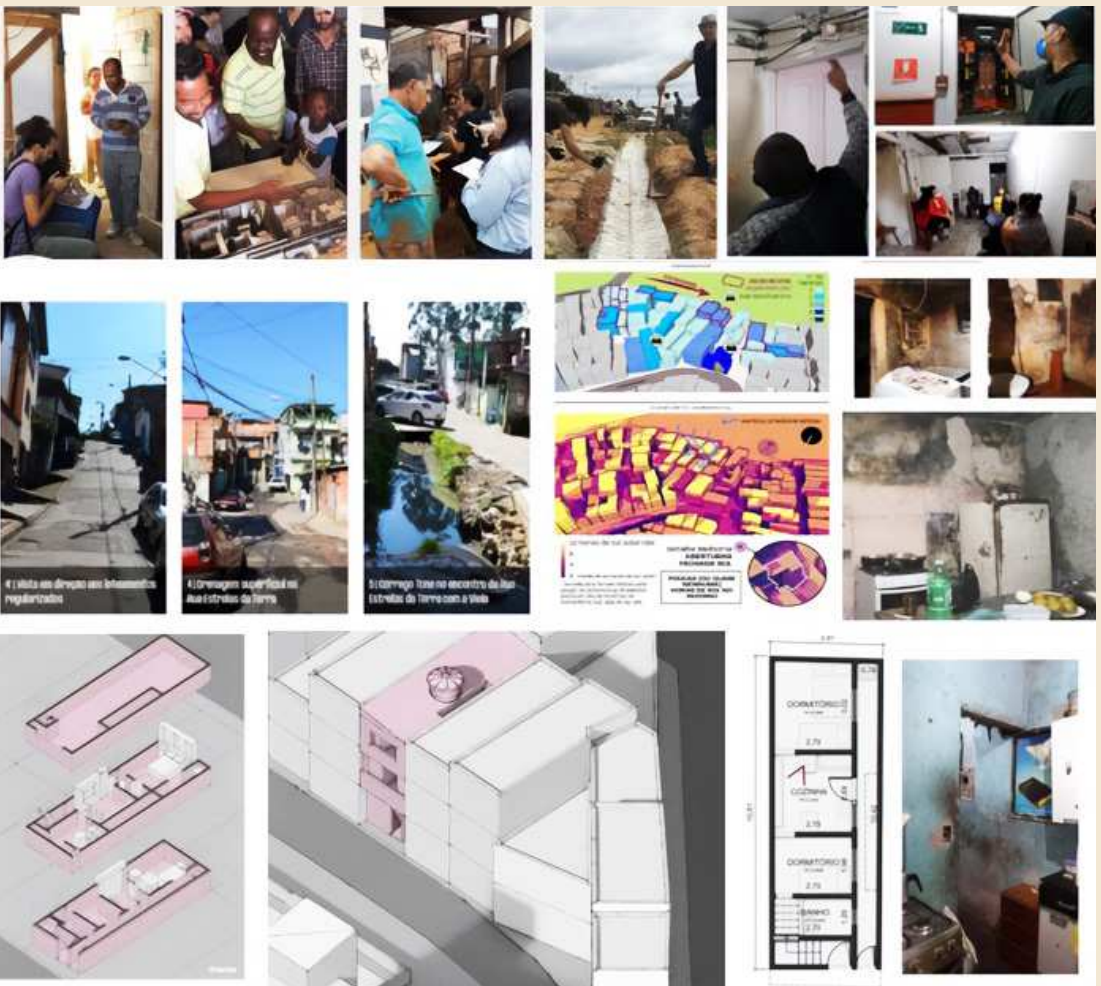
3) Atualização profissional (em 2021), em ocupações de edifícios no centro de São Paulo, em parceria com outras assessorias paulistas;

4) Especialização para formação em melhoria Habitacional de mais de 500 casas da comunidade do Gazuza, em convênio com a Prefeitura de Diadema, entre 2023 e 2024.[9]

Nestes quatro cursos, tenho apoiado a coordenação dos meus colegas, professores da FAUUSP, Caio Santo Amore, também membro da Peabiru, e da minha eterna orientadora, Maria Lucia Refinetti Martins, tentando manter acesa a tradição extensionista de nosso laboratório.

Figura 1: Imagens de atividades dos cursos de formação profissional idealizados pela Peabiru e correalizados pelo LABHAB FAUUSP.

Fonte: Acervo Peabiru e Labhab, 2019 a 2024.



[9] CPPATHIS (https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod_curso=160600001&cod_edicao=18003&numseqofeedi=1); REURBATHIS (https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod_curso=160300002&cod_edicao=20001&numseqofeedi=1); OCUPATHIS (https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod_curso=160300003&cod_edicao=21001&numseqofeedi=1) e HABITATHIS e (https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod_curso=160100001&cod_edicao=23001&numseqofeedi=1)

assessorias populares: práticas em movimento

Fonte: Acervo Peabiru e Labhab, 2019 a 2024.

Estas experiências têm nos colocado o desafio de lidar com problemas para os quais a formação de arquiteto e urbanista não está voltada na graduação. Só para citar alguns: a elaboração de planos e projetos populares para regularização de serviços urbanos junto às suas concessionárias; projetos de autourbanização de assentamentos e autorreforma edifícios; regularização urbanístico-fundiária de favelas; construção e reformas de casas via adaptação de normas técnicas em assentamentos consolidados.

Como docente, os desafios de formar arquitetos e urbanistas, provenientes de universidades públicas e privadas no Brasil, têm ficado mais evidentes quanto às limitações do ensino superior para o enfrentamento de problemas corriqueiros, tão reais, tão comuns na realidade dos bairros populares do país. Problemas que, de tão desconhecidos, desconsiderados, tornam-se quase intangíveis para um campo técnico-científico que não se habituou a abordá-los, pouco descreve-os e muito menos ensinar e aprender como intervir sobre eles. Me envolver na atualização profissional destes arquitetos tem me colocado num lugar de questionamento da minha própria carreira docente, reafirmado que gostaria de poder contribuir para uma educação mais situada na realidade brasileira, com reflexões projetuais embasadas na materialidade de um estoque edilício que precisa ser reformado, qualificado, substituído, recuperado e regularizado. Reflexões que tradicionalmente, no campo da assessoria, advêm de enfrentamentos quase autodidatas.[10]

Creio que posso dizer que junto com os docentes destes cursos, em especial com o Prof. Caio Santo Amore,[11] que tem coordenado todos eles, temos nos dedicado a uma preparação pedagógica muito intensa em busca de uma educação profissionalizante e politizante da técnica, que possa de maneira humanizada tratar sujeitos que, mesmo já graduados, se sentem despreparados para o enfrentamento de demandas socioespacais em favelas e ocupações de terrenos e edifícios. Eu mesma, confesso, também me sinto em processo constante de formação e encorajamento pessoal para o enfrentamento das necessárias adaptações de normas técnicas em busca de segurança.[12] Não por acaso, este debate tem reorganizado completamente nosso raciocínio matricial de projeto nestes cursos e em seus processos de assessoramento correlatos, com base em classificações das prioridades de atendimento de acordo: com a sua ordem de gravidade e risco à vida, sejam elas de ordem extrema (ensejando intervenções mais urgentes) ou de média (menos graves);[13] com a viabilidade e custos econômicos de intervenções; ou mesmo com uma perspectiva de alcance de melhorias progressivas no tempo e integradas intersetorialmente.

Não poderia deixar de mencionar aqui os esforços que temos tido para

[10] Cf. Ferreira (2017) demonstra em seu mestrado, relatos sobre a trajetória usual de profissionais militantes no Brasil que precisaram se empenhar em projetos de moradia popular sem experiência ou formação prévia, em práticas que ainda carecem de maior difusão e registro em nosso meio.

[11] Aproveito para mencionar que esse texto revela minhas posições sobre experiências que têm sido realizadas em parceria com ele, sem quem estas palavras não estariam aqui reveladas. Por isso assumo, neste trecho, a conjugação verbal em primeira pessoa do plural, deixando evidente que o cotidiano do trabalho tem sido idealizado em dupla e realizado em grupo. Me custa escrever sobre essas práticas e não assinar esse texto em dupla, só o faço porque este relato provém de uma comunicação que foi feita individualmente acerca de uma experiência que é coletiva, mas que tem sido realizada com ele de maneira reflexa, recíproca, e porque não dizer, estimulante.

[12] Nesses cursos, tem sido necessário problematizar as construções sociais de risco geotécnico, estrutural, elétrico e hidráulico. Para isso, temos contado com especial apoio de professores do Labjuta da UFABC, da Engenharia Elétrica da Poli USP, e do departamento de tecnologia da FAUUSP, além de profissionais experientes de diversas assessorias técnicas com quem temos dialogado.

[13] A classificação de medidas projetuais a partir dos seus níveis de gravidade, viabilidade e progressão no tempo, adveio da importante contribuição metodológica do Prof. Ricardo Moretti, da UFABC, que tem colaborado com a realização dos cursos citados.

desenvolver uma pedagogia implicada em lidar com arquitetos saídos da graduação, em desconforto com a imersão no raciocínio de projeto e sua apresentação gráfica. Me angustia mencionar que esperaria que o saber prospectivo e sua representação fossem temas introjetados sem ressalvas em nosso campo, com a naturalidade de um hábito que poderia ser cultivado desde o ensino superior com mais leveza e sem gerar tantos bloqueios, como os que temos visto no contato com discentes. Diante disso, temos recorrido a saberes transdisciplinares, em busca de recursos pedagógicos que colaborem para uma espécie de reaproximação com metodologias projetuais, por meio de exercícios que objetivam uma aproximação paulatina à complexidade das intervenções necessárias. Importa-nos criar um ambiente didático que permita o exercício do erro, dentro do espaço seguro da experimentação acadêmica, que estimule a apresentação gráfica comprometida simplesmente com a capacidade de comunicar e de se fazer inteligível em processos dialógicos, sem o peso da busca por desenhos brilhantes, grandiloquentes.

Para além destes cursos, baseio-me também, neste texto, na experiência que tenho tido coordenando projetos de extensão junto com lideranças territórios populares em São Paulo, em articulação com movimentos sociais, analisando práticas informadas na plataforma da Rede Moradia e Assessoria aqui mencionada. Nas poucas páginas que seguem, não caberia me alongar sobre os caminhos tomados nesses projetos. Peço que o leitor confira os sites das duas instituições citadas, se tiver interesse, e considere se aprofundar nas experiências extensionistas e de assessoramento profissional da referida rede, que articula profissional, técnica, acadêmica e politicamente gente de todas as regiões do país no campo do assessoramento, em pelo menos 13 estados diferentes. A nossa plataforma[14] foi montada justamente com a expectativa de difusão destas experiências, tão raramente informadas de forma sistemática em nosso meio.

Se você insistir em prosseguir na leitura, mergulhe comigo na pergunta que fiz baseada na observação deste universo de experiências, em primeiro lugar, a mim mesma, posteriormente aos presentes naquele dia e que faço agora a você.

Teria o assessoramento técnico um papel popularizador para profissão do arquiteto e urbanista?

Inicialmente, deixo aqui uma importante ressalva: não pretendo, com a pergunta acima, nem com as linhas que seguirão, vestir capas de super-heróis nos sujeitos assessores. Não acredito que a assessoria possa salvar o campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil do seu lugar ainda muito elitizado, pouco acessível aos estratos de baixa renda da população nacional, com tão baixa penetração na intervenção do es-

[14] Veja localização dos grupos envolvidos na sessão atlas do sítio https://www.moradiaassessoria.org.br/mapa.

assessorias populares: práticas em movimento

toque edilício nacional.[15] Mas pesquisando, orientando investigações, coordenando e analisando criticamente práticas de assessoramento popular, posso dizer que tenho imergido nos seus detalhes e contradições internas. Por isso me sinto à vontade para sugerir que o campo do assessoramento técnico tem balançado os paradigmas desta profissão histórica e eminentemente liberal no país.[16]

Vejo brechas sendo criadas no enfrentamento de problemas tais como: a resistência à remoção em favelas e reintegração de posses em edifícios, com assessorias em defesa da permanência de moradores em seus locais originários de moradia e uma ação prospectiva às demandas habitacionais populares via reforma, urbanização, regularização; a provisão por mutirão na tradição engendrada pela política pública no sudeste; ou mesmo, no repertório popular das Ongs no norte e nordeste. Temas como o da urbanização de favelas e a provisão por autogestão emergiram como questões de origem para este campo, mas, ainda hoje, são minoritários na formação universitária de arquitetos, quase atrofiada na forma como os problemas são tratados no ensino, pouco afeito a encarar a realidade hegemônica de produção do ambiente construído no país, calcado na autoconstrução, baseada no trabalho informal, sem regulação estatal.[17]

Muitos documentos e pesquisas científicas recuperam a história do assessoramento no país. Destaco, no entanto, o dinamismo das práticas experimentais recentes de assessoramento,[18] que lançam a profissão para além das bordas do projeto autoral, sobre tábula rasa, onde as pré-existências são pouco consideradas, e as adaptações técnicas de normas são praticamente ignoradas.

Práticas de grupos extensionistas e organizações profissionais, como aquelas detalhadas da plataforma da Rede Moradia e Assessoria (vide figura e *link* a seguir) têm, em alguma medida, redesenhado os contornos da profissão, anunciando que arquitetos podem desempenhar papel, ainda que coadjuvante, em processos que encaram resistências diversas na luta por moradia, reformas de casas autoconstruídas e edifícios ocupados, acompanhamento técnico de processos de disputa por permanência e regularização fundiária, disputas pelos termos da reparação e da prevenção contra impactos de obras e desastres-crime, produção de planos insurgentes, elaboração de contra-laudos técnicos e projetos que abordam temas tão variados, quanto ausentes na formação profissional.

Na plataforma da mencionada Rede, é possível ver relatados processos realizados nos últimos 15 anos, em bairros populares, comunidades tradicionais, favelas (em baixadas ou morros), loteamentos, conjuntos habitacionais, ocupações de edifícios e terrenos, em que os grupos envolvidos em todas as regiões do país desenvolvem experiências acadêmicas e ou profissionais voltadas para a regularização urbanística e fundiária, a planificação comuni-

[15] Agradeço aqui à Professora Thais Rosa da UFBA que provocou um rico debate sobre esse tema em sua fala no seminário aqui mencionado

[16] Vide texto em que Santo Amore (2022) aborda as origines do assessoramento técnico no Brasil, com foco na arquitetura e urbanismo, cunhando uma análise a partir da ideia de matrizes fundantes de um campo, em especial: a gaúcha, devedora de uma ação sindicalizada, e a paulistana, resultante de política pública local que engendrou a criação de assessorias profissionais na cidade. Confira também a tese de Giselle Tanaka (2017), em que a autora aborda as origens do assessoramento no país, de forma cruzada com a ação insurgente de na planificação urbana no Brasil, entendida na sua contribuição para o debate teórico-prático no cenário internacional.

[17] Vide mestrado de Cabral (2022).

[18] Confira publicações dos I e II Fóruns de Assessoria Técnica Popular do Nordeste (2020 e 2022) em que estão narradas diversas experiências recentes de assessoramento em território nacional.



Figura 2: Página da plataforma da Rede Moradia e Assessoria
Fonte: Rede Moradia e Assessoria, disponível em https://www.moradiaassessoria.org.br/

tária, emergencial, popular ou de incidência política, estudos de viabilidade para reforma, construção e urbanização, projetos e intervenções.

Mesmo estando estes, desde a sua origem, em um nicho contido na arquitetura de cunho popular, seus enfrentamentos parecem dar sinais de que assessores técnicos têm se dedicado a elaborar "respostas possíveis para problemas complexos", como expresso na tese de doutoramento de Lara Ferreira (2024).[19] O que verifico como produto destes assessoramentos, são abordagens técnicas nada neutras, que se posicionam politicamente diante de populações subalternizadas, mas sobretudo encaram a complexidade temática, política, técnica, de verdadeiras encrencas, impasses, muitas vezes mal conhecidos no início do trabalho, e que vão sendo contornados em alianças com moradores na medida em que os problemas e os conflitos vão se apresentando e se dando a conhecer mais profunda e interdisciplinarmente. Permanecer com estes problemas parece ser uma recorrência no trabalho de assessores técnicos brasileiros, que, assim como postula Ferreira (*Ibidem*), baseada na epistemologia disruptiva de Donna Haraway (2023) sobre a concepção prospectiva

[19] Minha orientanda de mestrado e de tese doutorado recém-depositada no programa de pós da FAUUSP, a quem dediquei a comunicação naquele dia e dedico, agora, este texto, posto que temos mantido uma relação muito recíproca em nossas análises sobre o campo da arquitetura militante e o assessoramento popular no Brasil.

para problemáticas complexas, tratam de questões de natureza desconhecida, a partir de relações inusitadas entre campos e sujeitos. E, digo eu, de maneira corporificada, "matando no peito",[20] sem nenhum heroísmo, mas com muita capacidade adaptativa, a construção de um caminho popular na profissão.

[20] Em referência à expressão futebolística, que no Brasil virou corriqueira para aludir à capacidade de controle de uma situação, que no esporte, seria uma jogada adversa.

> Em tempos de urgências [...], ficar com o problema requer aprender a estar verdadeiramente presente, não como um eixo que se desvanece entre passados terríveis ou edênicos e entre futuros apocalípticos ou salvadores (Haraway, 2023, p. 9).

Faço aqui também alusão à defesa harawayana de "ficar com o problema", pois observo na postura profissional de muitos assessores, em práticas da nossa Rede, a decisão por manter-se em estado de elaboração de questões complexas no campo tecno-político, a partir da criação de relações inesperadas, em um entrelaçamento intersetorial de sujeitos que, como diz a autora, "se importam e agem", assumindo "respons-habilidades"[21] para além das formas e dos problemas usuais, tradicionalmente herdados pelo campo de trabalho. Algo que ocorre mesmo diante de desafios ainda não totalmente conhecidos, mas que vão sendo contornados, sem sucumbir a catastrofismos ou futurismos. E, assim, vão construindo o que entendo ser formas de contornar, ou mesmo, nas palavras de Ferreira (2024), dar "respostas" concretas, para alianças na luta por justiça, nestes casos, socioespacial.

[21] Haraway (2022, p. 10) reinventa a grafia de respons--habilidade com a intenção de unir os sentidos das palavras resposta e habilidade contidas na sua etimologia, para ressaltar-lhe o sentido de uma capacidade conjugada em responder e reagir de maneira consequente a acontecimentos e problemas.

Nem desespero, nem esperança: a luta por um novo presente[22]

[22] Agradeço aqui ao questionamento do assessor Rafael Pereira da Peabiru, pelo posicionamento que me levou a me aprofundar nessa provocação sobre os tempos contidos na mira do assessoramento técnico.

Note, caro leitor, minha defesa contumaz do caráter popular da profissão não tem contornos inocentes, ela nasce da observação ativa, sistemática e participante em processos de assessoramento. Ainda que em algum lugar do meu passado, o meu olhar para a assessoria tenha sido mais ingênuo, hoje ele se molda pela defesa desta pesquisadora-professora que lhe escreve e aposta essencialmente no alcance da arquitetura para a maioria da população. A mesma que um dia desejou atuar neste ramo com mais estabilidade, e hoje escuta, com muita frequência, o mesmo anseio de discentes, com a intenção de se dedicar a trabalhar com a maior parte do estoque construído no país: simples assim, difícil assim!

Essa pauta não é só minha, obviamente, mas em mim, aos poucos, tem ganhado ares impacientes com a violência de um tal esperançar, onde só num futuro longínquo se poderá ver os estratos mais populares da nossa sociedade terem direitos atendidos. Me preocupa aqui os sentidos do afeto da esperança que se por um lado pode parecer motivador, por outro, tem contornos imobilistas no seu sentido psicanalítico. Espe-

rança, assim como medo, podem ser dois afetos muito bloqueadores na forma como nos organizam em relação ao tempo, entrelaçados por uma expectativa de um bem por vir, ou no caso do medo, de um mal por vir, negando o presente. Preocupada com na inação que podem suscitar, recorro a Spinoza (2010), em texto seminal do século XVII, em que defendia que é necessário ser capaz de agir mesmo sem ter como responder àquilo que nos aparece como problema. Para o filósofo, a ação não precisa estar balizada num tal otimismo futurístico, por que em alguma medida, os acontecimentos podem produzir novos sujeitos, que não serão as mesmas pessoas depois de enfrentá-los. Por isso, me interessa aqui ressaltar ao leitor a potência dessa tal "ética dos encontros", aproximando-a ao que vejo nos processos de assessoramento em que se lida com os conflitos colocados, as contingências, as limitações e o desconhecido, permitindo novas articulações, relações inesperadas, devires. Se for para falar de esperança, que seja no presente tangível, na radicalidade de um projeto que seja viável (Williams, 2015).

Retorno a Haraway (2023, P.235), enfim, porque ela também defende uma ação num "onde-quando" que acione projetos técnicos situados no tempo que chamamos de presente, para as pessoas, recorrendo a um "tipo de sabedoria surrada e resistente". Ambos os autores me estimulam a fazer relações com o que vejo em nossa plataforma da Rede Moradia e Assessoria: uma miríade nada desprezível de experiências dessa natureza, em que o assessoramento técnico, se por um lado, como em qualquer campo prospectivo da ação tecno-política, remete à abordagem de problemas para um tempo adiante, por outro, lida, eminentemente com necessidades desatendidas, insatisfeitas, direitos nunca garantidos. Nesse sentido, sua radicalidade está, muitas vezes, em lutar por um agora mais justo, em que a revolução do dia a dia aconteça, no desenvolvimento de processos que não se sabe como vão terminar, mas que são sustentados a despeito do presente complexo e espesso, que herda, do passado, danos e feitos de histórias de opressão. Nestes processos, ao mesmo tempo, o que está em disputa é também sustentar o presente de outra maneira, para que se tenha direito à memória, à permanência nos lugares originários de moradia, à manutenção de relações de vizinhança, pautas materiais e subjetivas, que se expressam igualmente de forma muito concreta.

Notem que este meu convite por uma "presentificação" da luta dentro de processos de assessoramento não nega a ideia de que projetar é lançar para o futuro uma perspectiva que se pretende atingir. Só estou tentando convidar você, leitor, a enxergar os processos de assessoramento aqui mencionados, como alianças para aproximar esses tais futuros ao atendimento de necessidades no agora, que já acumula muitos passivos e déficits sociais.

Vou por aqui terminando essa reflexão, que não pretendo taxativa, mas sim, provocadora de inquietude, aludindo ao perspectivismo negro, inspirado na cosmovisão quilombola traduzida pelo Sr. Antônio Bispo dos Santos (2023), para quem a luta se fortalece numa temporalidade que é sempre de começo, meio e novo começo. A provocação do Sr. Nêgo me faz lembrar a pressa contida nos dizeres de Jota Mombaça, que também nos convoca a lidar com o agora, numa radicalidade do pensamento de corpos dissonantes e apressados em não se entregar às violências sistêmicas.

> Já não temos tempo, mas sabemos bem que o tempo não anda só para frente. Não vim aqui para cantar a esperança. Não temo a negatividade desta época, porque aprendi [...] que menos com menos, dá mais e, portanto, nossas vidas negativadas se somam e se multiplicam à revelia. Então eu vim para cantar à revelia.
>
> À revelia do mundo, eu as convoco a viver apesar de tudo. Na radicalidade do impossível.
>
> Aqui, onde todas as portas estão fechadas, e por isso mesmo, somos levadas a conhecer a radicalidade das brechas [...]. Aqui, ainda aqui" (Mombaça, 2021, p. 7).

Peço licença tardia neste momento, na condição de mulher branca, por ter mencionado estes autores negros, cujas falas se alimentam de suas racionalidades diaspóricas, porque suas plataformas político-filosóficas muito me afetam, basicamente porque vejo atualmente nos jovens assessores técnicos que venho ajudando a formar, e, em especial, nos colegas da referida Rede, corporalidades de origens mais populares do que as usuais entre arquitetos no país, num sinal muito ligado às conquistas inclusivas recentes no acesso ao ensino superior no Brasil.

Quem sabe essas práticas de assessoramento que se "multiplicam à revelia" *(Ibidem)*, na resistência às violências estruturais e às dificuldades enfrentadas neste campo profissional, mesmo assim, feitas por uma corporeidade cada vez mais popular, sejam o pulsar de uma espécie de desobediência na arquitetura e urbanismo. Práticas que não às quais não cabe salvar a profissão, nem o mundo, nem o país, que não são promessa futura, porque já não temos tempo para esperar e atender quem não é necessariamente solvável para o sistema perverso, sob o qual nossa vida está organizada. Talvez nestes processos, que aqui pouco detalhei, estejam a latência de uma consciência de classe (trabalhadora) que dispute mais estabilidade e melhores condições para consolidar profissionalmente um campo popular na arquitetura e no urbanismo, necessário para enfrentar uma luta social desigual. Há pressa em ver nascer o outro mundo, contido neste de agora,[23] moldando um

[23] Inspirado em depoimento de Eduardo Galeano, ao visitar ocupações contra-hegemônicas em praças espanholas em 2011 a convite de movimentos sociais, e na sua descrição entusiasmada em ver através daquelas inciativas, sinas de que o velho mundo estaria prenhe de um novo. Disponível em https://www.youtube.com/watch?feature=shared&v=IcC0_DbbiHo. Acesso em: 12 jul. 2024.

assessoramento parido do inconformismo, que não se contenta com a garantia de direitos apenas para futuras gerações.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Gabriel Enrique Higo Mafra. **Autoconstrução, formas e fôrmas**: um olhar sobre seus canteiros e processos de produção em São Paulo, anos 2010. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. São Paulo, 2022.

FERREIRA, Lara. **Arquitetos militantes em urbanização de favelas**: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, Lara. **Assessoria técnica para a moradia popular**: respostas possíveis para problemas complexos. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

FÓRUM DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR DO NORDESTE, 1., 2020. Salvador. **Anais [...]**. Edição dos autores. Disponível em: https://forumatpne.wixsite.com/site/publicacoesantigas. Acesso em: 12 jul. 2024.

FÓRUM DE ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR DO NORDESTE, 2., 2022. Fortaleza. **Anais [...].** Edição dos autores. Disponível em https://forumatpne.wixsite.com/site/publicacaoatual. Acesso em: 12 jul. 2024.

HARAWAY, Donna J. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthluceno. São Paulo. N-1 Edições. 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. [Coleção Encruzilhada]. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SANTO AMORE, Caio. Cavado na umburana: impressões da matriz paulista da assessoria técnica e apontamentos sobre a atualidade das práticas nas ações conjuntas com movimentos e comunidades. *In*: ROSA, T.T; LINHARES, J.F.; ROCHA, H.M.F.. (Org.). **Partilhas emergentes**: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate. 1. ed., Salvador: Ed. UFBA, 2022, v. 1, p. 504-529.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar, lutar para planejar**: Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2017.

Karina Oliveira Leitão
Profa. Dra. na FAU-USP, pesquisadora do LABHAB e do INCT 'A produção da casa e a cidade'.
Email: koleitao@usp.br

Desafios para caracterização dos territórios populares e dos conflitos socioambientais

como mapear para além das visibilidades evidentes

Reflexões sobre a Prática de Assessoramento Técnico Popular: entre choques derepertórios e confluências de saberes, na (Re)Construção Das Técnicas

Desafios para caracterização dos territórios populares em Campina Grande e João Pessoa/PB

Por outras histórias e políticas espaciais: processos de elaboração coletiva de conhecimentos com territórios populares e negros em Salvador/BA

Discutindo autogestão e imaginário sócio-espacial na ocupação Chico Rei II (Ouro Preto/MG)



Entrada Prédio Rio Branco
Acervo projeto OCUPAS CENTRO

Reflexões sobre a prática de assessoramento técnico popular: entre choques de repertórios e confluências de saberes, na (re)construção das técnicas

Reflections on popular technical advisory practices: between clashes of repertoires and confluences of knowledge, in techniques (re)construction

*Rafael Borges Pereira**
*Mariana Ribeiro Pardo**
*Marcele Lemos Piotto**
*Nathália Conte Mendes Batista**
*Maria Rita de Sá Brasil Horigoshi**
*Lara Isa Costa Ferreira**
*José Aquiles Baesso Grimoni**

Resumo

Partimos neste artigo da experiência do trabalho de assessoramento técnico Ocupas Centro (2021-2024), realizado nas áreas centrais de São Paulo, junto a 19 ocupações de edifícios organizadas por movimentos de moradia. Tomamos como foco de análise os repertórios técnicos empregados no trabalho, provenientes de conhecimento científico universitário e também de conhecimentos não-formais, buscando reconhecer suas lógicas específicas, sentidos e limites. A partir deste foco, buscamos colocar em questão o modo como encontros e choques de repertórios puderam confluir para a produção de conhecimento acerca do território, bem como demandaram a reconfiguração da própria técnica. Por fim, propor algumas reflexões epistemológicas, metodológicas e técnicas sobre essa experiência, arriscando algumas amarrações teóricas, mirando eventualmente contribuir de forma mais ampla com outras, em outros contextos.

Palavras-chave: Ocupações, assessoria técnica, práxis, melhorias habitacionais

Abstract

In this article, we rely on the experience of technical advisory Ocupas Centro (2021-2024), carried out in central areas of São Paulo, in partnership with 19 building occupations organized by housing movements. We focus our analysis on the technical repertoires used in the work, derived from university scientific knowledge and also from informal knowledge, aiming at placing their specific logics, meanings, and limits. From this focus, we seek to question how encounters and clashes of repertoires were able to converge in the production of knowledge about the territory, as well as demand the reconfiguration of the technique itself. Finally, we propose some epistemological, methodological, and technical reflections on this experience, risking some theoretical ties, aiming to possibly contribute more broadly to others, from other contexts.

Keywords: Occupations, technical advisory, praxis, housing improvements

Introdução

Este artigo busca sintetizar a contribuição da Peabiru na mesa de debate Desafios para caracterização de territórios populares e dos conflitos socioambientais, do *II Seminário Internacional Natureza Política*, ocorrida em 20 de junho de 2024, na UFMG. Partimos da provocação colocada pela organização do evento, que lemos da seguinte maneira:

> as comunidades com quem trabalhamos, em função das suas existências e sobrevivências, inventam soluções arquitetônicas e urbanas, que constroem o tecido urbano e social existente com o qual interagimos e sobre o qual intervimos. Se chegarmos ao campo fechados em nossos repertórios (técnico-científicos, universitários, com todos os seus atravessamentos de classe, raça e gênero, observáveis de forma geral na sociedade brasileira e também no contexto específico de São Paulo), deixaremos de enxergar e tomar como objeto de trabalho uma parte importante da realidade sócioespacial, que são todos aqueles artefatos e estratégias construídos por saberes não autorizados, não reconhecidos, não validados; mas ainda assim saberes, dotados de sentido histórico, de razões. Como mapear isso? Como cartografar isso? Como dar visibilidade a estas invenções cotidianas?

A partir de uma experiência de assessoramento técnico profissional recente realizada pelas assessorias Peabiru TCA, Fio ATP e Coletivo Mola, buscamos selecionar algumas situações específicas que dialogam com a questão mais geral da mesa e geraram reflexões nas equipes. Trata-se do Ocupas Centro (2021-2024), trabalho de assessoria técnica junto a 19 ocupações de edifícios de diferentes movimentos de moradia no centro de São Paulo, em um contexto de intensa disputa por este território, bem como de criminalização de lideranças e dessa prática de luta social. Para compor este debate, pareceu-nos relevante colocar em questão os repertórios mobilizados na construção do método de trabalho, dos parâmetros de análise, bem como dos próprios instrumentos de levantamentos e, portanto, de caracterização. A partir disso, expor os encontros e choques de repertórios que aconteceram em campo e buscar discutir os modos de condução e sínteses destes encontros. Por fim, levantar algumas questões epistemológicas, metodológicas e técnicas sobre essa experiência e arriscar amarrações teóricas para o debate, que possam eventualmente contribuir de forma mais ampla com outras experiências, em outros contextos.

Cabe ressaltar que este artigo constitui parte de um esforço de sistematização coletiva de trabalho de 3 anos, o que não é banal, nem cotidiano na dinâmica de organizações de assessoramento técnico profissional, que não são em si acadêmicas. Em que pese vários de nossos trabalhadores e trabalhadoras estarem realizando pesquisas de pós-graduação no campo, a rotina do escritório não está organizada especificamente para essa prática e, quase sempre, acaba atropelando as possibilidades de realizarmos balanços e reflexões. Construir espaços e viabilidades para essas práticas, que nos tirem de nossa especificidade, nos coloque em diálogos mais amplos com outros contextos, outros repertórios, nos tirem de nossa zona de conforto (ou muitas vezes, desconforto) é um desafio fundamental para a construção do campo de trabalho e reflexão crítica da moradia popular, da luta social e do assessoramento técnico nestes contextos.

O Ocupas Centro

O projeto Ocupas Centro foi um processo de assessoramento técnico a 19 ocupações de moradia em edifícios na área central de São Paulo, desenvolvido a partir da mobilização de diferentes atores, espaços e arranjos, na perspectiva de construir entendimentos sobre as condições físicas, jurídicas e sociais das ocupações e buscar incidir sobre uma conjuntura político-territorial local conflitiva. Partiu do reconhecimento e da valorização das lutas de movimentos de moradia nos processos de produção da cidade, apoiando e ampliando o debate sobre a permanência das ocupações, com ênfase na melhoria das condições de habitabilidade e segurança dos edifícios ocupados (Horigoshi; Hodapp, 2021). O projeto, com início em 2021, segue em curso e tem se dedicado à elaboração de levantamentos, análises, orientações e proposições a partir da articulação entre assessores técnicos, pesquisadores, moradores e lideranças comunitárias.

No centro de São Paulo nos últimos anos, observa-se um aumento expressivo de ocupações, com alguns avanços importantes em suas lutas, tendo inclusive algumas delas se tornado referências políticas, sociais e culturais na cidade. Contudo, em 2018, o incêndio e a queda do Edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, afetou intensamente esta conjuntura. O episódio criou uma pressão por parte da Prefeitura e do Ministério Público de São Paulo, no afã de "darem resposta" à sociedade, o que implicou um acirramento da criminalização das ocupações de forma indistinta, utilizando o argumento da existência de "risco" e de "furto de energia".[1]

Com uma ameaça iminente de despejo de muitas famílias, iniciou-se então uma grande mobilização de movimentos sociais e de assessorias técnicas e jurídicas parceiras para organizar uma frente de resistência. Nesse cenário, foram abertos diálogos com diversos órgãos do poder público, com intuito de pautar que as ocupações não fossem tratadas como um conjunto homogêneo e que fossem melhor conhecidos os tais riscos, até então tratados genericamente. Isso possibilitaria a criação de formas de mitigação e de busca pela segurança das comunidades e das edificações, sem a remoção das famílias moradoras. Nesse contexto,

[1] Para uma discussão mais aprofundada sobre essa conjuntura de novas frentes de criminalização no contexto das ocupações do centro de São Paulo, conferir em Santos e Guerreiro (2020).

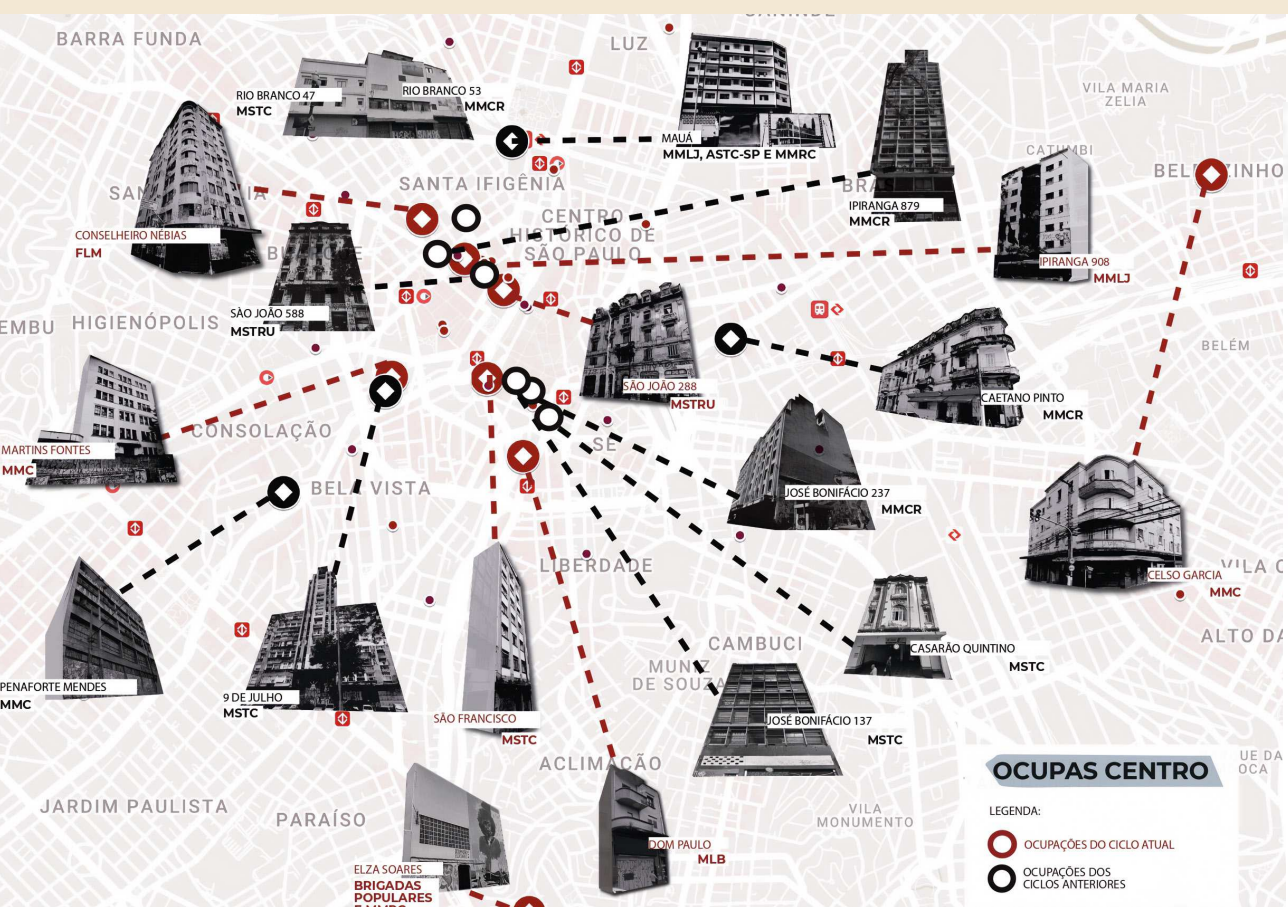
assessorias
populares:
práticas em
movimento

organiza-se o projeto Ocupas Centro, contribuindo na luta dos movimentos de moradia pela permanência dessas ocupações pela implementação de ações que promovessem segurança física e melhorias habitacionais nos edifícios.

O desenvolvimento do trabalho, até o presente momento, aconteceu em três diferentes ciclos que são marcados por arranjos, financiamentos e parcerias também diferentes. Atualmente, é coordenado por três grupos de assessoria técnica: 1) Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru TCA); 2) Assessoria Técnica Popular FIO (FIO ATP) e 3) o Coletivo Mola, além de pesquisadores e extensionistas associados a grupos de pesquisa e extensão parceiros. Ao todo, foram desenvolvidas atividades em 19 prédios ocupados (Figura 1), alcançando mais de 1.460 famílias de baixa renda de dez movimentos de moradia. Além disso, parceria com inúmeras instituições e grupos, inclusive dos poderes públicos, envolvendo mais de 100 pessoas nas atividades como um todo. Nesse emaranhado de sujeitos e espaços, é importante localizar o lugar da reflexão trazida para este texto, onde os autores fazem parte do trabalho como assessores técnicos a partir da Peabiru, e, alguns deles, também estão inseridos como pesquisadores da universidade. [2]

[2] Para mais detalhes sobre os arranjos financeiros e institucionais dos trabalhos, conferir em Leitão, et al. (2023).

Figura 1: Mapa das ocupações dos 3 ciclos de trabalho do Ocupas Centro
Fonte: Ocupas Centro (2023), produção gráfica de Ana Luiza Vieira Gonçalves



assessorias populares: práticas em movimento

Em linhas gerais, com as especificidades de cada ciclo, o projeto foi estruturado a partir de seis frentes de trabalho complementares e articuladas: (1) Reconhecimento e formação: processos formativos com atividades de reconhecimento dos processos de luta no centro de São Paulo, resgate histórico dos movimentos e das ocupações, espaços de compartilhamento de dúvidas comuns e noções básicas de elétrica e hidráulica; (2) Levantamentos: compilação de documentação existente sobre os edifícios e sobre a ocupação; levantamentos físicos dos edifícios; levantamentos sociais com as famílias moradoras; (3) Diagnósticos: entrevistas com os técnicos-moradores responsáveis pelas obras e manutenção dos edifícios; leituras e análises técnicas a partir dos dados dos levantamentos; (4) Propostas: orientações técnicas, projetos e orçamentos estimativos para ações de melhorias nos edifícios nas disciplinas de arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica e segurança contra incêndio, projetos específicos para regularização dos serviços de água e energia nas concessionárias; (5) Mobilização comunitária: trabalho junto a comissões de famílias, distribuídas nos eixos temáticos, para organização e implementação de ações imediatas e construção coletiva das propostas; (6) Articulação política: articulação junto aos órgãos públicos e concessionárias para viabilização das obras e regularização dos serviços públicos essenciais; contribuição para o debate público acerca dos processos de melhorias nas ocupações.

Figura 2: Quadro das ocupações envolvidas nos três ciclos de trabalho do Ocupas Centro
Fonte: Ocupas Centro (2023), produção gráfica de Nathália Conte Mendes Batista



As 19 ocupações compõem um quadro bastante heterogêneo em relação ao seu uso original, idade e tamanho da construção, situação fundiária, situação urbana, número de famílias, entre outras variáveis, como mostra a figura 2, implicando na construção de uma necessária miríade de estratégias técnicas, jurídicas e políticas para o enfrentamento de cada uma das necessidades identificadas.

A análise da situação física dessa diversidade de edifícios nos levou à compreensão de que precisamos, enquanto técnicos, nos aprofundar no debate do risco. Isso porque, o conceito de risco tem sido acionado frequentemente em processos judiciais e tratativas com órgãos públicos como argumento para criminalizar e invalidar a existência das ocupações e justificar remoções. Contudo, na maioria das vezes, existe uma imprecisão sobre as características, os contornos e as dimensões desse risco, levando a encaminhamentos e decisões precipitadas (como a remoção), que acarretam outros riscos para a vida das pessoas envolvidas, apenas trocando um risco por outro, conforme entendimento do Prof. Ricardo Moretti.

Problematizar e refletir sobre a ideia do risco não tem como objetivo minimizar precipitadamente os problemas de ordem física e social que podem existir nas ocupações, mas defender a importância de situar, qualificar, especificar e mensurar os riscos decorrentes de tais problemas. Ao se debruçar sobre os levantamentos e os diagnósticos que têm sido realizados nas ocupações envolvidas no projeto Ocupas Centro, buscou-se construir soluções para afastar ou mitigar significativamente as situações de risco, em vez de afastar as pessoas das edificações, aumentando o nível de segurança dos moradores e garantindo sua permanência.

Com que bagagem chegamos ao campo

Durante o desenvolvimento de cada ciclo do trabalho, na fase de levantamentos e diagnósticos físicos - notadamente momentos de reconhecimento e caracterização do território e das comunidades - para cada Ocupação participante, foram compostas equipes multidisciplinares, na perspectiva de construir entendimentos coletivos sobre as condições físicas e sociais dos edifícios ocupados. Estas envolveram arquitetos(as) e urbanistas; engenheiros(as) eletricistas; engenheiros(as) hidráulicos(as); articuladores comunitários; técnicos responsáveis pela manutenção dos prédios e ainda contaram com a participação de uma Bombeira Civil. As equipes foram organizadas de forma transversal e as ações de levantamento, diagnóstico e propostas foram agrupadas a partir de cinco temáticas: arquitetura, estrutura, hidráulica, elétrica, segurança contra incêndio. Cada uma das equipes operou um conjunto de instrumentais, a fim de construírem bancos de dados quantitativos e qualitativos, que permitissem caracterizar o território, subsidiar a elaboração de diagnósticos temáticos e, posteriormente, de propostas técnicas para os problemas encontrados.

assessorias populares: práticas em movimento

Repertórios

Situando-se em um campo de trabalhos técnicos de intervenção sobre os tecidos urbano, arquitetônico e social existentes, a concepção do método de trabalho e composição de equipe bebeu de algumas experiências anteriores nesse campo das assessorias técnicas envolvidas. Destacamos a seguir, brevemente, algumas delas.

A Peabiru mobilizou aprendizados de alguns trabalhos anteriores no campo de projetos de melhorias habitacionais, em contextos de urbanizações de favelas em município da Região Metropolitana de São Paulo.[3] Estes trabalhos subsidiaram ainda debates internos acerca da composição de modelos de indicadores de precariedade habitacional,[4] para orientarem a priorização, planejamento e composição de orçamentos para projetos desta natureza. Posteriormente, em 2013, a Peabiru realizou no município de Santos levantamentos das condições físicas de empreendimento paralisado do programa habitacional federal Crédito Solidário, vislumbrando a sua retomada de obra. Nesse contexto, iniciou o uso de aplicativos eletrônicos de campo para construção de bancos de dados e diagnósticos temáticos. Tiveram também importância outras duas experiências em levantamentos de patologias em concreto realizadas em empreendimentos do Minha Casa Minha Vida Entidades[5] e proposição de soluções de reparos estruturais. Participou ainda, em 2016, de uma experiência de assessoria para desenvolvimento de um plano de ocupação e propostas para obras emergenciais na Ocupação 9 de julho, do MSTC, como apoio ao momento inicial de ocupação do edifício. Por fim, em 2020, a Peabiru realizou um Plano Popular de Urbanização e Regularização Fundiária do Bairro Jardim Helian, na zona leste de São Paulo, onde desenvolveu levantamentos e propostas para melhorias habitacionais de 5 casas.

A FIO ATP, por sua vez, durante o período de 2018 a 2024, assessorou a implementação de obras de melhorias por autogestão e autofinanciamento em cinco ocupações do MSTC, nos bairros da Bela Vista e Sé, já no contexto conflitivo pós-queda do Edifício Wilton Paes de Almeida, aludido na sessão anterior. Realizou levantamentos, projetos e acompanhamento de obras de segurança contra incêndio, elétrica, hidráulica, estrutura e habitabilidade, que até o presente são acompanhadas e realizadas por mutirão com os moradores da ocupação e mão de obra técnica especializada, quando necessário. Trata-se também, das experiências com formato mais próximo dos trabalhos que seriam realizados no contexto do Ocupas Centro em escala maior. Tais práticas de assessoramento e trabalho coletivo foram contextualizadas e descritas no livro "Assessoria técnica popular: a prática em movimento".[6]

Por fim, o Coletivo Mola, uma assessoria formada em 2021, que iniciou seus trabalhos com o acompanhamento da Ocupação Conselheiro Né-

[3] Projetos de Urbanização das Favelas Irati (Taboão da Serra, 2005), Morro do Sabão (Taboão da Serra, 2008), Capelinha e Cocaia (São Bernardo do Campo, 2010) e Batistini (São Bernardo do Campo, 2013), e de Regularização Fundiária da Favela Amadeu (São Paulo, 2007).

[4] Conferir em Santo Amore et al. (2014).

[5] Empreendimentos Parque Estela, do MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia), em Guarulhos, 2013; e Elza Soares, do AMJI-FLM (Associação de Moradores do Jardim Ipanema), 2021.

[6] Assessoria técnica popular: a prática em movimento [editores Álvaro Roberto de Lara Júnior... [et al.]. São Paulo, SP: MSTC - Movimento Sem Teto do Centro, 2022. Outros editores: Andrei Massa, Bruno Lima, Julise Ribeiro, Marcele Lemos Piotto.

bias. Entre seu escopo de ações, fizeram as pinturas na fachada do prédio, auxiliaram na reforma da sala de assembleias e áreas comuns do edifício, em especial os banheiros que contaram com a contratação de técnicos de outras Ocupações para realização da obra (Cavanus *et al.*, 2023). Em 2023 e 2024, iniciaram o assessoramento da Ocupação Elza Soares, seguindo com trabalho de formação, realização de oficinas e elaboração de projetos de melhoria.

Para além destas experiências anteriores das assessorias, também contribuíram para a concepção do método de trabalho o próprio contexto conflitivo sobre o qual ele incide, fortemente mobilizado pelo debate sobre a existência ou não de riscos nas edificações e nas possibilidades de regularização dos serviços de água e luz nas mesmas. Nesse marco, alguns outros parâmetros de descrição e análise ganharam importância. Foi o caso daqueles relativos à segurança contra incêndio (desobstrução de rotas de fuga, iluminação e sinalização de emergência, extintores, hidrantes etc); e também dos parâmetros de medição de consumo de energia elétrica.

Este conjunto de experiências revela diferentes formas e níveis de aproximação, relação e intervenção sobre territórios populares realizados por técnicos com formação universitária e um acúmulo de militância política junto a movimentos sociais. Mesmo que, por um posicionamento político, estas assessorias técnicas tenham buscado meios de atuar profissionalmente junto a realidades urbanas populares, a construção e conjugação dos saberes necessários para se conhecer, caracterizar e intervir sobre estes territórios continuam sendo desafios epistemológicos, metodológicos e técnicos. Parece seguro afirmar que, em geral, a formação universitária nas áreas de arquitetura e urbanismo e engenharias concentra seus conteúdos sobre a cidade formal e o universo de problemas técnicos próprios destas realidades; mas também que os repertórios, parâmetros de análise e proposição e instrumentos de trabalho mais difundidos no ambiente acadêmico destes cursos são orientados por estas realidades e para elas.

As normas técnicas ABNT de instalações elétricas de baixa tensão (NBR 5410/2008) são um exemplo disso, mas poderiam ainda ser citados também outros parâmetros normativos de concreto, de hidráulica, de conforto ambiental, de acessibilidade, de proteção contra incêndios como Inspeção Visual em Instalações Elétricas de Baixa Tensão (IT41/2019) do Corpo de Bombeiros, entre outras. Em que pese não terem força de lei, são amplamente aceitas e tomadas como autoridade técnica por diversos órgãos do poder público. No caso do Ocupas Centro, tomar como referência privilegiada estes parâmetros construídos para a cidade formal colocou impasses com implicações de grande peso. A caracterização de que tratou o trabalho tinha um propósito de subsidiar e qualificar discussões sobre a existência de riscos nas edificações, bem como sobre a viabilidade de regularização de serviços de água e energia, em áreas em conflito fundiário. Discussões que se realizaram no âmbito de processos judiciais e diálogos e negociações com a Prefeitura de São Paulo, Defesa Civil, Ministério Público e outros. Em última análise, o que esteve em jogo neste debate técnico-político foi constituir parâmetros de aceitabilidade e legitimidade das ocupações, em momento de grande disputa pelo Centro da cidade com setores do mercado imobiliário, proprietários, comerciantes, etc. Em processos que acabaram levando lideranças de ocupações à prisão.[7]

[7] No contexto conflitivo que se desdobrou da queda do Ed. Wilton Paes de Almeida, novas camadas de criminalização ganharam espaço, para além dos conflitos fundiários em si. Houve lideranças presas sob alegação de extorsão e furto de energia. Para mais informações a respeito, conferir em Santos e Guerreiro (2020).

Parâmetros

Partindo deste conjunto de experiências anteriores das três assessorias técnicas envolvidas e das demandas do conflito vivenciado naquela conjuntura, o método de trabalho foi concebido e, no curso do processo, também foi sendo aprimorado. Para a caracterização das condições de segurança e habitabilidade das edificações, foram definidas áreas técnicas de interesse, parâmetros de análise para cada uma delas e instrumentos de coleta de dados. Por fim, foram definidos modos de processamento e articulação dos dados coletados, que compuseram os diagnósticos temáticos. As equipes de trabalho, por sua vez, foram organizadas de forma matricial, de modo a abordar os problemas a partir de duas embocaduras: por tema e por edificação. Foi uma estratégia para otimizar o fluxo de informações técnicas no interior das equipes, bem como para potencializar a elaboração das propostas nos diferentes edifícios.

Para o debate pretendido neste artigo, iremos usar o caso dos levantamentos e diagnósticos para **elétrica** como exemplar para demonstrar os encontros e desencontros dos ditos saberes técnicos e populares aqui abordados. Porém, é possível afirmar que situações semelhantes ocorreram em todas as disciplinas trabalhadas, e se estendem também para além das ocupações de edifícios, sendo possivelmente o debate aplicável a todo o campo da autoconstrução e da moradia popular.

A seguir destacamos os parâmetros de caracterização e análise das condições das instalações elétricas:

- entrada de energia do prédio: disjuntores e divisões de circuitos para atender os andares e apartamentos;
- prumadas de subidas dos cabos para os andares superiores;
- condições do cabeamento: acondicionados em eletrodutos; expostos;
- condições dos quadros: material, estado;
- ausência de sistema de aterramento e de condutor de proteção (terra);
- uso intenso de benjamins e/ou réguas de tomada;
- condição dos disjuntores e ausências de outros dispositivos de proteção (IDRs e DPS) : existência, capacidade, bitola dos cabos conectados.

O interesse por estes parâmetros de caracterização e de análise tiveram inicialmente como pressuposto um ideal técnico de que solução segura de instalações elétricas é aquela que provê segurança das pessoas, equipamentos, mobiliário e da estrutura do prédio; isto por meio de um projeto com cabos elétricos e sistemas de proteção que permitam suprir as necessidades de consumo sem situações de sobrecarga, risco a curtos-circuitos e de choques elétricos aos usuários. Cabeamento dimensionado conforme a norma, acondicionado em eletrodutos flexíveis embutidos nas paredes, ou então eletrodutos rígidos externos. Disjuntores — entendidos como sistemas de proteção, e não como interruptores —[8] com capacidade dimensionada conforme a norma, em quantidade e critérios de distribuição e hierarquização definidos pela norma, com barramentos protegidos, idealmente com sistemas de proteção adicionais e aterramento. A presença de quadro de energia, em material não combustível, e acondicionado de maneira estanque.

Levantamentos

Para os levantamentos de campo específicos de elétrica, valemo-nos de uma série de instrumentais que foram sendo pensados e/ou aprimorados ao longo dos três ciclos de trabalho. Como premissa, identificamos a importância de buscar mapear os caminhos da energia elétrica dentro do prédio, desde a sua entrada até a distribuição em cada tomada, aferindo possíveis incompatibilidades ou inadequações. Selecionamos e apresentamos a seguir alguns dos instrumentos relacionados especificamente aos parâmetros de interesse para o debate deste artigo.

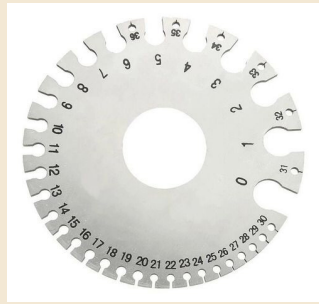
Para a identificação segura das bitolas (espessuras) dos fios no lugar onde estavam, foram usados o **bitolômetro e o gabarito de fios** (figuras 3, 4 e 5). O registro das bitolas e da capacidade dos disjuntores por quadro eram anotados em uma **planilha** (*Google Sheets*) durante o levantamento. Para além das informações sobre fiação, suas conexões e proteções, distribuição de energia e carga, fizemos o **levantamento dos aparelhos elétricos** usados por unidade, para aferição do consumo e identificação de possíveis sobrecargas, por meio de entrevistas estruturadas com as famílias.[9] Por fim, fizemos campanhas de medição de consumo de energia em cada ocupação, utilizando **medidores** (figura 6). A medição do consumo de energia elétrica serve para a regularização perante a concessionária o serviço de energia elétrica e a medição para rateio dos custos com a energia elétrica entre os moradores separando consumo das unidades de moradia e consumos das atividades coletivas e/ou de áreas comuns (iluminação de corredores e escadarias, banheiros, lavanderias e cozinhas coletivas e outras áreas comuns).

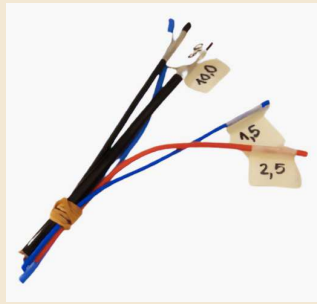
[8] É corriqueiro, no senso comum, que os disjuntores sejam entendidos com a mesma função de interruptores comuns e não como mecanismos de proteção do cabeamento.

[9] Estes dados relativos aos eletrodomésticos de cada família foram produzidos no âmbito dos levantamentos sociais, em momento separado dos levantamentos físicos e por meio de estratégias de aplicação próprias. Foram pré-elencados eletrodomésticos a serem assinalados, com especial interesse para os de alto consumo

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Figuras: 3;4;5: Bitolômetro; Gabarito de fios; Aferição das bitolas dos cabos em campo







Fonte das figuras: Acervo Projeto Ocupas Centro

Figura 6: Medidor de Energia



Fonte: Acervo Projeto Ocupas Centro

A aferição deste conjunto de parâmetros poderia ser feita exclusivamente pelas equipes técnicas e seus instrumentos, sem a necessidade de escuta de outros atores do processo de construção, física e social, de cada ocupação. Contudo, o trabalho Ocupas Centro estabeleceu também como objetivo o aumento de conhecimento por parte das equipes técnicas sobre as culturas construtivas e as soluções empregadas no contexto da autoconstrução nas ocupações. Nesse sentido, foram tomados também como parâmetros de interesse as estratégias de construção e viabilização das instalações elétricas empregadas pelos eletricistas responsáveis. Para tanto, foram ainda realizadas entrevistas semi-estruturadas e visitas com os eletricistas que realizaram as obras

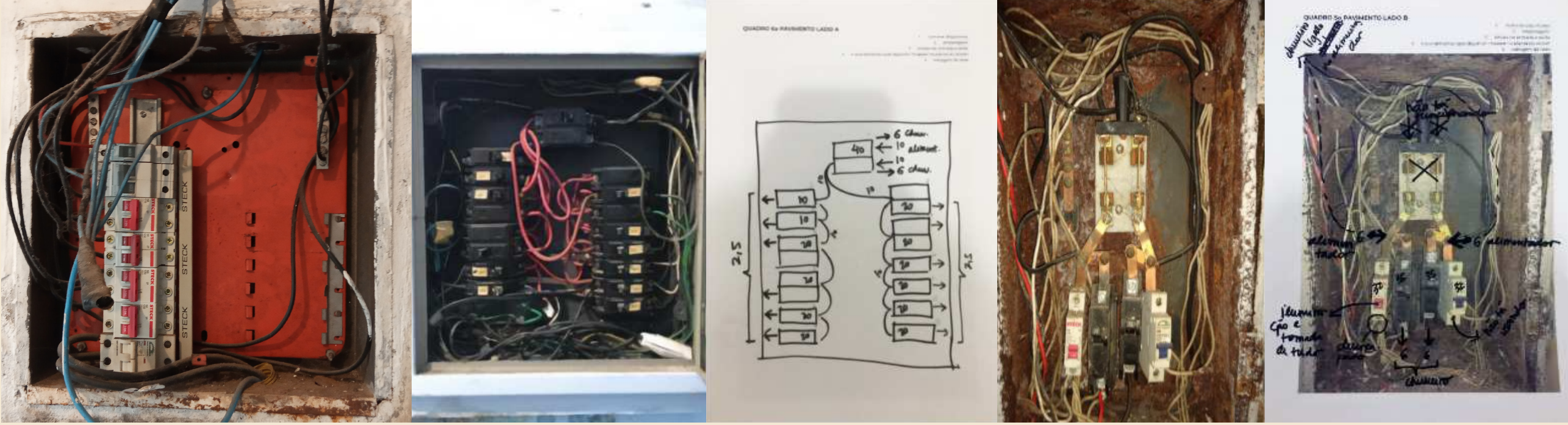


Figura 7: Exemplos de quadros de energia elétrica encontrados nos edifícios
Fonte: Acervo Projeto Ocupas Centro

de instalações elétricas em cada ocupação, a fim de reconstituir os processos de intervenção por autoconstrução, seus contextos, sentidos e escolhas técnicas realizadas. Frequentemente estes eletricistas eram também moradores das ocupações e tinham um envolvimento pessoal, em alguns casos sendo remunerados para realizar o serviço, outros não. Este instrumento teve o objetivo de visibilizar as lógicas e sentidos das escolhas, de modo a fornecer elementos para as equipes das assessorias técnicas para a compreensão das instalações. Mas para além disso, também contribuíram nas leituras e definições sobre o horizonte possível de intervenção, o viável, em cada situação.

O que encontramos no campo

Entre um universo grande de achados dos levantamentos e diagnósticos, selecionamos dois exemplos das leituras sobre as instalações elétricas, que ensejaram choques de repertórios entre equipes das assessorias técnicas e profissionais que executaram os serviços, gerando impasses e sínteses. E um terceiro exemplo, em que o uso do instrumento de medição explicitou uma desconexão entre a forma de produção dos parâmetros oficiais e o contexto das ocupações, popular e autoconstruído.

O primeiro exemplo diz respeito às soluções de instalação de disjuntores com seus respectivos cabeamentos. A solução preconizada pela norma técnica para instalações de baixa tensão indica dimensionar disjuntores ou especificar a corrente de atuação do disjuntor adequada ao cabo de saída. Ou seja, o disjuntor deve permitir o funcionamento do circuito, deixando passar a máxima corrente da carga atendida pelo cabo e não deixar que a máxima capacidade de corrente do cabo seja ultrapassada, pois isso causaria uma sobrecarga ou um curto circuito. Quando se chega a este limite, o disjuntor desarma e interrompe a passagem de energia. Dessa forma, torna-se imperativa uma adequação entre estas duas variáveis — bitola do cabo e capacidade do disjuntor — previstas na norma e informadas pelos fabricantes. Ademais, há uma recomendação de algum grau de seccionamento, ou seja, de separação de circuitos de tomadas, iluminação, tomadas de uso específico, como chuveiros elétricos, etc, agrupando-os de maneira a permitir desligamentos independentes, minimizando desligamentos de toda instalação, e a possibilidade de realizar manutenção, verificação, localização de defeitos e reparos.

No decorrer dos trabalhos do Ocupas Centro, encontramos quase sempre soluções, em graus diferentes, divergentes desta prevista nas normas. Em geral, com um único disjuntor para toda a casa. Seguem alguns exemplos na figura 7.

Nota-se nas imagens casos de composição de cabos em um mesmo disjuntor, aproveitando cabos de menor bitola (mais baratos) e de associação de disjuntores. A ausência de barramentos de cobre e o uso de cabos também mostrou-se uma prática comum na saída do disjuntor geral para alimentar disjuntores parciais. Para o repertório técnico baseado na norma, estas “gambiarras” poderiam ser entendidas como “erradas”, “ignorantes”, “caóticas”, “perigosas”. Contudo, quando estas soluções começaram a se repetir, com variações, em diferentes ocupações, aquilo que poderia ser categoricamente classificado como “errado” deixa transparecer a existência de sentidos comuns ali, lógicas próprias da autoconstrução, da

economia de material, do reaproveitamento, da escassez de recursos. Nesse processo, a ideia de solução "errada" ajuda pouco a descrever e compreender as edificações e seus processos de construção. A ideia de "soluções fora da norma" pareceu explicar melhor aquelas "gambiarras", explicitando regularidades, saberes, estratégias ali amalgamadas.

Outro exemplo interessante para o debate deste artigo foi a solução de cabos nas áreas comuns em uma das ocupações. A norma indica que para o uso habitacional os cabos elétricos devem preferencialmente estar acondicionados em eletrodutos embutidos na parede. Esta indicação assinala uma preocupação com os riscos de cabos e conexões de cabos expostos podem gerar curto-circuitos que podem virar incêndios, se estiverem próximos de materiais inflamáveis. Seguem imagens ilustrativas desta solução na figura 8.

Trata-se do uso de espaçadores, que são hastes metálicas, mais comumente utilizadas em postes públicos, com a finalidade de manter os cabos paralelos e distantes, de modo a evitar o contato entre eles. Para o repertório baseado nas normas técnicas, esta solução está "errada", pois mantém o cabeamento exposto e portanto, sujeito aos riscos já citados. Contudo, a análise mais detida da equipe de Engenharia Elétrica sobre a

Figura 8: Exemplos de cabos expostos com espaçadores
Fonte: Acervo Projeto Ocupas Centro



assessorias
populares:
práticas em
movimento

situação específica pôde levar a outras conclusões. Em que pese a fiação de fato estar exposta, o uso destes espaçadores fixados em lugar alto nos corredores foi um meio de evitar um possível contato de pessoas com aqueles cabos e de contato entre os cabos. Ademais, neste arranjo, eventuais superaquecimentos dos cabos decorrentes de subdimensionamento[10] poderiam ser melhor dissipados estando ao ar livre. Se estivessem acondicionados em eletrodutos e embutidos nas paredes, o calor gerado estaria mais concentrado, provavelmente levando mais rapidamente ao derretimento das capas plásticas dos cabos e ocorrência de curto-circuitos entre os cabos e risco de incêndio e de sua propagação.

[10] Os cabos são formados por uma parte de cobre, que conduz a energia elétrica, e outra de uma capa de plástico (PVC) de proteção química e mecânica. Quando os cabos conduzem uma corrente elétrica maior do que sua capacidade ideal, ela começa a produzir calor excessivo (temperaturas maiores que 70ºC) e o material da capa plástica começa a derreter, expondo a parte de cobre que é condutiva. Quando dois cabos eletrizados se tocam, ocorre um curto-circuito.

Por fim, outra questão importante está relacionada com os padrões encontrados nas medições de consumo de energia elétrica na entrada de energia dos prédios, que afetam o dimensionamento do quadro geral do prédio e das prumadas de cabos que alimentam cada andar, para suprir as unidades de moradia e as áreas comuns. Os critérios e padrões de dimensionamento da entrada de prédios e das prumadas que alimentam os andares/apartamentos são construídos em campanhas de medições pelas concessionárias realizadas em vários tipos e padrões de prédios, que levam à criação de modelos estatísticos que consideram a simultaneidade de usos de eletrodomésticos e que levam em conta o número de apartamentos e a área deles. Nas medições feitas no bojo do trabalho Ocupas Centro, os resultados apontaram padrões de consumo de energia significativamente inferiores aos parâmetros de referência das concessionárias, em face dos padrões de moradia ali praticados. Esta situação levou as equipes técnicas a questionarem a aplicabilidade destes parâmetros nestes contextos, de certa forma visualizando um desencontro entre o repertório técnico que produziu os parâmetros oficiais e a realidade das ocupações.

Reflexões sobre a prática de assessoramento técnico

Estes momentos do trabalho de encontros e choques de repertórios entre os técnicos universitários e os técnicos não-formais mostraram-se de grande importância para repensarmos a própria forma de trabalhar. Momentos de reconhecimento não só da validade, como da necessidade de identificação dos diversos agentes e conhecimentos envolvidos na produção do espaço autroconstruído, a fim de visualizar as suas lógicas e sentidos e, a partir disso, as soluções mais seguras, duradouras, viáveis técnica e financeiramente. Incorporar o conhecimento não-formal na leitura e intervenção do território autoconstruído significa se abrir para entender as lógicas de uma parte muito relevante do território e da sociedade brasileira.

Vale destacar que este reconhecimento não significa tomá-los como portadores naturais de virtude simplesmente por serem oriundos de circuitos de conhecimento externos aos hegemônicos ou socialmente validados; nem uma idealização do senso comum. Também não significa

vilanizar as normas técnicas ou conhecimentos técnico-científicos oriundos da Universidade, em que pesem suas contradições. Significa antes um esforço de produzir diálogo a partir da diferença, lastreado por uma aliança política entre equipes técnicas e Ocupações, neste contexto, em torno do objetivo de buscar soluções que priorizassem a permanência das famílias ocupantes e com segurança. Trata-se uma disponibilidade dos agentes envolvidos de reconhecimento mútuo de conhecimentos, mas também de ignorâncias, conforme discute Lopes (2016).

A multiplicidade de processos, agentes e saberes envolvidos no contexto do trabalho Ocupas Centro permitiram - e, ao mesmo tempo, demandaram - pensar a técnica a partir da sua necessidade constante de transformação, entendendo como os conhecimentos envolvidos nos processos foram se moldando, adaptando e consolidando. As relações que estavam sendo construídas entre os agentes envolvidos estavam reconfigurando o repertório técnico e os parâmetros aprendidos até então, especialmente do que se tem de referência nos espaços hegemônicos de formação das áreas de arquitetura e urbanismo e engenharias, criando novas formas de leitura e proposição e incidindo na construção de novos conhecimentos técnicos para o campo de atuação (Batista *et al.*, 2023).

Desde a leitura de quadros de luz até o entendimento macro das possíveis condições de risco encontradas nos espaços visitados, muitos parâmetros precisaram ser reavaliados e situados nos contextos em que se encontravam. Observar essas condições e conversar com os técnicos-moradores que executaram intervenções nas ocupações nos levou a um alargamento do entendimento técnico acerca daquelas soluções, remodelando, inclusive, as formas de olhar para o problema e de propor intervenções sobre ele. Dessa forma, as equipes puderam visualizar avanços e limites nos resultados alcançados ou não atingidos. Ainda que esse seja um campo em transformação dentro das universidades, em vista dos projetos extensionistas que se debruçam sobre áreas populares autoconstruídas das cidades brasileiras e o processo de produção urbana assumido por movimentos sociais e organizações comunitárias (Batista et al., 2023), sabemos que essa é uma pauta em constante disputa, que ainda exige ampliação de visibilidade e novas experiências que possibilitem dar mais contorno e profundidade ao problema.

Na busca por tecer redes de trabalho e parceria com pessoas e/ou grupos da área da engenharia elétrica, por exemplo, houve a articulação com professores, estudantes e pesquisadores da Escola Politécnica da USP, que trouxeram contribuições fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Em paralelo, essa atuação junto às ocupações de moradia, para a maioria dos professores e estudantes envolvidos, simbolizou o primeiro contato com demandas dessa natureza, levando à construção de novos debates, acúmulos e possibilidades de trabalhar a temática em

assessorias
populares:
práticas em
movimento

questão, e, principalmente, extrapolando o repertório técnico aprendido até então na Escola Politécnica. A relação com o grupo de pesquisa e extensão de estudantes e professores engenheiros eletricistas trouxe a aproximação com a técnica a partir de experimentações e adaptações realizadas perante uma realidade com uma demanda social concreta, mas que os parâmetros de ensino não tinham abordado até então.

A aproximação com experiências próximas da realidade das classes populares das cidades contribui para um movimento de produção de conhecimento que reedita e complexifica os problemas que estão colocados. Defender esse movimento de construir novos repertórios dentro de um dos possíveis espaços de formação onde se aprende a técnica, aqui falando a partir da universidade, é defender também a possibilidade de fazer ciência ancorada em uma leitura de mundo múltipla, atenta e sensível. Em paralelo, ampliar as possibilidades de ensino, estudo e de ação na universidade é estar em diálogo com os outros espaços de formação e difusão dessa mesma técnica. É confluir saberes construídos a partir de perspectivas diferentes (Santos, 2015).

Essa ideia de confluência dos saberes, é alimentada por Antônio Bispo dos Santos (2015) e associada à construção do pensamento orgânico, do cruzamento entre diversas fontes do saber, entre a sabedoria dos povos tradicionais e outros conhecimentos. Santos defende que é justamente esse cruzamento que possibilita “transformar as divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências” (Santos, 2021, p. 69). Pensar a partir do encontro entre mundos diferentes, e também pensamentos, vivências e saberes diferentes, direciona a ideia de confluência apresentada pelo autor. Nesse sentido, parece interessante mobilizar essas ideias para repensar esse lugar da técnica, na busca por uma atuação que ao mesmo tempo em que não fuja das suas possibilidades e repertórios instrumentais, também esteja atenta às sabedorias coletivas, plurais e que não costumam ser consideradas pelos repertórios hegemônicos.

Luiz Rufino também traz reflexões importantes nesse alinhamento, a partir da ideia de pedagogia das encruzilhadas, trazendo para a centralidade da discussão referenciais que por muito tempo ocuparam um lugar de descredibilidade, desvio e esquecimento (Rufino, 2019, p. 10). O autor traz a ciência da encruzilhada como uma predisposição para compreender o mundo a partir do encontro, do cruzo, pautando uma ideia de valorização de gramáticas e leituras enunciadas por presenças não hegemônicas, enfrentando e transgredindo os repertórios historicamente dominantes. Aponta para a noção de encruzilhada como possibilidade de construir novos caminhos, práticas e possibilidades que vão de encontro com a diversidade de saberes e a multiplicidade das experiências e vivências, também como estratégia de denunciar a razão homogênea e dominante.

Sem pretender nos debruçarmos aqui sobre o conceito de encruzilhada, incorporamos essas reflexões para apoiar uma defesa de que a nossa produção de ciência, que se dá a partir de relações pessoais, afetivas e de práticas dialógicas, não é menos ciência que outras ciências. Assim como uma técnica que se ancora nesses referenciais, não é menos técnica. Ao contrário, o desafio de atuar, pensar e intervir sobre a cidade e suas demandas, apoiado em uma técnica que se baseia na produção de conhecimento aberto à complexidade da realidade, garante à própria técnica um compromisso social, ético e político com essa realidade e sugere olhar com mais profundidade para as questões e os problemas encontrados no caminho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Instalações elétricas de baixa tensão, **NBR5410/2004**.

BATISTA, N. C. M.; *et al.* Pesquisa-ação e extensão universitária: prática e formação em assessoria técnica pelo direito à moradia em áreas centrais. *In*: ENANPUR 2023, 20. **Anais [...]**. Belém 23 a 26 maio. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st09-30.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

HORIGOSHI, Maria Rita de Sá Brasil; HODAPP, Alexandre. A assessoria técnica entre a luta pela moradia digna e a urgência de um teto. *In*: UEMURA, Margareth Matiko; NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar. **ATHIS para o direito à moradia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. Disponível em: https://polis.org.br/publicacoes/athis-para-o-direito-a-moradia/. Acesso em: 15 mar. 2022.

LOPES, Marcela S. B. Artesanias na cidade autoconstruída. *In*: NASCIMENTO, Denise M. (org.). **Saberes (auto)construídos**. Belo Horizonte, C/Arte, 2016.

PEABIRU TCA. **Cadernos do Projeto Ocupas Centro**: Assistência Técnica para melhorias nas condições de habitabilidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo. São Paulo, SP, 2021.

PEABIRU TCA e FIO ATP. **Cadernos do Projeto Ocupas Centro**: Assessoria Técnica para Processos de Melhorias de Edifícios Ocupados e Regularização de Serviços. São Paulo, SP, 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Relatório da situação das ocupações na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP, 2018.

RUFINO, Luiz. **Encantamento sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2020.

SANTO AMORE, C.; *et al*. Precariedades habitacionais: um ensaio de qualificação e quantificação, uma metodologia de projeto para intervenção em favelas. I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. **Anais [...]**. URBFAVELAS: São Bernardo do Campo, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Renato Abramowicz; GUERREIRO, Isadora de Andrade. Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço - e sua criminalização. *In*: **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. Observatório de Remoções: Relatório bianual. São Paulo: Raquel Rolnik, 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA MILITAR Do ESTADO DE SÃO PAULO. Corpo de Bombeiros - Inspeção Visual em Instalações Elétricas de Baixa Tensão. **Instrução Técnica n. 41/2010** [em revisão]. Disponível em: http://www.corpodebombeiros.sp.gov.br/rev_it/IT41.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

assessorias populares: práticas em movimento

Reflexões sobre a prática de assessoramento técnico popular: entre choques de repertórios e confluências de saberes, na (re)construção das técnicas

Rafael Borges Pereira
Arquiteto e Urbanista, assessor técnico da Peabiru TCA.
Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Doutorando em Sociologia pela USP, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP e graduado na mesma instituição. Atua na Peabiru desde 2010 em projetos de habitação social, urbanização e regularização fundiária, conflitos fundiários e assessoria a movimentos populares. Diretor-Geral da Peabiru desde 2020. Temas de interesse: espaço urbano, conflito fundiário, habitação popular.
Email: rafael@peabirutca.org.br

Mariana Ribeiro Pardo
Arquiteta e Urbanista Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela FAU-USP e Assessora técnica (arquiteta e urbanista) da Peabiru TCA e do Escalar (Coletivo de Assessoria Técnica Popular). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, com período sanduíche na Universidad del País Vasco. Coordenadora Geral do Escalar (Coletivo de Assessoria Técnica Popular – Salvador/BA). Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela USP. Participa do grupo de pesquisa CoPolis e atua na Peabiru TCA (2021) em projetos habitacionais voltados ao MCMV-E e no trabalho Ocupas Centro.
Email: mariana.pardo@peabirutca.org.br

Marcele Lemos Piotto
Arquiteta e Urbanista, assessora técnica da Peabiru TCA e FIO ATP.
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Belas Artes. Pesquisadora no tema moradia e urbanismo insurgentes: moradia na área central de São Paulo e melhorias de segurança nos prédios ocupados. Cofundadora da FIO Assessoria Técnica Popular, atua no campo das Ocupações desde 2017, tem um trabalho especial na Ocupação 09 de julho, junto com MSTC. Recentemente publicou o livro Habitação é Central, como co-autora. Atua na Assessoria Técnica Peabiru TCA (2020) como arquiteta residente de obra.
Email: marcele@peabirutca.org.br

Nathália Conte Mendes Batista
Arquiteta e Urbanista, mestranda em Planejamento e Gestão do Território pelo CECS-UFABC e Assessora técnica da Peabiru TCA, pesquisa a relação entre trabalho e moradia nas Ocupações Verticais do Centro de São Paulo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2017), com especialização em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular pela Universidade Federal de São Paulo (2019). Atua no Laboratório de Justiça Territorial da UFABC (2021), contribuindo como bolsista FAPESP no grupo CoPolis e na Peabiru TCA (2020), como assessora técnica no trabalho Ocupas Centro.
Email: nathalia@peabirutca.org.br

assessorias populares: práticas em movimento

Maria Rita de Sá Brasil Horigoshi
Arquiteta e Urbanista pela Universidade de São Paulo (2009), mestranda em Habitat pela FAU-USP e Assessora técnica da Peabiru TCA. e mestranda pela mesma instituição. Arquiteta efetiva da Prefeitura Municipal de São Paulo, atualmente no Departamento de Planejamento Habitacional da Secretaria Municipal de Habitação. Atua na assessoria técnica Peabiru TCA desde 2007. Experiência em habitação de interesse social, projetos de urbanização de favelas, acompanhamento técnico e político de ocupações, planos urbanísticos e de regularização fundiária, pesquisas e levantamentos de campo.
Email: mariarita@peabirutca.org.br

Lara Isa Costa Ferreira
Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP - 2011) é doutora em Habitat pela FAU-USP e mestre pela FAU-USP (2017) na área de Habitat, com dissertação intitulada "Arquitetos Militantes em Urbanização de Favelas". Atualmente, é doutoranda na FAU-USP na mesma área. Interessa-se por metodologias participativas na arquitetura e urbanismo. Possui experiência em projetos de urbanização de favelas em São Paulo e colabora com diversas instituições em pesquisas sobre moradia popular.
Email: lara.icf@usp.br

José Aquiles Baesso Grimoni
Engenheiro Eletricista (1980), é professor Associado do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da USP. mestre (1989), doutor (1994) e livre-docente (2006) em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP. Atua nas áreas de pesquisa sobre energias renováveis, eficiência energética e instalações elétricas. Foi vice-diretor (2003 a 2007) e diretor (2007 a 2011) do IEE USP e vice-diretor da FUSP (2015 a 2022) e é coordenador do PUERHE-USP (2015 até hoje) e do curso de graduação de engenharia elétrica, com ênfase em Energia e Automação Elétricas da EPUSP.
Email: jose.grimoni@usp.b



Mapeamento Participativos nos territórios da Rosa Mística e do Pedregal em Campina Grande/PB
Fonte: elaborada pelos Autores

Desafios para caracterização dos territórios populares em Campina Grande e João Pessoa/PB[1]

Challenges for the characterization of Popular Territories in Campina Grande and João Pessoa/PB

*Lívia Izabel Bezerra de Miranda**
*Demóstenes Andrade de Moraes**
*Lira dos Anjos**
*Eanes Torres Pereira **
*Bruna Almeida Lima**
*Bruno Barbosa da Silva**
*Matheus Batista Simões**

[1] O artigo explora os resultados da pesquisa: Caracterização dos Assentamentos Populares em João Pessoa e Campina Grande PB que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Edital CNPq/MCTI/FNDCT N18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados (por meio do processo n. 403969/2021-2). Envolve 12 pesquisadores principais, 20 pesquisadores de iniciação científica e extensionistas, além dos citados na autoria deste trabalho

Resumo

O artigo discute os desafios para a caracterização dos territórios populares autoconstruídos a partir de uma pesquisa realizada pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles, com apoio do CNPq. O objetivo da pesquisa é identificar e caracterizar os assentamentos populares em João Pessoa e Campina Grande / PB. As reflexões estão desenvolvidas com base em cinco desafios para a caracterização desses territórios: i) o reconhecimento do lugar; ii) a finalidade da caracterização; iii) as novas possibilidades técnicas e informacionais no apoio às leituras espaciais; iv) caracterizar com a comunidade a partir de mapeamentos participativos; v) a disponibilização de dados e informações para a sociedade e para instituições governamentais e não governamentais. A perspectiva teórica apoia-se nos campos da Teoria Urbana Crítica e da Ecologia Política para problematizar e caracterizar os territórios. A abordagem metodológica é multidimensional, integrada e qualiquantitativa. Ela busca associar dados técnicos, fornecidos por órgãos oficiais e sistematizados por cartografias georreferenciadas, aos mapeamentos participativos, que servem como ferramenta para levantamento de subjetividades e especificidades das pessoas que vivem e constroem os territórios populares. A combinação de diferentes formas de cartografia social possibilita um estreitamento das relações com as comunidades, potencializa estratégias e ações de incidência política e pode fundamentar um planejamento mais adequado às reais necessidades da população. Estão em processo de

Abstract

The article discusses the challenges in characterizing self-built popular territories based on research conducted by the Paraíba Center of the Metropolis Observatory, with support from CNPq. The aim of the research is to identify and characterize popular settlements in João Pessoa and Campina Grande, PB. The reflections are developed based on five challenges for the characterization of these territories: i) recognizing the place; ii) the purpose of the characterization; iii) the technical and informational possibilities in supporting spatial readings; iv) participatory mappings; v) the availability of data and information to society and to governmental and non-governmental institutions. The theoretical perspective is based on the fields of Critical Urban Theory and Political Ecology to problematize and characterize the territories. The methodological approach is multidimensional, integrated, and qualiquantitative. It seeks to associate technical data, provided by official bodies and systematized by georeferenced cartographies, with participatory mappings, which serve as a tool for surveying the subjectivities and specificities of the people who live and build the popular territories. The combination of different forms of social cartography allows for closer relationships with communities, enhances strategies and actions for political advocacy, and can support planning more aligned with the real needs of the population. An interactive platform called “Morar da Gente” is being developed to gather and provide information for managers and community organizations, along with two atlases presenting the characterizations carried out. It is argued that the recognition of popular territories is evidenced as a means to promote democratic, inclusive, and just cities.

Keywords: Popular settlements, Characterization, Geographic Information Systems, Collaborative

produção uma plataforma interativa intitulada “Morar da Gente”, que reunirá e disponibilizará informações para gestores e para as organizações comunitárias e dois atlas que apresentam as caracterizações realizadas. Defende-se que o reconhecimento dos territórios populares é um meio de promover cidades democráticas, inclusivas e justas.

Palavras-chave: Assentamentos populares, Caracterização, Sistemas de Informações Geográficas, Mapeamentos colaborativos

Desafios para caracterização dos territórios populares em Campina Grande e João Pessoa/PB

Considerações Iniciais

O artigo discute os desafios para a caracterização dos territórios populares autoconstruídos, a partir de algumas iniciativas que vêm sendo realizadas pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles. Entre estas iniciativas destaca-se a pesquisa, “Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB”, que tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Estudo visa a identificação e caracterização multidimensional integrada de territórios populares autoconstruídos, a partir das suas condições urbanísticas, fundiárias, infraestruturais, sociais e ambientais, considerando dados, informações e estudos de órgãos públicos e instituições de pesquisa. Para além das condições de precariedade e vulnerabilidade também são observadas as forças e potencialidades relacionadas às iniciativas dos moradores, para a reprodução da vida e social. Entende-se que essas referências podem fomentar processos de cogestão de intervenções públicas, uma vez que a perspectiva da pesquisa é subsidiar políticas urbanas multidimensionais integradas que priorizem esses territórios.

Outras iniciativas de formação e extensão estão associadas às iniciativas de pesquisa, como o Programa “Fortalecendo capacidades e ações pelo direito à cidade.” Este programa extensão contém um projeto para a formação dialógica de líderes comunitários, estudantes e ativistas de direitos, a partir da troca de saberes populares e técnicos; um projeto de mapeamentos participativos nos territórios populares, construídos por seus moradores; e, um projeto de monitoramento colaborativo dos riscos ao alagamento em comunidades ribeirinhas. Os dados e informações gerados a partir destas iniciativas vêm sendo sistematizados e integrados a bancos de dados e Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e inseridos em um Atlas e em uma Plataforma Virtual Colaborativa aberta para usuários.

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Os resultados dessas iniciativas têm contribuído com os processos formativos dialógicos, de transferência de tecnologias para representantes das comunidades, integrantes de entidades e assessorias apoiadoras dos assentamentos e técnicos municipais. Também visam fomentar ações de incidência política visando a ampliação de investimentos públicos para a urbanização, regularização e melhorias dos assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande.

Todas as experiências relatadas adotam os campos da Teoria Urbana Crítica (Brenner, 2016) e da Ecologia Política (Leff, 2006) como perspectiva teórica. Entende-se que as situações do morar periférico são expressões da produção desigual do espaço e das injustiças socioespaciais e ambientais nas cidades brasileiras. Sendo assim, há o reconhecimento da autoconstrução e dos mercados informais foram a forma mais efetiva de acesso à moradia e à cidade da população em situação de pobreza, uma vez que são escassas as oportunidades de acesso a programas habitacionais públicos e ao mercado privado formal. A pesquisa estrutura-se por uma abordagem metodológica multidimensional integrada e quali-quantitativa, materializada em: levantamentos, sistematização e análises de dados e informações; processos técnico-informacionais referentes a georreferenciamento e à estruturação dos sistemas de informações geográfica e da plataforma digital; e processos dialógicos de interações com as comunidades por meio dos mapeamentos participativos; interações com atores diversos para a identificação e caracterização dos assentamentos populares; e desenvolvimento de experiências formativas dialógicas e de transferência de tecnologias (Moraes; Miranda, 2023).

Com base nas experiências relatadas acima, as reflexões apresentadas neste artigo foram organizadas a partir de cinco desafios para a caracterização dos territórios populares autoconstruídos: i) o reconhecimento do lugar, entendendo que é preciso reconhecer para priorizar e superar a invisibilidade das pessoas e dos territórios populares para que sejam priorizados por investimentos públicos; ii) Qual a finalidade da caracterização, considerando que a construção de indicadores e variáveis para caracterização dos territórios e de seus habitantes deve ser multidimensional, mas ao mesmo tempo estar em consonância com a sua finalidade. Ou seja, para que se quer caracterizar?; iii) as possibilidades técnicas e informacionais no apoio às leituras espaciais, tendo em vista que é possível associar novas ferramentas para leitura do território a partir da geoinformação e dos novos bancos de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Censo de 2022; iv) os mapeamentos participativos, que possibilitam o contato e a aproximação com as comunidades, podendo fomentar a incidência política e fundamentar um planejamento mais adequado às necessidades da população nos territórios; v) a disponibilização de dados informações e

análises para a sociedade e para instituições governamentais e não governamentais. Destacam-se aqui os desafios da linguagem e das formas de acesso às informações.

Da toponímia - de que territórios estamos falando?

Como já evidenciava Bueno (2003), os estudos acadêmicos e planos predominantemente evidenciaram os conceitos como irregularidade, precariedade, carência e vulnerabilidade social, para caracterizar os territórios populares. Balbin (2023), resgatando a origem desses conceitos, ressalta que a perspectiva da 'informalidade' sempre esteve associada a forma que os países centrais enxergavam a pobreza e o subdesenvolvimento como características dos países periféricos. Daí deriva o termo 'assentamentos informais', amplamente empregado nos estudos técnicos realizados por agências multilaterais como o Banco Interamericano de desenvolvimento. Na mesma perspectiva, conforme destaca o IBGE (2023), os termos "assentamentos informais" e "precariedade habitacional" foram largamente utilizados nos estudos realizados pela Agência ONU-Habitat. Todas estas formas de nomear os territórios ressaltam as suas carências e evidenciam a inadequação fundiária, a ausência de infraestruturas, de serviços públicos essenciais.

O IBGE (2023, p. 21) sistematizou as principais definições, nacionais e internacionais, que mais recentemente nomearam os territórios populares. As centralidades nos conceitos 'assentamentos Informais' e 'precariedade habitacional' foram impressos pela ONU-Habitat (2003), enquanto o termo assentamento precário foi adotado pelo Ministério das Cidades para a política de habitação (BRASIL, 2024). Mais recentemente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), a partir da Lei n. 13.465/2017, utilizou o termo Núcleos Urbanos Informais (NUI) ao realizar amplo estudo com a finalidade de identificar a irregularidade fundiária desses assentamentos.

Para a ONU-Habitat (2003) os assentamentos informais seriam:

> [...] áreas urbanas densamente povoadas caracterizadas por habitação abaixo do padrão e miséria. Os domicílios nesses assentamentos variam de barracos a estruturas mais permanentes, e o acesso aos serviços básicos e infraestrutura tende a ser limitado ou deteriorado a insegurança da posse como elemento central, o que compreende desde a ocupação de terrenos ou edifícios públicos ou privados até relações informais de aluguel. Geralmente, não há acesso adequado a serviços básicos e infraestrutura. Os domicílios não possuem autorização para a construção e podem não obedecer às normas urbanísticas e construtivas, estando situados geralmente em áreas de risco. Assentamentos informais podem ser ocupados por populações de todos os níveis de renda (IBGE, 2023, p. 21).

assessorias populares: práticas em movimento

A Lei n. 13.465/2017 define Núcleos Urbanos Informais (NUI):

> Aqueles clandestinos, irregulares ou nos quais não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização (IBGE, 2023, p. 21).

Todas estas definições, de caráter eminentemente técnico sobre o ambiente construído, alimentam representações negativas do lugar de moradia de parte significativa da população nas cidades. Como já ressaltavam Barbosa e Silva (2013), tal condição submete os moradores desses espaços a condição de subcidadãos. Os autores reivindicavam que seria necessário o reconhecimento das potências instaladas no território da favela para que seus moradores pudessem "afirmar plenamente sua condição de sujeito de direitos e, portanto, à cidade". Nesse sentido, chamavam a atenção dos profissionais que atuam nesses territórios, principalmente os arquitetos e urbanistas, para o esforço de apreender a favela e seus moradores de maneira plural, respeitosa e aberta, para superar os "juízos tradicionais" e valorizar e preservar "suas práticas, suas criações, inventividades e processos constitutivos" e "garantir condições efetivas para a melhoria permanente da qualidade de vida desses cidadãos". Nessa perspectiva, atualmente, registram-se alguns esforços de instituições governamentais e acadêmicas para superar a estigmatização contida nas formas de nomear os territórios populares.

Buscando uma perspectiva mais inclusiva e de valorização dos territórios populares, a Secretaria das Periferias do Ministério das Cidades vem construindo o mapa das Periferias e define Periferias, ou Territórios Periféricos como:

> [...] áreas, sobretudo urbanas, que as políticas públicas das diversas escalas de governo têm dificuldade de alcançar, ou onde seu alcance parcial, ou setorial, não é suficiente para modificar efetivamente as condições de vidas das pessoas que ali vivem, pela existência de múltiplas sobreposições de carências: de infraestrutura, de acesso à cidade, de moradia, de acesso a mercados de trabalho, a opções de cultura e lazer, à justiça, aos serviços de saúde, educação e assistência social, de alimentação e condições mínimas de sobrevivência. No entanto, além de serem territórios com multiplicidade de carências, as periferias devem ser entendidas também a partir das potências, ou da existência de agentes territoriais, em diversos níveis de organização, comprometidos com o enfrentamento destas carências, sejam elas culturais, sociais, organizativas etc (Redus, 2024).

Ciente da dificuldade de se construir um conceito que dê conta da complexidade e diversidade de configurações territoriais de um país continental como o Brasil, o IBGE (2023, p. 19) buscou uma maior

aproximação com os preceitos do direito à moradia e da função social da propriedade urbana, que orientam a Constituição Federal de 1988. O objetivo foi superar o sentido pejorativo de termos como “irregularidade” ou “ocupação de propriedade alheia”, sem, contudo, deixar de preservar o rigor técnico e os princípios fundamentais das estatísticas realizadas pelo Órgão. Após consulta a instituições governamentais, não governamentais, de pesquisa e a representantes populares, passou a adotar o termo “favela e comunidades urbanas” para nomear os setores censitários especiais, anteriormente denominados de “aglomerados subnormais” (1991).

As favelas ou comunidades urbanas são:

> [...] Territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem comparti-lhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, consti-tuem identidade e representação comunitária. No Brasil, esses espaços se manifestam em dife-rentes formas e nomenclaturas, como favelas, ocupações, comunidades, quebradas, grotas, baixadas, alagados, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, loteamentos informais, vilas de malocas, entre outros, expressando diferenças geográficas, históricas e culturais na sua formação. Favelas e comunidades urbanas expressam a desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude - no limite, a precariedade - das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções (IBGE, 2023, p. 53).

No presente artigo, adotamos o termo assentamentos populares auto-construídos, aqui entendidos como áreas predominantemente residenciais e habitadas em sua maioria por famílias de baixa renda, com alguma precariedade ou inadequação urbanística, infraestrutural e de serviços, ambiental e fundiária. Podendo ainda conter situações de insalubridades, vulnerabilidade e risco socioambientais, mas que também são permeados por forças e potencialidades produzidas no processo de reprodução da vida e social, a partir das iniciativas de seus moradores e apoiadores.

assessorias populares: práticas em movimento

Da identificação – sair da invisibilidade para pressionar por políticas públicas

O desafio da identificação dos territórios populares é outra questão importante quando se trata da caracterização. Como podem ser mensuradas as necessidades habitacionais e de melhoria das condições de vida da população se não se conhece o universo desses territórios, suas caractarísticas, necessidades, demandas e potências? Partiu-se aqui do pressuposto que os cadastros e mapeamentos para identificação dos territórios populares no ambito das gestões municipais estão quase sempre desatualizados. De forma que as áreas que não são reconhecidas, dificilmente são contempladas por políticas públicas.

A identificação dos territórios populares no âmbito da pesquisa teve como referências iniciais: (i) as Favelas e Comunidades Urbanas reconhecidas pelo IBGE (2010; 2019); (ii) o estudo Assentamentos precários do Brasil Urbano (Brasil, 2007); (iii) as áreas de risco identificadas pelas Defesas Civis municipais e por estudos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; e, (iv) as Zonas Especiais de Interesse Social instituídas por meio de leis e decretos municipais.

Além das cartografias de referência, foram realizados estudos integrados sobre: (i) as condições infraestruturais de saneamento básico e de pavimentação de vias (dados municipais e das concessionárias); (ii) as rendas dos chefes de família; (iii) análises do traçado, parcelamento e forma urbana (concentrações de becos e vielas; irregularidade no traçado e tecido; percentuais altos de ocupação do solo); e (iv) dos padrões identificados por imagens de sensoriamento remoto e algoritmos de *deep learning* (utilizados para realizar leituras automatizadas de características específicas das imagens). Para complementar esses estudos, vêm sendo realizadas visitas a campo e reuniões com lideranças comunitárias e moradores dos assentamentos populares, além dos mapeamentos participativos em alguns destes territórios. Em algumas destas visitas, foram captadas imagens aéreas a partir de *drone*. Todos estes dados foram sistematizadas e reunidas em um sistema de informações geográficas que permitiram a sobreposição das informações e a identificação de padrões associados as características de assentamentos populares, conforme mostra a figura no início deste capítulo.

Como já observado, a pesquisa que embasa a discussão relatada neste artigo diz respeito a João Pessoa e Campina Grande/PB. João Pessoa é a capital do Estado da Paraíba, com 833.932 habitantes (IBGE, 2022), está inserida no Litoral e possui área urbana equivalente a 163,54 km^2 (3.970,27 hab./km^2). Já Campina Grande é uma cidade média com a segunda maior população do Estado da Paraíba, 419.379 pessoas, distribuídas em uma área territorial de 591,658 km^2 (708,82 hab./km^2). De acordo com os levantamentos realizados na pesquisa até o momento

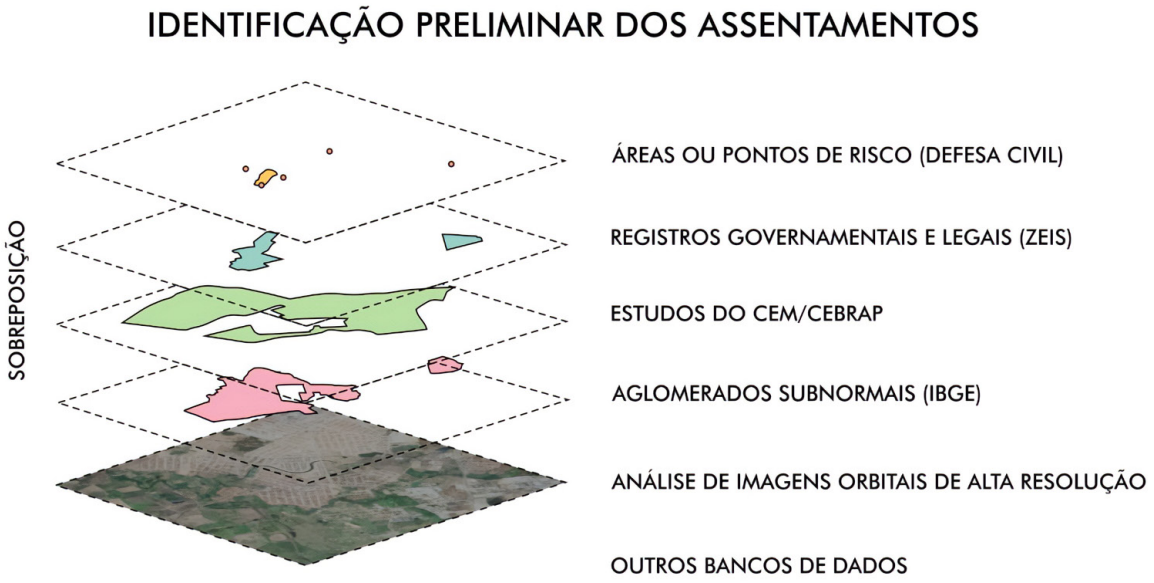


Figura 1: sobreposição das camadas de dados e sobreposição da malha retangular sobre a imagem de satélite utilizados na identificação preliminar dos territórios populares.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

foram identificados em Campina Grande: 51 assentamentos populares, sendo que 17 destes foram instituídos como Zonas Especiais de Interesse Social e 22 Favelas ou comunidades urbanas identificadas em 2019 pelo IBGE (2020). Em João Pessoa, foram identificados 183 assentamentos até o momento, embora só 98 tenham sido reconhecidos como ZEIS (JOÃO PESSOA, 2023) e 103 identificados como Favelas ou Comunidades Urbanas pelo IBGE (2020) (Moraes; Miranda, 2023).

Vale ressaltar que a pesquisa aqui reportada tem colaborado em Campina Grande para o reconhecimento institucional de mais 21 assentamentos como ZEIS no âmbito do processo de revisão do seu plano Diretor (LEI n. 03/2006), oferecendo as informações sistematizadas e realizando as visitas nas comunidades junto com os técnicos das prefeituras. O projeto de Lei do Plano Diretor encontra-se em processo de redação para ser encaminhado para a Câmara dos Vereadores.

Da caracterização - para quê?

Existem diferentes metodologias que podem apoiar a seleção de indicadores e variáveis para apoiar esforços de caracterização dos territórios populares. No entanto, como já ressaltado anteriormente, as necessidades de caracterização podem se configurar por diferentes objetivos, cabendo selecionar dimensões e variáveis que estejam mais próximas de responder às necessidades do que se quer estudar e alcançar a partir dos estudos. Além disso, como bem ressaltaram Barbosa e Silva (2013) e a Secretaria das Periferias (2023), o esforço deve ser o de apreender a favela e seus moradores de maneira plural. É preciso incorporar nas caracterizações a dimensão do reconhecimento dos moradores enquanto sujeito de direitos, a partir das potências existentes nesses territórios.

A caracterização realizada para Campina Grande e João Pessoa vem se materializando em duas dimensões principais: uma dimensão técnica, que consideraram importantes estudos precedentes; e uma dimensão participativa, realizada com as comunidades visando a checagem e complementação das informações, mas também a coleta de novas informações a partir das interações e dos mapeamentos participativos.

No âmbito da primeira dimensão, a técnica, foram consultados os manuais produzidos com o apoio do Ministério das Cidades e parceiros como a Aliança de Cidades (2009); os aportes de Denaldi (2013) referentes aos assentamentos precários. Além de outros estudos, cadastros e mapeamentos realizados por agentes governamentais locais que associaram informações estatísticas a pesquisas diretas, como a Autarquia de Saneamento do Recife (SANEAR) que realizou o Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de Interesse Social do Recife" (Recife, 2016). Outro estudo de referência foi o realizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) em parceria com a Universidade Federal do ABC, denominado "Desenvolvimento e aplicação de metodologia para identificação, caracterização e dimensionamento de assentamentos precários" (CDHU; Universidade Federal do ABC, 2018). Além destes, destaca-se mais recentemente, a Pesquisa sobre os Núcleos Urbanos Informais no Brasil realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Brasil, 2020).

Foram considerados outros trabalhos, relacionados à avaliação de projetos e obras de urbanização de assentamentos populares na pesquisa. Entre eles é possível destacar: a proposta de Moretti e Denaldi (2018) para a aplicação de descritores na análise de projetos de qualificação urbanística de favelas; Denaldi et al. (2016), com a pesquisa denominada "Urbanização de Assentamentos precários no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento na Região do ABC"; e a proposta metodológica para avaliação das intervenções em urbanização de favelas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Balbim *et al.*, 2013).

Algumas pesquisas recentes realizadas pelo INCT Observatório das Metrópoles que redundaram em publicações também contribuíram para a formatação da pesquisa reportada no artigo: as contidas no Livro "Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço do PAC" (Cardoso; Denaldi, 2018), com avaliações do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP); as que integram o Livro "Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais" (Silva; Cardoso; Denaldi, 2022); e as que compuseram o Livro "A dimensão ambiental na urbanização de favelas: olhares críticos a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC" (Ferrara; Cardoso; Machado, 2022).

Outros estudos que buscam apreender a favela e seus moradores a partir da valorização e preservação de suas práticas, criações, inventividades e processos constitutivos, ainda são mais escassos. Destacam-se, nessa perspectiva as práticas de assessoria desenvolvidas por vários coletivos e grupos de pesquisa por todo Brasil. A Rede Moradia & Assessoria (https://www.moradiaassessoria.org.br/) vem mapeando estas experiências, com destaque para os grupos e suas práticas. A rede também oferece um conjunto de indicadores e variáveis para caracterização dos territórios que recebem as práticas.

Das novas possibilidades técnicas informacionais

O IBGE (2024) divulgou pela primeira vez as coordenadas geográficas dos imóveis recenseados. Essas coordenadas, expressas em nuvem de pontos com os endereços, foram disponibilizadas para todos os municípios brasileiros recenseados. Os pontos foram classificados de acordo com oito usos: domicílio particular, domicílio coletivo, estabelecimentos de saúde, educação, agropecuário, templos religiosos, edificações em construções e aqueles para outras finalidades. A disponibilização desses dados representou um novo capítulo para a caracterização de assentamentos populares, superando as limitações técnicas comumente relatadas, quando se associa o uso de variáveis dos setores censitários para caracterizar os territórios populares.

Segundo o IBGE (2024, p. 20), a disponibilização dos pontos possui a vantagem de permitir "uma maior flexibilidade na análise e maior aderência aos recortes territoriais de interesse do usuário dos dados" e destaca as seguintes contribuições: i) localização e contabilização de domicílios, estabelecimentos ou edificações em construção existentes em recortes territoriais previamente definidos, como: Áreas ou zonas de planejamento da administração pública; Bacias hidrográficas; Unidades de conservação ambiental; Áreas de atuação de um determinado serviço ou negócio; Áreas de risco de um determinado empreendimento; ii) localização e contabilização de domicílios impactados por fenômenos socioambientais, como: Enchentes; Deslizamentos; Queimadas; Secas; iii) análise de tipos de densidade em um dado recorte territorial.

No ensaio realizado para Campina Grande e João Pessoa foi possível associar os pontos referentes aos domicílios particulares com as geometrias dos setores censitários. Em seguida, estes setores foram recortados com base nos limites dos territórios populares e foi executada uma nova associação, que por sua vez, considerou apenas os domicílios dentro do assentamento. A razão de ambas as contagens informa a proporção de pontos que os recortes de setores dentro do território correspondem em relação ao total. O resultado desta operação é um valor que varia entre zero e um, e representa a relevância estatística de cada setor dentro do assentamento popular. Assim foi possível selecionar os setores censitários que têm relevância estatística para caracterizar os territórios populares a partir do Censo Demográfico de 2022, quando os dados da pesquisa do universo estiverem disponíveis.

O estudo demonstra como o geoprocessamento pode ser uma ferramenta importante na produção de informações quantitativas capazes de subsidiar o Planejamento Urbano. Com a atualização recente do censo demográfico do IBGE e a disponibilização crescente de informações para a sociedade, pode-se objetivar as pesquisas no campo para buscar informações efetivamente qualitativas e qualificadas, que sejam o alicerce para as intervenções urbanísticas de provisão de infraestruturas públicas adequadas para os territórios populares às necessidades das pessoas que os vivenciam. Os estudos de campo podem em função da disponibilidade de dados quantitativos, se tornar mais precisos e estratégicos.

Caracterizar com a comunidade mapeamentos participativos e plataformas colaborativas!

Os mapeamentos Participativos

As cartografias sociais são ferramentas para analisar territorialidades baseadas no cotidiano dos habitantes e um importante instrumento de luta

por direitos. Essa prática auxilia na gestão territorial e no empoderamento comunitário. O mapeamento participativo é um tipo de cartografia social que estimula a colaboração entre indivíduos para demarcar e defender territórios, articulando ideias de democracia e inclusão social na medida em que fortalecem organizações locais, permitindo que a sociedade civil influencie decisões públicas. Esse tipo de mapeamento deve ser considerado uma estratégia importante para construir análises urbanas mais precisas que valorizam as experiências dos moradores e a vida comunitária. A construção coletiva de mapas colaborativos desenvolve a visão territorial crítica que aborda aspectos frequentemente invisibilizados por levantamentos tradicionais. Podem fortalecer as comunidades e servir como instrumentos essenciais para formular e reivindicar políticas públicas. Além disso, podem contribuir para melhorar a qualidade e quantidade de informações sobre o território, apoiar a resolução de conflitos locais e mobilizar recursos para resolver problemas coletivamente definidos como prioritários (Mitlin; Thompson, 1995).

A estratégia de realizar mapeamentos participativos busco associar aos diagnósticos técnicos a experiência dos moradores dos assentamentos, valorizando seus conhecimentos, práticas, e inventividades. O projeto Mapeamentos Participativos nos Assentamentos Populares de Campina Grande está integrado ao programa de extensão Fortalecendo Capacidades e Ações pelo Direito à Cidade. O projeto identifica problemas e potências e conflitos socioterritoriais e ambientais nos assentamentos populares por meio de oficinas com representantes comunitários e moradores, visando incrementar os diagnósticos técnicos e elaborar demandas e propostas para ações políticas pelo direito à cidade.

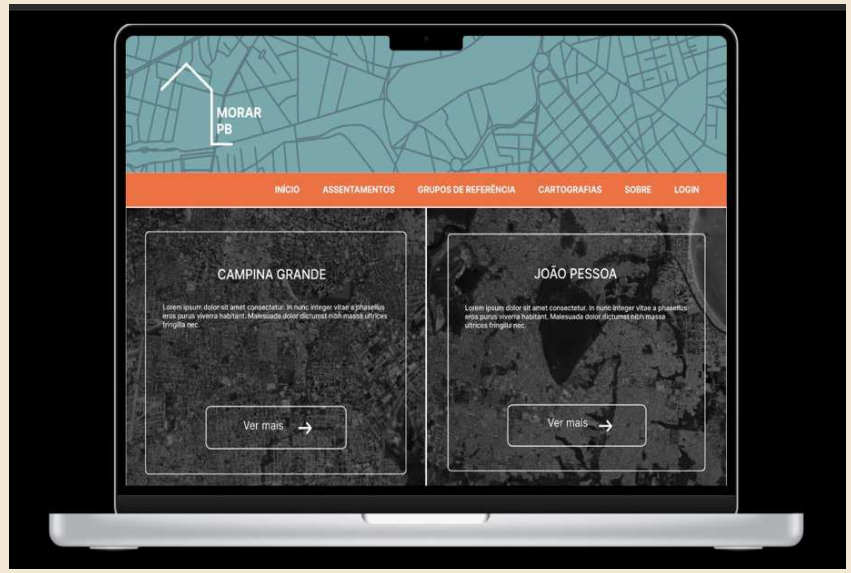
Os mapas participativos foram disponibilizados nos assentamentos e publicizados em uma plataforma digital aberta. Folhetos produzidos a partir dos resultados dos mapeamentos foram distribuídos em equipamentos públicos da comunidade. Maquetes topográficas dos assentamentos serviram como principal instrumento pedagógico dos mapeamentos, facilitando a compreensão dos elementos territoriais e infraestruturais. As informações coletadas foram relacionadas aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso permite que os representantes comunitários e moradores realizem ações políticas para defender direitos não garantidos ou violados, ecoando as vozes dos moradores e aumentando a visibilidade de suas demandas e propostas. A produção de folhetos informativos abordou a formação dos assentamentos, as ligações afetivas entre moradores e localidades e buscou estimular a organização popular. Também expôs a insuficiência dos serviços públicos e a omissão estatal em segurança territorial, social e ambiental, evidenciando que os direitos sociais constitucionais não estão sendo assegurados pelo poder público.

assessorias populares: práticas em movimento

A Plataforma colaborativa "Morar da gente"

Considerando a importância da construção de informações de forma democrática e participativa, a Plataforma Colaborativa "Morar da Gente" se propõe a ser um espaço digital acessível e inclusivo. Ainda visa criar um ambiente interativo que valorize a diversidade de perspectivas e experiências, promovendo assim um diálogo aberto e contínuo entre os diferentes atores envolvidos na busca por melhorias nas condições de moradia e qualidade de vida nos territórios populares. O *website* está organizado a partir das seguintes páginas: (a) Início; (b) Assentamentos; (c) Grupos de referência; (d) Cartografias; (d) Sobre; (e) Login (ver figura 2).

Figura 2: Prototipo website e Atlas dos Assentamentos Populares de João pessoa e Campina Grande



Fonte: elaborada pelos Autores

Será possível que os usuários da plataforma realizem, de forma autônoma ou com a ajuda de monitores, a atualização das cartografias construídas nas oficinas dos mapeamentos colaborativos. Há espaços dentro do perfil de cada um dos assentamentos populares, destinado a uma sistematização dos mapeamentos dentro de um Sistema de Informação de Georreferenciamento (SIG). A perspectiva é que, a partir deles, seja possível editar os mapas, de forma semelhante ao que ocorre em outros sites de mapeamento online como *Google Earth Pro* e *Waze*. Assim o usuário poderá interagir com a base de dados cartográficos de forma intuitiva, personalizando o mapa a partir de um sistema de Interação Humano-Computador no estilo "arrasta e solta".

A plataforma objetiva disponibilizar as possíveis interações em formato de *pins*, possibilitando a adição de ícones que alertam problemas infraestruturais dos assentamentos onde moram. Os *pins* disponibilizados se baseiam nos que foram utilizados nos mapeamentos participativos que já foram realizados até o momento. A variedade de *pins* foi definida pelos pesquisadores, de acordo com os aspectos que desejavam ser investigados (história, afetividade, precariedade e risco de permanência etc.), mas também por intervenções dos participantes dos mapeamentos colaborativos durante as realizações das oficinas. Essa opção é importante para que sejam expressas diferentes perspectivas e atualizações das condições dos assentamentos.

Considerações finais

Os estudos sobre as condições dos assentamentos populares de Campina Grande e João Pessoa permitiram a experimentação de novas dimensões para a identificação e caracterização destes territórios. Os resultados destes estudos podem oferecer contribuições importantes tanto à implementação de programas e intervenções nesses assentamentos, quanto para a incidência política de seus moradores, lideranças e grupos e instituições apoiadores para a melhoria e adequação de suas condições. O reconhecimento das condições dos assentamentos populares a partir da combinação de informações e de dados objetivos técnicos e das percepções de seus moradores e apoiadores dos assentamentos torna-se fundamental para as disputas de visões e narrativas técnicas e societárias sobre os territórios populares e das agendas públicas com o intuito de contribuir à construção de cidades democráticas, inclusivas e justas a partir da implementação de programas e projetos multidimensionais integrados nos assentamentos populares que reconheçam suas condições e potências.

assessorias populares: práticas em movimento

REFERÊNCIAS

BALBIM, R. N. A Produção Internacional da Informalidade Urbana e os "Núcleos Urbanos Informais" no Brasil. **Ciência & Trópico**, v. 47, n. 1. Disponível em: https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n1(2023)art. Acesso em: 30 mar. 2023.

BALBIM, R. *et al*. **Metodologia de avaliação de resultados**: o caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas. Brasília: IPEA, 2013. Texto para discussão n. 1.903. Disponível em: http:// www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20854. Acesso em: 21 fev. 2018.

BARBOSA, J. e SILVA, J. S. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, n. 1, 2013, p. 115-126. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9062/6940. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil**. Distrito Federal: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. **Caravana das Periferias**. Disponível em: https://www.redus.org.br/caravana-das-periferias. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. **Caderno MCidades**, n. 4. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação; São Paulo: CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole, 2007.

BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana? *In*: **@emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. n. 3, ano 1, dezembro 2010. Disponível em: http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana. Acesso em: 13 dez. 2016.

CARDOSO, A.; DENALDI, R. (Org.) **Urbanização de Favelas no Brasil**: um balanço do PAC. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CDHU; UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Desenvolvimento e aplicação de metodologia para identificação, caracterização e dimensionamento de assentamentos precários.** São Paulo: Produto 5. Relatório Final, 2018.

DENALDI, R. Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: DENALDI, R. (Org) **Planejamento Habitacional**: Notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013, p. 96-126.

FERRARA, L. N.; CARDOSO, A. L.; MACHADO, E. C. M. (Org.). **A dimensão ambiental na urbanização de favelas**: olhares críticos a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. v. 1. 282p.

IBGE. **Censo 2010**: Aglomerados Subnormais, 2010. Rio de Janeiro: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

IBGE. **Aglomerados Subnormais, 2019**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

IBGE. **Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 10 maio 2024.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Coordenadas Geográficas dos Endereços. **Nota Metodológica n. 01**. Rio de Janeiro: IBGE. 2024.

BRASIL; IPEA. **Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil**. Distrito Federal: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Los Tormentos de La Materia: aportes para una ecología política latino-americana**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 21-39

MORAES, Demóstenes; MIRANDA, Lívia. Para priorizar é preciso reconhecer o morar periférico. identificação e caracterização de assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande/ PB. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, v. 48, n. 260, p. 578-603, set./dez.2023. Salvador/Recife.

MORETTI, R.; DENALDI, R. Aplicação de descritores na análise de projetos de qualificação urbanística de favelas. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 3, p. 475-493, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.24220/2318--0919v15n3a4188.

ONU-HABITAT. **The challenge of slums**. London: Earthscan, 2003.

RECIFE. Prefeitura. Autarquia de Saneamento do Recife – SANEAR. **Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de Interesse Social do Recife**. Recife: Autarquia de Saneamento do Recife (SANEAR), Prefeitura do Recife, 2016.

SILVA, M. N.; CARDOSO, A. L. ; DENALDI, R. . **Urbanização de favelas no Brasil**: trajetórias de políticas municipais. 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. v. 1. 398p.

assessorias populares: práticas em movimento

Lívia Izabel Bezerra de Miranda
Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFCG) e das Pós-graduações em Desenvolvimento Urbano (UFPE) e Desenvolvimento Regional (UEPB); pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles, da Rede Moradia & Assessoria e da Rede de Cidades Médias (RECIME). É integrante da coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e diretora da Associação Nacional de Pós-graduação e Planejamento Urbano - ANPUR (2023-2025).
Email: livia.miranda@ufcg.edu.br

Demóstenes Andrade de Moraes
Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG; pesquisador do INCT Observatório das Metrópoles; integrante da Coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e é conselheiro do BrCidades e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).
Email: damoraes6@gmail.com

Kainara Lira dos Anjos
Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFCG) e da Pós-graduações em Desenvolvimento Urbano (UFPE); pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba.
Email: kainara.lira@professor.ufcg.edu.br

Eanes Torres Pereira
É professor da Unidade Acadêmica de Sistemas e Computação (UFCG), onde desenvolve atividades de ensino e pesquisa nas áreas de Reconhecimento de Padrões em Dados Multimídia, Causalidade, Aprendizagem de Máquina e Aprendizagem Profunda.
Email: eanes@computacao.ufcg.edu.br

Bruna Almeida Lima
Arquiteta e urbanista (UFCG) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba]
Email: abrunaalmeidaa@gmail.com

Bruno Barbosa da Silva
Arquiteto e urbanista (UFCG) e pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba.
Email: bruno.sillvatkd06@gmail.com

Matheus Batista Simões
Arquiteto e Urbanista (UFCG). Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Urbano (UFPE) e pesquisadora do Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba.
Email: matheus.simoes@ufpe.br



Colagem coletiva elaborada para a plataforma Habitar Margens

Fonte: acervo grupo Margear

Por outras histórias e políticas espaciais: processos de elaboração coletiva de conhecimentos com territórios populares e negros em Salvador/BA

For other spatial histories and policies: processes of collective elaboration of knowledge with popular and black territories in Salvador/BA

Thaís Troncon Rosa

Resumo

O presente texto é uma versão adaptada da fala realizada na mesa intitulada 'Desafios para caracterização dos territórios populares e dos conflitos socioambientais: como mapear para além das visibilidades evidentes', no âmbito do Seminário Internacional Natureza Política – Assessorias Populares: práticas em movimento. A partir da provocação trazida pelo tema da mesa, indaga: como 'caracterizar' sem reproduzir a violência colonial inerente aos processos etnocêntricos de nomeação, categorização, classificação, hierarquização que pautaram, historicamente, a produção de conhecimento – e as práticas e políticas que informam – sobre pessoas e coletividades empobrecidas e racializadas, e seus territórios, modos de vida, modos de habitar? A reflexão se faz a partir de processos situados de elaboração coletiva de conhecimento com territórios populares e negros, que têm nos encontros e nas histórias sua principal base metodológica, epistêmica, ontológica. Conclui aportando o engajamento e a relacionalidade como ferramentas-mestras para imaginações, histórias, práticas e políticas espaciais mais afeitas à complexidade da vida dos territórios populares e negros.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Assessoria Popular; Territórios Populares e Negros; Histórias espaciais; Políticas espaciais.

Abstract

The present text is an adapted version of the speech delivered at the panel titled 'Challenges for Characterizing Popular Territories and Socio-environmental Conflicts: How to Map Beyond Evident Visibilities,' within the framework of the International Seminar on Political Nature – Popular Advisories: Practices in Motion. Based on the provocation brought by the panel's theme, it questions: how to 'characterize' without reproducing the colonial violence inherent in the ethnocentric processes of naming, categorizing, classifying, and hierarchizing that have historically guided the production of knowledge – and the practices and policies that inform it – about impoverished and racialized people and communities, and their territories, ways of life, and ways of inhabiting? The reflection arises from situated processes of collective knowledge production with popular and Black territories, which have encounters and stories as their main methodological, epistemic, and ontological basis. It concludes by proposing engagement and relationality as master tools for imaginations, stories, practices, and spatial policies more attuned to the complexity of life in popular and Black territories.

Keywords: University Extension; Popular Advisory; Popular and Black Territories; Spatial Histories; Spatial Policies

A partir da provocação trazida pelo Seminário, acerca dos '*Desafios para caracterização dos territórios populares e dos conflitos socioambientais: como mapear para além das visibilidades evidentes'*, fiquei pensando em como trazer contribuições para essa mesa,[1] em como dialogar sobre esses desafios, desde a perspectiva cruzada da extensão universitária e da assessoria técnica.

Meu primeiro movimento foi aportar questões sobre os sentidos do 'caracterizar' os territórios: quem caracteriza? para que caracterizar? como caracterizar? para quem caracterizar? e, principalmente, com quem caracterizar? Karina abriu o Seminário dizendo que, como professores e pesquisadores, estamos sempre nos colocando perguntas, mais do que afirmando certezas, e talvez esse seja o caminho da minha fala. Me parece importante o movimento de questionar e tensionar criticamente, sem paralisar: eu gosto da ideia proposta por Gautan Bhan (Bhan; Srinivas; Watson; 2018, p. 5) sobre uma "ética da indagação", que se faria presente em elaborações sobre o urbano desde o "sul global", na qual o lugar importa, e que aqui conecto com a "epistemologia freireana" de que "a cabeça pensa onde os pés pisam" (Betto, 2000, p. 100): ou seja, parto do princípio que pensar a partir dos lugares – e, sobretudo, pensar com os lugares e as pessoas que os habitam - faz toda diferença para isso que chamamos de assessoria técnica.

Podemos aproximar, ainda, a ideia de "conhecimento situado e corporificado", com Donna Haraway (1995), e que eu proponho aqui como um 'chão indagatório' que nos movimente, profissionais e pesquisadoras, a nos atentarmos para alguns riscos que a ideia de 'caracterização' pode carregar, como o risco da manualização e da normatização. Mas, mais que isso, para o risco do escrutínio, da autópsia, da inspeção – e aqui me acompanho de algumas autoras negras como Saidyia Hartman, Katherine Mcttrick, Sylvia Winter: como 'caracterizar' sem reproduzir a violência colonial inerente aos processos etnocêntricos de nomeação, categorização, classificação, hierarquização que pautaram, historicamente, a produção de conhecimento – e as práticas e políticas que informam – sobre pessoas e coletividades empobrecidas e racializadas, e seus territórios, modos de vida, modos de habitar? Como 'caracterizar' sem promover um autopsiamento dessas realidades, distanciando-nos (e por vezes até contribuindo para a supressão) da vida que configura histórica e cotidianamente estes territórios? Me parece que refletir sobre isso é fundamental e urgente.

Então, é desse lugar que me propus a contribuir nessa mesa. Minha estratégia foi, em vez de trazer uma experiência específica, propor reflexões e questões a partir de um conjunto de experiências que temos construído coletivamente desde a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, cidade colonial, cidade negra, é emblemática dos diversos processos de expropriação colonial que acompanham a invenção do Brasil e as atualizações contemporâneas dos

[1] Este texto é uma versão adaptada da transcrição da fala realizada no dia 20 de junho de 2024 na mesa "Desafios para caracterização dos territórios populares e dos conflitos socioambientais: como mapear para além das visibilidades evidentes", no âmbito do Seminário Internacional Natureza Política – Assessorias Populares: práticas em movimento. Agradeço ao grupo Natureza Política pelo convite e pela gentileza da transcrição.

assessorias populares: práticas em movimento

históricos dispositivos de racialidade sob as quais se instauram o urbano e a modernidade no país (Figueiredo; Estévez; Rosa; 2020). E muitos dos territórios com os quais trabalhamos, e sobre os quais dialogamos aqui, se produziram (e seguem se produzindo) na relação e no confronto entre tecnologias coloniais de expropriação (dentre as quais a própria produção de conhecimento científico) e aquelas que hoje são pensadas como tecnologias ancestrais de manutenção e perpetuação da vida (ou, de forma alargada na ideia que dá título a um recente livro de Cidinha da Silva, "tecnologias ancestrais de produção de infinitos").

E é importante situar esse lugar, porque eu sou uma professora branca, que me desloquei do interior de São Paulo há 8 anos para me tornar professora da Universidade Federal da Bahia, e estar em Salvador transformou profundamente os meus modos de pensar e atuar junto aos territórios populares. Então, nesse momento, falo desde a universidade, e não de uma atuação profissional estrita em termos de assessoria técnica, mas de atuações que se dão limiar entre pesquisa, ensino, extensão, assessoria, lutas urbanas - práticas coletivas de construção com territórios e coletividades populares e negras de Salvador e sua região metropolitana.

Figura 1: Subúrbio visto do mar.
Fonte: Imagem de Ferreira (2019), acervo Margear.



E são muitos os “arranjos extensionistas” (Carneiro, 2021) para que possamos fazer isso que todas estamos apresentando, nesta mesa, desde a universidade: são arranjos institucionais que nem sempre estão dados, não são fáceis de serem sustentados, e se configuram quase sempre de formas bastante precárias; então, estamos falando também da precariedade da própria universidade enquanto agente na complexidade de processos e disputas socioespaciais nos quais estas práticas se inserem. Considero importante pontuar isso no sentido de deslocarmos uma certa centralidade da universidade como única (ou principal) produtora/detentora de conhecimento sobre os territórios populares e negros, pensando-a relacionalmente, como um agente entre os tantos agentes envolvidos nestes processos e disputas, e que também se constitui por estes múltiplos agentes em relação. As experiências que movimentam essas reflexões compreendem diferentes arranjos desde a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/FAUFBA), que é uma especialização em assistência técnica para habitação e direito à cidade; o grupo de estudos Margear, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA); e outras tantas articulações com outros grupos de pesquisa, diversos estudantes, professores e pesquisadores de graduação e pós-graduação, residentes, assessores populares, moradores e coletividades dos próprios territórios.

São, portanto, experiências que demandam da universidade (e das assessorias) uma atenção dedicada à construção de relações, e às diferentes posicionalidades (aí incluídas dimensões de classe, raça e gênero, entre outras) que configuram essas relações, como condição de possibilidade de construção de alianças político-afetivas, interraciais e interepistêmicas, sem as quais as experiências de que falo aqui não existiriam. São esses modos de tecer alianças na diferença e na divergência, de conformar um “nós-complexo” (De La Cadena, 2019), que movimentam e possibilitam que



Figura 2: Escola de Verão Monotrilho em Disputa, 2022.
Fonte: acervo Trama

assessorias
populares:
práticas em
movimento

a gente chegue perto de alguma ‘caracterização’ que faça sentido para os próprios territórios, que tomemos parte de processos de elaboração coletiva de conhecimento desde dentro, no encontro com moradoras e coletividades, contribuindo com o que Suzany Varela, moradora e pesquisadora da Ladeira da Preguiça, chamou de “autoconhecimento político comunitário”.

Mas, como fazer isso nos distintos tempos da universidade, das políticas públicas, das disputas urbanas, dos territórios e seus moradores? E talvez aí resida um dos grandes desafios, nos termos da provocação da mesa, que é o da temporalidade dessa construção de relações e dessa elaboração coletiva de conhecimento desde dentro. A incompatibilidade entre esses distintos tempos tem sido foco de diversas reflexões, mas não se trata aqui de nos paralisarmos nesse já quase lugar comum da extensão universitária e das assessorias, e sim de refletirmos coletivamente: como nossa atuação não ficar sempre refém das emergências? Qual é a temporalidade da ‘caracterização’? E será que a caracterização tem um começo, um meio e um fim? Pensando que estamos falando de territórios profundamente dinâmicos, que estão continuamente em processo de transformação, então, talvez possamos pensar em momentos de confluência, nos termos de Antonio Bispo dos Santos (2015): mesmo que essas temporalidades não coincidam, não sejam a mesma, podemos pensar em momentos onde algumas delas se encontram, e nos quais essas ‘caracterizações’ se enunciam provisoriamente como parte de elaborações conjuntas, como um mutirão construtivo, uma proposição projetual, uma intervenção estética, uma incidência política diante de um conflito iminente, ou na construção de parâmetros e experimentações de uma política pública, para citar algumas a partir das quais essa reflexão se dá.

Então, entrelaço aqui questões e experiências, partindo de construções coletivas mais recentes em três territórios: o Subúrbio Ferroviário e o Centro Antigo de Salvador, e as ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, em Simões Filho, município da região metropolitana de Salvador, imageados na narrativa paralela que compôs com esta fala durante o Seminário.[2] Cada um desses territórios são mundos, com diferentes processos e questões, diferentes conflitos socioambientais, diferentes práticas coletivas e condições de organização social, cultural e política — e com isso não estou dizendo que não há processos estruturais que se articulam na tríade capital-racial-colonial (Silva, 2019). Mas há uma diversidade de formas de territorialização das desigualdades, dos conflitos, das lutas, das relações, das vidas — e não podemos perder isso de vista. Em todos eles, em nossas ações coletivas e processos partilhados de elaboração de conhecimentos, dimensões comuns de tensionamento entre visibilidade e opacidade (Glissant, 2008) são demandadas ou mobilizadas por moradores e coletividades para configurar outras narrativas do habitar esses territórios, como forma de incidir em disputas em curso, que aqui aproximo intencionadamente da ideia de ‘caracterização’, como forma de provocá-la.

[2] Infelizmente não foi possível inserir a maior parte das imagens neste texto, para o que indicamos o link para visualização da apresentação no Seminário: https://www.youtube.com/@Natureza_Politica/videos



Figura 3: Projeto Habitar Margens - coletividades do Subúrbio Ferroviário, 2022. Fotografia de Caroline Souza. Fonte: acervo grupo Margear

As atuações junto a esses territórios são processos mais ou menos continuados, que vão derivando em diferentes formulações da prática:[3] no caso do Centro Antigo de Salvador, um conjunto de atividades realizadas em diferentes tempos e por diferentes agentes junto à Articulação do Centro Antigo de Salvador e aos territórios e coletividades que a compõem,[4] bem como à Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico — AMACH, confluem na realização da 4ª edição da Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) — Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador,[5] na atuação de um dos grupos de residentes da 5ª edição da RAU+E, e, mais recentemente, no projeto Canteiro Modelo de Conservação – Centro Antigo de Salvador, em curso na RAU+E através de convênio da FAUFBA com o Instituto do Patrimômio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No caso do Subúrbio Ferroviário, iniciativas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, potencializadas por articulações com coletividades locais como o Acervo da Laje, o Grupo Ginga de Mulheres do Subúrbio, o Movimento Verde Trem, apontaram para uma demanda comum de incidência junto ao conflito gerado pela substituição do trem do subúrbio por um monotrilho, e todos os impactos daí derivados, culminando na realização da Escola de Verão Monotrilho em Disputa: articulando comunicação comunitária e avaliação de políticas urbanas (Figueiredo *et al*, 2023), que teve desdobramentos[6] em outras ações como Mobiliza RAU+E (Brandão e Ferreira, 2022) e Projeto Habitar Margens (Margear, 2023), envolvendo diversas outras coletividades.[7]

Já a relação com as ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco se inicia no contexto da pandemia através do Mobiliza RAU+E (Carneiro *et al*, 2023), desdobrando atuações anteriores junto a outras ocupações do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB),[8] e tem continuidade através do Projeto Habitar Margens e da atuação de um grupo de residentes da 5ª edição da RAU+E, desdobrando-se, atualmente, na elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, em curso na RAU+E através de convênio da FAUFBA com a Secretaria das Periferias do Ministério das Cidades.

Então, menos do que apresentar cada uma destas construções coletivas, ou como elas derivam em 'caracterizações' possíveis destes territórios, trago algumas dimensões mais ou menos comuns entre elas, no sentido desse 'ir além das invisibilidades aparentes' que o tema da mesa indaga, que têm informado alguns de nossos trabalhos e sobre as quais ainda estamos experimentado formas de refletir coletivamente.

Uma delas é que as questões de partida têm sido menos em torno da moradia em sentido estrito, mas, de forma ampliada, das possibilidades de existir nesses territórios, e do como existir (nas quais, obviamente, a moradia se faz fundamental), mobilizando a afirmação de modos de vida negros que vão se construindo entre apagamentos e memórias, entre desterros e enraizamentos. As coletividades com as quais temos atuado nos convocam o tempo todo para a necessidade de uma atenção detida aos modos como a vida

[3] Como, por exemplo, um mutirão de reforma da ocupação-quilombo Carolina Maria de Jesus, vinculada ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), no Centro Antigo de Salvador, realizado no âmbito de uma disciplina da 5ª edição da RAU+E; as articulações para incidência nos projetos de intervenção na orla da Gamboa de Baixo e, mais recentemente, para restauração das muralhas do forte ali presente no âmbito do Canteiro Modelo do Centro Antigo de Salvador; o acompanhamento da situação fundiária das moradoras da Ladeira da Preguiça e dos Artífices da Ladeira da Conceição; a realização da Campanha ZEIS Já! Nosso direito à moradia e à cidade; ações em redes de fortalecimento de projetos coletivos de salvaguarda artística, cultural, ecológica, educacional no Subúrbio Ferroviário de Salvador, diante dos conflitos instaurados em torno da substituição do trem; a elaboração da Plataforma Habitar Margens; o acompanhamento de processos de reintegração de posse e articulações para projetos, intervenções construtivas e ações comunitárias junto às ocupações do MSTB em regiões periféricas de Salvador e em Simões Filho, desdobradas agora na elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, para citar algumas.

[4] Em especial Gamboa de Baixo, Ladeira da Preguiça, Artífices da Ladeira da Conceição, Vila Coração de Maria e Ocupações MSTB Centro. A articulação ainda envolve o movimento Nosso Bairro é 2 de Julho e a Associação Monsenhor Rubens Mesquita, da comunidade do Tororó.

[5] Para uma reflexão desde as primeiras edições da ACCS, idealizada pela professora Glória Cecília Figueiredo, ver Figueiredo e Estévez (2020).

[6] Vale destacar que essa experiência desencadeou a formação do Coletivo Trama, uma das duas assessorias populares formalizadas em Salvador (Coletivo Trama, 2022)

negra acontece nestes territórios, apesar e para além das desigualdades, violências, precarizações, e para o lugar da moradia nesses termos.

Essas elaborações coletivas têm apontado para figurações da moradia popular como bem cultural, que se articula com fazeres e ofícios, mas também com outras ecologias de práticas que se moldam na relação intrínseca com os territórios. Pautam um reconhecimento da moradia como inscrição territorial cotidiana pelos moradores e suas relações, práticas, saberes, posicionalidades e disputas de poder. Daí se enunciam (con)figurações de ocupações-quilombo, casas-escola, casas-acervo, casas-terreiro, casas-herbários, que tensionam dicotomias ainda tão presentes em nossa atuação (e nas 'caracterizações' que dela derivam), tais como forma-conteúdo, sujeito-objeto, valor de uso-valor de troca, objetividade-subjetividade, materialidade-imaterialidade, formalidade-informalidade, legalidade-ilegalidade, e que acabam por complexificar o par, quase sempre associado, caracterização-intervenção, recobrando de nós outros entendimentos de tempo e de espaço.

O território emerge, portanto, como questão fundamental: as coletividades, os movimentos, os moradores têm reivindicado pensarmos territorialmente e isso tem implicações estratégicas em termos políticos, epistêmicos, práticos. Então, por exemplo, pensando no Centro Antigo de Salvador, temos: a comunidade da Ladeira da Preguiça; a comunidade da Gamboa; a Vila Coração de Maria; as ocupações centrais do MSTB; a comunidade de São Dâmaso (forçosamente tornada 'Sétima Etapa do Pelourinho'), mas eles se articulam e propõem pensarmos o Centro Antigo como um território negro, onde essas pequenas e diversas territorialidades se articulam e o conformam. Da mesma forma, o Subúrbio Ferroviário se configura a partir de inúmeras comunidades, bairros (e outros diversos lugares que não se nomeiam nem como bairros, nem como comunidades), que se articulam de variadas maneiras, configurando territorialidades múltiplas e evidenciando o Subúrbio como um grande território de territórios negros (Rosa; Figueiredo; Silva; 2022). A ideia de território negro, que têm sido elaborada academicamente por diversos pesquisadores, sobretudo da geografia (a exemplo de Alex Ratts ou Renato Emerson dos Santos), vem sendo também elaborada e reivindicada por essas coletividades e moradores, e se distancia de um sentido taxonômico ou estatístico associado apenas à maioria de população negra, afirmando um "sentido negro de lugar" onde a presença negra configura modos de vida e de habitar que são indissociáveis das "violências relacionais da modernidade", e situam "material e imaginativamente as lutas históricas e contemporâneas contra as práticas de dominação" (Mckittrick, 2011, p. 949): de territórios que possibilitam essa existência negra nas cidades, que configuram e são configurados pelas possibilidades de tessitura de relações a partir dessa presença, sustentando a vida frente aos "difíceis emaranhados do encontro racial" (*Idem*; Pereira, 2018).

[7] Além do Acervo da Laje, também o Coletivo Guardiões da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, o Projeto Mulheres da APA, o Quintal Sensorial, o Estúdio Art Dboa e a iniciativa Preta Paleteira.

[8] Projetos de extensão, de trabalho final de graduação e de residência, realizados junto às ocupações-quilombo do MSTB: Paraíso (Valois, 2018); Guerreira Maria Felipa (Nascimento, 2018; Moreira, 2018; Carvalho, 2018; Macêdo, 2018; Conceição, 2018); Manoel Faustino (Batistoti, 2018; Gomes, 2018; Costa, 2018), Guerreira Dandara (Almeida et al, 2022).

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Figura 4: Atividade 5ª edição Residência AU+E na Ocupação Quilombo Carolina Maria de Jesus - Movimento Sem Teto da Bahia, Centro Antigo de Salvador. / Fonte: acervo RAU+E



Figura 5: Projeto Habitar Margens - ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, Simões Filho, 2022. Fonte: acervo grupo Margear



É nesse sentido que a dimensão da ancestralidade é mobilizada reiteradamente nessas elaborações partilhadas de conhecimento sobre os territórios; as relações com o mais-que-humano, em articulação com o lugar da memória, com o debate racial e com a afirmação, em várias dessas disputas, das relações com a natureza como parte indissociável do habitar cotidiano: o mar na Gamboa; o mar, o mangue, os rios, as matas no Subúrbio; a matas, a lagoa, a terra, os quintais nas ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco... O Sambaqui da Pedra Oca no Subúrbio, cuja existência confronta um projeto de urbanização que previa a construção de uma marina nesse lugar; ou, o enfrentamento diante de um conflito como o da retirada do trem do Subúrbio para a implantação de um monotrilho, em que as comunidades de terreiro enunciam a relação com o sagrado na cidade como questão central, invocando a linha do trem como um espaço sagrado (Rosa, Figueiredo, Silva, 2022). Então, são dimensões dessa ancestralidade reivindicada que vão se cruzando nessas disputas e que vão trazendo camadas que escapam às ferramentas da arquitetura e do urbanismo, da assessoria, são relações pouco afeitas aos nossos entendimentos de cidade e território.

E, obviamente, junto a essas elaborações coletivas com a natureza e o mais-que-humano, coexistem inúmeras contradições; ao mesmo tempo em que essas dimensões potencializam lutas e práticas coletivas de enfrentamento e reelaboração da vida, elas são solapadas por escavações de terrenos, por descartes de lixo, desmates e queimadas, por bombas de pesca no mar, como facetas que também compõem o habitar estes territórios. Além dos muitos interditos, e daquilo que é também, muitas vezes, indizível: os traumas, a violência histórica, a violência cotidiana, o racismo, os adoecimentos do corpo e do espírito, os conflitos internos e as ameaças externas, os desaparecimentos, o crime, o tráfico, a polícia, a milícia. Mas, como sinalizou recentemente uma importante liderança do bairro do Uruguai, na Península de Itapagipe, Dona Lurdinha: “a gente quer falar das nossas fortalezas, porque das fraquezas a gente sabe muito bem, e não precisamos ficar contando pra ninguém. Porque no fim, isso é sempre usado contra nós”.

Então, não tem como refletir sobre o tema dessa mesa sem considerar toda essa complexidade, essas distintas densidades e camadas de tempos, espaços e lutas que configuram múltiplas tramas territoriais. Tudo isso ‘caracteriza’ territórios populares, configura seus habitares, não apenas no âmbito imaterial ou simbólico, mas como dimensões que produzem materialidades. As materialidades são informadas, produzidas e atravessadas por tudo isso, elas não existem em separado. Não tem como pensarmos as potências dos territórios populares, sem considerar as violências; não tem como pensarmos a vida, sem pensar a morte: são modos de viver e habitar que se configuram nessas dobras entre possibilidade e impossibilidade, como tantas pesquisadoras negras já

assessorias
populares:
práticas em
movimento

refletiram e seguem refletindo, a exemplo de Beatriz Nascimento, Denise Ferreira da Silva, Lelia Gonzalez, Katherine Mckittrick, minhas amigas Glória Cecília Figueiredo, Gabriela Leandro Pereira, Paula Cordeiro. E a inquietação do estudante no debate da palestra de abertura do seminário, aqui registrada de memória, reverbera exatamente essa complexidade: “Eu estou na universidade, e meus amigos estão morrendo no território. Como eu, estudante de arquitetura e morador da periferia, penso isso, enfrento isso?”

E aí, sem entrar na discussão de estarmos nos tornando ‘sociólogos urbanos ruins’ que apareceu naquele mesmo debate, mas quais são as nossas ferramentas para lidar com essa complexidade, com esse “difícil emaranhado”? Que possibilidades metodológicas a gente pode construir, desde esse lugar híbrido da ‘Arquitetura e Urbanismo’, mas sem reincidir no delírio de uma autonomização disciplinar, para pensar ferramentas, para lidar com essas questões? A gente precisa inventar novas ferramentas, sem descartar aquelas que desde sempre constituíram o campo: não teremos condições de trabalhar com os territórios populares e negros, em um contexto cada vez mais acentuado de precarizações, de acirramento brutal das violências, de intensificação do tráfico e da milícia nos últimos anos, se arquitetas, urbanistas, pesquisadoras, assessoras, sempre em relação com os territórios, coletividades, moradoras, na configuração de “nós-complexos”, não criarmos juntas outras metodologias, mobilizarmos outras ferramentas, inventarmos outras práticas e políticas espaciais. E com isso não quero dizer que metodologias, ferramentas, práticas e políticas espaciais só existem se e quando inventadas/mobilizadas desde a universidade ou as assessorias, mas nos atentarmos para o que emerge desses encontros, dessas elaborações conjuntas, e como elas se contaminam e se potencializam mutuamente.

Desde esses encontros e elaborações coletivas que mobilizo nesse diálogo, um caminho tem se configurado a partir do desejo e da reivindicação das moradoras e coletividades desses territórios por construir outras narrativas de si e de seus modos de existir e habitar, outras imagens, fabulando outras histórias espaciais (Mckittrick, 2006, 2007; Pereira, 2021). Outras em relação àquelas desde sempre contadas, que reiteram apenas as camadas de violências, precariedades, ausências, que configuram “concepções miserabilistas” (Marcelin, 1999) e criminalizantes que se cristalizam como ‘caracterizações’ genéricas dos territórios populares. No movimento coletivo de criar novas imagens e histórias e desabilitar outras, de visibilizar e narrar mundos de vida em contraposição a políticas de desterro (e morte), há, sobretudo, um desejo de compartilhar histórias entre si, como forma de tecer alianças político-afetivas, de reafirmar modos de habitar, de se re-conhecer coletivamente; como estratégia de articulação e luta por terra, por território, por permanência, por moradia, por infraestrutura, por regularização fundiária. Como ferra-

menta de construção intencionada e autoconduzida de legitimidade e legibilidade nas relações e disputas com o estado. Então, tem uma ação estratégica nessa aproximação entre esses territórios e coletividades e a universidade, as assessorias, que é também de incidir concretamente, com essas histórias espaciais, nas políticas públicas, nas formas instituídas de produção do espaço, nas disputas urbanas.

E aqui tangenciamos esse lugar das 'invisibilidades aparentes', que era uma provocação da mesa, ao nos depararmos com essa reivindicação de moradoras e coletividades dos territórios por uma visibilidade nos seus próprios termos. Isso não é novo, mas em que medida nossas práticas de fato tem se transformado nesse sentido? Levar isso a sério reconfigura o próprio lugar da universidade (e talvez da própria assessoria), tão afeita aos 'achados de pesquisa', às nossas 'descobertas', ao que nós temos a dizer sobre esses territórios: as invisibilidades aparentes são, quase sempre, aquilo que a universidade ou o estado não enxergam, cuja legibilidade lhes escapa. Então, de novo, seguindo a ética da indagação: o que, por que, para quem tornar visível? Me sinto dizendo obviedades aqui, mas, de perto e de dentro das práticas de extensão (e assessoria), temos visto que, infelizmente, passado tanto tempo da 'virada cartográfica', 'virada espacial', 'virada territorial', 'virada decolonial' e todos os fetiches que a academia cria em torno de teorias, enquadramentos e ferramentas, isso não é exatamente uma realidade. Não se trata de uma apologia do 'basismo', ou de retomar 'todo poder ao usuário', mas de levarmos a sério uma elaboração coletiva de conhecimentos com os territórios e coletividades que possa se desdobrar em regimes de visibilidade e formas de 'caracterização' que sejam efetivamente situadas e compartilhadas. De buscarmos outras companhias reflexivas e imaginativas no sentido de ir além de uma reencenação colonial diante de habitares que excedem as noções, categorias e gramáticas que instruem os estudos e as políticas habitacionais e urbanas. De compreendermos visibilidade e opacidade como dimensões construídas relacionalmente, e desde dentro dos territórios e disputas urbanas nas quais estamos envolvidas.

Nesses processos a partir dos quais reflito aqui, junto a diferentes territórios e coletividades, se configuram diferentes momentos e modalidades do que poderia ser chamado 'assessoria', com diferentes construções metodológicas, que podem vir a derivar em formas de 'caracterização'. Temos explorado alguns caminhos nesse sentido, que partem muito do chão, do lugar, da relação, da corporalidade, da presença. E aí se recoloca a questão do tempo e dos arranjos entre diferentes agentes, que delineiam processos que não têm, necessariamente, uma linearidade de ações no tempo, mas uma retroalimentação circular: não é uma única equipe ou um único projeto que 'vai dar conta', são articulações entre muitos grupos, muitos projetos, muitas pessoas, buscando romper com 'guetos' ou 'nichos' que muitas vezes se configuram na universidade. Então, são atuações que vão se fazendo nessa temporalidade expandida de acúmulos, composições e enlaces, ao mesmo tempo em que também vão incidindo na temporalidade das políticas, dos editais ou das urgências.

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Dizer que não tem um único método ou modelo já é outro lugar comum, mas sempre bom reafirmar: é levar a sério os processos situados de criar espaços, ferramentas, metodologias para esse fazer com; e, nesses processos, temos apostado muito em criar condições para que memórias emerjam, para que a partir delas se elaborem imagens e narrativas. Os encontros e as histórias são a principal base metodológica, epistêmica, ontológica dessas construções, que partem de relacionalidades complexas (e muitas vezes conflitivas, contraditórias, mas sempre férteis) como ancoragem dessas elaborações coletivas de conhecimentos. Para tanto, o engajamento com o território (aí incluídos humanos, não-humanos, mais-que-humanos) se faz fundamental – e aqui não falo necessariamente (ou apenas) de 'militância', mas de implicação, de intencionalidade, de permitir afetar-se, de uma tomada de posição ético-política. Falo, uma vez mais, da disposição para a construção político-afetiva de relações, para tomar parte das relações existentes, e isso pressupõe uma atenção permanente aos abismos cotidianos (Feltran, 2004) e posicionalidades que se configuram atravessadas por dimensões de classe, raça, gênero, sexualidade, religiosidade, geracionalidade, etc. Falo de encontrar, caminhar, permanecer, insistir, olhar, escutar, sentir, corporificar.

Falo da aproximação a práticas coletivas pré-existentes nos territórios, uma atenção dedicada a essas formas de fazer, a essas presenças, junto às quais nos posicionamos como articuladores de novos encontros e práticas. Partimos dessas presenças, e são muitas as anfitriãs (Borges, 2013) com quem temos construído esses processos, são fundamentalmente encontros com/entre mulheres (Cordeiro *et al*, 2021): mais além de serem as fazedoras e mantenedoras desses territórios, essas mulheres são guardiãs de memórias e documentos, e nos convocam a uma atenção às políticas de memória forjadas no cotidiano e na vida, aos modos de operar uma história coletiva através de pontos de partida muitas vezes individuais e subjetivos: histórias que partem da própria trajetória, da própria casa, da própria vida, que focalizam relações familiares e de vizinhança, e que configuram tênues limiares entre visibilidade e opacidade, que exigem cuidado e confiança.

Ao mobilizar trajetórias imbricadas de vida e de luta, que se compõem de deslocamentos, desenraizamentos sucessivos, experiências anteriores de moradia, cidade, território, contínuas experiências de refazer espaços e vidas, as moradoras dão vazão a saberes espaciais adquiridos a duras penas, que são carregados no corpo, que vão moldando os modos de habitar os territórios populares e que recobram o reconhecimento de sua historicidade (Rosa, 2008; 2014). São outras dimensões de arquivos e documentos (Lima; Mortimer, 2022), o corpo, a casa, o território, com os quais

assessorias populares: práticas em movimento

se articulam fragmentos de arquivos institucionais, de acervos pessoais, e outros fragmentos materiais como disparadores de memórias (Ferreira, 2019; Silva, 2020); são confluências de dimensões materiais e imateriais, físicas e simbólicas, configurando uma espécie de arqueologia de vestígios.

Então, temos apostado em diferentes formas de documentar com, de produzir evidências com, de elaborar um conhecimento com o território que é intencionado a ser uma ferramenta nas disputas em curso ou porvir. Escavar e produzir imagens, elaborar traduções multilinguagens das memórias e das histórias espaciais — pensar por imagens, por desenhos, por cartografias, por colagens —, ativar diferentes mobilizações de elaborações gráficas e imaginações espaciais como dinâmicas de reflexividade coletiva sobre modos de habitar os territórios populares, que vão construindo outras imaginações, outras narrativas e, porque não dizer?, outras 'caracterizações'.

Figura 6: Colagem de Ferreira (2019). Fonte: Acervo MARGEAR



Nessas operações históricas provocadas pelas próprias moradoras, da qual tomamos parte, se explicita um desejo tácito de fabular comunidades - algo sempre tido como tão problemático pelos estudos urbanos críticos sobre favelas e periferias, como eu mesma fui formada, mas que evidencia sentidos políticos coletivos diversos aportando horizontes imaginativos de vida em comum, apesar e para além das precarizações e violências. Indo além das histórias coloniais de perdas e ausências, esse recobrar de memórias individuais e coletivas de vida e de luta (muitas vezes na chave das 'conquistas'), em direção à elaboração de histórias espaciais vitais (para articular ideias de Katherine Mckittrick e Ursula Le Guin) em narrativas multiliguagens, entrelaça os diversos territórios com os quais temos atuado, configurando acúmulos de um conhecimento coletivo que vai sendo produzido/apropriado/mobilizado como ferramenta nas lutas, e que passa a incidir também nas práticas cotidianas e coletivas de produção de regulações, marcos, procedimentos e mesmo nomeações que dão forma ao fazer cidade nestes territórios. Mas também dão pistas de como esses processos/arranjos podem construir bases pra outras articulações na incidência em políticas públicas, na elaboração de planos e projetos, nas transformações espaciais.



Figura 7: Colagens das oficinas do Projeto Habitar Margens, 2022.
Fontage: acervo Margear

assessorias
populares:
práticas em
movimento





Figura 8:
> Cartilha Memórias de Luta, Memórias em Luta: as ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, elaborada pelo Projeto Habitar Margens, 2023.
Fonte: acervo Margear

> Cartaz de Audiência Pública Popular promovida pela Articulação do Centro Antigo de Salvador, 2023.
Fonte: acervo Articulação do Centro Antigo de Salvador.



Figura 9: **Linha do tempo** Projeto Habitar Margens: Ocupações Alto da Conquista e Marielle Franco, 2023.
Fonte: acervo Margear

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Com essa fala um tanto errática, espero que eu tenha conseguido trazer alguns elementos para reflexão, a partir de nossas experiências situadas. Retomo, para encerrar, o que espero ter provocado como um dos principais desafios para outros sentidos de 'caracterização' aqui propostos: a construção e o fortalecimento de vínculos, relações, alianças. Em uma conjuntura marcada pelo acirramento das contradições e fraturas, essa me parece uma dimensão fundamental, tanto em termos de pensar a 'caracterização' também como mobilização e sensibilização (para dialogar com a próxima mesa do seminário), mas, sobretudo, para fazer frente ao desejo de escrutínio, ao afã tipificador, classificador, nomeador, interventor. Obviamente há muito por fazer. Mas o que fazer, como fazer, porque fazer, devem ser elaborações partilhadas.

Para além dos fetiches acadêmicos, uma episteme contracolonial, multiespécie, antirracista, onde a diferença não seja continuamente feita desigualdade, depende tanto de afirmar a quebra, quanto de potencializar o enlace, a confluência. E, do ponto de vista das assessorias, o enlace, no sentido da relacionalidade complexa, do encontro e da aliança na divergência, é talvez a maior obviedade e o maior desafio. Considerando que 'caracterizar' é também produzir politicamente os territórios, tomemos o engajamento e a relacionalidade como ferramentas-mestras para imaginações, histórias, práticas e políticas espaciais mais afeitas à complexidade da vida dos territórios populares e negros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Keylane Dias S.; Ferreira, Victor Ribeiro; Hermsdorf, Juliana Oliveira; Clough, Carmélia Nunes C. **Nó(s)**: um trabalho de muitas mãos. Relações de Assessoria Técnica na Ocupação Quilombo Guerreira Dandara. Monografia (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

BATISTOTI, Aleida Fontoura. **A mediação a partir da assistência técnica na Ocupação Quilombo Manoel Faustino**: dados, possibilidades e materialidade. Monografia (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BETTO, Frei. Paulo Freire: a leitura do mundo. *In*: SADER, Emir; BETTO, Frei. **Contraversões: civilização ou barbárie na virada do século**. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 99-100.

BHAN, Gautan; SRINIVAS, Smitas; WATSON, Vanessa. **The Routledge Companion to Planning in the Global South.** Abingdon and New York: Routledge, 2018.

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu**, n. 40, jan./jun, 2013. p. 197-227.

BRANDÃO, Ramone Laise A.; FERREIRA, Victor Ribeiro. Mobiliza RAU+E: atuação em contexto de pandemia. *In*: Rosa, T. T.; Linhares, J. F.; Rocha, H. F. M. (orgs.). **Partilhas Emergentes: assessoria e assistência técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022. p. 166-185.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **Zonas de Tensão**: o arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e; ROSA, Thaís Troncon; SANTOS, Juliana; BRANDÃO, Ramone Laise A.; FERREIRA, Victor Ribeiro. A urgência pandêmica nos territórios populares e a universidade pública: experiências e desafios em Salvador/BA – Brasil. *In*: YÁÑEZ, P. P. *et al*. (orgs). **Metodologías participativas en tiempos de crisis: reflexiones epistemológicas y experiencias críticas**. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 291-328

CARVALHO, Rodrigo Machado. **Conhecer para resistir**: ações educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa. Proposições para Regularização Fundiária. Monografia (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

COLETIVO TRAMA. Tramando Coletivamente: a comunicação como trama coletiva engajada em conflitos socioterritoriais. *In*: ROSA, T. T.; LINHARES, J. F.; ROCHA, H. F. M. (orgs.). **Partilhas Emergentes: assessoria e assistência técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022. p. 236-253.

CONCEIÇÃO, Ludmila Regina V. da. **Conhecer para resistir**: ações educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa para proposições de geração de renda. Monografia. (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CORDEIRO, Vanessa; BATISTOTI, Aleida Fontoura; RODRIGUES, Zara Pereira; FERREIRA, Marina S. Muniz; SILVA, Atailon da S. Matos. Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, 2021. p. 1-27.

COSTA, Carolina Barreto C. da. **Construindo coletividades através da Assistência Técnica**: um percurso até chegar à cozinha. Monografia. (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

DE LA CADENA, Marisol. **An Invitation to Live Together**: Making the "Complex We". Environmental Humanities, v. 11, n. 2, 2019, p. 477–484.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Isolamento, Solidão e Superfluidade: sobre abismos cotidianos. **Cadernos IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** - UNICAMP, v.1, 2004. p.173-196

assessorias
populares:
práticas em
movimento

FERREIRA, Marina Silveira Muniz. **Entre o ferro e o mar**: uma aproximação às urbanidades da orla de Periperi. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FIGUEIREDO, Glória C.; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís T. The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil. **Radical Housing Journal**, v. 2, 2020, p. 55–82.

FIGUEIREDO, Glória C.; ESTÉVEZ, Braiz. Perícia Popular do Centro Histórico de Salvador: vida urbana negra e máquina patrimonial. In: Gledhill, J.; Hita, M. G.; Perelman, M. (org.). **Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropria-ção da cidade**. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 191-220.

FIGUEIREDO, Glória C.; ROSA, Thaís T.; VIEIRA, Gilson J.; TAVARES, Flora M.; TANAJURA, Matheus C.; SILVA, Atailon da S. M.; SOUZA, Lucas R. Escola de Verão monotrilho em disputa: articulando comunicação comunitária e avaliação de políticas urbanas em Salvador/BA/Brasil. Limites, desafios e potências de uma aposta ético-político-epistêmica em torno das colaborações urbanas. *In*: ORAISÓN, M. *et al*. (orgs). **Experiencias y metodologías participativas en diálogo. Saberes, actores y territorios**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Corrientes: EUDENE; Rafaela: Instituto PRAXIS, 2023. p. 21-62.

GOMES, Flávia Mara H. **Semeando o desenvolvimento social, econômico e ambiental**: mediação e mobilização para a inclusão produtiva de mulheres da Ocupação Quilombo Manoel Faustino (MSTB). Monografia. (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 1995. p. 07-41.

Thaís Troncon Rosa
Arquiteta urbanista (EESC-USP), com mestrado em História (Unicamp) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), com estágio doutoral na Universidad de Sevilla. Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), onde está coordenadora do Núcleo de Teoria, História, Projeto e Planejamento. Professora da Residência AU+E – Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), onde articula o grupo Margear. Coordena atualmente o Plano de Ação Periferia Viva RMS – Ocupações Marielle Franco e Alto da Conquista. Integra a rede moradia-assessoria. Foi sócia-fundadora do coletivo TEIA - casa de criação (São Carlos/SP) e colaboradora na USINA - centro de trabalhos para o ambiente habitado (São Paulo/SP).

Discutindo autogestão e imaginário sócio-espacial na ocupação Chico Rei II (Ouro Preto/MG)

Discussing self-management and socio-spatial imaginary in ocupação Chico Rei II (Ouro Preto/MG)

*Giselle Mascarenhas**

Resumo:

O artigo explora a complexidade dos desafios socioambientais enfrentados por grupos situados em territórios populares e as assessorias que os apoiam, usando a Ocupação Chico Rei II, em Ouro Preto, MG, como estudo de caso na luta por autogestão. A construção do Plano Popular da Ocupação destaca a importância das assessorias técnicas na mediação entre diferentes agentes e na elaboração de instrumentos que visam contribuir para transformação do imaginário das comunidades sobre suas dinâmicas sócio-espaciais, promovendo um diálogo conscientizador. Por meio de oficinas que abrangem desde cartografia social e mutirões para reforma de espaços coletivos até discussões sobre planejamento urbano e autogestão de moradias, enfatiza-se a participação colaborativa dos moradores na caracterização e na tomada de decisões sobre o próprio território. A mobilização em prol do direito à cidade somada a autogestão demonstrada pela Ocupação Chico Rei II — a partir de diversas iniciativas virtuosas que incluem princípios de preservação ambiental, segurança alimentar, moradia digna e justiça social —, estabelece o grupo como um modelo de gestão coletiva e responsável do território urbano. Apoiada pela assessoria técnica e outros agentes, a atuação do grupo serve como exemplo de resistência e luta por uma política pública habitacional que realmente atenda às necessidades da comunidade, evitando a reprodução de práticas hegemônicas que desconsideram as especificidades locais e enfraquecem as ambições emancipatórias dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Autogestão de Moradias. Direito à cidade. Produção habitacional. Ocupação Urbana. Ouro Preto.

Abstract:

This paper addresses the complexity of socio-environmental challenges faced by groups situated in informal settlements and the technical advisory practices supporting them, using the Chico Rei II Occupation in Ouro Preto, MG, as a case study in the struggle for self-management. The construction of the Occupation's Popular Plan emphasizes the importance of technical advisory services in mediating between different stakeholders and in developing instruments aimed at transforming community perceptions of their socio-spatial dynamics, fostering conscientious dialogue. Through workshops covering social mapping, collective space refurbishment, urban planning discussions, and housing self-management, residents' collaborative participation in characterizing and decision-making about their territory is highlighted. The mobilization for the right to the city, coupled with self-management demonstrated by the Chico Rei II Occupation — through various virtuous initiatives encompassing environmental preservation, food security, dignified housing, and social justice — establishes the group as a model of collective and responsible urban territory management. Supported by technical advisory services and other agents, the group's actions exemplify resistance and advocacy for housing policies that truly meet community needs, avoiding the reproduction of hegemonic practices that disregard local specificities and weaken the emancipatory ambitions often driving social movements.

Keywords: Housing Self-Management, Right to the City, Housing Production, Urban Occupation, Ouro Preto.

Oficina "Autogestão de Moradias" do Plano Popular
Fonte: Acervo da autora

Introdução

É amplamente reconhecido que territórios populares enfrentam desafios socioambientais complexos, exigindo abordagens integradas, colaborativas e participativas para sua caracterização adequada. Este trabalho utiliza a Ocupação Chico Rei II, em Ouro Preto, Minas Gerais (MG), como estudo de caso para discutir e ilustrar esses desafios. A análise aborda tanto as dificuldades enfrentadas pela população quanto os obstáculos que as assessorias técnicas, profissionais ou acadêmicas, enfrentam ao atuar diante dessas realidades desafiadoras e dinâmicas.

Este trabalho, inserido nas discussões sobre autogestão de moradias, foca nas práticas sócio-espaciais e seus agentes, evidenciando tanto as contradições quanto as possibilidades na busca por soluções viáveis. Partindo da construção do Plano Popular da Ocupação, destaca-se o papel das assessorias técnicas na mediação dos interesses conflitantes entre os diferentes agentes envolvidos na produção sócio-espacial, bem como na elaboração de instrumentos que visam ampliar e transformar o imaginário das comunidades sobre o direito à cidade.

Habitação, Direito à Cidade e Autogestão: entre obstáculos, conquistas e contradições

É incontestável que a moradia não se limita a uma necessidade física; é um direito fundamental que sustenta aspectos sociais indispensáveis, como dignidade, segurança, saúde e bem-estar. Em outras palavras, a garantia de uma habitação adequada envolve não apenas um teto, mas também o acesso a infraestrutura básica e serviços públicos essenciais, promovendo a inclusão social e reduzindo desigualdades que atravessam grande parte da população de baixa renda no país.

A Constituição Brasileira de 1988, fortalecida pela Emenda Constitucional n. 26 de 2000, garante o direito à moradia, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela sua proteção e garantia. Notadamente, há esforços regulatórios e políticas que incentivam a participação ativa da população em movimentos sociais. Apesar desses avanços, a implementação de políticas habitacionais municipais e federais baseadas em princípios de autogestão, é geralmente eclipsada por ações que priorizam interesses financeiros.

A autogestão na produção de moradias se refere a políticas públicas que adotam um modelo autônomo, onde os próprios beneficiários, organizados em associações, núcleos ou cooperativas ligadas aos movimentos de moradia, coordenam todas as fases da construção de empreendimentos de interesse social. Isso abrange desde a seleção das famílias beneficiárias até a gestão dos recursos financeiros públicos e a coordenação dos processos construtivos, frequentemente utilizando sistemas

assessorias populares: práticas em movimento

de ajuda mútua e mutirão. Esse modelo promove a participação ativa das famílias beneficiárias na tomada de decisões, permitindo-lhes ainda contratar assessorias técnicas para apoio especializado.

Tal autogestão é exemplificada por iniciativas como o Orçamento Participativo da Habitação em Belo Horizonte na década de 1990, bem como por programas federais como o Programa Crédito Solidário e o Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E). Essas políticas, embora tenham ocorrido de forma pontual e secundária, buscam fortalecer e efetivar a aplicação dos recursos públicos destinados à habitação social com a participação ativa das comunidades na construção de suas próprias soluções habitacionais.

A tese *Outros Canteiros* (Mascarenhas, 2022) investiga a autogestão de moradias em Belo Horizonte, analisando as experiências ocorridas entre as décadas 1990 e 2010. A pesquisa revela que, apesar dos desafios e contradições enfrentados, os processos autogestionários desafiam a dominação e a heteronomia, criando espaços mais inclusivos e seguros para a população de baixa renda. Além disso, esses processos fomentam a educação política, a democratização do conhecimento, a cooperação mútua, a formação de redes de solidariedade e fortalecem o senso de pertencimento ao território. Assim, a habitação transcende sua concepção meramente mercantil e adquire um valor de uso mais significativo, tornando-se um símbolo de resistência, trabalho e autonomia coletiva.

Contudo, em uma realidade moldada por interesses do capital e do Estado, que questionam preconceituosamente o potencial dos movimentos sociais de gerirem recursos públicos, a autogestão de moradias é frequentemente vista e tratada como um experimento fadado ao fracasso. Consequentemente, essa prática é combatida e invisibilizada. Tal atitude reflete a natureza paradoxal da autogestão: por um lado, ela é considerada um campo para explorar autonomia; por outro, é também utilizada como uma medida paliativa para conter insurgências maiores, expressando assim seu caráter dicotômico como 'laboratório para exercício de autonomia' e 'cota apaziguadora' (Mascarenhas, 2022).

Dessa maneira, a abordagem predominante se divide em dois aspectos contrastantes: manifestadas na autoprodução (e autoconstrução) em ocupações urbanas organizadas; de outro, a hegemonia da produção habitacional de interesse social, como é exemplificada pelo controverso Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em vigor de 2009 a 2020.[1] Este programa é reconhecido e amplamente criticado pela exclusão das famílias beneficiárias dos processos decisórios e construtivos, pela qualidade fragmentada e deficiente das construções, e pela inflexibilidade arquitetônica devido à priorização da produtividade e do lucro em detrimento da qualidade habitacional. Além disso, o PMCMV foi duramente contestado pela escolha de localizações periféricas e pelo impacto am-

[1] Em 2023, o PMCMV foi retomado e passou por importantes reformulações, cujos impactos ainda precisam ser analisados detalhadamente.

biental significativo, perpetuando soluções padronizadas inadequadas para as diversas realidades brasileiras e o uso indiscriminado de materiais cimentícios. Essas políticas habitacionais não apenas falham em atender às necessidades dos beneficiários, mas também precarizam as condições de trabalho nos canteiros de obra (Mascarenhas, 2022). Essa situação ecoa as observações de Ferro (2006) sobre a habitação popular em países subdesenvolvidos, onde é vista como um mecanismo de divisão e endividamento da classe trabalhadora.

A influência do modelo neoliberal no Brasil tem exacerbado diversas mazelas sociais, destacando-se o crescente déficit habitacional como uma das manifestações mais alarmantes. Como afirmado por Maricato (2003), a segregação urbana e ambiental não é apenas acidental e consequência, mas também uma promotora da desigualdade social. No mesmo sentido, Harvey (2014) expõe que, na sociedade capitalista, predominam conceitos que privilegiam o indivíduo e a propriedade, reforçando a lógica hegemônica do mercado liberal e neoliberal.

Na contramão dos processos hegemônicos, o autor aborda o conceito de "direito à cidade", inicialmente proposto por Henri Lefebvre, como um movimento coletivo para reivindicar os espaços urbanos como um bem comum. Esse direito não se limita ao acesso físico aos recursos urbanos, mas inclui também a participação política na configuração e transformação dos espaços, visando uma cidade mais inclusiva e democrática. Para Harvey (2014), o direito à cidade significa a possibilidade de todos os cidadãos moldarem a cidade de acordo com suas aspirações mais profundas, "é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos" (p. 28).

Sendo assim, argumenta-se que essa reinvenção não deve ser restrita a uma elite privilegiada, mas sim uma oportunidade para que os cidadãos participarem ativamente na construção de uma cidade que atenda às necessidades de todos, promovendo assim uma verdadeira justiça espacial e social. O autor argumenta ainda que tais reivindicações são imprescindíveis para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pela urbanização capitalista, buscando uma cidade onde todos possam viver dignamente e usufruir igualmente dos benefícios urbanos.

O desafio persiste na implementação efetiva de políticas públicas habitacionais que privilegiem modelos autônomos, levando em conta os saberes e a capacidade organizativa dos grupos sócio-espaciais envolvidos (Kapp, 2018). Esses modelos são exemplificados de diferentes maneiras por práticas de autogestão de moradias, seja por meio de políticas públicas ou ocupações organizadas. Além disso, servem de exemplo processos de participação comunitária, os quais desafiam paradigmas dominantes e visam promover um ambiente urbano mais digno e equitativo.

assessorias populares: práticas em movimento

Riscos e outros desafios habitacionais: particularidades do contexto ouropretano

À luz das questões expostas antes, os desafios habitacionais em Ouro Preto não apenas refletem os dilemas enfrentados em âmbito nacional, como também ecoam particularidades locais. Em outras palavras, a cidade não só compartilha e é moldada por um contexto mais amplo de desafios habitacionais, ela também enfrenta questões específicas que intensificam a problemática local, demandando uma resposta urgente e direcionada.

No cenário nacional e internacional, Ouro Preto é reconhecida e celebrada por suas belezas naturais e seu rico acervo patrimonial arquitetônico e artístico. Tombada pelo IPHAN em 1938 e inscrita pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1980, a cidade atrai milhares de visitantes anualmente. No entanto, a história do ciclo do ouro deixou marcas persistentes e danosas, evidenciadas pelos impactos contínuos da mineração predatória.

Além dos desafios históricos inerentes a uma cidade que é patrimônio histórico, turístico, universitário e de exploração minerária, Ouro Preto enfrenta obstáculos únicos devido ao seu terreno acidentado e ao consequente e significativo problema fundiário. Questões de titularidade de terra e alta especulação imobiliária são evidenciadas por numerosos casarões históricos sem uso ou destinados a aluguéis temporários por meio de plataformas como *Airbnb*, complicando ainda mais a situação. A ausência de políticas públicas eficazes, como a inocuidade das Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) previstas no Plano Diretor vigente, o crescimento desordenado sem respaldo de infraestrutura básica, os aluguéis abusivos e a limitação de áreas seguras para moradia agravam a crise habitacional, especialmente para os grupos de baixa renda.

A intensa exploração minerária, aliada à formação geológica e à ocupação desordenada do sítio, são os principais fatores que contribuem para a série de fragilidades observadas na Serra de Ouro Preto (Sobreira, 2014). Não é surpreendente, portanto, que Ouro Preto seja classificada como a cidade com a maior quantidade de áreas de risco em todo o país, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil (2021). Os dados indicam que aproximadamente 313 regiões dentro da cidade apresentam níveis consideráveis de risco geológico, classificados como "alto" e "muito alto", abrangendo cerca de 882 residências e 3.006 habitantes, cuja renda média mensal por domicílio em área de risco é de R$ 1.128,32 (Hum mil, cento e vinte e oito reais e trinta e dois centavos). Esses dados corroboram as frequentes notícias de deslizamentos de terra e remoções de famílias das áreas afetadas, evidenciando que essas regiões abrigam assentamentos consolidados da população de baixa renda.

Outro fator que agrava ainda mais as condições precárias dos assentamentos nas zonas de risco é a chuva intermitente, que frequentemente leva à emissão de decretos de “Estado de Calamidade Pública”. Um exemplo é a série de deslizamentos ocorridos no início de 2022, que resultaram em diversas famílias desabrigadas, com o bairro Taquaral sendo um dos mais afetados. Sem perspectivas de ações de reassentamento definitivo, a situação deixa inúmeras famílias indefinidamente dependentes de aluguel social.

Além das questões geológicas e ambientais que moldam o debate sobre habitação popular, a condição precária das moradias, independentemente de estarem em áreas de risco, também agrava o déficit habitacional. Segundo dados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de 2010, Ouro Preto tinha um déficit habitacional de aproximadamente 4.615 domicílios. Informações mais recentes da revisão do Plano Diretor (OURO PRETO, 2024) indicam um crescimento significativo, com uma estimativa de 8.765 moradias em déficit, afetando cerca de 12% da população. Isso ressalta a urgência de abordar a questão habitacional no contexto municipal.

Em resposta a esse cenário, é necessário reconhecer que a municipalidade tem implementado ações vinculadas ao recém retomado ‘Programa Um Teto é Tudo’ (Lei n. 1.328 de 2023), principal ferramenta da política municipal de habitação social. Apesar de avanços relevantes como a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação em 2022; o aumento do valor do aluguel social de R$500 para R$700 no mesmo ano; e a doação de terreno com negociações junto ao governo federal para a implantação de empreendimento do PMCMV, muitos problemas permanecem sem solução devido a omissão histórica do poder público.

Ocupação Chico Rei II: luta por moradia e virtuosismos na autogestão do espaço

A Ocupação Chico Rei II, uma continuidade da ocupação original estabelecida desde 2015 em Ouro Preto, representa uma resposta ativa do movimento de moradia local às precariedades enfrentadas na cidade. A Ocupação se posiciona centralmente no debate pela moradia digna e na luta popular pelo direito à cidade. As mobilizações sociais que deram origem ao movimento surgiram da indignação com a existência de terras ociosas no município, enquanto várias famílias continuam sem um local adequado para morar.

A Ocupação inicialmente surgiu em uma pequena parte de um terreno maior conhecido como ‘Terras da Novelis’, uma área que originalmente era pública e foi doada para a instalação da empresa na cidade durante a década de 1990. Essa doação fazia parte de uma estratégia para atrair

assessorias populares: práticas em movimento

empresas que promovessem o desenvolvimento econômico industrial. Contudo, a área nunca foi totalmente utilizada, falhando assim em cumprir sua função social. Cerca de um mês após as famílias se estabelecerem na Ocupação, devido à pressão pela posse da terra, uma ordem de despejo foi emitida, resultando na desocupação forçada.

Após um ano, o Movimento migrou para terras públicas do estado de Minas Gerais, pertencentes à antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). A partir desse ponto, as atividades, em busca de moradia digna, ganharam mais impulso. Essa consolidação foi viabilizada por diversos apoiadores, incluindo o encaminhamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Com o tempo, com o suporte da assessoria fornecida pela UFOP e outros apoiadores, a área de aproximadamente 1,2 hectares foi dividida em lotes individuais para cerca de 50 famílias respeitando parâmetros urbanísticos e questões ambientais presentes, marcando o início do processo de construção habitacional do grupo.

Apesar dos esforços para consolidar a área com horta coletiva, viveiro de mudas, espaço educativo e o início da construção de habitações em alvenaria em 2019, a Ocupação enfrentou uma nova ordem de reintegração de posse emitida pela Prefeitura de Ouro Preto sob a falsa alegação de risco ambiental. Em resposta, o movimento demonstrou sua resistência organizando vigílias em frente ao prédio da prefeitura e exibindo faixas como forma de protesto para sensibilizar a população. Após essas mobilizações, o município concedeu o benefício do aluguel social a algumas famílias que preenchiam os critérios da política habitacional, deixando as demais à própria sorte.

Apesar da desmobilização inicial do grupo após a expulsão, o movimento da Ocupação Chico Rei continuou a promover diversas iniciativas em prol da luta por moradia. Em janeiro de 2022, devido às fortes chuvas e aos frequentes deslizamentos de terra no bairro Taquaral, o movimento se uniu à Ocupação Novo Taquaral, que posteriormente evoluiu para Ocupação Chico Rei II com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Localizada em uma área pública municipal ociosa de aproximadamente 3.500m^2 (Figura 1), estrategicamente integrada ao tecido urbano com proximidade destacada da UPA Dom Orione, a Ocupação Chico Rei II atualmente abriga mais de 50 pessoas envolvidas em iniciativas que não apenas buscam exigir políticas públicas para habitação de interesse social, mas também desenvolver um modelo de autogestão do espaço. É relevante ressaltar que o terreno ocupado está designado como área de habitação de interesse social conforme estabelece o Decreto municipal n. 6526/2022; no entanto, a ameaça de despejo ainda paira sobre a comunidade.



Figura 1: Diagrama da Ocupação Chico Rei II
Fonte: Elaboração da autora



Figura 2: Horta Coletiva da Ocupação Chico Rei II
Fonte: Elaboração da autora

No início de 2023, já bem estabelecida, a Ocupação Chico Rei II demonstrava um forte compromisso com práticas socioambientais que caracterizam seu perfil rururbano,[2] evidenciando o cuidado da comunidade com os desafios de preservação natural em Ouro Preto. Em uma área de aproximadamente 500 m², foi criada uma horta comunitária agroecológica equipada com um sistema simples de irrigação (Figura 2). A horta atualmente cultiva uma variedade de hortaliças e leguminosas. Seu manejo e manutenção são realizados pelos moradores em sistema de revezamento, com mutirões periódicos para limpeza e criação de novos canteiros. Parte da produção excedente foi temporariamente doada à escola municipal do bairro, e há planos para sua comercialização. Além disso, estão em andamento projetos para incluir o cultivo de plantas medicinais na horta, com o objetivo de integrá-la ao projeto de "farmácia viva" recentemente aprovado pela Secretaria de Saúde do município.

No âmbito das práticas socioambientalmente responsáveis, a Ocupação Chico Rei II implementou um sistema exemplar de captação e tratamento de água (Figura 3), desenvolvido com o suporte de um projeto de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Este projeto facilita o monitoramento participativo da qualidade da água, capacitando os moradores e fornecendo o equipamento necessário para essas verificações. A fonte de água provém de uma nascente próxima ao terreno, não conectada à rede municipal da Saneouro, responsável pelo abastecimento de água e esgoto na cidade. A água tratada é utilizada nos banheiros coletivos e, em algumas residências, além disso, está em curso a construção de uma fossa do tipo tanque de evapotranspiração (TEVAP) para tratamento de parte do esgoto.

É essencial ressaltar que o grupo da Ocupação se envolve ativamente em mobilizações significativas, como oficinas de revisão do Plano Diretor, caminhadas e assembleias sobre habitação, além de protestos contra a privatização dos serviços de água na cidade. Um exemplo marcante foi o acampamento que mantiveram por mais de um mês em frente ao Museu da Inconfidência, visando sensibilizar a população sobre

[2] O termo rururbano surgiu no contexto da luta de movimentos sociais e refere-se a uma zona territorial de uma cidade ou zona metropolitana que combina ocupação urbana com produção primária (N.R.)

o problema. Esses protestos surgiram em resposta às tarifas abusivas e à qualidade questionável dos serviços prestados pela empresa. Em defesa da remunicipalização dos serviços, o movimento Chico Rei se destaca entre os grupos organizados que clamam pelo lema “Fora Saneouro, a água é do povo!”. Sustentando, portanto, a noção de que essa luta, como evidenciado, vai além da busca por moradia e abrange outros aspectos essenciais para a manutenção e qualidade de vida no território urbano.

Continuando com as iniciativas de autogestão do espaço, desde o início da Ocupação Chico Rei II, os moradores implementaram uma cozinha comunitária para assegurar a segurança alimentar de todos. Parte dos alimentos provém da horta comunitária e da criação de animais no terreno. Inicialmente, os moradores contribuíam com uma taxa mensal, permitindo que alguns preparassem as refeições diárias – café da manhã, almoço e jantar – para toda a comunidade. Esse sistema funcionou bem no início, proporcionando refeições abundantes e de qualidade. No entanto, com o tempo, tornou-se inviável, já que alguns moradores enfrentaram dificuldades para manter as contribuições e outros se sentiram sobrecarregados pela falta de rotatividade na distribuição das tarefas. Atualmente, a cozinha comunitária é utilizada principalmente durante encontros e assembleias quinzenais. Além disso, serve como apoio para os moradores que não têm estrutura de cozinha em suas próprias casas.

Em maior ou menor medida, iniciativas como as da Ocupação Chico Rei II se manifestam como territórios de resistência, cujas práticas ocorrem tanto apesar quanto contra o Estado (Souza, 2010). É crucial, portanto, nas abordagens de caracterização e na busca por soluções a partir do diálogo via assessoria técnica, reconhecer a capacidade desses movimentos para o autoplanejamento do espaço. Também é importante compreender que a autoprodução e outras estratégias de auto-organização insurgentes, fundamentadas no conhecimento local, representam ações autônomas e coletivas frequentemente negligenciadas por propostas de políticas autogestionárias ou participativas, especialmente quando as lutas sociais são institucionalizadas. Urge um estado contínuo de vigilância para que as demandas do movimento não sejam transformadas, ainda que veladamente, em políticas públicas hegemônicas que perpetuem erros do passado e enfraqueçam as aspirações emancipatórias que frequentemente motivam essa luta.

Reconhecendo a importância de apoiar a luta da Ocupação, especialmente na sua ambição de construção de uma política pública realmente orientada pelos princípios da autogestão, conforme demandado pelo movimento desde sua origem, surge em 2023 a proposta do Plano Popular. Este instrumento aposta na capacidade de remobilização do grupo e no fortalecimento dos processos coletivos já empreendidos por eles.

assessorias populares: práticas em movimento

Plano popular como instrumento de caracterização e transformação do imaginário sócio-espacial

O Plano Popular, desenvolvido com o suporte da assessoria técnica, é um instrumento de planejamento urbano criado pela própria comunidade para priorizar suas necessidades e interesses, em contraste com as imposições institucionais. Além de compreender as demandas locais imediatas, o Plano possibilita estabelecer diretrizes e princípios para orientar futuros processos, como aqueles relacionados à política municipal de habitação de interesse social. Dessa forma, o Plano Popular vai além da resolução de questões imediatas, sendo uma estratégia de longo prazo para garantir que as vozes e necessidades do grupo sejam consideradas na configuração territorial.

A discussão de Arruda (2021) sobre a capacidade das comunidades em demandar por algo que nem sabem que existe é relevante para a análise do papel dos assessores técnicos na construção dos planos populares e outros instrumentos de apoio aos grupos sócio-espaciais excluídos de seus direitos básicos. O autor destaca que a assessoria técnica se diferencia dos processos de assistência ao ampliar o imaginário das comunidades sobre suas próprias dinâmicas sócio-espaciais. Tal abordagem visa promover um diálogo colaborativo entre técnicos e não-técnicos, permitindo que a partir de indagações, trocas de conhecimento e da ampliação de repertório, ou de um imaginário sócio-espacial, ambos contribuam de maneira significativa para alcançar objetivos em comum.

Diante disso, é crucial que o grupo seja consciente e minimamente organizado dentro da comunidade para determinar autonomamente o papel dos técnicos no processo. Em contraste com a assistência tradicional, frequentemente imposta de cima para baixo, a assessoria técnica deve buscar desafiar e questionar tais relações de poder, aspirando a uma dinâmica mais equitativa, mesmo que de maneira assimétrica (Batazar; Kapp, 2016, p. 5).

Reconhecer desde o início a disparidade imposta pela posição ocupada por cada agente envolvido na produção sócio-espacial não é apenas útil, mas fundamental para buscar superar parte dos desafios inerentes à atuação em territórios populares. Afinal, nessa trama heterogênea estão em disputa diferentes interesses. Para além dos conflitos decorrentes das diferentes posições e recursos entre lideranças e famílias de movimentos sociais, Estado, assessorias técnicas e demais apoiadores, a condução do Plano Popular da Chico Rei II enfrentou uma significativa desmobilização do grupo. A falta de perspectivas para obtenção de terreno e de recursos para um reassentamento definitivo, somada à nova configuração dos membros após a expulsão da área anterior, parecem ser sintomáticas dos desafios enfrentados.



Figura 3: Sistema de tratamento de água da Ocupação Chico Rei II
Fonte: Acervo da autora

É em meio a esse contexto que se dá o Plano Popular Chico Rei II, desenvolvido a partir da condução de 11 oficinas realizadas durante o ano de 2023, fruto do edital Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU-MG). Sob coordenação da Organização Cooperativa de Agroecologia, o processo contou com o apoio de profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo, direito, ativistas do MTST, e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP, representado pelo Grupo "Mutirão: Pesquisa e Extensão Sócio-espacial", liderado pela autora e pelo professor Guilherme Arruda.

Reconhecendo e valorizando a autogestão já praticada pelo grupo, o Plano teve como objetivo caracterizar as dinâmicas do território e de seus ocupantes e sistematizar demandas para subsidiar a futura implementação de uma gestão ideal na produção de moradias, com suporte técnico e recursos adequados. Isto é, coletar informações suficientes a respeito de propostas, reivindicações e demandas para requerer a política pública habitacional pretendida pelo grupo. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento foi estruturado em etapas abertas e complementares, moldadas pelas informações cambiadas ao longo das oficinas, enfatizando a participação colaborativa e a integração dos moradores no levantamento de dados e na tomada de decisão.

As oficinas abordaram desde cartografia social até discussões sobre planejamento urbano, políticas públicas e autogestão de moradias, incluindo mobilização para mutirões autogeridos de manutenção de horta e cozinha comunitárias. Para exemplificar, a atividade "Rio do Tempo" focou na visualização e reconstrução coletiva das memórias do movimento, utilizando uma metodologia da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que compara processos históricos a um rio. Embora algumas informações se concentraram em lideranças ou membros da coordenação, o exercício fortaleceu a compreensão da luta do coletivo já encaminhada, destacando princípios como união, a importância do trabalho das mulheres e resistência.

Enquanto que na oficina sobre autogestão de moradias, o objetivo foi democratizar conhecimentos sobre tal produção a partir de exemplos práticos e aprofundar o entendimento da gestão da Ocupação Chico Rei II (Figura 4). Reconhecendo a busca contínua por uma política habitacional autogestionária, destacou-se as práticas já existentes de autogestão feita pelo grupo. A oficina resultou em ações concretas na comunidade, como limpeza e mutirões de reformas. Além disso, ao fornecer exemplos de outras ocupações e empreendimentos autogestionários, o exercício atuou na proposta de ampliação do imaginário sócio-espacial dos participantes, provocando debates sobre alternativas ao cenário hegemônico de produção e gestão das cidades.

Figura 4: Oficina “Autogestão de Moradias” do Plano Popular



Fonte: Acervo da autora

Em síntese, o Plano apresenta demandas e propostas relacionadas à moradia, infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico. Para moradia, busca acesso às políticas habitacionais municipais, incluindo a participação em movimentos sociais como critério de pontuação, e a consideração das famílias nas decisões, preservando modos de vida rururbanos. Na infraestrutura e meio ambiente, foca na preservação das nascentes e na promoção de obras públicas para acesso a serviços essenciais como assistência social, creches, escolas, saneamento básico, lazer e cultura. No desenvolvimento socioeconômico, destaca a contratação de moradores para construção de habitações, programas de qualificação profissional, iniciativas de agroecologia com hortas comunitárias e parcerias com a Universidade, além de demandar áreas ociosas para novos conjuntos habitacionais de interesse social.

Considerações finais

Os desafios para a caracterização dos territórios populares e para o encaminhamento de soluções, especialmente no contexto da Ocupação Chico Rei II analisada, refletem problemas mais amplos da realidade brasileira, marcada por um modelo neoliberal. Em Ouro Preto, os principais desafios habitacionais incluem a ocupação de áreas periféricas com alto risco geológico e a ausência de infraestrutura urbana adequada, como saneamento básico e acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e lazer, o que contribui para a exclusão sócio-espacial.

A falta de lotes e áreas seguras para empreendimentos habitacionais, agravada pela especulação imobiliária, representa um desafio adicional. A prática de aluguéis abusivos, particularmente no centro histórico e nas proximidades de instituições educacionais, bem como a crescente utilização de imóveis para locações temporárias, intensifica a dificuldade de acesso à moradia para a população local, especialmente a baixa renda.

Em resposta a esses problemas, agravados por um longo período de inação e omissão do Estado, a Ocupação Chico Rei se posiciona na denúncia da problemática habitacional, utilizando terras públicas que não cumprem sua função social. O movimento surge como uma forma de pressionar as autoridades a garantir o direito à cidade, buscando a implementação de políticas públicas mais democráticas e destacando a importância da autogestão de moradias.

Nesse sentido, merece destaque a recente conquista da assinatura do Decreto de Desapropriação de parte das “Terras da Novelis” para fins habitacionais, um resultado direto da persistência da Ocupação. Além disso, por meio de suas diversas iniciativas virtuosas, que abrangem princípios de preservação ambiental, segurança alimentar, moradia digna e justiça social, o grupo se consolida como um modelo de gestão coletiva e responsável do território urbano.

Em reconhecimento e colaboração com todo o esforço empreendido pelo movimento, a assessoria técnica, tanto profissional quanto acadêmica, desempenhou um papel significativo na elaboração do Plano Popular da Ocupação Chico Rei II. Embora ainda seja cedo para uma avaliação abrangente dos impactos desse instrumento no cotidiano da Ocupação e, mais amplamente, na política habitacional de Ouro Preto, as ações subsequentes realizadas pelo grupo indicam que o Plano se mostra como uma ferramenta eficaz de diagnóstico, mobilização e questionamentos.

O engajamento significativo do movimento nas oficinas, assim como nas assembleias públicas para discutir questões habitacionais da cidade, além da capacidade de auto-organização para os mutirões e dos acordos estabelecidos posteriormente para a gestão dos espaços comuns, são indícios claros de uma maior coesão e fortalecimento do grupo. Esses fatores ressaltam o potencial das assessorias para mediar desafios habitacionais específicos, como os enfrentados pela Ocupação Chico Rei II, e contribuem para assegurar o protagonismo da população envolvida na exploração de novos horizontes nas políticas habitacionais.

assessorias populares: práticas em movimento

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Guilherme Ferreira de. **Pedagogia sócio-espacial para democracia radical**: uma experiência mediada por interfaces em Glaura. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. *In*: **Anais do IV ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, 2016.

FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho [1976]. *In*: **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006, p. 105-138.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 221-236, 2018.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-166, 2003.

MASCARENHAS, Giselle. **Outros Canteiros**: possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022

OURO PRETO. Processo de Revisão do Plano Diretor e Legislação Complementar do Município de Ouro Preto. Processo Licitatório n. 287/2022. Etapa II – Leitura Técnica- Produto 3: Relatório de Leitura Técnica- Atividade: Diagnóstico- Volume 2. 2024.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Diagnóstico da População em área de risco geológico**, Ouro Preto, MG. 2021. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/22239/3/diagnostico_risco_ouro_preto_mg.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

SOBREIRA, F. G. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. **Quaternary and Environmental Geosciences**, v. 5, n. 1, p. 55-65, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos sociais e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, [2006] 2010, p. 13- 47.

Giselle Mascarenhas
Arquiteta e Urbanista (PUC Minas), mestra e doutora em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG). Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Líder do Grupo 'Mutirão: pesquisa e extensão sócio-espacial'.
Email: mascarenhas.giselle@gmail.com

Desafios da mobilização e sensibilização para as questões ambientais junto aos moradores dos territórios populares

como ampliar os imaginários urbanos e implicar as pessoas

O desafio somos nós? Conversas entre o campo arquitetônico e a prática das assessorias

Mobilização, engajamento e práticas de cuidado no trabalho da arquitetura na periferia

Da periferia ao centro: experiência de assessoria técnica ao mlb nas disputas por moradia na área central de Natal/RN

A técnica e a ideia de ambiente em disputa, ou reflexões sobre como uma assessoria assume um lado. O caso do morro do amor em Guarulhos/SP



O desafio somos nós? Conversas entre o campo arquitetônico e a prática das assessorias

Are we the challenge? Conversations between the architectural field and advisory practice

*Letícia Araújo Notini**

Resumo

Aposta-se na prática das assessorias técnicas como um horizonte para a construção de processos outros no Campo da arquitetura. A partir da crítica ao modo de produção capitalista do espaço, tenta-se indicar caminhos para rupturas ao modus operandi das práticas arquitetônicas a partir de exemplos da relação entre assessorias técnicas e os territórios populares. Para isso, são trazidos casos das ocupações urbanas do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e das práticas da Oficina Popular de Assessoria (OPA - assessoria técnica interna do movimento), a fim de vislumbrar pistas dos desafios a percorrer e das brechas para uma atuação situada.

Palavras-chave: Assessoria técnica; movimento social; moradia; prática

Abstract

Bet on the practice of technical advisory as a horizon for the construction of other processes in the field of architecture. From the critique of the capitalist mode of production of space, an attempt is made to indicate paths for ruptures in the modus operandi of architectural practices based on examples of the relationship between technical advisories and popular territories. To this end, cases of the urban occupations of the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) and the practices of the Oficina Popular de Assessoria (OPA - internal technical advisory of the movement) are brought forward, in order to glimpse clues of the challenges to be faced and the gaps for situated action.

Keywords: Technical advisory; social movement; habitation; practice

O espaço, sendo constituído e constituinte das relações sociais, tem, no capitalismo, violentos processos como suporte para sua produção e reprodução, tendo em vista sua indissociabilidade com as práticas coloniais/modernas. Pode-se entender este processo a partir da condição Centro-Periferia trazida pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), em que, a partir dos estudos sobre a colonialidade, descreve a nova configuração mundial baseada nessa relação que irradia do centro (Europa) em direção às periferias do poder. Da mesma forma, têm-se as cidades, pensadas a partir desse centro, do colonizador, onde as relações de dominação se reproduziram para as diversas esferas da vida social e se transformam em espaço (Lopes *et al*., 2019, p. 146).

O território "latinoamericano" foi, então, constantemente espoliado das diversas camadas populares e tradicionais, colocadas à margem dessa cidade "formal''. Segundo a arquiteta brasileira Rita Velloso (2020), "assim foram submetidos no princípio da colonização os indígenas, a seguir os negros escravizados, e, desde que vivemos o ciclo da modernidade das cidades republicanas, os pobres urbanos" (Velloso, 2020, p. 156). Assim, o acesso ao trabalho, à renda, à propriedade e a outros direitos básicos se deu de forma desigual para as diferentes raças, etnias e classes sociais.

O modo como se deu o acesso à terra sinaliza a base da formação territorial das grandes cidades "latinoamericanas", pautadas pela segregação socioespacial, e, principalmente no caso brasileiro, também racial. É perceptível a importância de se pensar uma forma outra de se produzir espaço e, principalmente, de se produzir arquitetura. A crítica ao Campo arquitetônico passa pelo entendimento da arquitetura como uma ferramenta de produção e reprodução de um modo de vida pautado nesta hegemonia, capitalista e também colonial, onde existe um modo de produção que é estrutural, possui prescrições ditas e não ditas, certas vezes camufladas, e que são reproduzidas sem questionamentos. De acordo com o arquiteto brasileiro Paulo Tavares (2020), a arquitetura e suas dimensões têm sido utilizadas como instrumentos da colonialidade:

> [...] que legitimam um discurso de modernidade, de progresso, de desenvolvimento, de civilização, que é construído em cima de uma violência estrutural. Mas que é velada por certos mecanismos, procedimentos, imagens, arquivos, que encontram na arquitetura, principalmente na arquitetura moderna brasileira, uma espécie de véu ideológico, que inibe que a gente veja essa violência e que de alguma maneira a gente responda a essa violência de uma maneira adequada (Tavares *apud* Aurbufal, 2020).

Ao assumir que o processo colonial não é um tempo histórico, mas, sim, um modo de poder, Tavares (2020), coloca então a arquitetura como um instrumento efetivo desse modo de poder. Assim, a aposta é que

assessorias
populares:
práticas em
movimento

um dos grandes desafios para mobilização e sensibilização junto aos moradores dos territórios populares é exatamente a arquitetura como se conhece e se aprende.

> [...] o modo de produção capitalista do espaço, pautado pela exploração do trabalho, carrega o racismo estrutural inerente ao capitalismo, e a falta desse debate a partir do ensino e da prática desses profissionais [de arquitetura] reafirma uma condição de poder, por serem, em grande maioria, aqueles que não vivenciam isso (Moassab, 2020).

No entanto, pode-se afirmar que as discussões trazidas pelas assessorias técnicas e extensões universitárias que atuam junto aos territórios populares têm contribuído para um deslocamento do modus operandi que impera no Campo. Segundo o advogado popular Joviano Mayer, em entrevista à Morado (2016a), "trata-se de um processo pedagógico de mão dupla, no qual ambas as partes constroem conjuntamente novas práticas que se contraponham aos valores capitalistas calcados sobre o individualismo" (Mayer *apud* Morado, 2016a, p. 135-136), ou seja, trata-se de uma ajuda mútua.

Segundo a arquiteta brasileira Gabriela Leandro Pereira (2020), ainda que seja um Campo que tem demorado a abordar a fundo discussões acerca da colonialidade, olhando a partir das diversas dimensões de opressão (gênero, raça, sexualidade, etc), têm emergido espaços de possibilidades mais experimentais (Pereira *apud* Aurbufal, 2020). A extensão, por exemplo, segundo ela, é um espaço que ainda apresenta os "constrangimentos e vícios da academia", mas onde há brechas maiores para se percorrer experimentalmente. São brechas "dadas às vezes pela urgência, pela necessidade de experienciar soluções, uma vez que não são cabíveis, ou soluções que não são abarcadas e que surgem do território e das relações com os grupos que se tem relação" (Pereira *apud* Aurbufal, 2020).

Assim também se percebe com a atuação de algumas assessorias técnicas, que têm caminhado na direção de um rompimento desse modo hegemônico, buscando, segundo Morado (2016a), "uma outra lógica da prática da arquitetura fora da análise estética ou técnica que lhe é própria", e sugerindo "outras formas de apropriação e produção de saberes (científicos ou não)" (Morado, 2016a, p. 26). Práticas que ainda são um horizonte em construção.

Nesse sentido, são trazidos alguns apontamentos acerca dessa relação com os territórios populares e seus moradores, tentando, a partir de alguns casos das ocupações urbanas do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e das práticas da Oficina Popular de Assessoria (OPA - assessoria técnica interna do movimento), ver pistas dos desafios a percorrer e das brechas para uma atuação situada.

Em 2023, começou-se o processo de asfaltamento da Ocupação Eliana Silva, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte. A ocupação, que é de 2012 e organizada pelo MLB, com muita luta conseguiu que a Prefeitura Municipal utilizasse fresa de asfalto nas ruas que eram de terra há mais de dez anos (Figura 1). Além da Ocupação Eliana Silva, todas as outras seis ocupações do entorno, que juntas conformam o Vale das Ocupações do Barreiro, receberam o asfaltamento em pelo menos uma via de acesso principal.

Figura 1: Assembleia das famílias da Ocupação Eliana Silva, após a primeira rua asfaltada, em 2023.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Este foi um processo que gerou muitas discussões, não só internamente ao movimento, mas principalmente junto aos parceiros externos, assessorias e grupos de pesquisa que há anos vinham construindo conjuntamente às ocupações do Vale alternativas para as soluções de infraestrutura urbana. E duas perguntas sempre margeavam essas discussões. Como podem colocar asfalto depois de tanta discussão sobre a permeabilidade do solo, sobre os acúmulos que o próprio território teve da importância e da potência de se construir outras alternativas? Mas ao mesmo tempo, como pode o asfalto ter gerado mudanças tão significativas na qualidade da rotina das famílias, que há tantos anos viviam com aquela terra entrando em suas casas?

E o importante aqui não é traçar respostas para essas perguntas, mas reiterar que o modo de produzir cidade é contraditório, porque nele existe um limiar de classe, de raça, de gênero que é muito mais profundo do que se consegue detalhar nas práticas de assessoria técnica. No entanto, assumir essa contradição é fato importante para que isso mobilize e daí de

assessorias
populares:
práticas em
movimento

fato se consiga implicar as pessoas. Não é atoa que as assessorias são sempre convocadas como "a galera da universidade" ou "o povo da arquitetura", porque o lugar desta prática ainda é distante ao cotidiano em que essas pessoas vivem. E talvez seja exatamente conseguir se entrelaçar com esse cotidiano possível, sem idealizações de uma prática pura e genuína, entendendo a contradição do campo em sua raiz, que se consiga quebrar a ambição de que, a partir desta assessoria, estará se fazendo uma revolução, que o arquiteto é aquele ser salvador.

Nesse sentido, entendendo existir um vínculo mais próximo entre as práticas de assessorias técnicas com a práxis cotidiana de territórios populares, aposta-se, assim como Velloso (2020), na imanência dos outros modos de organização e arranjos espaciais que se consolidam no "âmbito da escala da vida cotidiana" das periferias das grandes cidades (Velloso, 2020, p. 170), principalmente as "latinoamericanas" (Figura 2).

Figura 2: Primeiras casas de madeirite da Ocupação Paulo Freire, no Barreiro, em 2015.



Fonte: Gabriel Bicho.

A aposta é a partir do trabalho junto ao cotidiano dos territórios, uma vez que tem sua raiz na importância dessa constante negociação com o outro, que vai além da mediação e perpassa à disposição ao conflito, ao imprevisto, ao que é ordinário e ao que é contínuo. Mas também passa pela disposição à tomada de decisão. Perceber este cotidiano não

só enquanto microescala, mas entendendo sua dimensão transescalar para a produção e reprodução da vida.

> [...] o agir cotidiano comum, que tem o conflito como seu gerador (seja pela presença dos moradores e pesquisadores, seja pela ausência do Estado), resgata a experiência do pensamento prático na medida em que se insere em uma comunidade política (Morado, 2016b, p. 159).

O caminho talvez seja a construção de uma outra ética da responsabilidade — assim como pontuado pelo crítico literário brasileiro Márcio Seligmann-Silva (2019) a partir das relações com o outro — com esses atravessamentos e cotidianos, reiterando que a lógica de produção como é posta hoje é a principal ruptura que deve ocorrer. Mas, se essa ruptura ainda é uma disputa em construção, como, ainda assim, ampliar os imaginários urbanos e implicar as pessoas?

Alfredo Gutierrez Borrero (2020), pesquisador colombiano da área do design, propõe a substituição do termo "projeto" para o termo "hicjeto". Segundo ele, o projeto "implica antecipar um trajeto (um duto) rumo ao adiante (pro)", ou seja, implica em fazer um produto (Borrero, 2020, p. 75). Ele propõe, assim, a partir da expressão latina *hic et nunc* (aqui e agora), o hicjeto, como algo "lançado rumo ao aqui", não voltado "aos produtos (jogados ao futuro para nos salvar de um presente depreciado e depreciável), mas aos hicdutos (algo "conduzido de volta ao aqui")" (Borrero, 2020, p. 75). Essa hicdução estaria, assim, diretamente relacionada à essa outra temporalidade, aderindo "à emergência de presentes ampliados" e abandonando "a concepção de um presente limitado rumo a um amplo futuro" (Borrero, 2020, p. 75-76). Assim, vêm propondo a tarefa de desconstruir as noções de projeto e produzir desenhos-outros, que requerem artefatos-outros e caminham para um processo de ruptura com a fantasia do controle e da perfeição imperante da prática arquitetônica.

Um dos exemplos trazidos é a partir da experiência do GT de agroecologia do MLB, que é formado por militantes do movimento mas também por parceiros externos, e tem desenvolvido um importante trabalho com as crianças e jovens da Ocupação Paulo Freire, uma das sete do Vale das Ocupações do Barreiro, em Belo Horizonte, a partir de uma demanda delas de dar utilização para um antigo *container* que, atualmente, se localiza na entrada da ocupação. Esse *container*, que foi utilizado para diversas outras atividades desde o início da ocupação em 2015, foi reclamado, então, pelas crianças e, a partir dali, quinzenalmente foram desenvolvidas ações de estruturação do espaço, de organização e de gestão das crianças.

Assim, a partir de uma primeira atividade de plantio de temperos na entrada do *container* e de mobilização das crianças para um cotidiano de

assessorias populares: práticas em movimento

cuidado com aquele espaço (Figura 3), foi-se entendendo que para além de um espaço de brincadeiras ali também poderia ser um espaço de aprendizado, decidindo-se por construir uma biblioteca. Para estruturar o espaço, foram feitas oficinas de pintura e uma rifa de uma bicicleta para arrecadar fundos. Essa bicicleta foi arrematada mas doada novamente para as crianças que passaram a autogerir o empréstimo dela durante a semana. Assim, sem planejar, começou-se a discutir autogestão de uma forma lúdica, ao mesmo tempo lidando com os muitos problemas cotidianos.

Figura 3: Atividade de plantio e de pintura com as crianças da Ocupação Paulo Freire, no *container*, em 2023.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Nesse percurso, essas relações foram se ramificando, permitindo, por exemplo, um debate com as crianças e jovens sobre gênero e sexualidade, processo possível pelo acúmulo do cotidiano de trabalho, mas estrutural para que se consiga construir uma outra forma de pensar a cidade. Muito se discute com as mulheres das ocupações sobre violência doméstica e de gênero, mas muitas delas continuam sendo agredidas e violentadas nos próprios territórios. Ou seja, a implicação ainda continua falha, e isso tem total relação com discutir cidade. Em síntese, parece estar sendo germinado, nessas ações contínuas e cotidianas junto às crianças da ocupação, um lugar outro de disputa, importante para trazer para as práticas.

O antropólogo e arquiteto brasileiro Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi um importante exemplo para essa atuação situada, pensando a partir do território e dos seus muitos atores. Ao descrever sua atuação, junto ao seu grupo de assessoria técnica Quadra, com os movimentos urbanos e favelas no Rio de Janeiro, Carlos Nelson (1981) afirma:

> Algumas ações e maneiras de ser e de entender as coisas, que eu usava qualificar, com muita rapidez, como "alienadas", olhadas assim de perto, adquiriram outro sentido. Passaram a se referenciar a seus próprios campos e arenas, apareceram como elementos de dramas particularizados, frente aos quais, por não saber como me comportar, o alienado era eu (Santos, 1981).

Neste sentido, passou a reconhecer nos territórios e em seus personagens, prioridades simbólicas, materiais e estéticas outras, que subvertiam um modo hegemônico de pensar e produzir o espaço, principalmente o periférico e o favelado. Assim, narra que um dos maiores destaques para o trabalho que faziam era para o que acontecia para além do previsto, fora do controle dos técnicos envolvidos. "Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia a dia individual e coletivo dos moradores" (Santos, 1981). Aqui, um exemplo desse cotidiano, do pé no chão do território, como um caminho central para a crítica e para a prática, e para uma quebra de estereótipos que ocorre e deve ocorrer para os dois lados. E nesse movimento continuado e relacional algo vai se avançando e se rompendo.

Ainda na Ocupação Paulo Freire, foi planejada uma gincana de brincadeiras com as crianças para se pensar a construção da quadra da ocupação, que atualmente é um campinho de terra muito utilizado não só pelas crianças. Este processo se iniciou como uma demanda de projeto que veio pela coordenação, a partir de uma demanda real do território e de uma articulação com parceiros externos. No entanto, a partir das discussões sobre mobilização dos moradores e das crianças que utilizam o espaço, começou-se a planejar, dentre as atividades da gincana, uma batalha de *Tiktok* com as crianças, brincadeira já comum, sempre puxada por elas (Figura 4), mas que, agora, entraria dentro do percurso do dito "projeto". Essa proposta sintetiza as discussões acima levantadas e reafirma que a atuação da assessoria não precisa ficar "inventando a roda" sempre, mas, sim, tem que se atentar às estratégias populares, as articulações já existentes no território, às potenciais formas outras de mobilização, à profundidade desses debates e as próprias expectativas colocadas.

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Figura 4: Batalha de *Tiktok* realizada na comemoração do Vale das Ocupações do Barreiro da semana das crianças, em 2023.



Fonte: Acervo da Comissão de Comunicação do MLB.

Como num processo de uma grande antropofagia, permitindo trabalhar a partir das várias individualidades e subjetividades, em processos coletivos, com os vários atores, mas assumindo um lugar de enfrentamento e de questionamento das violências que ainda estão postas enquanto forma de produção e reprodução da vida. A busca é por tentar fortalecer um trabalho que vivencia e leva em consideração estes atravessamentos. Um trabalho de formiguinha, com seus muitos jogos de cintura. Mas parece ser o caminho para também ampliar os imaginários urbanos e se implicar conjuntamente aos moradores dos territórios populares.

Uma ferramenta trazida como centralidade pelo MLB é a do cinema e da produção audiovisual como exemplo sócio-espacial para as disputas de imaginários e para o autorreconhecimento das pessoas na luta e construção da cidade. Há anos, o MLB tem colocado como central a comunicação e a produção audiovisual nos territórios, o que permitiu que se criasse a Mostra Lona, em 2020, uma plataforma online organizada por uma rede voluntária de profissionais – produtoras(es), curadoras(es) e designers, para divulgação de "longas e curtas-metragens que tematizam, tensionam e atravessam questões ligadas à luta pela terra nas cidades, no campo, e em contextos quilombolas e indígenas" (LONA, 2022). Uma de suas frentes é a construção da mostra e da página do Acervo

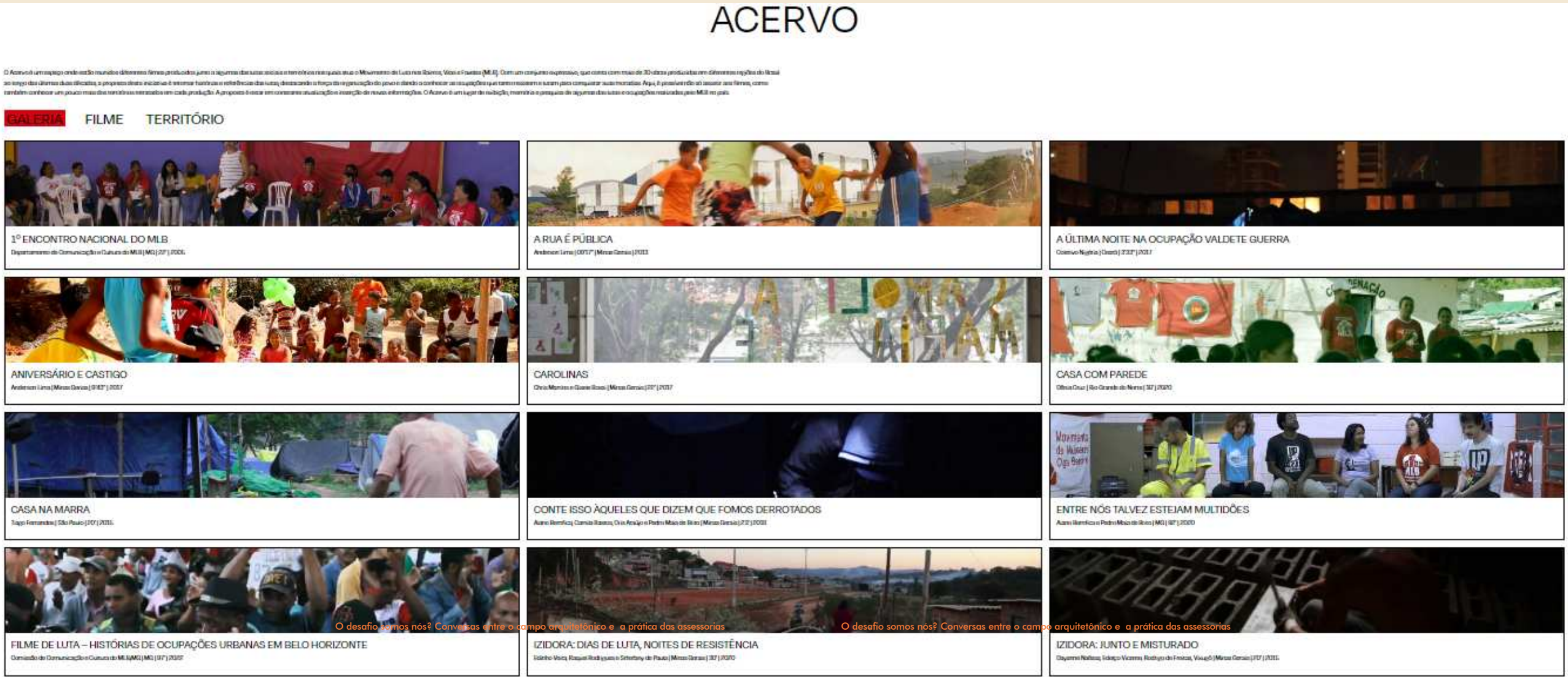
(Figura 5), importante “espaço de exibição, memória e pesquisa de algumas das lutas e ocupações realizadas pelo MLB no país” (Lona, 2022).

> O Acervo é um espaço onde estão reunidos diferentes filmes produzidos junto a algumas das lutas sociais e territórios nos quais atua o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Com um conjunto expressivo, que conta com mais de 30 obras produzidas em diferentes regiões do Brasil ao longo das últimas duas décadas, a proposta desta iniciativa é retomar histórias e referências das lutas, destacando a força da organização do povo e dando a conhecer as ocupações que tanto resistem e lutam para conquistar suas moradias. Aqui, é possível não só assistir aos filmes, como também conhecer um pouco mais dos territórios retratados em cada produção (Lona, 2022).

Figura 5: Página do Acervo da Mostra Lona. Fonte: Site da Mostra Lona. Acesso em: mostra-lona.com.br/acervo/galeria

assessorias
populares:
práticas em
movimento

A construção do Acervo permitiu, inclusive, que estes materiais fossem utilizados em inúmeras reuniões internas, de núcleo de base, como um processo de agitação cultural, mas, principalmente, como um processo de formação. Ao utilizar trechos de filmes que retratam a história de luta e construção da Ocupação Eliana Silva como exemplo para o processo que virá de uma outra ocupação, há uma construção de materialidade que supera qualquer tentativa de representação arquitetônica, ainda mais ao ver que aquele coordenador do território que está na tela é também aquele que está coordenando o processo de dentro da assessoria. Vale citar, no entanto, que não se está afirmando que estes territórios não tenham suas problemáticas, que estes tenham sido processos que romperam com os valores hegemônicos do modo de produção da cidade e que tenham se tornado modelos do tipo de cidade ideal. A busca por



O desafio somos nós? Conversas entre o campo arquitetônico e a prática das assessorias

utilizar essas imagens é pelo exemplo e pelo compartilhamento como produção de imaginários e tentativa de quebra de estereótipos.

O trabalho com a comunicação permitiu construir um trabalho da assessoria que vai além da arquitetura e da engenharia, atravessando outras disciplinas e saberes. Isso parte também do entendimento das limitações da própria formação que, como diz Santo Amore (2016), "respondem ainda à necessidade de se reconhecer que o "problema da moradia" é multidimensional e que o seu enfrentamento deve envolver uma multiplicidade de visões e áreas do conhecimento" (Santo Amore, 2016, p. 08).

Por último, em maio de 2024, montou-se a sala da OPA, em um dos quartos da Ocupação Carolina Maria de Jesus, ocupação vertical organizada em 2017 pelo MLB no centro de Belo Horizonte, para fortalecer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos principalmente após a seleção para o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Na sala estão duas fotos em particular, a da Edneia e a do Bigode, companheiros de luta que morreram esperando sua moradia digna prometida no processo de negociação com o Governo do Estado. Essas fotos foram doadas para o movimento pelo Programa de Extensão Natureza Política, da Escola de Arquitetura da UFMG, a partir da exposição sobre territórios populares, em que a Ocupação Carolina foi um dos eixos. E é de grande significado ter essas fotos na sala de trabalhos da assessoria técnica, uma vez que isso afeta cotidianamente quem ali trabalha, afeta cotidianamente as ações e as decisões de "projeto". Nesse momento, a arquitetura perde o lugar de espetáculo e se torna mais um dos fatores dentro da lógica de produção e reprodução da vida.

Em síntese, os desafios perpassam o tempo todo por dimensões políticas, simbólicas, epistêmicas, econômicas, espaciais, corporais e de enunciação. E para além do tom pessimista, assumir a presença dessas dimensões é uma possibilidade para discutir com profundidade que arquitetura é esta que se está desenvolvendo enquanto assessores técnicos e que estratégias e invenções outras podem ser mobilizadas para esse debate.

REFERÊNCIAS

AURBUFAL. O olhar decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais. **YouTube**. 13 de julho, às 18h. Vídeo [1h55min - Live]. Participantes: Gabriela Leandro Pereira e Paulo Tavares através do canal oficial do curso FAU/UFAL, *Campus* Maceió. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yXC3tZHsKWU&ab_channel=aurbufal. Acesso em: 11 jul. 2020.

assessorias populares: práticas em movimento

BORRERO, Alfredo Gutiérrez. Desenhos-outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos "dessocons". [Entrevista cedida a Leo Name e abriel Rodrigues da Cunha e tradução de Leo Name]. **Redobra**, v. 6, n. 15, p. 59-86, 2020. Disponível em: https://issuu.com/laboratoriourbano/docs/1-redobra_15-completa. Acesso em: 21 ago. 2024.

LONA. **Mostra LONA** - cinemas e territórios. 2022. Disponível em: https://www.mostra-lona.com.br/. Acesso em: 15 nov. 2023.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; *et al.* Quem ocupa constrói contracondutas. *In*: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 26, n. 39, p. 141-182, 2º sem./2019. Belo Horizonte: Periódicos PUC Minas, 2019.

MOASSAB, Andréia. De que lado a arquitetura está?: Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 08-19, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19142. Acesso em: 11 ago. 2022.

MORADO, Denise . **Saberes [auto]construídos**. 1. ed. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016a.

MORADO, Denise. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos Metrópole** , v. 18, p. 145-164, 2016b.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. *In*: Seminário URBFAVELAS. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: 2016.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Decolonial, Des-outrização; Imaginando uma Política Pós-Nacional e Institutidora de Novas Subjetividades *In*: DUARTE, Luisa (org.). **Comunidades Imaginadas**. 21ª Bienal de Arte Contemporânea Sesc_Videobrasil/Leituras, 2019, p. 20-44. São Paulo: SESC Associação Video Brasil, 2019.

VELLOSO, Rita. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. *In*: _____, Rita. **Redobra**, v. 6, n. 15, p. 153-176, 2020. Salvador. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/10-REDOBRA_15-Ensaios_Rita_Velloso.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

Letícia Araújo Notini
Mestre pela EA-UFMG, Assessora técnica da OPA/MLB e Diretora de apoio técnico à Habitaçào de Interesse Social na prefeitura de Contagem - MG.
Email: leticiaaraujonotini@gmail.com



Mobilização, engajamento e práticas de cuidado no trabalho da Arquitetura na Periferia

Mobilization, engagement and care practices in the work of Architecture in the Periphery

*Mariana Barbosa Miranda Borel**

Resumo

Este ensaio apresenta as estratégias de mobilização e engajamento implementadas no escopo de ações do projeto Arquitetura na Periferia, que reúne e capacita mulheres para a independência de reformar, instalar e construir os espaços em que vivem. Esclarece os principais desafios enfrentados por seu público-alvo especialmente no que se refere às questões de gênero e escassez de recursos, e ressalta como as práticas recorrentes de cuidado são cruciais para apoiar as participantes e fortalecê-las ao longo dos trabalhos de assessoria técnica e capacitação que realiza.

Palavras-chave: Assessoria técnica, mobilização, engajamento, cuidado

Abstract

This essay presents the mobilization and engagement strategies implemented in the scope of actions of the Arquitetura na Periferia project, which brings together and empowers women for the independence of renovating, installing and building the spaces in which they live. It clarifies the main challenges faced by its target audience, especially with regard to gender issues and scarcity of resources, and highlights how the recurring practices of care are crucial to supporting participants and empowering them throughout the technical advisory and training work it carries out.

Keywords: Technical advisory, mobilization, engagement, care

Reunião de grupo de trabalho AnP AT
Fonte: Acervo AnP, 2023.

assessorias populares: práticas em movimento

Mobilização enquanto movimento circular e contínuo

Mobilizar pessoas é *prática em movimento*, como anuncia o título do Seminário[1] que instigou as reflexões deste texto. As ações de mobilização realizadas pelo projeto Arquitetura na Periferia (AnP)[2] ocorrem de forma circular e contínua. Se iniciam a partir de pequenos agrupamentos de mulheres e se expandem para a formação e consolidação de outros agrupamentos maiores de participantes engajadas na ideia de se fortalecerem mutuamente e ampliarem sua autonomia para construir e reformar os espaços em que vivem. São mulheres de baixa renda moradoras de periferias, que adentram as casas umas das outras, cruzam bairros e percorrem as regiões da cidade, impulsionadas pelas ações promovidas pela AnP.

O coletivo de mulheres que conduz este trabalho atua por meio do Instituto de Assessoria a Mulheres e Inovação (IAMÍ) desenvolvendo três principais projetos de assessoria técnica direcionados para a capacitação de mulheres e construção ou reforma de casas e espaços coletivos.

O primeiro deles, *Assessoria Técnica para melhorias habitacionais (AnP AT)* teve seu início em 2013 com um grupo piloto de três mulheres na ocupação Dandara, em Belo Horizonte.[3] A mobilização inicial dessas participantes ocorreu por indicação de uma assessoria que já atuava no local e indicou uma participante que, por sua vez, convidou outras duas. Daí em diante, a chegada de novas integrantes vem sendo feita por meio de convite das participantes anteriores que levam amigas para conhecer a proposta do projeto. Durante algumas rodadas de apresentação do trabalho e rodas de conversa, as interessadas decidem se vão integrar o novo grupo. Para além dessa divulgação entre amigas, é feita também a divulgação *boca-a-boca* com a ajuda de mobilizadores locais (que geralmente já atuam em outros projetos sociais) e o eventual apoio de lideranças comunitárias.

Essa prática foi repetida diversas vezes nas formações dos grupos de trabalho da AnP. Mas com o avanço das atividades para outras localidades e a ação continuada nas demais, a mobilização também passou a ser feita por meio de cartazes nos comércios, em pontos de ônibus e com o apoio de equipamentos locais. Atualmente, utiliza-se também um formulário para mapear as interessadas e localidades com maior demanda, coletar dados relevantes e estabelecer contato.

[1] II Seminário Internacional Natureza Política: "Assessorias populares: práticas em movimento".

[2] O projeto Arquitetura na Periferia reúne e capacita mulheres para a independência do instalar, reformar e construir o espaço em que vivem. Disponível em: https://www.arquiteturanaperiferia.org.br/. Acesso em: 15 jul. 2024.

[3] O método de trabalho em assessoria técnica da AnP foi desenvolvido durante a dissertação de mestrado da arquiteta Carina Guedes, pela UFMG. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9NMHJ4/1/carina_guedes_arquitetura_na_periferia_2014.pdf.



Figura 1: Roda de conversa para mobilização de grupo AnP AT

Fonte: Acervo AnP, 2017.

O segundo projeto, *Capacitações e Obras* *(AnP CO)*, diferentemente do AnP AT, não propõe uma formação de grupo vinculada à localidade. Portanto, a mobilização das mulheres que serão capacitadas em técnicas de construção civil para execução de obras, é realizada de forma mais ampla. A divulgação é iniciada no grupo Juntas Somos Mais convidando as ex-participantes da AnP AT que podem se interessar no aprimoramento de suas habilidades técnicas e até mesmo adentrar o mercado de trabalho. Além disso, visando alcançar mais alunas, o formulário de interessadas é enviado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) municipais e divulgado amplamente nas redes sociais da AnP.

assessorias populares: práticas em movimento

Por fim, o terceiro projeto, *AnP BIO*, tem foco no resgate e capacitação em técnicas construtivas não-industrializadas, sustentáveis e culturas milenares. Para esta ação mais específica a mobilização é feita apenas no Juntas Somos Mais e de forma direcionada para a equipe de obras que apresenta interesse na temática. Um diferencial relevante desta ação, para além do uso das técnicas construtivas não convencionais, é que a parte prática se dá também na melhoria de espaços coletivos e não apenas nas casas das participantes. Em 2023, iniciou-se a reforma do Centro Cultural da ocupação Paulo Freire, em Belo Horizonte.

Em 2021, durante a pandemia da covid-19, criou-se o grupo online *Juntas Somos Mais*, cujo objetivo foi juntar todas as participantes de grupos anteriores num espaço de acolhimento e fortalecimento coletivo. Desde então, esse canal tem também a finalidade de divulgar os novos grupos de assessoria técnica que serão mobilizados. Ao longo dos dez anos de atuação do AnP AT (2013-2023), já foram realizados 25 grupos de assessoria técnica para melhoria da moradia que capacitaram 127 mulheres de 19 ocupações, vilas, favelas e bairros. Também foram promovidos cursos de capacitação em elétrica básica, alvenaria e bambuzeria que alcançaram mais 60 participantes. São elas que, somadas à equipe técnica, formam o grupo Juntas Somos Mais, um ponto focal de mobilização, divulgação e manutenção de vínculos.

A rede de mulheres que se forma por meio das práticas de mobilização é fortalecida pela construção de vínculos durante as atividades e resulta num grupo engajado. A primeira equipe de alunas capacitada pelo AnP CO, por exemplo, foi composta por mulheres que já haviam sido assessoradas no AnP AT e por novatas, de diversas localidades da RMBH. As casas onde ocorreram os cinco módulos de capacitação (hidráulica, reboco, contrapiso, pintura e cerâmica), bem como as quatro obras realizadas (reformas completas de cômodos), também eram de mulheres do AnP AT que já tinham feito seus projetos e sabiam com clareza as obras que precisavam. Com isso, ao mesmo tempo em que a equipe de obras se capacitou, o projeto viabilizou melhorias habitacionais em nove espaços. No mapa abaixo é possível visualizar a cidade de Belo Horizonte com as indicações de casas e participantes destacando uma participante que, ao longo de dez anos no projeto, passou por ações de assessoria técnica do AnP AT, módulo de capacitação e reforma do AnP CO.

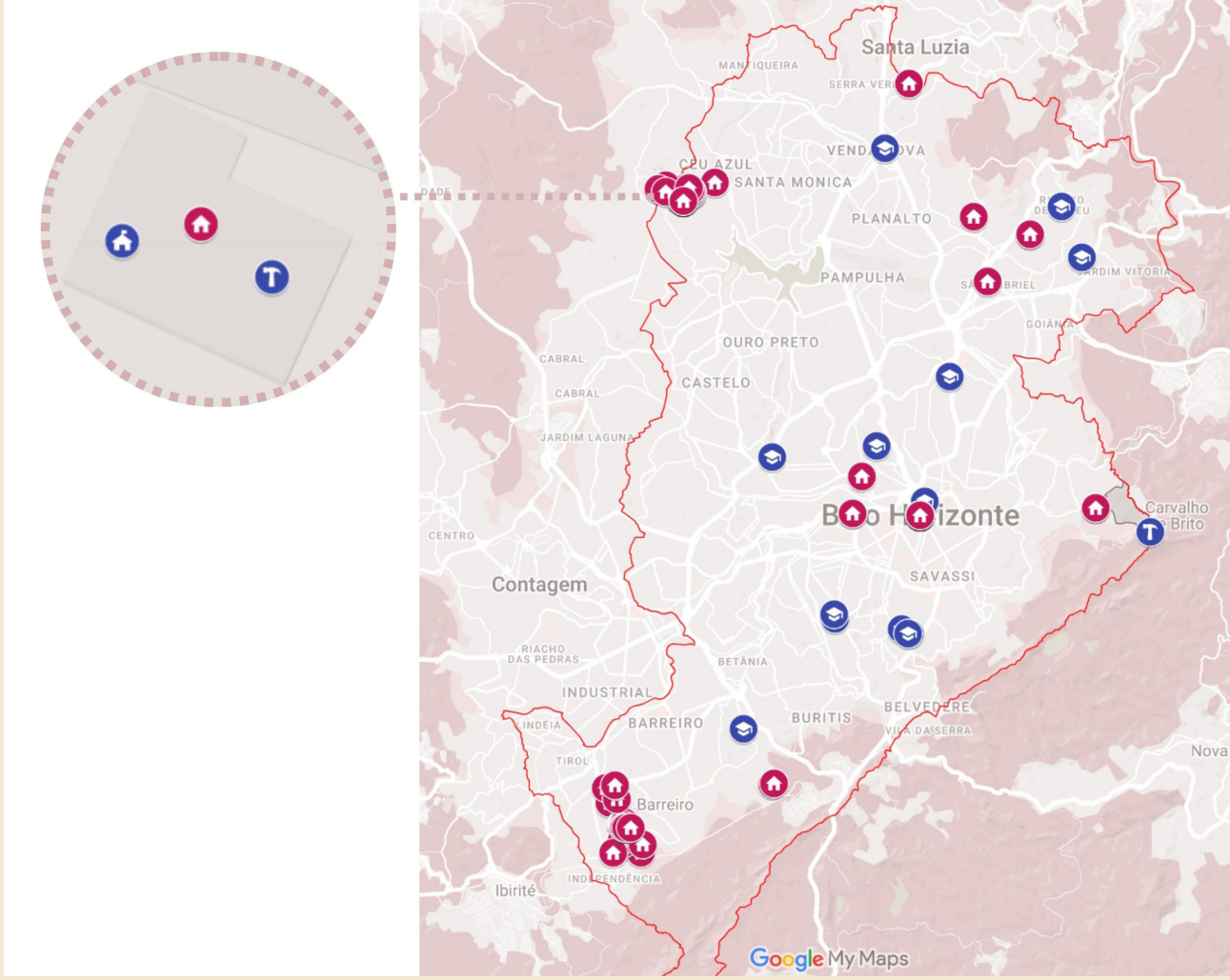
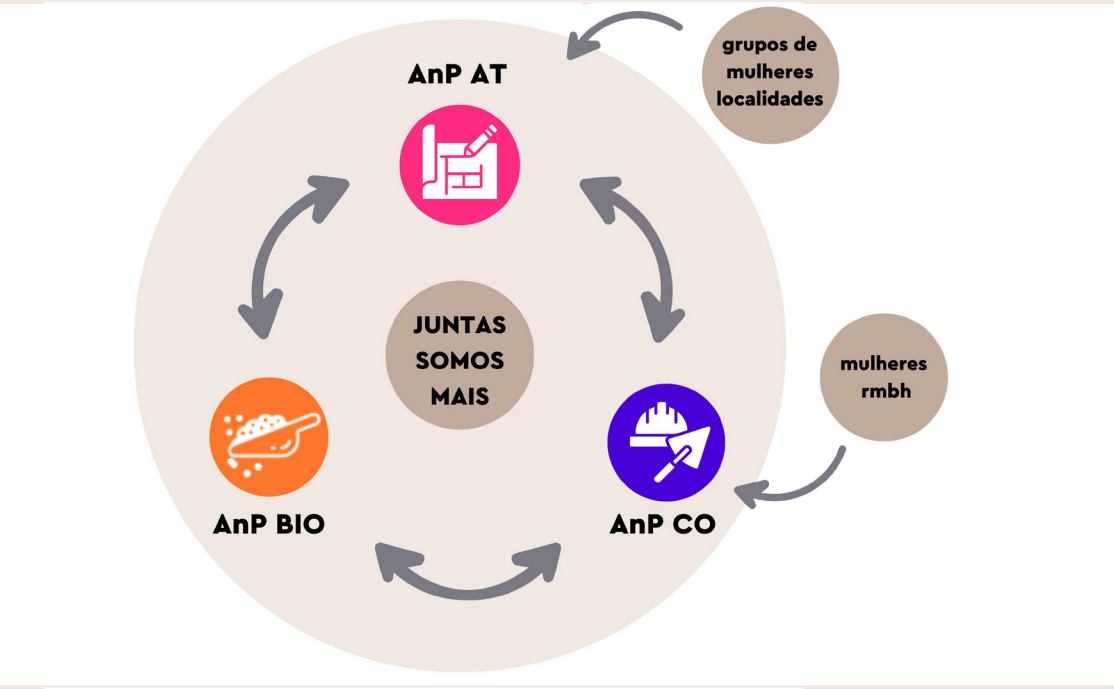


Figura 2: Mapa de Belo Horizonte mostrando diversas localidade de atuação AnP e um destaque para a casa de uma participante.

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

A premissa institucional que norteia as práticas de mobilização e engajamento da AnP é *unir e impulsionar mulheres multiplicadoras da equidade social e de gênero*. Ainda que as mulheres cheguem aos projetos por diferentes canais de mobilização e venham de várias localidades, uma vez inseridas na rede, são novamente convidadas a fazer parte de novos projetos ou atividades pontuais, se mantendo ativas, engajadas e multiplicando conhecimento. Abaixo, um esquema da mobilização circular e do trabalho em rede promovido pelo IAMÍ.

Figura 3: Esquema de mobilização circular e trabalho em rede



Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

O cuidado entre mulheres e a manutenção de vínculos

O *cuidado* é uma premissa fundamental em todas as ações realizadas pelo IAMÍ. Antes de promover capacitações, trocas de conhecimentos, melhorias e obras nos espaços, a equipe AnP, entre erros e acertos, se preocupa com o bem-estar, acolhimento empático e conforto das mulheres com quem trabalham. Ao longo dos dez anos de atuação, mesmo com tantas adversidades estruturais e contextuais, a taxa de evasão de mulheres do AnP AT foi de apenas 15%. Acredita-se que isso ocorre devido à proposta de trabalho aberta, participativa, coletiva, respeitosa e empática que é construída em *parceria* com as assessoradas. Acredita-se também, que a *manutenção de vínculos* entre as participantes de um mesmo grupo e entre grupos de diversas localidades é fruto do esforço em criar uma atmosfera de trabalho cem por cento feminina e na qual as participantes tendem a se sentir seguras para expôr suas ideias, dúvidas e compartilhar questões particulares.

A expectativa de aprendizado é determinante para o engajamento. As mulheres entram nos grupos querendo aprender, se capacitar e, com isso, ter mais autonomia para decidir sobre suas casas. Se animam também com a expectativa de concretizar as melhorias nas casas e espaços em que vivem. Um questionário de autoavaliação aplicado junto às participantes em 2023 mostrou a percepção de um aumento médio de 20% nas habilidades para tocar uma reforma, facilidade para resolver problemas, confiança para discutir com um pedreiro e segurança para iniciar a reforma. Em todos os casos, as mulheres relatam que houve melhoria da qualidade espacial de suas casas.

Como ressaltado, o método de assessoria técnica da AnP é participativo e tem como premissa o protagonismo das participantes. Todas as decisões dos projetos, oficinas *Mão na Massa* e combinados do grupo são tomadas pelas mulheres, seja no âmbito individual ou coletivo. Estimula-se que todas opinem e negociem com as demais, daí também a organização em pequenos grupos, que facilita uma participação mais igualitária. É interessante verificar que as decisões levadas para definição do grupo promovem um jogo de cintura coletivo em busca de soluções mais equitativas considerando os diferentes cenários de vida de cada uma. Num determinado momento, uma dirigente de um movimento social disse perceber que, após engajadas e atuantes nas atividades da AnP, algumas mulheres que haviam se distanciado do movimento, voltaram a participar das ações.

Figura 4: Reunião de encerramento de um grupo de trabalho AnP AT



Fonte: Acervo AnP, 2023.



Figura 5: Oficina Mão na Massa de pintura com tinta de terra no Centro Cultural Paulo Freire (AnP BIO) e Módulo de capacitação em cerâmica (AnP CO)

Fonte: Acervo AnP, 2023.

Dentre as estratégias para facilitar a participação das assessoradas, destaca-se que a presença das crianças é sempre bem-vinda. Os dias e horários das atividades são combinados de forma a atender a agenda de todas e, quando uma mulher não pode comparecer, o grupo se reorganiza para a atividade ocorrer em outro momento. Além disso, todas as atividades sempre ocorrem nas próprias localidades e em espaços acessíveis a todas, gerando deslocamentos apenas para a equipe técnica.

Outras estratégias foram se mostrando necessárias ao longo dos anos. O trabalho que ocorre dentro das casas das participantes enfrenta desafios de questões familiares tanto de ordem prática quanto subjetiva. Percebeu-se que, dada as limitações da equipe de campo capacitada principalmente no campo da arquitetura e urbanismo, seria importante contar com o trabalho complementar de psicólogas e assistentes sociais. Desde 2019 o projeto disponibiliza equipes voluntárias que realizam atendimentos coletivos e individuais, para dar esse tipo de suporte às mulheres, o que tem sido fundamental para fortalecê-las e mantê-las engajadas.

Por fim, recentemente, em 2023, implementou-se o fornecimento de bolsas de estudos para as participantes dos projetos que são voltados para a capacitação, como o AnP CO e BIO. Neles, as atividades práticas são mais extensas e em horário comercial. Assim, para viabilizar que as mulheres participem, é importante garantir uma bolsa que cubra a eventual ausência nas atividades de trabalho remunerado que realizam. Esse estímulo, somado à capacitação propriamente dita, tem viabilizado um bom engajamento. Com isso, há o desejo de implementar a prática de bolsas para mais ações do projeto.

Para mobilizar, engajar, capacitar mulheres e promover melhorias nos espaços que habitam, a AnP fundamenta suas ações em práticas de cuidado. Essas ações transitam por muitas camadas e dificilmente serão totalmente sistematizadas. É possível dizer que, de forma contínua, busca-se: acolher cada mulher em suas particularidades e como parte integrante de um grupo; respeitar as dinâmicas familiares em suas limitações e possibilidades; respeitar crenças e diferenças; promover práticas de acolhimento focadas na diversidade e inclusão; evitar julgamentos e praticar uma escuta empática; aprofundar o conhecimento nas temáticas técnicas e sociais levantadas pelos grupos; propiciar uma atmosfera de confiança para a construção de vínculos, estimular as habilidades e fortalecer o senso de que todas somos capazes de aprender; estimular a autonomia e a autoestima; estimular a participação e as habilidades de decisão; impulsionar sonhos e desejos; desconstruir preconceitos de gênero; entender dificuldades inerentes ao contexto de baixo poder econômico e político; minimizar conflitos e buscar soluções harmônicas; receber as crianças e entretê-las; celebrar as conquistas processuais; acompanhar o processo de aprendizado no tempo de cada uma; auxiliar em dúvidas quantas vezes forem necessárias; ajustar agendas; fornecer material técnico e in-

formativo suficiente para subsidiar as tomadas de decisões e apoiar as decisões das mulheres.

Desafios para sensibilização e engajamento

É fato que o contexto de vida das mulheres apresenta diversos dificultadores para mobilização e engajamento. Sabe-se que o Brasil enfrenta profundas desigualdades sociais, dentre elas, um déficit habitacional representativo que impacta sobretudo as pessoas de baixa renda e afeta desproporcionalmente as mulheres. São elas as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo doméstico e de cuidado, mas geralmente são marginalizadas e não têm voz nas decisões sobre a construção do espaço.

Um questionamento relevante apontado nas rodas de conversa do Seminário (e pertinente, considerando o recorte de gênero da proposta da AnP), foi em relação à sobrecarga feminina. Seguimos propondo mais atividades para o rol de tarefas — já tão injustamente extenso — das mulheres? Ao participarem das ações de capacitação para melhoria de suas casas em parceria com a AnP elas estão, de fato, aderindo a mais tarefas. Porém, são tarefas que se diferenciam daquelas cíclicas e repetitivas impostas pelo machismo estrutural, pois têm como fundamento o protagonismo feminino e o fortalecimento de sua autonomia com um viés emancipatório. Configuram, portanto, uma possibilidade de fortalecimento para a luta feminista.

Para além da sobrecarga de afazeres com trabalho remunerado, manutenção da casa, cuidado com crianças e parentes, além de outras tantas tarefas que geram cansaço e indisponibilidade de agenda, verifica-se também um desafio de participação em relação à postura dos companheiros. Dentre as mulheres que possuem companheiros do sexo masculino, muitas têm de lidar com um certo tipo de dominação que pode culminar num boicote à sua presença nas atividades: eles se recusam a ficar com as crianças, desdenham dos aprendizados adquiridos e até mesmo as proíbem de participar. Quando há maior nível de dependência econômica e/ou emocional (ou até mesmo motivada por crenças religiosas), a participante pode eventualmente ceder às imposições e se desmobilizar.

As mulheres que se relacionam com trabalhadores da construção civil, também apresentam dificuldades. Nesses casos, percebe-se que os maridos se sentem desafiados ou ameaçados pelos aprendizados adquiridos pelas companheiras nas atividades do projeto e também aderem ao boicote sutil, críticas ou cerceamento. A independência feminina, de forma geral, gera resistência nos companheiros.

Outro dificultador mais amplo e que extrapola as questões de gênero, é a instabilidade do contexto de vida da população de baixo poder econômico e político. Com pouca segurança financeira e limitações generalizada de acessos e recursos, pequenas mudanças contextuais têm

assessorias populares: práticas em movimento

grande impacto e podem ser determinantes para que não consigam se manter nos grupos.

No aspecto institucional, o IAMÍ verifica o desafio de iniciar a atuação em novas localidades. Para uma aproximação harmônica, segura e respeitosa contamos com algumas estratégias, sendo fundamental o apoio das moradoras que desejam participar do projeto. Somado a isso, busca-se envolver mobilizadores locais que já atuam com projetos sociais, especialmente aqueles voltados para as questões das mulheres. Por fim, a peça chave que articula moradoras, projetos locais e as especificidades de cada lugar são as *agentes locais* da AnP — mulheres que também moram em periferias, já passaram pelo processo da assessoria técnica, seguem engajadas na causa e integram a equipe técnica do projeto.

Um receio comum verificado e que pode gerar alguma resistência é a possível desconfiança dos moradores acerca da intenção da proposta. Calejados por ações eleitoreiras pontuais e descontínuas ou pesquisas especulativas que não trazem retorno para as comunidades, criam uma desconfiança em relação aos novos projetos e pessoas que pretendem atuar em suas localidades. Isso reforça ainda mais a importância do apoio das agentes locais, dos projetos já enraizados e da vontade das moradoras, para abrirem a oportunidade de construção de confiança e respaldo do trabalho.

A questão da descontinuidade é também uma tônica institucional. Os serviços de assessoria técnica são prestados de forma gratuita para as participantes, mas não enquanto voluntariado ou ação filantrópica. Os custos operacionais de equipe, transporte, alimentação, material didático, material de construção, taxas, impostos e tantos outros, também são executados pelo instituto, compondo uma estrutura robusta. Nesse sentido, é desafiador manter um fluxo de captação de recursos que viabilize a continuidade das ações.

Por fim, outra questão concernente ao engajamento das mulheres diz respeito ao alinhamento metodológico da equipe técnica. Normalmente as equipes são compostas pela gestora geral do projeto, arquiteta coordenadora, agente local e estagiária voluntária. Há um alinhamento macro das atividades, dos fundamentos da metodologia AnP e das premissas de que norteiam conceitualmente todas as ações do IAMÍ. Porém, ainda assim, o perfil pessoal e de prática profissional das colaboradoras varia e pode impactar a forma de lidar com as dificuldades trazidas pelos grupos, na construção do senso de coletividade, dos laços de confiança e de uma atmosfera de trabalho propícia para acolher e impulsionar as participantes.

Para alinhar as condutas de trabalho e lidar com as demais dificuldades de mobilização e engajamento, a equipe promove reuniões periódicas com a participação de todas as colaboradoras nas quais discutem caso

a caso as situações vivenciadas e caminhos possíveis de serem tomados. Muitas situações se assemelham e se repetem ao longo dos anos de prática e com isso, a equipe vai se qualificando em estratégias que funcionam melhor e criando um legado de elaboração e revisão das condutas. A participação ativa das agentes locais, que vivenciam com mais proximidade a realidade do campo, é novamente crucial para trazer uma perspectiva mais clara para as colaboradoras.

Construindo trajetórias

A mobilização contínua focada no engajamento das mulheres somada à disponibilização frequente de novas oportunidades dentro do projeto cria um contexto favorável para a construção de trajetórias ao longo do tempo.

Um exemplo é a Carla, moradora da ocupação Paulo Freire em Belo Horizonte/MG. Sua primeira participação no projeto foi em 2018, no segundo grupo de assessoria técnica realizado na localidade. Durante a assessoria, foi assídua nas reuniões do grupo (que passaram a ocorrer em sua casa) e se interessou pelas práticas mão na massa. Aprendeu a assentar cerâmica, fazer reboco, contrapiso e reparos elétricos. Logo em seguida, em 2019, foi aluna do primeiro curso longo de capacitação em alvenaria promovido pelo projeto e pôde executar por conta própria o muro de fechamento frontal de sua casa. Essa era uma demanda prioritária para trazer mais segurança para ela e suas filhas, além de maior conforto, barrando o vento e a poeira.

A partir daí, se sentiu mais segura para realizar intervenções pontuais em sua casa e de conhecidas; ainda deu início ao trabalho autônomo como auxiliar e aprendiz de obras. Durante a pandemia da covid-19, deu andamento às suas próprias reformas e ajudou vizinhas, aperfeiçoando o conhecimento adquirido. Ao fim do isolamento e com a retomada das atividades práticas da AnP, Carla procurou participar de quantas oficinas mão na massa pudesse para aprender mais e atuar como monitora para as novatas. Poder fazer o que ela precisa sem depender de outras pessoas é algo expressado por ela como uma sensação de liberdade.

Em 2021, foi convidada para integrar uma equipe de obras que executou o acabamento em reboco de terra e pintura em tinta de terra num ambiente de uma renomada mostra de arquitetura nacional. Nesse momento, aprendeu novas técnicas construtivas e se interessou também por elas, aplicando em sua casa algumas pinturas com tinta de terra.

Em 2022, foi contratada formalmente como auxiliar de obra em uma construtora e no ano seguinte foi promovida ao cargo de pedreira. Este emprego trouxe ainda mais segurança para que ela se sentisse apta e capaz nessa nova jornada profissional que, segundo ela, foi onde se descobriu realizada e pôde garantir a segurança financeira de sua família.

assessorias populares: práticas em movimento

Em 2023, começou a integrar o grupo de capacitações e obras, participando de todos os módulos como aluna e monitora. Além disso, também integrou o grupo de bioconstrução, incrementando o domínio de técnicas construtivas sustentáveis, não-industrializadas e de menor impacto ambiental. Em 2024, segue atuando em ambos projetos juntamente com seu emprego na construtora.

Para além de qualquer idealização ou romantização, a história da Carla (que também perpassa inúmeros desafios e tensões) exemplifica como as ações promovidas pela Arquitetura na Periferia podem servir como apoio e alavanca para o fortalecimento e autonomia feminina.

Mariana Barbosa Miranda Borel
Arquiteta e cofundadora do Instituto de Assessoria a Mulheres e Inovação (IAMÍ) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela EA-UFMG com pós-graduação em Administração Pública pela PUC Minas. Coordena o projeto Arquitetura na Periferia Assessoria Técnica e é professora substituta no departamento de projetos da EA-UFMG.
Email: relacionamento@arquieturanaperiferia.org.br



Ocupação Valdete Guerra, 2021.

Da periferia ao centro: experiência de assessoria técnica ao MLB nas disputas por moradia na área central de Natal/RN

From the periphery to the center: experience of technical assistance to MLB in housing disputes in the central area of Natal/RN

*Amíria Bezerra Brasil**

*Juliana Silva Barros**

*Miró Aires de Almeida**

Resumo

Este artigo trata da experiência de entrelaçamento entre trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ UFRN) junto às recentes Ocupações urbanas de moradia do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) em Natal/RN. O movimento se faz presente de Oeste a Leste da cidade, mobilizando a pauta por moradia em diferentes regiões. No centro, tem questionado o abandono da região e evidenciado seus vazios urbanos, objeto de estudo das pesquisas citadas. O questionamento do cumprimento da função social da propriedade e a reforma urbana têm sido pautas do movimento nessa discussão. Com diferentes escopos, docentes, discentes e arquitetos vinculados a projetos de extensão têm prestado assessoria técnica às ocupações urbanas do MLB, buscando auxiliar em questões técnicas habitacionais e legais de resistência a ameaças de remoção. Ao longo do processo, evidenciam-se o espectro amplo de possibilidades, mas também desafios da assessoria ligada ao campo da arquitetura e urbanismo no que diz respeito ao diálogo com o movimento e com o poder público; a disparidade entre a produção habitacional estatal que vem sendo promovida na cidade de forma periférica e em áreas de fragilidade ambiental e as necessidades da população - em termos quantitativos e locacionais; assim como se vê o impacto da atuação do movimento na pauta da moradia em Natal, em especial na área central.

Palavras-chave: Ocupações urbanas de moradia; Vazios urbanos; Movimentos sociais; Extensão universitária; Assessoria Técnica.

Abstract

This article discusses the experience of intertwining between research and extension work developed in the Department of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Norte (DARQ UFRN) with the recent urban occupations of the Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), a Brazilian social movements for housing, in Natal/RN. The movement is present from West to East of the city, mobilizing the agenda for housing in different regions. In the central area of the city, its abandonment has been questioned and its urban voids have been highlighted, both objects of study in the aforementioned researches. The urban reform ideal and questioning of the fulfillment of the social function of property have been the movement's agenda in this discussion. With different scopes, teachers, students and architects committed to extension projects provide technical assistance to MLB's urban occupations, seeking to assist them in resisting to threats of eviction. Throughout the process, a broad spectrum of possibilities becomes evident, but also does many challenges linked to the field of architecture and urbanism in regard to the dialogue with the MLB and public authorities; to the disparity between state housing production that has been promoted in the city peripherally and in areas of environmental fragility and the needs of the population - in quantitative and locational terms; as well as the impact of the movement's actions on the housing agenda in Natal, especially in the central area.

Keywords: Urban occupations; Urban voids; Social movements; University Extension.

Situando...

Este artigo trata da experiência de entrelaçamento entre trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Departamento de Arquitetura (DARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) junto às Ocupações urbanas de moradia recentes do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) em Natal/RN, em especial em sua área central.

O grupo se encontra com o movimento na observância do número relevante de vazios urbanos na área central da cidade em paralelo à produção recente periférica e subdimensionada de moradia popular pelo poder público. Essa produção recente se deu especialmente no contexto do programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, durante o segundo Governo Lula, e, apesar da sua suspensão e substituição pelo Programa Casa Verde e Amarela, continuou sendo produzido e finalizado até recentemente. Em janeiro de 2023, no novo governo Lula, o programa foi relançado e há perspectivas de novas produções em Natal.

Também não houve, nesse recorte temporal do programa, relevantes intervenções no que se refere à qualificação dos espaços de moradia existentes. As políticas de habitação social centraram-se na produção de novas unidades por aquele programa.

Frente a esse contexto, temos levantado algumas questões: Quem pode morar nas áreas centrais e infraestruturadas? Quem pode se apropriar dos ganhos de estar nessas áreas?

O MLB também tem feito questionamentos nesse sentido e mudou, desde fins de 2015, a localização da maioria de suas ocupações, incluindo a disputa pela área central. Em suas redes sociais o movimento também tem questionado: Quem ganha com o centro histórico abandonado?

Assim, desde 2020 o grupo aqui representado tem acompanhado as Ocupações do MLB, desenvolvido trabalhos de assessoria técnica e extensão universitária junto a elas, que coadunam com as reflexões desenvolvidas nas pesquisas dentro do Departamento de Arquitetura. Apresentaremos aqui parte desses trabalhos e algumas das reflexões levantadas a partir deles e os rumos que têm sido tomados.

Vazios Urbanos centrais e a produção periférica de moradia popular em Natal

Frente aos debates recorrentes acerca de "Tanta gente sem casa e tanta casa sem gente", em 2019 foi aprovado no DARQ um projeto de pesquisa intitulado "Vazios Urbanos em Natal/RN" que tinha como objetivo fazer uma discussão acerca dos imóveis vazios na cidade. Desde o censo de 2010 discutia-se que seria possível solucionar o problema do déficit habitacional utilizando-se os imóveis vazios. Edésio Fernandes (Odila

assessorias populares: práticas em movimento

et. al, 2018) refletiu que "Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios", segundo aquele censo. Entretanto, essa relação não é tão simplificada.

A pesquisa, que desde 2022 se intitula *Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial: vazios urbanos e segregação urbana como reflexo do não cumprimento da função social da propriedade e da cidade*, definiu vazios urbanos, categorizou e fez o levantamento de 8 bairros de Natal (Figura 1): Ribeira, Rocas e Cidade Alta na área central, Santos Reis, Praia do Meio e Areia Preta próximo ao centro e na região litorânea da cidade, e Capim Macio e Ponta Negra na porção sul da cidade, parte do eixo de valorização imobiliária. A pesquisa mostrou que nem todo imóvel desocupado é realmente um vazio urbano. Ou, nem todo vazio urbano pode ser convertido em moradia.

Figura 1: Natal e os bairros levantados pela pesquisa dos vazios urbanos entre 2020 e 2024



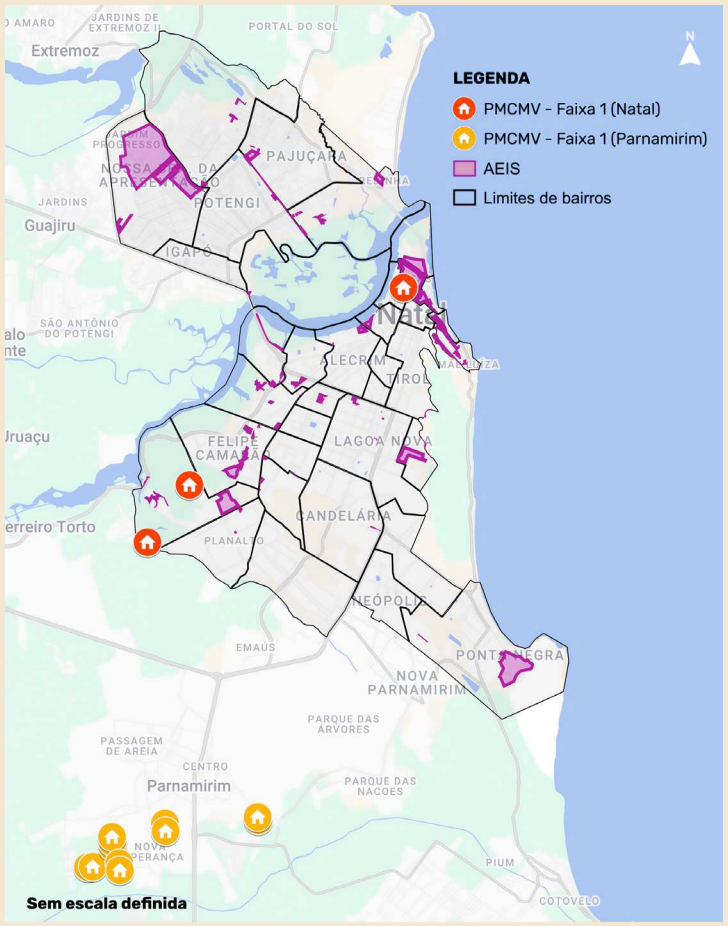
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.[1]

Para a pesquisa, considerando a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Cidade (2001) vazio urbano é o imóvel localizado em área passível de uso e/ou ocupação que não cumpre a função social da propriedade, podendo ser não edificado, subutilizado ou não utilizado; ou seja, terrenos não ocupados, mas que tenham relevância/função ambiental não são considerados vazios urbanos.

Na mesma direção da pesquisa em desenvolvimento, os dados recentes do IBGE confirmam a grande quantidade de imóveis vazios no município. Segundo o Censo de 2022 há em Natal 66.510 domicílios vagos,[2] que são entendidos como "domicílio particular permanente que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tivesse ocupado" (IBGE, 2024). Ainda segundo esses dados, no Brasil há 11 milhões de domicílios vagos.

[2] Ainda não foram divulgados os números de domicílio vago por bairro do Censo de 2022. Nós fizemos uma subtração dos domicílios ocupados do total de domicílios.

Figura 2: Localização dos conjuntos do MCMV em Natal e RMN



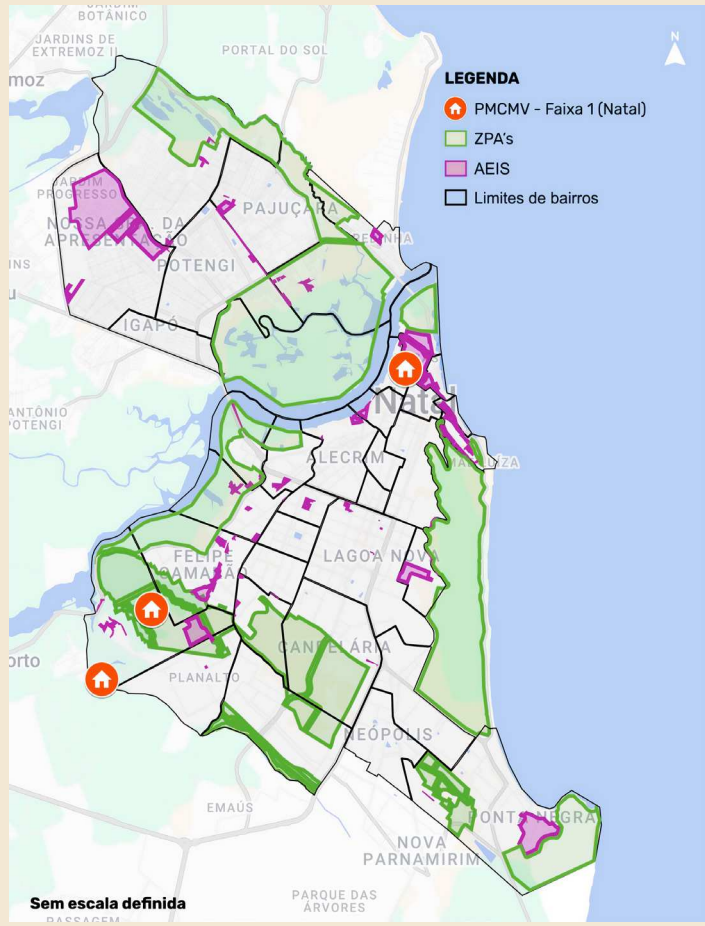
Fonte: Autores, 2024.[3]

[3] Dados do Plano Diretor de Natal, 2022 e do Sistema de Gerenciamento da Habitação - SISHAB, 2022.

A despeito da grande quantidade e variedade dos vazios urbanos de Natal, e sem considerar a localização dos assentamentos de origem informal, observou-se que a produção de moradia popular, em especial do Programa Minha Casa Minha Vida, localizou-se de forma periférica, tanto dentro do município, mas também, em sua maioria, nos municípios vizinhos da Região Metropolitana de Natal (RMN) (Figura 2).

É importante destacar também que a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) em Natal se localizou a despeito dos assentamentos de origem informal, em Natal delimitados como Área Especial de Interesse Social (AEIS), e por vezes em Zona de Proteção Ambiental (ZPA). (Figura 3), o que demonstra uma total dissociação entre a política habitacional e a política urbana, bem como entre a produção de moradia e os interesses da população que necessita.

Figura 3: Localização dos conjuntos do MCMV em Natal, delimitação das AEIS e ZPA.



Fonte: Autores, 2024[4]

[4] Dados do Plano Diretor de Natal, 2022 e do Sistema de Gerenciamento da Habitação - SISHAB, 2022

Na contramão a realidades como essa, na luta pela Reforma Urbana e por moradia digna para todos, o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) tem atuado no estado do RN desde 2004, possuindo diferentes formas de agir, como grupos de base, atividades de formação, mobilização, manifestações públicas e, principalmente, a realização das ocupações urbanas de terrenos e edifícios vazios. As ocupações têm se demonstrado como estratégias de luta e pressão ao Estado pelo atendimento das demandas por moradia, não representando, inicialmente, reivindicação por permanecer nos locais ocupados. Segundo relatos de lideranças do movimento, o objetivo principal era pressionar o poder público para a inclusão das famílias das ocupações no conjunto dos beneficiários dos programas habitacionais, nos últimos anos, especialmente o Programa Minha Casa, Minha Vida.

assessorias
populares:
práticas em
movimento

Nesse intuito o MLB vem ocupando diversos terrenos vazios em Natal, incluindo alguns com fragilidade ambiental. Destaca-se que esses terrenos vazios são desocupados, mas não obrigatoriamente sem função, visto que o objetivo principal é a negociação e não a permanência. Nesses casos, as ocupações mantêm-se com materiais improvisados para evitar prejuízos ao local e aos ocupantes. É parte da estratégia do movimento não consolidar ocupações em áreas em que não é possível permanecer.

A ocupação mais recente em terreno livre ocorreu em 2021, localizada na Região Administrativa Oeste, no bairro do Planalto, área periférica de Natal, em um terreno público municipal, que possui uma lagoa de captação, e foi nomeada de Valdete Guerra. A ocupação, atualmente com 3 anos, está situada na parte plana do terreno, não interferindo na lagoa. Até o momento os barracos estão construídos com material improvisado para que a Ocupação não seja consolidada sem um projeto (Figura 4).



Figura 4: Ocupação Valdete Guerra, 2021
Fonte: *Facebook* do MLB - Rio Grande do Norte, 2021

assessorias populares: práticas em movimento

De acordo com o MLB a Valdete Guerra tem como objetivo reivindicar e consolidar o acesso à terra e à moradia adequada naquele local, e para tanto foi desenvolvido pelo grupo um estudo de viabilidade para construção de novas unidades no local, em regime de mutirão, e em respeito às restrições voltadas à preservação ambiental do terreno, com o intuito de ser utilizado como instrumento de negociação com a Prefeitura Municipal do Natal. O diálogo com o movimento em relação às restrições ambientais do terreno sempre aconteceu de forma bastante satisfatória.

Contudo, apesar da produção daquele estudo, até o primeiro semestre de 2024 não houve andamento em negociações para efetivação da concessão de uso do terreno e para construção das habitações, nem pedido de reintegração de posse por parte do poder público. A postura com a Valdete tem sido principalmente ignorar sua existência.

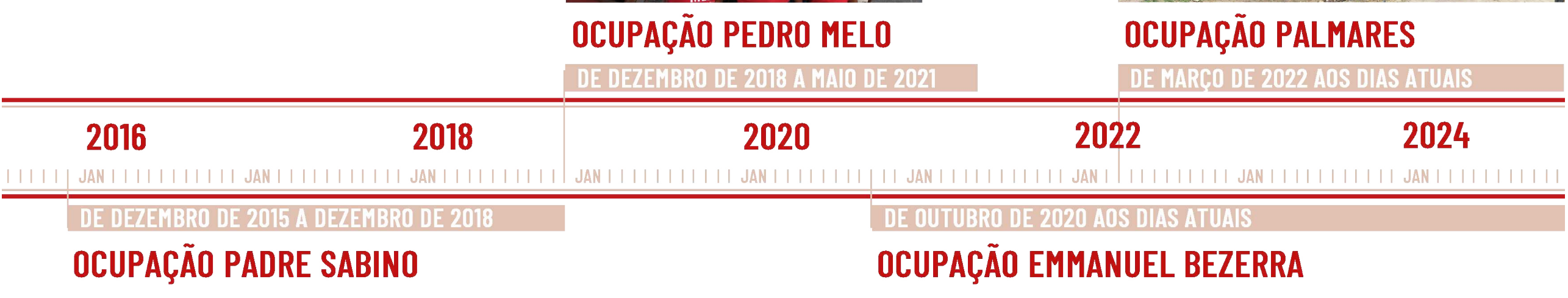
Entretanto, embora o movimento tenha realizado historicamente mais ocupações na Região Administrativa Oeste de Natal, área mais periférica do município, desde 2016, o MLB aumentou a quantidade de ocupações nas áreas centrais (Figura 5), como os bairros de Ribeira e Rocas, o que representa um fortalecimento da reivindicação por moradia no centro e uma ampliação do discurso de direito à cidade. Essa mudança na estratégia de luta do movimento, ao ocupar bairros infraestruturados e que passaram pelo processo de esvaziamento consequente da dinâmica capitalista da cidade, aponta para a necessidade de se discutir habitação de interesse social na área central de Natal.

Figura 5: Linha do tempo das ocupações na área central de Natal

Fonte: Autores, 2024, com dados de Almeida, 2022.



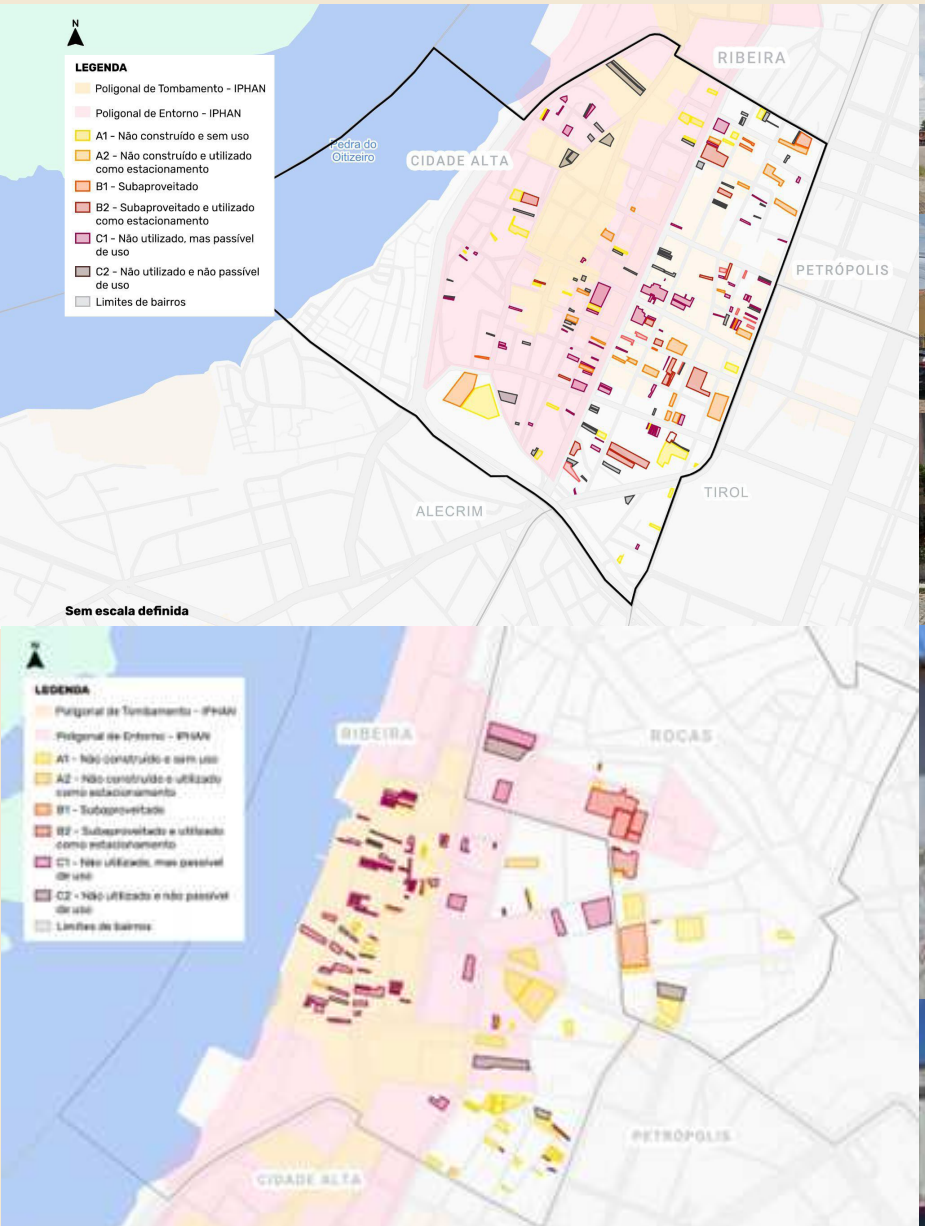




Apesar da quantidade considerável de vazios urbanos na área central de Natal, esses imóveis não possuem grandes dimensões: geralmente trata-se de pequenos terrenos, casas térreas, sobrados ou edifícios de pequeno porte (Figuras 6 e 7), dificultando a transformação em grandes empreendimentos habitacionais, modelo que predomina nas intervenções voltadas à moradia em áreas centrais.

Figura 6: Vazios Urbanos Cidade Alta. Fonte: Autores, 2024.[5]

Figura 7: Vazios Urbanos Ribeira e Rocas. Fonte: Autores, 2024.[6]





[5] Dados da pesquisa "Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial", 2024.

[6] Dados da pesquisa "Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial", 2021

assessorias populares: práticas em movimento

Disputa pelo centro

As ocupações iniciais do MLB no centro de Natal aconteceram como estratégia de negociação por moradia popular, mas não demandavam permanecer no centro. Foram aceitas, pelo movimento, soluções periféricas e unidades habitacionais nos conjuntos do MCMV.

Recentemente, após a pandemia da covid-19, o movimento passou a ressaltar e denunciar em suas redes sociais a situação de abandono do centro histórico de Natal. Conforme posicionamento nacional do movimento, o MLB RN começa a demandar moradia na área central.

Após as conquistas em conjuntos habitacionais periféricos por parte de ocupações realizadas na área central, que levaram ao deslocamento de famílias dos territórios centrais para localidades distantes, a demanda pela conquista no centro vem se fortalecendo no discurso do movimento. A saída dos locais de origem, a quebra das relações sociais, a falta de atendimento de serviços urbanos básicos no local onde o conjunto foi inserido e o afastamento de locais de trabalho são alguns dos motivos que resultaram em um processo de adaptação difícil e com um nível de desistência das unidades conquistadas relativamente alto. Com a dificuldade de deslocamentos cotidianos necessários, que foram agravados pós-pandemia com a redução considerável de linhas de ônibus na capital potiguar, muitos retornaram para a área central, em arranjos habitacionais informais. Essas experiências influenciaram a posição e estratégias do movimento, que a partir da Ocupação Palmares (2022) vem colocando a permanência na área central como pauta prioritária.

Alia-se à pauta da moradia em área central o questionamento ao abandono do centro e o descaso com os bairros e com as edificações de relevância patrimonial ali localizadas (Figura 8).

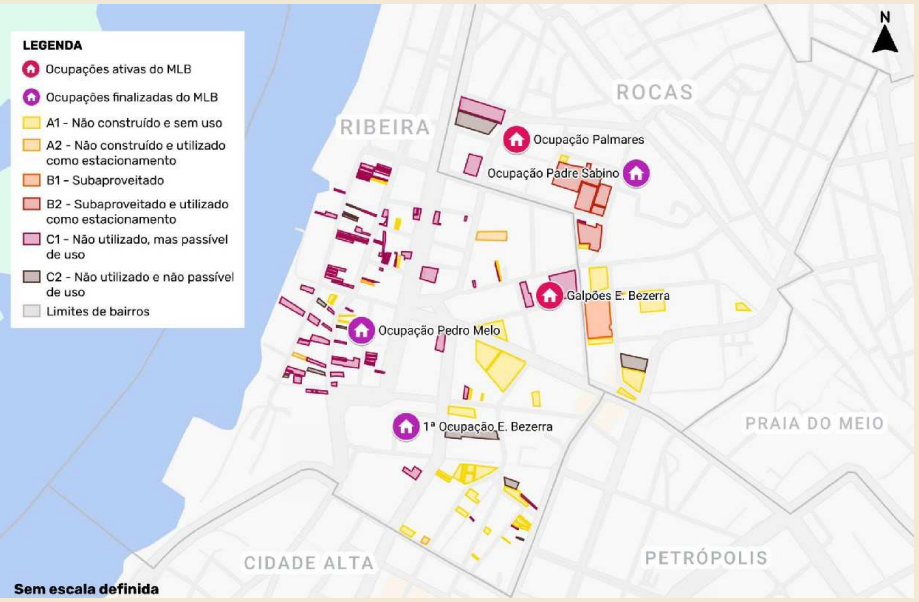
Figura 8: Postagens nas redes sociais do MLB. Fonte: @mlb.rn, 2022



As ocupações da área central aconteceram em imóveis públicos, de uso institucional, talvez pelo porte maior dos edifícios, e mobilizaram pessoas que se ocupam ou trabalham nas proximidades. Apesar de serem ocupações de edificações, o movimento mantinha sua principal estratégia de luta: ocupar para reivindicar moradia em outro local por meio de provisão habitacional pública. Embora essas ocupações não tenham sido inicialmente planejadas para a permanência definitiva, com vias de consolidar moradia no espaço ocupado, parte delas manteve-se nos locais durante longos períodos pela demora no resultado de negociações ou mesmo pela negação de diálogo por parte do poder público, em especial municipal.

Considerando a capacidade limitada de realização de melhorias habitacionais por parte do movimento e as tipologias dos imóveis ocupados - que em sua maioria requerem adaptações significativas para abrigar habitações - tem-se uma população vivendo em condições precárias e insalubres, por períodos indefinidos. Essa situação é, em grande medida, resultado da ausência ou ineficiência das políticas públicas voltadas para atender as demandas habitacionais da população necessitada.

Figura 9: Vazios Urbanos Ribeira e Rocas e Ocupações centrais do MLB



Fonte: Barros, 2024[7]

Em 2020 o MLB ocupou um imóvel vazio pertencente à UFRN, na Ribeira, Região Administrativa Leste de Natal, uma área central e histórica, o prédio do antigo Grupo Escolar Augusto Severo – antiga Faculdade de Direito, e então foi criada a Ocupação Emmanuel Bezerra. Imediatamente a universidade solicitou a reintegração de posse, alegando risco de vida às famílias ocupantes e argumentando possuir um projeto para restauro e reuso do imóvel. O grupo aqui representado foi chamado pelo movimento, junto a outros projetos de extensão do DARQ, para contribuir com as negociações e encontrar uma solução que fosse boa para todos. A UFRN mandou uma representação à parte.

[7] Dados da pesquisa "Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial", 2021

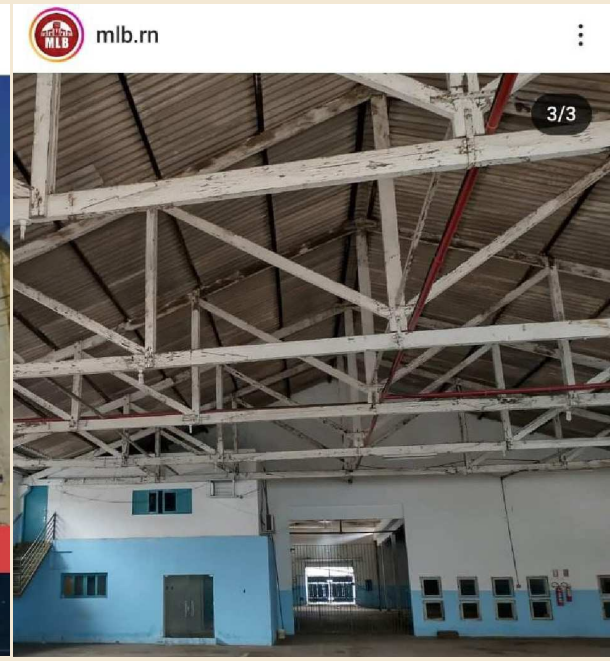
assessorias populares: práticas em movimento

Mediado pela OAB, houve um acordo em que o governo do estado do RN concordou em doar 30 unidades habitacionais em conjunto a ser construído pelo Programa Pró-Moradia; a Prefeitura Municipal do Natal doou um terreno para a construção do conjunto e enquanto este não ficasse pronto se comprometeu a alugar um espaço para as famílias se abrigarem; e o movimento concordou em desocupar o prédio logo que o espaço novo fosse alugado. Este projeto de extensão se comprometeu em acompanhar a mudança da Ocupação Emmanuel Bezerra e prestar serviços de assessoria técnica às famílias quando necessário.

O imóvel alugado pela Prefeitura foi um galpão desocupado (Figura 10), mas que não possuía infraestrutura de moradia e sofria com condições ambientais insalubres. As principais queixas dos moradores diziam respeito ao calor excessivo, aos problemas nas tubulações de esgoto no local que não deram conta da quantidade de usuários e por vezes romperam, a falta d'água e os alagamentos sempre que havia fortes chuvas visto que o sistema de drenagem público dos arredores é deficitário.

Figura 10: Galpão que abrigou a Ocupação Emmanuel Bezerra. Fonte: @mlb.rn, 2022





assessorias populares: práticas em movimento

Em assessoria junto ao Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Maré (EMAU Maré/UFRN), foram desenvolvidas propostas no intuito de tentar melhorar as condições ambientais e tornar as moradias um pouco menos insalubres (Figura 11). A despeito das intervenções sugeridas, muitos problemas estavam além da capacidade de realização do movimento, como as questões ligadas à drenagem e ao esgotamento sanitário, e a Prefeitura alegava que não poderia fazer melhorias em um imóvel privado. Assim, apesar de amenizada, a situação permaneceu inviável.

Até hoje o conjunto do Pró-moradia não foi construído, pois o programa foi suspenso e somente em 2023, com o novo governo Lula, retomado. Considerando essa situação de precariedade resultante desse atendimento público inadequado, em 2024, o MLB decidiu, por conta própria, realocar as famílias para um novo local, um edifício situado no bairro de Petrópolis,

Figura 11: Propostas de melhorias desenvolvidas pelo projeto de extensão EMAU Maré

Fonte: EMAU Maré, 20

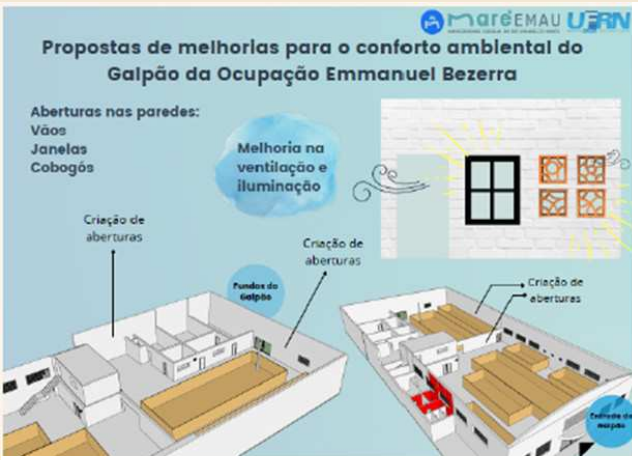












Figura 13: Vista interna da Ocupação Palmares.

Fonte: Miró Aires, 2024

também na Região Administrativa Leste de Natal, desta vez um imóvel privado, com sérios problemas de regularidade da propriedade.

Durante toda a negociação esse projeto acompanhou o movimento, tanto nas reuniões e audiências de conciliação, quanto nas conversas e vistorias técnicas ao imóvel. A notícia mais recente é que em nova negociação com o governo do Estado, este se comprometeu a alugar um novo espaço para as famílias que aguardam a construção do conjunto habitacional. Enquanto espera, o movimento considera a Ocupação vitoriosa, pois a UFRN anunciou a contratação de obra para restauro e reuso do edifício inicial da Ocupação Emmanuel Bezerra (Figura 12).

O trabalho de extensão mais recente desenvolvido junto ao MLB se deu no acompanhamento da Ocupação Palmares, a mais nova organizada pelo MLB no centro de Natal. Teve início em março de 2022, com a entrada das famílias em um conjunto de três galpões desocupados, pertencentes à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) (Figura 13), no bairro das Rocas, área portuária de Natal, vizinho à Ribeira, na Região Administrativa Leste.

A maior parte das famílias que vivem na ocupação são oriundas do próprio bairro das Rocas. Para além das relações sociais e de moradia, o bairro representa oferta de transporte, próximo a locais de grande circulação, e possibilidades de trabalho: a própria Ribeira e sua oferta de instituições públicas, o rio Potengi, o mercado do peixe das Rocas e a praia. Morar nas Rocas permite acessar opções de trabalho tanto no comércio quanto nos serviços, formais e informais, além de atividade pesqueira (Almeida, Também influenciados pela discussão do movimento baseada em suas experiências prévias, mas principalmente a partir dessas relações, surge a vontade dos moradores em permanecer na área central e efetivar a ocupação, buscando conquistar moradia digna e definitiva no território.

Logo após a entrada do movimento no imóvel, a prefeitura de Natal solicitou uma ação de reintegração de posse para retirada das famílias dos galpões. Embora pertençam à União, estão cedidos à prefeitura desde 2020, condicionado à cessão de outro imóvel na mesma rua. Essa cessão se deu para utilização da estrutura como estacionamento para veículos oficiais e dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde. Anteriormente o imóvel se encontrava completamente desativado, repleto de entulho e lixo em seu interior.

Frente à ameaça de remoção, coordenadores do MLB entraram em contato com este grupo para acompanhar as audiências públicas de negociação e refletir juntos sobre a possibilidade de transformação dos galpões em moradia permanente. Solicitaram, portanto, que fosse realizado um estudo de viabilidade para construção de moradias definitivas no espaço dos galpões como forma de embasar seu argumento para perma-

nência no local, reivindicando proteção jurídica para a estadia definitiva.

Mais que chegar a uma solução definitiva para a organização espacial dos galpões ou a um projeto fechado para conversão ao uso habitacional, naquele momento priorizou-se comprovar a possibilidade de permanência, sentido no qual foram elaboradas duas propostas: (I) estudo de espacialização e quantificação de unidades habitacionais na estrutura ocupada e (II) estudo para construção de novas unidades no terreno vazios imediatamente atrás dos galpões.

Foi necessária a busca por informações em relação à situação dos edifícios, considerando que estes fazem parte de um conjunto ferroviário de valor patrimonial. O estudo precisava considerar a permanência dos galpões, bem como o seu desenho formal, e o movimento precisava concordar com isso.

Elaborados em urgência, visava-se apresentá-los em reunião de conciliação à qual o movimento foi convidado, mas que não chegou a ocorrer. Nos trâmites jurídicos do processo aberto pela prefeitura, a SPU - enquanto proprietária do imóvel - declarou não ter interesse na reintegração, o que levou à extinção do processo e suspensão da ameaça. Não houve, no entanto, movimentação para negociação de garantia do direito de posse para as famílias ocupantes.

O imóvel se insere dentro da poligonal de entorno delimitada pelo IPHAN, e por se tratar de remanescente do patrimônio ferroviário, que marcou os bairros limítrofes da Ribeira e das Rocas, possui interesse específico. Além disso, compõe a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (LPCF) do Rio Grande do Norte. Sem uso há mais de vinte anos, abrigava o Armazém da Antiga Carpintaria da RFFSA e faz parte do conjunto edificado da Ribeira que entrou em desuso pela obsolescência que sua função anterior passou a apresentar durante as mudanças socioeconômicas da cidade ao longo do século XIX.

Assim, apesar de estar sem uso, e consequentemente não cumprir uma função social, o imóvel não pode simplesmente ser modificado para abrigar um novo uso. Apesar de vazio, todos os imóveis componentes desse conjunto são repletos de significados simbólicos para a história da ferrovia no RN.

Como solução para a questão, o movimento escolheu o terreno localizado atrás dos galpões, que está sem uso efetivo, para propor uma solução habitacional para a Ocupação. Assim, em 2023, aproveitando o lançamento da nova versão do programa MCMV, o MLB apresentou uma proposta para um conjunto habitacional.

Em fins de 2023, foi anunciado o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), uma linha de atendimento que permite a produção social da moradia, com participação protagonista da população, estimulando a organização popular e a produção habitacional por autogestão. Com essa nova possibilidade de atendimento habitacional, o

assessorias populares: práticas em movimento

MLB se articulou nacionalmente para enviar propostas, com o apoio de diversas equipes de assessoria técnica pelo país, que contemplassem os moradores das suas ocupações.

O MLB nacionalmente enviou uma proposta para 1.000 unidades habitacionais, e para Natal, o movimento em conjunto com o grupo de extensão e assessoria desenvolveu uma proposta para atender às famílias da Ocupação Palmares.

Esse edital focou na qualificação da entidade e na apresentação do terreno, mas especificamente na viabilidade locacional e de garantia de posse do imóvel. Em Natal, o terreno indicado é patrimônio da União, e sua cessão foi negociada com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e viabilizada com vistas ao empreendimento. Localizado imediatamente atrás dos galpões onde resiste a Ocupação Palmares, é um remanescente do mesmo conjunto ferroviário, de valor patrimonial significativo para o centro, mas que vinha sendo utilizado apenas como espaço de estacionamento de ônibus e depósito de material de construção.

Seguindo essa linha de diálogo com movimentos sociais e disponibilização de seu estoque imobiliário que já se notava nas negociações para o PMCMV-E de 2023, em 2024 o Governo Federal lançou o Imóvel da Gente, o Programa de Democratização de Imóveis da União. O programa abrange imóveis sem destinação definida, como áreas urbanas vazias, prédios vazios e ocupados, conjuntos habitacionais com famílias não tituladas, além de núcleos urbanos informais com e sem infraestrutura.

O lançamento desses programas garante um novo fôlego para a luta por moradia do MLB em Natal, criando possibilidades de provisão habitacional para as famílias ocupantes.

Reflexões e perspectivas futuras

Com o resultado do MCMV-E em abril de 2024, o MLB aprovou 919 unidades habitacionais em todo o país, sendo 148 unidades a serem construídas no residencial Quilombo dos Palmares, em Natal. O projeto representa uma importante conquista para o movimento, por ser construído no centro da cidade, garantindo assim o direito à moradia e o direito à cidade.

O estudo de viabilidade requerido na etapa inicial do programa e o assessoramento técnico para elaboração dos documentos solicitados vêm sendo desenvolvidos pelos autores deste trabalho, de forma autônoma, mas também junto ao projeto extensionista Coletivo Habitat Popular (C-POP), ligado ao Departamento de Arquitetura da UFRN. Após aprovação inicial, os requisitos para viabilizar as próximas etapas do programa vem demandando mobilização intensa do movimento a nível local e nacional, assim como atividade contínua do grupo de assessoria e extensão.

Nesse ponto, após início do processo de cessão e submissão inicial do terreno ao PMCMV-E vêm surgindo conflitos em relação ao imóvel: registros cartoriais incompatíveis em diferentes instâncias do poder público; ocupação irregular da empresa que havia alugado o espaço anteriormente; cessão de parte do imóvel para outro órgão; etc., o que tem reduzido a área do terreno disponibilizada inicialmente para o movimento. Além das questões de propriedade e limites do terreno, a proteção patrimonial devido à relevância histórica do imóvel tem provocado mudanças no estudo inicial e necessários diálogos com o IPHAN.

Ressalta-se também a disparidade entre os prazos estabelecidos para submissão de propostas às etapas do programa e a viabilidade - temporal, financeira, executiva - de realizar estudos com a profundidade e escopo necessários a uma área de relevância patrimonial. Em se tratando de áreas centrais, é comum haver necessidade de estabelecer diálogo com diferentes órgãos e, por vezes, atualizar registros em situações pouco usuais, remanescentes de períodos anteriores.

As urgências estabelecidas pelas próprias regras do programa, e da Caixa Econômica, acabam conflitando com os limites da assessoria técnica. Não são previstos recursos para essas fases iniciais e todo o material a ser produzido para contratação do projeto está sendo desenvolvido voluntariamente pela assessoria e projeto de extensão, bem como por parceiros do movimento. A despeito do apoio de grupos extensionistas e da possibilidade de viabilizar algumas atividades junto à universidade, a urgência de algumas demandas, como as que envolvem o PMCMV-E, não condiz com as possibilidades de atuação sem uma base financeira estruturada. Nessas condições, estabelecer um trabalho contínuo e ampliar a capacidade de atendimento de grupos de assessoria tornam-se desafios que diminuem as possibilidades de agência de movimentos sociais.

Considerações finais

Apesar dos desafios e limites que envolvem sua forma de atuação, em Natal o MLB tem chegado a resultados importantes por meio da organização de ocupações, aliadas ao trabalho de base do movimento. Além de seu histórico de conquista de unidades habitacionais na cidade, em quantidade expressiva, o movimento vem chamando atenção para a ociosidade de alguns bairros da área central da cidade em sua atuação mais recente.

Nas ocupações do centro vem conseguindo também abrir um importante diálogo com o poder público, mesmo que de forma forçada - espaços inventados (Miraftab, 2009) - em suas reivindicações por provisão habitacional e por soluções de estadia provisória até a conquista final. Recentemente, se destaca a aprovação no PMCMV-E como possibilidade de concretização do segundo empreendimento voltado para moradia popular na área central da cidade.

Essa conquista foi construída de forma coletiva, conduzida pelo movimento, mas com a participação essencial de atores parceiros, dentre os quais tratamos aqui dos grupos de extensão e assessoria no campo da arquitetura e urbanismo. As atividades extensionistas têm sido bem-sucedidas em inserir os alunos da graduação e pós-graduação em um campo pouco explorado ao longo do curso, permitindo contato, prática e reflexões que extrapolam o ensino tradicional. Há um esforço também em levar para as salas de aula as discussões que envolvem o planejamento popular (Tanaka, 2017), os desafios da autoconstrução e a assessoria técnica. Apesar dos limites de atuação destacados à assessoria, impostos principalmente pela dificuldade de estruturar um campo de trabalho sem financiamento estável, as atividades vêm sendo desenvolvidas com as devidas urgências, mas no ritmo das possibilidades.

Os profissionais que disputam o estabelecimento do campo da assessoria técnica na arquitetura e urbanismo se veem com frequência frente aos desafios impostos pela desigualdade socioespacial encravada nas cidades brasileiras ao longo de seu processo de urbanização. Sem pretensão de promover revolução ou dar conta de problemas estruturais, segue-se atuando dentro das possibilidades de cada contexto: formando parcerias, disputando espaços, trazendo esse debate para a academia e levando-o para a rua, para as comunidades, ocupações, reuniões de conciliação e secretarias públicas por meio da prática.

Finalizamos com o sentimento de esperançar, não no sentido de esperar que as coisas aconteçam, mudem, mas no sentido de ter esperança de resultados positivos e conquistas que transformem a vida das famílias envolvidas.

assessorias
populares:
práticas em
movimento

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miró Aires de. **Ocupar o centro**: diretrizes para regularização de vazios urbanos em áreas centrais como habitação de interesse social. 2022. 149f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

BARROS, Juliana. **Quando o povo vai à luta**: percurso histórico das ocupações urbanas organizadas por movimentos populares em Natal/RN. 2024. 132f. (Memorial de Qualificação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 de julho, 2024.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Brasília, DF: IBGE, 2013.

ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARRUCHO, Luís. Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. **BBC Brasil**, Londres 07 maio 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774. Acesso em: 30 de julho, 2024.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. **Planning Theory,** v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305546909_Insurgent_Planning_Situating_Radical_Planning_in_the_Global_South. Acesso em: 25 de julho, 2024

TANAKA, Giselle. "**PLANEJAR PARA LUTAR E LUTAR PARA PLANEJAR**": Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo. 2017. 286f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

assessorias populares: práticas em movimento

Amíria Bezerra Brasil
Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP) e professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do grupo Ecohabitat e da Rede Moradia e Assessoria, coordena o projeto de pesquisa Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial. Desenvolve extensão a partir do projeto Coletivo Habitat Popular vinculado ao LabHabitat (UFRN).
Email: amiria.brasil@ufrn.br

Juliana Silva Barros
Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mestranda na área de concentração Habitat no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) vinculado ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB-USP). Vinculada ao projeto extensionista Coletivo Habitat Popular, ligado ao LabHabitat (UFRN).
Email: Email: juliana.silvabarros@usp.br

Miró Aires de Almeida
Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na área de concentração Intervenções Territoriais, Habitação Social e Cidadania. Vinculado ao grupo de pesquisa Ecohabitat (UFRN), integrante do projeto de pesquisa Dinâmicas socioespaciais e planejamento territorial e do projeto extensionista Coletivo Habitat Popular, ligado ao LabHabitat (UFRN).
Email: aires.miro@gmail.com

A técnica e a ideia de ambiente em disputa, ou reflexões sobre como uma assessoria assume um lado. O caso do Morro do Amor em Guarulhos/SP

Technique and the idea of the environment in dispute, or reflections on how an advisory choses a side. The case of Morro do Amor in Guarulhos/SP

*Caio Santo Amore**

Resumo

Este artigo discute como as noções de técnica e de natureza (ou meio ambiente) são usualmente mobilizadas como se fossem neutras e desumanizadas. Essa operação finda justificando remoções "por risco", em nome de supostos interesses comuns e de proteção de pessoas vulneráveis. Também se discute como assessoria técnica, particularmente quando vinculada à universidade, pode contribuir nas disputas conceituais para defender a permanência e ações de melhorias das condições de segurança e habitabilidade de territórios populares. O caso que ilustra esse debate foi uma ameaça de remoção de uma favela consolidada, motivada por uma Ação Civil Pública do Ministério Público de São Paulo em uma favela do município de Guarulhos, para a qual foi desenvolvido um "parecer preliminar com recomendações", assinado por professores/pesquisadores com a chancela de duas universidades públicas. Para contestar os argumentos pró-remoção, foram problematizados os conceitos de risco e mobilizadas as expectativas de externalidades negativas decorrentes das diferentes alternativas de intervenção na favela.

Palavras-chave: Assessoria técnica; favela; remoção; risco; externalidade.

Abstract

This article discusses how the notions of technique and nature (or environment) are usually mobilized as if they were neutral and dehumanized. This operation ends up justifying evictions " because of risk", in the name of supposed common interests and the protection of vulnerable people. It also discusses how technical advisory services, particularly those linked to the university, can contribute to conceptual disputes in order to defend the permanence and improvement of safety and habitability conditions in popular territories. The case that illustrates this debate was a threat of removal, motivated by a Public Civil Action by the São Paulo Public Prosecutor's Office, in a consolidated favela in the municipality of Guarulhos, for which a "preliminary report with recommendations" was developed, signed by professors/researchers with the endorsement of two public universities. In order to challenge the technical arguments in favor of demolition, the concepts of risk were problematized and the expectations of negative externalities arising from the different intervention alternatives in the favela were mobilized.

Keywords: Technical advisory; favela; eviction; risk; externalities

Imagem 19: Desnível e vielas com baixa declividade elementos de contenção entre as casas e disciplinamento das águas pluviais e esgotos em tubos e caixas de passagem.

Fonte: Foto de Ana Clara Araújo para o Parecer mencionado (jul./23)



Imagem 1: Faixa colocada na comunidade Morro do Amor em Guarulhos, indicando se tratar de área de risco e o número da Ação Civil Pública

Fonte: Foto de morador anônimo, recortada e editada pelo autor. A original foi compartilhada em grupos de *whatsapp* e encaminhada para mim no período de diálogo com as lideranças populare

O risco como terror contra moradores de favela e o contexto da referência empírica

Imagine-se morando em um assentamento popular há mais de 30 anos. Um lugar declivoso, um morro, onde você tenha construído um barraco de madeira que aos poucos foi se transformando em uma casa de alvenaria com dois ou três pavimentos. Onde, para chegar ou sair de casa tenha sido necessário passar por vielas íngremes, com degraus cavados na terra, que, em dias de chuva, faziam escorregar os sapatos cobertos por sacos plásticos que os mantinham limpos até chegar ao trabalho, mas que, aos poucos, foram sendo pavimentadas em ações coletivas, com apoios pontuais da prefeitura, de vereadores... Imagine que este assentamento está num bairro que vem se transformando ao longo desses anos, com avenidas largas construídas nas margens do principal córrego, um parque que é dos mais bonitos e bem cuidados da cidade, um shopping center novo que recebeu até show do cantor Roberto Carlos! Imagine então que um dia, ao chegar ou sair de casa,

você se deparasse com uma faixa da Prefeitura escrita assim: "PROIBIDA A CONSTRUÇÃO E EXPANSÃO DAS MORADIAS. Área de risco tratada na ação civil pública PJ n. 1028985-76-2017.B.26.0224 - 2ª Vara da Fazenda Pública", com um telefone para comunicar denúncias. Então você se dá conta de que, junto com seus vizinhos, está em uma área que não deveria ter sido ocupada, que é "de risco", que construir e expandir sua casa, ou seja, tudo que você e seus vizinhos fizeram até agora, era "proibido", de que estão "errados" por estarem ali. O número do processo judicial ajuda a tornar aquela proibição crível e verdadeira e o telefone para denúncia coloca você e seus vizinhos uns contra os outros.

É provável que essa sensação e a ameaça latente de que sair daquele lugar era uma questão de tempo já tivessem preenchido as conversas nos botecos, nas portas das casas, nas entradas das vielas, nos pés das escadarias. Mas a favela foi se consolidando assim mesmo, do jeito que dava. E quanto mais o tempo passava, mais pacífica se tornava a permanência ali. Você lembraria que ainda há alguns poucos barracos de madeira, algumas poucas áreas que não estão construídas, mas a imensa maioria do morro era formada por casas de alvenaria mesmo. Era difícil entender por que uma ação judicial pretendia remover todas as famílias. E por que aquele terreno, aquele ambiente, cujas dificuldades foram sendo enfrentadas com muito esforço, muito trabalho e recursos próprios, dava a concretude para a ameaça, para o terror.

* * *

▲ **Imagem 2:** Morro do Amor em 4 tempos, 2004, 2011, 2018 e 2023. Evidencia-se que não houve expansão territorial significativa da favela, mas adensamento construtivo, e que o entorno foi bastante alterado, com construção da avenida de fundo de vale, verticalização e construção de grandes centros comerciais, que foram as grandes transformações no entorno, inclusive com aumento significativo da impermeabilização.

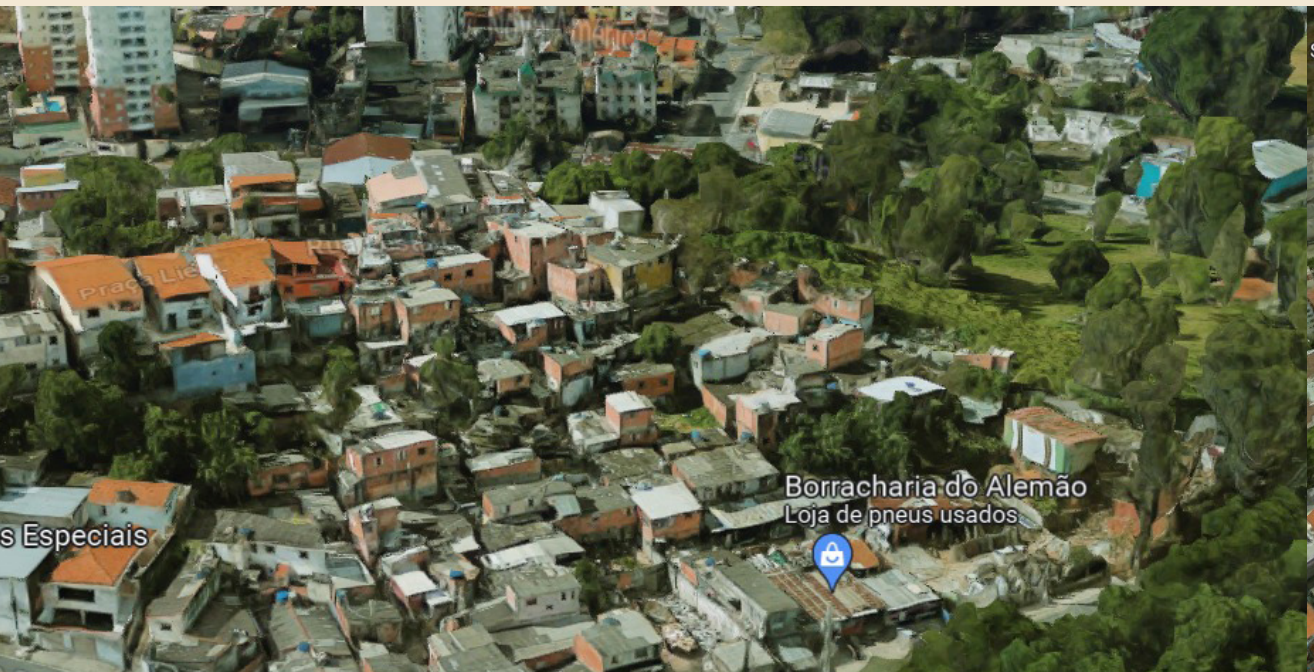
Fonte: *Google Earth*. Acesso em: jul. 2023, com intervenções minhas.

▲ **Imagem 3:** Morro do Amor em detalhe - imagem aérea mais atual à época.

Fonte: *Google Earth*. Acesso em: jul. 2023.

▼ **Imagem 4:** Morro do Amor em duas vistas, demonstrando topografia acidentada, adensamento construtivo e pouco solo exposto.

Fonte: Google Maps 3D. Acesso em: jul. 2023

















Imagens 5 a 10: Fotos das casas voltadas para as ruas de acesso e casas acessadas pelas vias internas, demonstrando grau de consolidação das moradias.

Fonte: Fotos 5, 8, 9 e 10 do autor deste artigo; fotos 6 e 7 de Ana Clara Araújo para o Relatório mencionado (jul./23)









Imagens 11 a 14: Fotos das raras casas em madeira do assentamento, realizadas (a pedido) por moradores do Morro do Amor

Fonte: Autoria diversa e anônima. Imagem compartilhada em grupos de Whatsapp de moradores e depois encaminhada pela liderança popular para os autores do Parecer.

Esta pode ter sido uma cena e parte dos pensamentos e sentimentos de vários moradores de uma favela específica do município de Guarulhos, Região Metropolitana de São Paulo: o Morro do Amor. Este assentamento se junta a outros cerca de 40 do município, implantados em áreas consideradas "de risco", com base em levantamentos realizados pela Cia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM) em 2014 e pelo Instituto Geológico do Estado (IG) em 2020. Foram incluídos em uma Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que colocava a prefeitura como ré, indicando a remoção total das famílias. Neste caso do Morro do Amor, já havia inclusive uma sentença judicial que obrigava a prefeitura a realizar a remoção no prazo de um ano.

Quando a prefeitura começou a fazer movimentações mais incisivas no sentido da remoção — além das faixas, convocou os moradores para que se cadastrassem numa lista genérica de demanda por habitação do município e se habilitassem para receber o auxílio-aluguel de 400 reais pelo período de um ano mediante saída voluntária de suas casas — moradores da favela, apoiados por lideranças populares ligadas a movimentos de moradia e a mandatos de vereadores, reagiram. Fizeram atos públicos, queimaram pneus e colchões para bloquear uma avenida no entorno imediato, tentaram estabelecer diálogos com representantes das secretarias de habitação e a de justiça da prefeitura e procuraram apoios externos que pudessem defender tecnicamente a permanência na área, contestar a classificação do assentamento como "área de risco", que era o argumento central para justificar a remoção.

Imagem 15: Reportagem do Portal GRU Diário: Protesto contra reintegração no Morro do Amor causa confusão na avenida Salgado Filho.



Fonte: Foto de Eurico Cruz, publicado em 21/07/2023. Disponível em https://grudiario.com.br/protesto-contra-reintegracao-no-morro-do-amor-fecha-avenida-salgado-filho/.Acesso em: jul. 2024.

Foi para atender a esse chamado de representantes da comunidade que eu me envolvi, como parte do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da FAU USP, nesta ação pontual, ocorrida entre os meses de julho e agosto de 2023. Estive junto com o professor Francisco Comaru, do Laboratório Justiça Territorial (LABJUTA) da Universidade Federal do ABC (UFABC) e com a arquiteta e urbanista Ana Clara de Oliveira de Araújo, que, à época estava prestes a concluir seu mestrado na FAU USP, no qual estudou um caso de favela de encosta em Salvador/BA. Também consultamos os professores Ricardo de Souza Moretti e Fernando Rocha Nogueira, ambos do Laboratório de Gestão de Risco (LabGris) da UFABC, especialistas no tema, e a Defensora Pública do Estado de São Paulo, Maria Carolina Pereira Magalhães, que era a responsável pelo caso.[1]

A ação em si consistiu em uma visita técnica, quando pudemos conversar com moradores, entrar em algumas casas, fotografar as situações que poderiam ser mais críticas. Depois, mantivemos diálogos com as lideranças populares e assessores parlamentares para pensar nas estratégias de contestação. Também consultamos os processos jurídicos e uma série de mapas e cartas geotécnicas disponíveis para embasar um documento que denominamos *Morro do Amor - Vila Rio de Janeiro, Guarulhos: Relatório de visita técnica e Parecer Preliminar com Recomendações*.

Este título propositalmente pouco definitivo demonstrava que estudos mais consistentes deveriam ser realizados para afirmações peremptórias sobre que setores do assentamento poderiam ou deveriam sofrer intervenções, e que intervenções seriam estas. Mas, ao mesmo tempo, o documento organizava uma série de argumentos para contestar o ímpeto remocionista que estava aterrorizando os moradores, para investigar as condições e avaliar, relativamente rápido, a possibilidade de permanência, para disputar conceitualmente a ideia de que a remoção eliminaria de maneira geral o risco àquelas famílias, para ser juntado pela Defensoria Pública ao processo judicial e, assim, abrir canais de negociação em outros termos.

Voltarei aos detalhes deste documento adiante, para demonstrar quais e como os conceitos foram mobilizados e representados graficamente. Antes, porém, discuto brevemente os conceitos de "técnica" e "natureza" (ambiente), indicando possíveis origens da "desumanização", esvaziamento político e neutralidade dos mesmos no senso comum.

Técnica, natureza (ou ambiente) e uma certa ideia de defesa de interesses coletivos

O conceito de **técnica** — abarcando o de **tecnologia**, seja como conjunto de técnicas, como estudo sistemático de técnicas ou

[1] Ao tempo em que agradeço a parceria com Francisco e Clara para elaboração do relatório aqui mencionado, bem como os diálogos com os colegas do LabGris, com a defensora pública, com as lideranças populares e moradores, assumo toda a responsabilidade pelas reflexões presentes neste artigo, que, por isso, assino individualmente.

simplesmente como sinônimo de técnica[2] — é objeto de investigação e debates filosóficos há mais de dois mil anos. O historiador Raymond Williams (2007) percorre os sentidos da palavra tecnologia (do grego *tekhnologia* e do latim moderno *technologia*) na língua inglesa nos últimos cinco séculos e mostra sua relação com o sentido da palavra artes (*ars*). Segundo ele, a tecnologia, no séc XVII, era reconhecida como estudo sistemático das artes; no XVIII, passa a descrever mais especificamente as artes mecânicas, pois até aquele momento a maioria das ciências eram artes, "embora os próprios termos se tenham contraposto muito antes, no sentido de teoria e prática" (p. 392). A partir do séc. XIX, assume o sentido de "artes práticas", com a distinção entre o conhecimento (ciências) e sua aplicação (tecnologia).

Num tratado de mais de mil e trezentas páginas, Álvaro Vieira Pinto (2005), recupera os principais pensadores sobre o tema. Aristóteles (no séc. IV a.C.), em "Metafísica", considera a técnica um modo de ser específico do homem[3] e a compreende como um conceito, uma razão, um logos, que precede a realização da ação. Kant (no séc. XVII), por sua vez, refletindo sobre a racionalidade da função produtiva do homem *na* natureza, dá a base para compreender um dos componentes do ato técnico, seu fundamento na lógica objetiva da realidade, consubstanciada nas leis do mundo natural. Heidegger (nos anos 1950, contemporaneamente à produção do próprio Viera Pinto, portanto) considera que a técnica[4] "consiste no 'desvelamento', na 'desocultação' do ser, aquilo que [...] os gregos denominavam *alétheia*, e que assumiu o significado comum de 'verdade'" (Pinto, 2005, p. 150).

Nosso filósofo, a partir de uma leitura crítica particular desses e de outros autores, formula a pergunta sobre a técnica que ele considera correta: *"que papel desempenha a técnica no processo de produção material da existência do homem por ele mesmo?"* (*Idem*, p. 153). E nesta formulação estão evidentes sua aderência ao marxismo e ao pensamento dialético, suas preocupações com a produção material. Ele vai então desenvolvendo argumentos baseados em referências materiais, não idealistas, de que "a técnica é essência do homem", meio e produto de seu trabalho; de que a tecnologia é frequentemente "ideologizada" para que não apareça como instrumento de dominação, afastando o trabalhador – que poderia reconhecer que "a técnica da qual se utiliza tem por finalidade a produção de bens" – da possibilidade de consciência crítica e compreensão da natureza dialética da produção (p. 290). De qualquer maneira, na sua verve desenvolvimentista, anticolonialista no sentido da defesa da autonomia nacional, ainda prevalece uma concepção da técnica como ação do homem *sobre* a natureza:

> A história da técnica pavimenta a estrada da vitória do homem, da afirmação de sua capacidade biológica de se fazer a si mesmo, cada vez em nível de realização mais

[2] Esta é uma síntese dos significados de tecnologia presente em Vieira Pinto (2005).

[3] Mantenho aqui o termo "homem", que está na referência bibliográfica original, que teve sua última revisão em 1974, ciente de que há aí um viés de gênero na referência aos seres humanos em geral.

[4] Sigo aqui a leitura e a crítica de Vieira Pinto da produção do filósofo alemão sobre esse tema, mas o ensaio "A questão da técnica", que foi fruto de uma conferência de Martin Heidegger em 1953, é uma espécie de síntese do seu pensamento sobre a técnica. Disponível em https://www.scielo.br/j/ss/a/QQFQSqx-77FqjnxbGrNBHDhD/. Acesso em: jul. 2024.

> alto, graças exatamente à conquista e domesticação das forças que lhe são antagonistas, que o aniquilariam ou o manteriam na condição de animal comum, não fosse a faculdade de pensamento desenvolvida por suas possibilidades de trabalho social cooperativo (*Idem*, p. 293-294).

A partir dessa interação homem-ambiente, presente em quase todas as abordagens sobre a técnica, diversos significados de "*natureza*" também se colocam em disputa.[5] Na questão "um pouco de natureza pode tornar-nos a todos uma grande família, mas, normalmente, quando dizemos "natureza", temos a intenção de incluir a nós mesmos?", o historiador Raymond Williams (2011) já chama a atenção para a implicação entre o meio e a chamada humanidade. Tratando a natureza como palavra-chave, indica que para abordar o conceito "é necessário estar particularmente consciente de sua dificuldade" (Williams, 2007, p. 299) e organiza três campos de significados: "(i) a qualidade e o caráter essencial de algo; (ii) a força inerente que dirige o mundo ou os seres humanos, ou ambos; (iii) o próprio mundo material, incluídos ou excluídos os seres humanos" (*Idem*, p. 293). Na interface entre a "força que dirige o mundo" e o "próprio mundo" (ii e iii), pode-se tensionar a discussão sobre a técnica feita aqui, nas quais parecem latentes as referências à natureza como meio material *sobre o qual* a humanidade age, como algo que nos é externo.

[5] Incluo aqui essa discussão sobre natureza, ainda que de maneira aproximativa e reconhecendo meus próprios limites teóricos, provocado pela Profa. Luciana Bragança Escola de Arquitetura da UFMG no seminário em que fiz a apresentação que deu origem a este texto. No debate, a professora me indagava sobre os agentes "não humanos" presentes na produção do espaço. Aqui pretendo situar a "natureza" como síntese do que se poderia definir como "não humano", como parte das condições que são produtoras e produtos na relação com tudo que é humano.

Contudo, há tempos, se fazem esforços teóricos de compreensão da natureza não apenas como "suporte" ou "cenário", mas como parte constitutiva do próprio indivíduo. Em meados do século XIX, Karl Marx (2020), no seu "Formas que precederam a produção capitalista (1857-1858)", já discutia a noção de natureza (mais especificamente da terra) como "pressuposto" do trabalho, da transformação das condições materiais de existência, como parte das condições em que o indivíduo produz e se reproduz. Nas suas palavras:

> O indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas [próprias] condições; relaciona-se a elas como a *natureza inorgânica de sua subjetividade*, em que esta realiza a si própria; a principal condição objetiva do trabalho não aparece, ela própria, como produto do trabalho, mas está dada como natureza (*Idem*, p. 501, grifos meus).

A natureza constitui, nesses termos, as "condições naturais de existência, às quais [o produtor] se relaciona como a *um corpo inorgânico pertencente a si mesmo*" (*Idem*, p. 507, grifos meus).[6]

[6] Há um longo e profícuo debate sobre como a natureza é tratada na obra de Marx. Uma excelente síntese está na Introdução da tese de doutorado de Luciana Nicolau Ferrara (2013), particularmente na seção "Perspectivas de análise" (p. 26-31).

Desde outra perspectiva epistêmica, intelectuais de povos originários, como Davi Kopenawa (2023) e Ailton Krenak (2019), e de comunidades tradicionais, como Nêgo Bispo (2018), mais recentemente, permitem radicalizar esta interação, compreendendo seres humanos e natureza – ou tudo o que humanos consideram como não humanos – em relação intrínseca, tendendo a uma indistinção. Com Krenak, por exemplo, tem-se um tensionamento sobre a própria noção de humanidade.

assessorias populares: práticas em movimento

> Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso [...], fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, p. 17).

Davi Kopenawa e seu parceiro Bruce Albert explicam o que é natureza na cosmologia Yanomami:

> O que vocês chamam "natureza" na nossa língua é *urihi a*, a terra-floresta e também sua imagem vista pelos xamãs, *Urihinari a*. [...] A terra-floresta possui um sopro vital, *wixia*, que é muito longo. O dos seres humanos é curto: vivemos e morremos depressa (Kopenawa, p. 30).
>
> Para os Yanomami, a "terra-floresta" *urihi a* não é de nenhuma maneira um espaço exterior à sociedade, cenário mudo e inerte das atividades humanas e simples campo de recursos cujo domínio se deveria controlar· Trata-se mais de uma vasta entidade viva dotada, como todas as outras, de uma imagem-essência (*utupë a*) a que os xamãs chamam *Urihinari a* (Albert, 2023, p· 42-43).

Ainda, nas palavras de Nêgo Bispo:

> A terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra. Não dizíamos "aquela terra é minha" e, sim, "nós somos daquela terra". Havia entre nós a compreensão de que a terra é viva e, uma vez que ela pode produzir, ela também precisa descansar. (Santos, 2018)

Sem qualquer pretensão de definição definitiva, importa aqui demonstrar que termos e conceitos estão permanentemente em construção, em disputa. Quando uma pessoa com formação acadêmica se dedica a elaborar um relatório "técnico", mobiliza conhecimentos e conceitos específicos, também ideias e visões de mundo que lhe formam. Quando uma pessoa que ocupa um cargo público no poder judiciário toma decisões, o faz com base em pareceres "técnicos", aos quais se somam também suas próprias visões de mundo. Não raro, relatórios, pareceres e decisões judiciais, como produtos socialmente produzidos, como documentos de órgãos que compõem aparelhos de Estado, vão se valer de sensos comuns, que são também construídos, produzidos socialmente.

A técnica e a ideia de ambiente em disputa, ou reflexões sobre como uma assessoria assume um lado.
O caso do Morro do Amor em Guarulhos/SP

A construção da ideia de natureza como algo que é exterior à humanidade se fundamenta tanto, por um lado, no seu "enfrentamento" por meio da técnica, quanto, por outro, como algo cuja preservação corresponde a um interesse comum. Afinal, quem seria contrário à preservação da natureza (ou do meio ambiente), uma vez que a natureza é de todos, que sua preservação seria útil para todos? Então, se saberes e técnicas populares, que, num processo ideologizante de desqualificação, que leva a que sejam praticamente desconsiderados como técnica – ou como a "boa técnica", aquela que está normatizada, fundamentada nos conhecimentos científicos e não na prática da transformação das condições materiais –, se modos de fazer do povo que interveio sobre o ambiente são de partida errados, está montada a armadilha que leva ao argumento e decisão pelo desfazimento de territórios populares, para que se volte atrás, num ideal de natureza intocada.

Soma-se a isso uma espécie de paternalismo piedoso para com os moradores de áreas em que as condições ambientais são mais adversas. O reconhecimento de condições de vulnerabilidade social os torna imediatamente incapazes (ou "tecnicamente incapazes") de ocupar este território, como se não houvesse relação entre esses seres humanos e o ambiente que os constituem, como se (ignorando a técnica) se dispusessem a colocar em risco sua própria sobrevivência. Com o benefício da suposição da boa intenção, sem levar em conta os interesses econômicos que estão presentes em se extinguir os territórios populares em um bairro com boa inserção urbana, o sistema dominante da técnica, que vê a situação de fora (e de cima) embasa decisões judiciais, que sentenciam a remoção.

Mas seria possível, num relatório "técnico" elaborado num sistema dominante (da classe dominante, diga-se), argumentar que, na cosmologia de comunidades tradicionais, tudo é natureza (e ambiente) e assim defender a permanência de pessoas em determinadas condições de vulnerabilidade socioeconômica em territórios que têm condições adversas de ocupação, mas que foi ocupado e consolidado ao longo de décadas de trabalho humano? Como investigações conceituais podem ser mobilizadas para, de fato, dialogar com o senso comum, criar um campo de argumentação tecnicamente palatável e que cumpra o objetivo mais geral de preservar a vida humana, reconhecendo suas formas de vida?

Risco e as externalidades das alternativas de intervenção no Morro do Amor

De volta ao caso de Guarulhos/SP, o Relatório de visita técnica e parecer preliminar com recomendações" foi organizado de modo que os conceitos que culminariam na argumentação pela permanência de moradores com intervenções de melhorias urbanas e habitacionais já eram apresentados logo nas primeiras páginas. Era preciso desmontar logo aquela armadilha, fundamentada no senso comum sobre técnica e natureza – neutras e desumanizadas. A tese do relatório deveria passar pela discussão sobre "risco" e as possíveis "externalidades" negativas das alternativas de intervenção sobre aquele território. O primeiro deveria ser tratado como uma probabilidade de ocorrência de eventos e processos destrutivos, e, como uma probabilidade, como algo que não se elimina simplesmente, mas, ao contrário, com o qual deve-se conviver e lidar. As segundas, apresentadas como consequências das intervenções que impactam não apenas os moradores (vulneráveis) diretamente implicados, mas, de uma forma geral, toda a sociedade. Entendeu-se que a leitora ou leitor deveriam percorrer o documento, desde a caracterização da área, já com essas referências em mente.

Para falar sobre o **risco**, recorreu-se ao acúmulo da ciência que se dedica aos desastres. De maneira geral, é possível considerar que o risco não existe em si, mas que é uma "construção sócio-natural", um meio "natural" associado a uma forma de ocupação que é produzida socialmente, "em que se combinam elementos de incerteza sobre os diversos fatores condicionantes físicos ambientais e antrópicos, a vulnerabilidade do meio exposto e a disposição e capacidade de gerenciamento do problema pelo morador, pela comunidade ou pelo governo local". Fórmulas matemáticas tentam simplificar o que não é simples e, ao mesmo tempo, organizam as variáveis a serem consideradas numa avaliação de risco mais complexa, dando-lhe ares de ciência exata (Sulaiman, 2021, p. 11).

A ciência do desastre se vale da fórmula **R = P x C**, onde *P* é a potencialidade de ocorrência de um acidente e *C* as consequências em termos de perdas e danos sociais e econômicos, perdas de vidas e de bens. Mas o foco nas consequências impedia que se considerassem as vulnerabilidades que estão implicadas na forma de ocupação, que têm dimensões físicas, ambientais, técnicas; sociais, econômicas, da organização comunitária; políticas e institucionais (Sulaiman, 2021, p. 13)... Então, a fórmula **R = A x V**, onde A é a ameaça ou a probabilidade de ocorrência de um evento danoso e V as vulnerabilidades, ou as fragilidades das pessoas e bens em risco, dá outra camada de complexidade para a questão.

assessorias
populares:
práticas em
movimento

A técnica e a ideia de ambiente em disputa, ou reflexões sobre como uma assessoria assume um lado.
O caso do Morro do Amor em Guarulhos/SP

Na fórmula completa, desenvolvida por Fernando Rocha Nogueira, a probabilidade (*P*) é função da ameaça (*A*), a consequência (*C*) é função da vulnerabilidade (*V*), mas se introduz um fator de controle e gestão (*g*), que remete a ações humanas (individuais e coletivas) e de políticas públicas cotidianas para lidar com situações de risco. A gestão se dá como prevenção da tal ocorrência de eventos e processos destrutivos, ou como remediação, para retomar a vida depois que esses eventos e processos ocorreram. Como denominador, *g* diminui a probabilidade do Risco.

assessorias populares: práticas em movimento

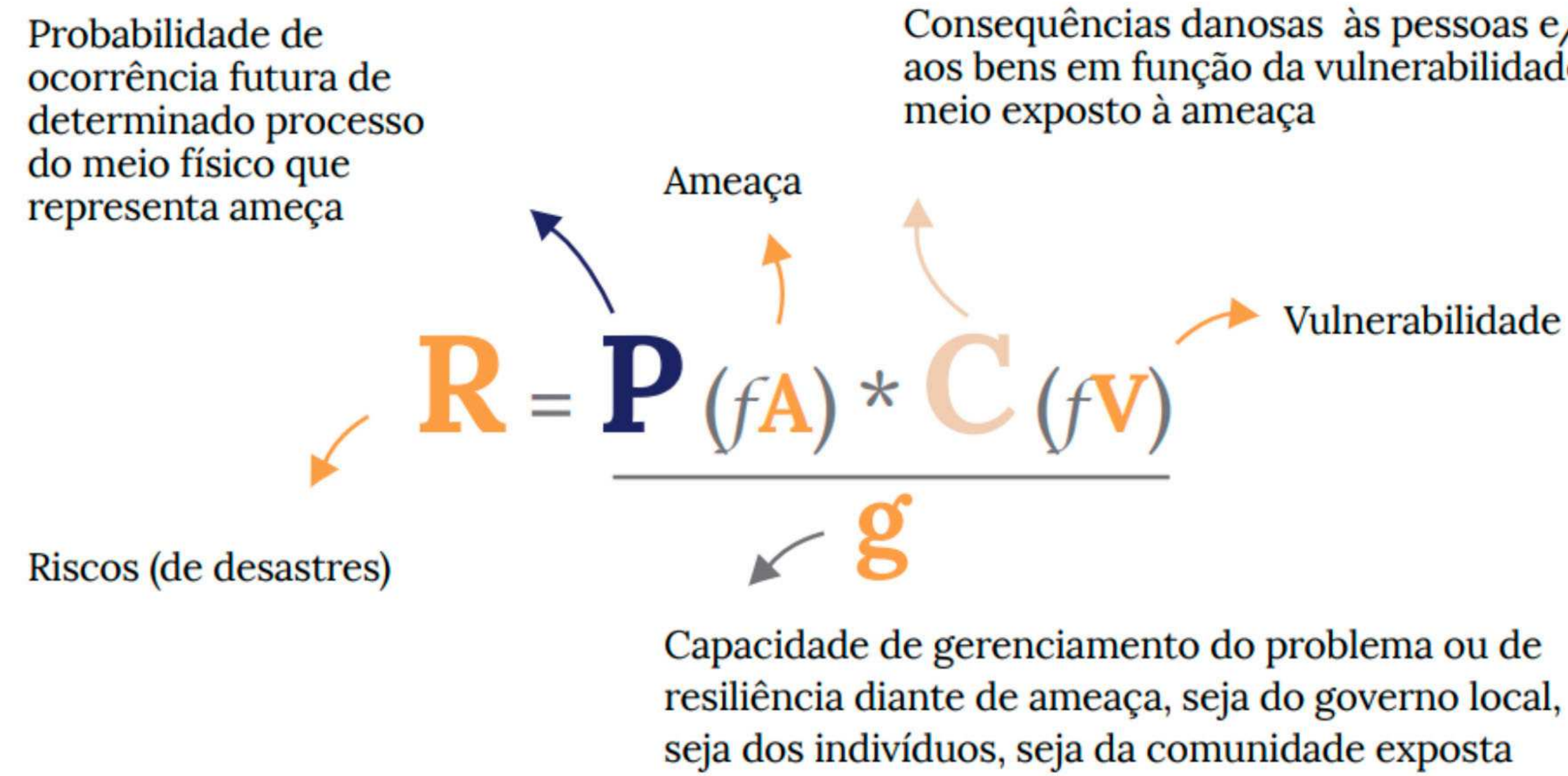


Imagem 16: Fórmula do risco, constantes no livro GIRD+10 (Sulaiman, 2021, p. 14)
Fonte: Baseada na tese de doutorado do geólogo Fernando Rocha Nogueira, que foi um consultor informal do Relatório em tela.

assessorias populares: práticas em movimento

De qualquer forma, nenhuma dessas fórmulas pode ser traduzida por valores numéricos, mas se baseiam na experiência de técnicos, em estatística de desastres e em análises qualitativas que levam a classificações em termos literais, como risco muito alto, alto, médio ou baixo. Há que se observar indícios ou evidências de instabilidade em encostas ou margens de córregos (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em paredes de moradia ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamento, erosões etc.) e não os supor apenas a partir das condicionantes geológicas e geotécnicas e das características gerais da ocupação e intervenção no espaço.

As pesquisas nas cartas de suscetibilidade e os mapeamentos de risco,[7] junto com a visita buscavam essas evidências, como recomenda a ciência do risco. Deparou-se tanto com uma formação geológica de baixa suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e a inundações e alagamentos, quanto com uma situação em que a própria ocupação urbana, ao impermeabilizar o solo com construções e pavimentação das vielas e escadarias, protege o mesmo da incidência de chuvas e de probabilidades de eventos destrutivos.

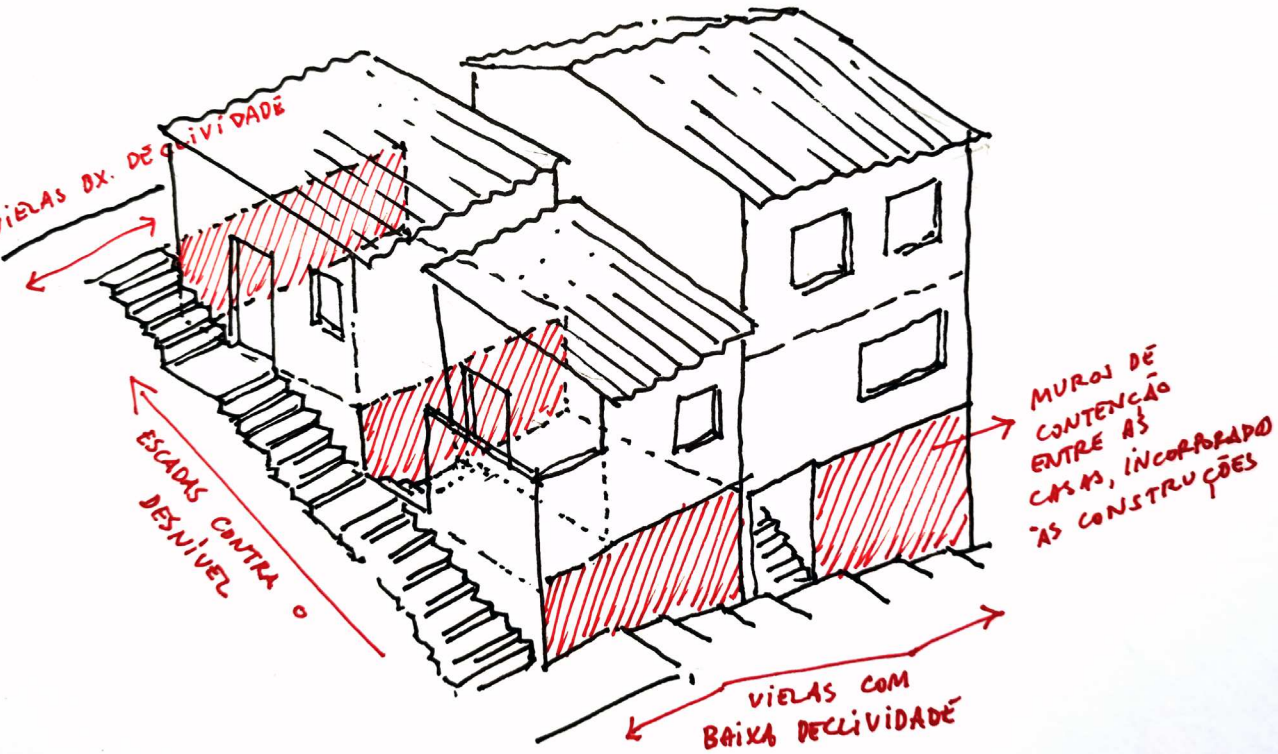
Era preciso, então, registrar essa condição em fotografias e "cartografar", representar graficamente uma síntese de como a técnica (popular) transformou aquele meio material, ou como produziu aquela natureza. A opção por fazê-lo em um desenho à mão, na escala da edificação, era também uma forma de comunicação com o público leigo, com moradores, com a defensoria pública, que precisaria se apropriar desses argumentos, com o poder judiciário.

[7] Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações. Município de Guarulhos/SP. Disponível em https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/15178. Acesso em: jul. 2023. Mapeamentos de risco da CPRM (2014) e IG (2020), disponíveis na plataforma de dados territoriais de Guarulhos - Guarugeo. https://guarugeo.

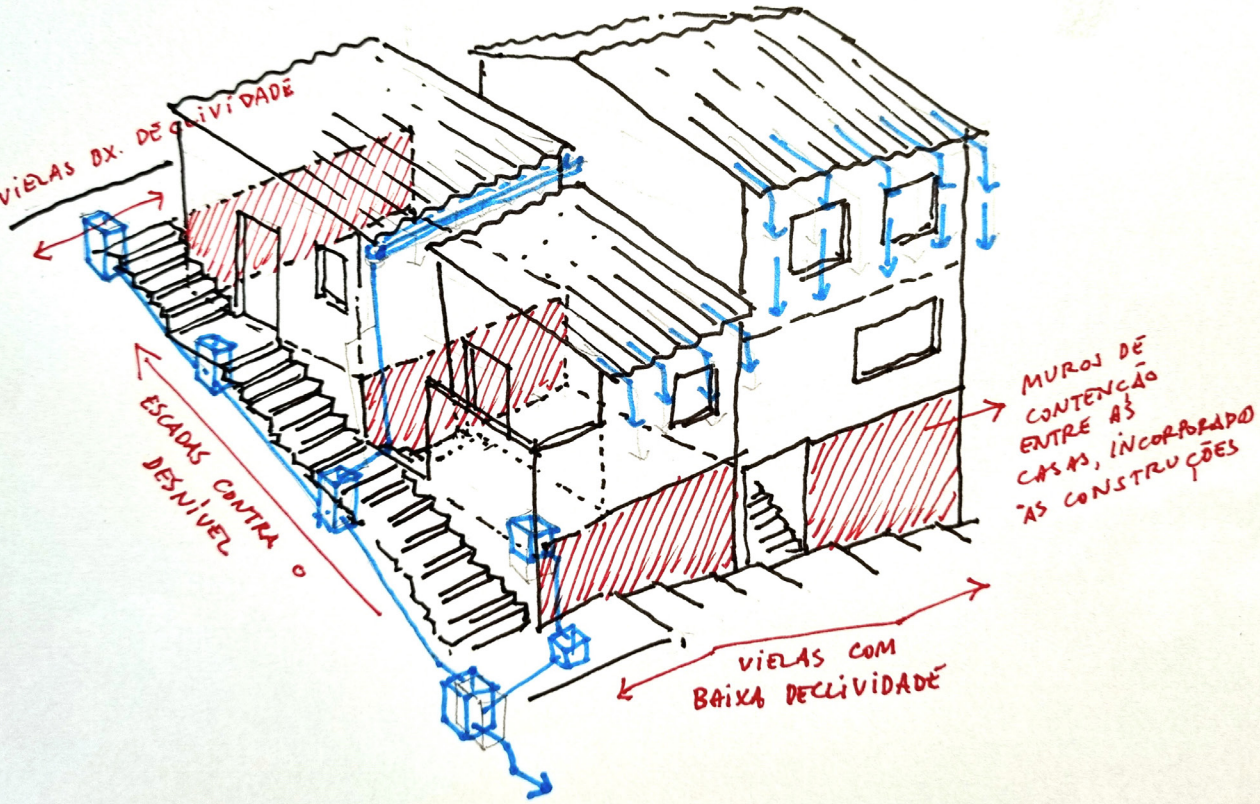


Imagens 17: Vielas e escadarias pavimentadas, demonstrando disciplinamento das águas pluviais.

Fonte: Foto de Ana Clara Araújo para o Parecer mencionado (jul./23)



Esquema geral da ocupação, demonstrando a combinação de escadarias contra o desnível.
Fonte: elaboração própria.



Restava ainda discutir de maneira objetiva as consequências da remoção, não apenas para as famílias que viriam a ser desalojadas, mas para toda a sociedade. No argumento técnico de que a remoção é uma forma de proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, pois, do contrário, seria admitir que há uma classe que não merece viver na cidade e, assim, admitir a intenção deliberada da extinção de formas de vida de áreas bem localizadas, tende-se a uma leitura que torna as consequências restritas ao território removido. Contudo, "na análise de custos-benefícios interessa-nos a sociedade em seu conjunto, o bem-estar de uma sociedade definida, e não de qualquer uma de suas partes" (Mishan, 1976).

A **externalidade**, ou, a análise de **custos e benefícios sociais** (também conhecidas como efeitos externos, de transbordamento ou sobre terceiras partes), é uma ferramenta que permite observar e, de algum modo, quantificar o que ocorre fora dos processos de troca, ou os impactos positivos e negativos que as alternativas de intervenção na favela do Morro do Amor produziriam para a sociedade. Esses impactos podem ser *tangíveis*, dentre os quais, às vezes, é possível convertê-los em valores monetários inventados, fictícios, já que estão fora dos processos de troca, e podem ser também *intangíveis*, não quantificáveis, mesmo que tenham materialidade.[8]

Para tanto, era importante levantar as alternativas de intervenção e seus custos diretos, ainda que nem a ação do Ministério Público, nem a sentença judicial, nem a própria prefeitura indicassem soluções para além de uma suposta eliminação do risco e um atendimento provisório das famílias com auxílio-aluguel. Recorreu-se a três formas principais de intervenção em favelas, organizadas por Bueno (2000), com uma variação que incluía ou não a provisão habitacional para reassentamento integral das famílias removidas em outro local:

1. Desfavelamento ou "erradicação" da favela: remoção total com extinção física do território.

1.1 sem provisão para reassentamento em conjuntos habitacionais;

1.2 com provisão reassentamento em conjuntos habitacionais;

2. Reurbanização: aceitação da favela por sua localização, mas não do tecido urbano enquanto tal, implicando em intervenções que substituem a "forma favela" por um assentamento de parcelamento regular ou, mais recentemente, por edifícios verticalizados no próprio terreno.

3. Urbanização: aceitação da favela tanto pela sua localização quanto pelo seu tecido urbano, implicando em intervenções que mantém o arruamento e as moradias, com o mínimo de remoções e implantação de infraestrutura e melhorias nas habitações.

[8] Este tema dos custos e benefícios sociais vem sendo tratado há alguns anos na disciplina "Projeto dos Custos", do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, que ministro com os professores Angelo Fllardo e João Meyer, a quem agradeço as referências que acabaram sendo usadas no relatório.

Em cada uma dessas quatro alternativas listadas acima, foram estimados os custos diretos com (i) demolição e disposição adequada dos resíduos, (ii) segurança armada que mantivesse a área de risco desocupada, (iii) pagamento de auxílio-aluguel, bem como os custos com a intervenção em si, fosse para (iv) aquisição de terreno e (v) construção de novas unidades, fosse para (vi) urbanização (adequação e melhorias nas infraestruturas) e (vii) melhorias das moradias (intervenção sobre manifestações patológicas e condições de segurança, salubridade e habitabilidade). E os resultados demonstravam que a erradicação com reassentamento (alternativa 1.2) era a solução mais cara, já que implicava em custos para aquisição de terreno e construção da totalidade de moradias removidas. Era seguida pela reurbanização (alternativa 2, 72% do custo da 1.2), que também supõe reformulação total do assentamento com novas construções; pela urbanização (alternativa 3, 39% do custo da 1.2) e, obviamente, pela erradicação sem provisão (alternativa 1.1, apenas 14% do custo da 1.2), que sequer pode ser considerada uma alternativa de fato.

A partir daí, foi feito um esforço de levantar-se os tais efeitos externos, ainda sem convertê-los em valores monetários. Os **locais para onde as famílias se deslocariam** são um impacto de fácil compreensão nos processos de produção do espaço urbano. São visíveis as consequências de ocupação de áreas vazias e vulneráveis em outros bairros do município ou de municípios vizinhos, o aumento de distâncias e tempos de deslocamentos, trânsito (e acidentes, stress, cansaço…), poluição (e doenças respiratórias), menor produtividade no trabalho (algo que não diz respeito apenas às famílias removidas, mas tem consequência para toda a sociedade que perde com pessoas que são menos produtivas). O super-adensamento de casas de parentes e amigos, a coabitação familiar involuntária, que seriam as saídas mais imediatas e individuais, também têm efeitos sobre toda a sociedade, tanto que são componentes das séries históricas que medem o déficit e a inadequação habitacional brasileiro. Há também os impactos ambientais negativos que decorreriam da **demolição**, do volume de **resíduos gerados**, que, no mínimo, contribuiriam para saturação de aterro licenciado. Em todas as alternativas que implicam em **novas construções**, não é desprezível o **consumo de materiais** de construção como aço e cimento, que consomem muita energia no seu processo produtivo, de modo que partir da pré-existência da favela e das moradias e melhorar suas condições, passa a ser observada como uma atitude mais adequada também do ponto de vista ambiental.

O que uma assessoria pode fazer? E o que precisa para assumir o lado de quem precisa?

Os debates conceituais e acadêmicos dão sentido ao mundo, mudam o modo como observamos as coisas, como nos observamos no mundo, constroem o mundo e nos constroem, mas ocorrem numa disputa no reino das palavras. Paulo Freire nos ensina que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele" (Freire, 1989). Ler a palavra e compreendê-la diante do mundo requer também um esforço de tradução, de criação do sentido da palavra diante do mundo. A tradução, aqui considerada, não é direcionada apenas àquele que não fala a língua, mas também àquele que, por falar outra língua, tem outra compreensão dos significados das palavras, como se navegasse por um mar de falsos cognatos. Mostra-se necessário, então, aproximar linguagens para um entendimento comum de mundo, pois, só aí, os argumentos em defesa da vida humana e não humana, podem se construir. Se a universidade é o reino do debate conceitual, é fundamental que se disponha a estar no mundo, ao que lhe cabe este papel de tradutora no duplo sentido.

O "Relatório" em questão foi assinado por dois professores doutores e por uma pesquisadora de doutorado, três pessoas ligadas a laboratórios de pesquisa de duas universidades públicas.[9] A chancela da universidade (e a opção deliberada por mobilizar esta chancela) dá credibilidade científica aos documentos e pareceres técnicos neste sistema dominante, que inclui as ações judiciais.

Os dados sobre o futuro do Morro do Amor ainda estão rolando. A Defensoria Pública juntou nosso documento ao processo e chegou a apresentá-lo em audiências de negociação. A prefeitura adiou a execução da sentença, citando um laudo que se supõe ser o nosso próprio parecer: "A argumentação da pasta perante o juizado envolve um laudo de um instituto de engenharia e arquitetura sobre a inexistência de riscos acentuados no local, e que para dirimi-los seriam necessárias apenas pequenas intervenções por parte da Prefeitura"[10]. Quase um ano depois, em abril de 2024, contudo, um novo "Parecer *técnico*" do Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEx) do Ministério Público estadual analisou o nosso documento, contestando vários pontos para reafirmar a situação de risco. Nesta disputa, que afeta diretamente a população mais vulnerável – vulnerável também na sua capacidade de defender sua própria existência – é necessário qualificar-se, compreender conceitos complexos, traduzi-los e organizar os argumentos para estar do lado de quem precisa. Porque, também nesse campo, a luta não para!

[9] Agradeço aqui ao doutorando da FAUUSP Pedro Carvalho, que levantou essa questão dos lugares da assessoria e da universidade, no debate da apresentação que originou este texto.

[10] "Prefeitura intervém junto à Justiça para apresentar soluções para as famílias do Morro do Amor". Da redação. Folha metropolitana. 29/09/2023. Disponível em https://www.fmetropolitana.com.br/prefeitura-intervem-junto-a-justica-para-apresentar-solucoes-para-as-familias-do-morro-do-amor/. Acesso em jul. 2024.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **O espírito da floresta**: a luta pelo nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela**: Metodologia para projetos de urbanização. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-07022024-164609/pt-br.php. Acesso em: 12 ago. 2024.

FERRARA, Luciana Nicolau. **Urbanização da natureza**: da autoprovisão da infraestrutura aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-25092013-110858/publico/doutorado_LucianaFerrara_revisado.pdf. Acesso em: jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARX, Karl. Formas que precederam a produção capitalista (1857-1858) – Grundisse. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **História, Natureza, Trabalho, Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. (GRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli S. [orgs.])

MISHAN, E. J. **Análise de custos-benefícios**: uma introdução informal. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). Somos da terra. *In*: **Piseagrama**, n. 12, p. 44-51, ago. 2018, Belo Horizonte. Disponível em: https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/. Acesso em: jul. 2024.

SULAIMAN, Samia Nascimento (coord.). **GIRD+10**: Caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/Caderno_GIRD10__.pdf. Acesso em: jul. 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo. *In*: **Ideias sobre natureza**, p. 89-114, 2011. São Paulo: Ed. UNESP. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cbd0282.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/williams-raymond-cultura-e-materialismo.pdf. Acesso em: jul. 2024

Caio Santo Amore

Professor doutor no Departamento de Tecnologia e na área de concentração Habitat na graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, arquiteto e urbanista da assessoria técnica Peabiru - trabalhos comunitários e ambientais. Tem atuação profissional, pesquisa e extensão universitária no campo da habitação de interesse social, projeto e obra de conjuntos habitacionais e urbanização de favelas e assentamentos populares. Graduou-se, fez mestrado e doutorado na instituição onde leciona, com pesquisas sobre o programa de mutirão e autogestão de São Paulo e sobre a eficácia das ZEIS como instrumento de reforma urbana.

Email: santoamore@usp.br



Oficinas

Oficina 1
Narrativas possíveis: aproximação e comunicação
para a assessoria técnica popular

Oficina 2
Assessoria técnica popular e o custo das decisões construtivas
a partir dos recursos locais



Terraço da Ocupação Ipiranga 879, São Paulo **(MMCR).**
Fonte: Foto de Lara Ferreira em 15/05/2021.

Narrativas Possíveis: Aproximação e Comunicação para a Assessoria Técnica Popular

Possible Narratives: Approach and Communication for Popular Technical Advice

*Lara Isa Costa Ferreira**
*Pedro Henrique Vale Carvalho**

Resumo

Qualquer projeto que contém uma componente territorial implica algum nível de aproximação ao território. A Rede Moradia-Assessoria, através da sua plataforma, identifica, caracteriza e traduz alguns processos de assessoramento técnico que ensejam proximidade e imbricamento com territórios e suas comunidades. Para sua elaboração, foi necessário identificar grupos de estratégias e ações que possibilitaram essa aproximação. Considerando ainda que temos observado uma pergunta recorrente em palestras de assessores técnicos: como chegar a grupos e comunidades que necessitam de assessoria técnica?, pensamos em uma oficina que elabore esse campo complexo. Longe de objetivarmos uma resposta a essa pergunta, que na maioria das vezes se concretiza a partir das redes de relacionamentos e processos de confiança construídos ao longo do tempo, propomos nesse artigo discutir essa aproximação, sob a perspectiva da pesquisa, das formas de comunicação e a partir dos resultados preliminares da Oficina homônima ministrada no II Seminário Natureza Política, em Belo Horizonte-MG. Focaremos nas estratégias de comunicação, compreendendo a importância do tempo informacional em que nos inserimos, olhando para a construção das narrativas sobre processos de assessoramento técnico a partir dos recursos da arquitetura e urbanismo. A adequação da mensagem passada implica uma avaliação sobre qual o objetivo a ser alcançado, qual o público-alvo, e recursos disponíveis. Assim, propõem-se uma discussão situada a partir de cenários criados que nos questionam sobre quais informações mobilizar, o que precisar estar presente, o que está ausente, de que forma e através de qual meio essa informação se materializa no território.

Palavras-chave: Assessoria Técnica Popular; Territórios Populares; Oficina; Rede; Comunicação para Assessoria Técnica.

Abstract

Any project with a territorial component implies some level of proximity to the territory. Through its platform, the Rede Moradia-Assessoria identifies, characterizes and translates some of the technical advisory processes that involve proximity and intertwining with territories and their communities. In order to create it, it was necessary to identify groups of strategies and actions that made this approach possible. Considering that we have seen a recurring question in lectures by technical advisors: how to reach groups and communities in need of technical advice, we thought of a workshop that would elaborate on this complex field. Far from aiming for an answer to this question, which most of the time comes about through networks of relationships and processes of trust built up over time, in this article we propose to discuss this approach from the perspective of research, forms of communication and the preliminary results of the workshop of the same name given at the 2nd Political Nature Seminar in Belo Horizonte, Minas Gerais. We will focus on communication strategies, understanding the importance of the informational time in which we find ourselves, looking at the construction of narratives about technical advisory processes using the resources of architecture and urbanism. The appropriateness of the message conveyed implies an assessment of the objective to be achieved, the target audience and the resources available. Thus, we propose a discussion based on scenarios created that question what information to mobilize, what needs to be present, what is absent, in what form, through what means this information materializes in the territory.

Keywords: Popular Technical Advice; Popular Territories; Workshop; Network; Communication for Technical Advice.

Introdução

O campo ampliado da Assessoria Técnica Popular, nos termos de Bourdieu (2022, *apud* Saint Martin, 2022) — que compreende um grande grupo de articulações e ações políticas e politizadas realizadas em colaboração com comunidades e territórios populares —[1] ocupa um espaço importante nas disputas urbanas e nas discussões sobre possibilidades de garantia do acesso à cidade e à habitação pela sociedade civil organizada e pelos movimentos de moradia. Alianças entre grupos técnicos profissionais e universitários de arquitetura e urbanismo com comunidades populares e movimentos sociais, seja na ampla luta por cidades mais justas ou por demandas coletivas pontuais, não são novidade no Brasil, como demonstram relatos documentados, pelo menos, desde os anos 1960 (Santos, 1981; Ferreira e Leitão, 2017).

Longe de figurarem como solução total para as adversidades que marcam essas lutas, tais ações são viabilizadas nas colaborações entre técnicos profissionais e acadêmicos, da arquitetura e urbanismo e de áreas afins em torno de demandas coletivas originadas nos territórios. Como parte integrante de processos complexas (Ferreira, 2024), essas ações são — ao mesmo tempo — formadas e formadoras de contradições capazes de borrar atravessamentos entre o atendimento técnico às famílias, a construção e luta por um campo de trabalho com condições trabalhistas dignas, a responsabilização técnica da categoria técnica profissional sobre a produção do espaço e da cidade, e um esforço de disputar, a partir da ação, da informação e da incidência política, a elaboração e a territorialização de intervenções, políticas e demandas urbanas, na luta por cidades mais justas e menos desiguais.

Tomando a complexidade e as contradições dos processos como pontos de partida, portanto considerando-as como questões não menos importantes, os grupos de profissionais e de pesquisadores que têm conduzido ações de assessoramento técnico no país, têm procurado se articular e organizar o próprio campo em uma instituição. Surgiram assim alguns espaços de troca como a Rede Assessorias Técnicas Populares (ATP) do Nordeste, que organizou duas edições do Fórum ATP,[2] ou a Rede Moradia-Assessoria (Rede M-A),[3] que em comum, têm o objetivo de fortalecer o campo da assessoria técnica, disputando inclusive, a profissionalização digna dessas atuações. Estas redes têm construído espaços comuns para compartilhamento de experiências, refletindo sobre avanços e limitações, e sobre possibilidades que viabilizem, ainda que de forma precarizada, os trabalhos desenvolvidos com comunidades populares. As redes instituídas, não apenas aproximaram os grupos, seus integrantes e seus interlocutores, de regiões distintas no país, como trouxeram novas demandas e complexidades para o campo.

Entre essas demandas, destacamos a sistematização e comunicação

[1] Utilizamos o termo 'território popular', como definido para a Rede Moradia-Assessoria (Rede M-A). "Para a Rede M-A, o Território Popular é conformado pelo espaço físico e as relações que nele se estabelecem. Os territórios apresentados podem ser assentamentos horizontais (em terrenos) ou verticais (em prédios). Trata-se de comunidades, situações de moradia coletiva, seus lugares e formas de vida onde o direito à moradia digna está ameaçado ou não está garantido em sua plenitude", compreendendo de "forma simplificada a definição de Território para delimitar as áreas em que atuamos, levando em consideração as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e de poder". Outros conceitos relativos à moradia e à assessoria técnica popular serão utilizados neste artigo nos termos da Rede, por se tratar de conceitos discutidos e pactuados coletivamente na rede, ainda que se compreenda que eles não são definidores para fora da rede. Informações na plataforma online da Rede M-A disponível em: www.moradiaassessoria.org.br Acesso em: 27 maio 2024.

[2] Mais informações disponíveis nas redes sociais do Fórum ATP disponível em: https://linktr.ee/forumpopular.ne. Acesso em: 15 maio 2024.

[3] Informações na plataforma online da Rede M-A disponível em: www.moradiaassessoria.org.br. Acesso em; 27 meio 2024.

assessorias populares: práticas em movimento

dos processos de assessoramento técnico — denominadas de "Práticas Territoriais" pela Rede M-A — que refletem a atuação de determinado grupo, em colaboração com um território, a partir da sua perspectiva, mas que muitas vezes se verificam como processos relativamente comuns à atuação de outros grupos de assessoria técnica em resposta às mais diversas demandas. De certa forma, a Rede M-A surgiu perante o desafio de elaborar um panorama sobre a diversidade de ações, grupos e realidades urbanas que informam a condição da assessoria técnica enquanto campo de trabalho. Para além disso, a Rede M-A se institui com o objetivo de compreender a moradia em seu sentido ampliado, como conceito e prática, essa articulação engloba diversos olhares sobre essa dupla-chave "Moradia-Assessoria", mas sem ignorar o que preenche o espaço intermediário entre essas duas "palavras geradoras".

A Plataforma Virtual da Rede M-A (www.moradiaassessoria.org.br) surgiu como o culminar de um processo de várias discussões coletivas que abarcavam parte dessas demandas. No encontro da Rede M-A, realizado em fevereiro de 2020, além de ter sido um momento de discussão sobre a construção e resultados do *Panorama Preliminar das Condições da Moradia Popular* (Ferreira *et al.*, 2020), permitiu o alinhamento dos integrantes sobre alguns conceitos e premissas de articulação em rede. Naquele momento, foi reafirmado o interesse tanto na investigação das condições de moradia, quanto no aprofundamento das práticas realizadas pelos grupos, enquadradas nos termos da assessoria técnica — acadêmica e profissional —, definindo o binómio de pesquisa da rede moradia-assessoria. A partir de então, buscou-se a reorganização da Rede através de processos de construção colaborativa realizados por grupos representativos em comissões, com diversidade regional e de papéis de atuação, garantindo a participação de estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação, professores, e assessores técnicos profissionais, representantes da diversidade dos grupos integrantes da Rede.

Para a elaboração da Oficina *Narrativas Possíveis: Aproximação e Comunicação para a Assessoria Técnica Popular*, tomamos partido da experiência de construção da **Plataforma Virtual da Rede M-A**.[4] O processo de idealização da Plataforma aconteceu a partir de um acúmulo de discussões, exercícios e experimentações, visando uma proposta de representação da complexidade da Rede, seus integrantes, os processos de assessoria por eles desenvolvidos, assim como a representação dos territórios e comunidades assessoradas. A construção dessa ferramenta se demonstrou um desafio, dada a diversidade de informações e dados a serem organizados, sistematizados e posteriormente apresentados para um público ampliado. Nesse processo, nos deparamos com o desafio de pensar uma ferramenta de comunicação que não achatasse as diversidades e complexidades das condições de morar populares, nem os

[4] Os autores desta pesquisa foram os coordenadores da construção da Plataforma da Rede M-A, no período de 2020 a 2021, integrando uma comissão de trabalho da qual fizeram parte docentes, pesquisadores de graduação e pós-graduação e assessores profissionais.

processos de assessoramento técnico, mas que pudesse ser também uma ferramenta de disputa e contribuição para a construção do campo da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, e, naquele momento, mais especificamente, para os integrantes da Rede M-A. A referida Oficina organizada por estes autores em junho de 2024, considerou a possibilidade de experimentação de situações de comunicação diversas com as quais os grupos técnicos de assessoria se deparam, e, a partir das informações apresentadas na Plataforma da Rede M-A, mobilizou uma reflexão sobre os limites, alcances, possibilidades, além da revisão da estratégia de comunicação apresentada na própria plataforma.

Dado esse contexto, apresentaremos neste artigo alguns desafios enfrentados na construção da Rede Moradia-Assessoria e da Plataforma Moradia-Assessoria, que orientaram a elaboração da oficina ministrada no II Seminário Internacional Natureza Política. Enquanto um exercício reflexivo destinado para estudantes, pesquisadores e profissionais, a oficina permitiu revisitar algumas etapas organizacionais da própria elaboração da Plataforma M-A, no que tange à apresentação de uma demanda específica e à articulação de conjuntos de ações práticas que incidem sobre reivindicações vindas dos sujeitos, entidades e do próprio território. Esse conjunto de ideias objetiva avançar sobre o debate da comunicação das ações de assessoria técnica, que não se restringem a uma tradução jornalística ou técnica dos processos, mas a uma capacidade de ampla articulação e adaptação do trabalho de assessores em circunstâncias econômicas, políticas e sociais diversas e desafiadoras.

Plataforma Rede Moradia-Assessoria: a experimentação sobre a comunicação da assessoria técnica

A Rede Moradia-Assessoria (Rede M-A) é "uma Rede de articulação política, acadêmica e profissional para pesquisa e ação sobre as condições de moradia e iniciativas de Assessoria Técnica populares no Brasil" (Rede M-A, 2021),[5] iniciada em 2018, animada por pesquisadoras do LabHab/FAUUSP[6] e membros do grupo profissional de assessoria técnica Peabiru TCA.[7] A construção da rede surgiu da vontade de mobilizar e articular pesquisas já em curso sobre a caracterização da moradia popular em várias cidades do Brasil e fortalecer, através da troca e possíveis conexões, iniciativas e ações de luta e defesa pelo acesso à moradia digna. Iniciaram-se contatos com potenciais parceiros alinhados política e eticamente com o projeto que então surgia. Agregando parceiros de outras redes já instituídas, a rede foi se expandindo a partir de laços de confiança e conhecimento, em encontros e eventos em volta das temáticas da moradia e assessoria técnica popular. Em 2021, faziam parte da Rede M-A 17 grupos de 14 cidades do Brasil (Figura 01), entre grupos profissionais e universitários de assessoria técnica,

[5] Informações na plataforma online da Rede M-A disponível em: www.moradiaassessoria.org.br. Acesso em: 27 abr. 2024.

[6] O LabHab/FAUUSP (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos) foi organizado institucionalmente em 1997 dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e "articula ensino, pesquisa e extensão para criar um ambiente acadêmico fundamentado na realidade social. Os projetos desenvolvidos – de assessoria e de pesquisa – estão alinhados com disciplinas ministradas pelo grupo de professores e buscam explorar a produção social do espaço urbano abordando temas como financiamento, papel do Estado e do mercado, ATHIS, produção imobiliária, entre outros". Informações disponíveis em "Sobre o LabHab", em www.labhab.fau.usp.br. Acesso em: 27 maio 2024.

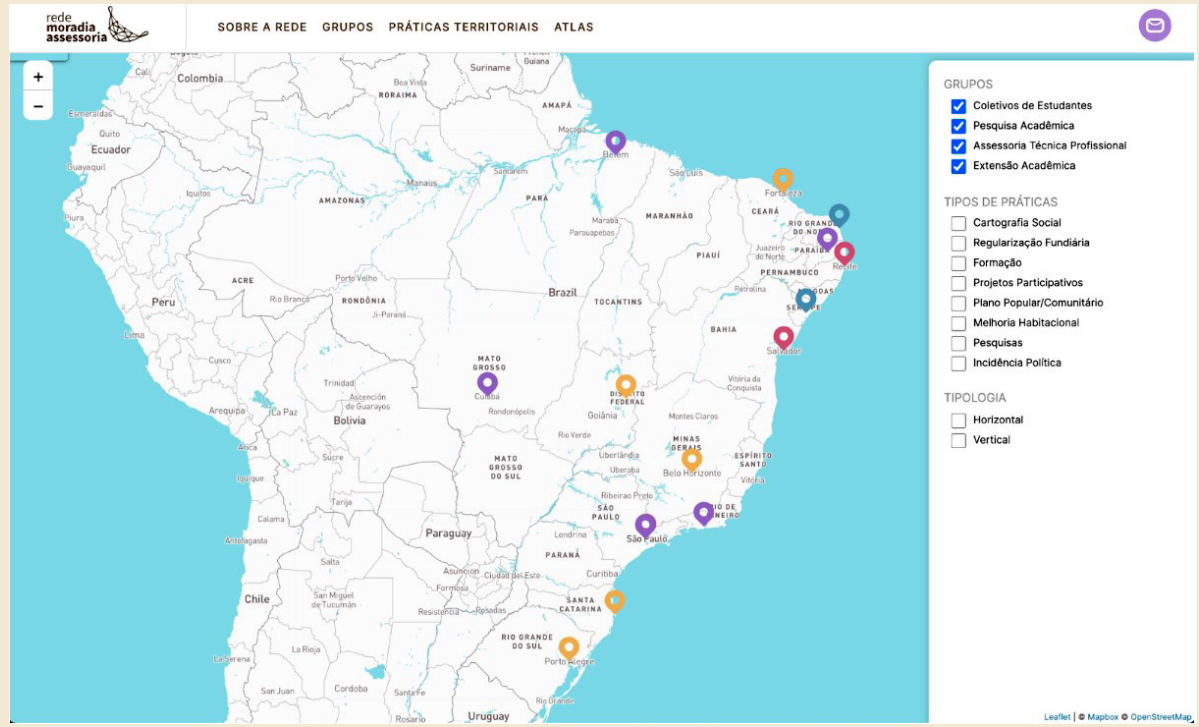
[7] A Peabiru TCA (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais) é uma ONG (Organização Não Governamental) de Assessoria Técnica, fundada em 1993, por um grupo interdisciplinar de profissionais da arquitetura e urbanismo, engenharias, direito, psicologia, sociologia e outras áreas sociais, "que busca a interdisciplinaridade, a troca de saberes com os grupos assessorados e a atuação no campo da luta pela moradia digna e pelo direito à cidade". Informações na plataforma online da Rede M-A disponível em:www.moradiaassessoria.org.br. Acesso em: 27 maio 2024.

assessorias populares: práticas em movimento

dos quais faziam parte assessoras(es) técnicas(os) profissionais, pesquisadoras(es) de graduação e pós-graduação e docentes, em parceria ou associados àqueles grupos.

Motivados pela apresentação da diversidade de atuação dos grupos integrantes da Rede e das condições da moradia popular no Brasil, buscou-se o desenvolvimento de uma estrutura que fosse informativa de ambos esses aspectos, mas também analítica e capaz de cruzar informações cadastradas. Assim iniciou-se a construção da Plataforma Virtual da Rede M-A. O processo de definição dos termos e conceitos da Rede, apresentados na Plataforma, foi resultado de um processo exploratório com discussões realizadas em comissões mistas, com representantes de diferentes grupos, considerando a diversidade regional e as experiências de seus participantes (docentes, pesquisadores/estudantes de graduação e pós-graduação e assessores profissionais).

Figura 1: ATLAS da Rede Moradia-Assessoria, com a localização no mapa dos grupos que integravam a Rede M-A em 2021



Fonte: Rede M-A (2024).

Para a construção da Plataforma, foi constituída uma comissão composta por professoras e professores universitários, coordenadores de grupos de pesquisa e extensão, estudantes de graduação e pós-graduação

integrantes de grupos de pesquisa e extensão e um integrante de um grupo profissional de assessoria técnica. Alguns membros trouxeram experiências anteriores na construção de outras plataformas e pesquisas, destacando-se a correlação entre a construção da plataforma da Rede M-A e a reorganização do grupo Natureza Política (UFMG), coordenado por Marcela Brandão Lopes, o desenvolvimento de projetos de pesquisa na UFCG, coordenado por Lívia Miranda desde 2020, correlacionado com a construção da Rede M-A, atualmente intitulado “Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande / PB”, além da experiência acumulada de mapeamentos de Karina Leitão (FAUUSP) e Régis Coli (IPPUR/UFRJ) nas pesquisas desenvolvidas sobre Planejamento Conflitual associadas ao NEPLAC/ETTERN.

A materialização da Plataforma foi possível com o apoio financeiro da FES Brasil, que viabilizou a contratação da empresa de design digital Coffeecup Design para o seu desenvolvimento. Como atividades iniciais, foram realizadas pesquisas sobre outras plataformas, buscando direcionamentos para o que se pretendia apresentar. O desenvolvimento da Plataforma foi coordenado por António Farias, designer da Coffeecup Design e conhecedor de processos de assessoramento técnico em arquitetura e urbanismo. Auxiliados por António, foram desenvolvidas várias atividades em que se definiu propósito, missão e visão da Plataforma, quais os públicos da Plataforma — para quem se fala, para quem deseja falar e como o público vai usar essa informação —, e os obstáculos à sua construção, entre outros aspetos. Essas perguntas configuraram discussões complexas e balizam o desafio da comunicação sobre processos e territórios com tantas diversidades como os que enfrentamos. Por fim, foi discutida a organização e seleção de conteúdo. Para isso, a comissão organizou uma matriz onde se buscou apresentar todas as entradas e variantes que gostaríamos de ver representadas na plataforma, tanto sobre moradia quanto sobre assessoria.

Foi elaborada uma estrutura que apresenta as Práticas Territoriais com uma parte dedicada à caracterização das condições de moradia do Território assessorado e outra ao processo de assessoramento técnico. No processo, compreendeu-se que assessoramento técnico e a caracterização e conhecimento acumulado nos grupos de assessoria sobre os territórios acontecem de forma simultânea. Entendeu-se que o assessoramento técnico abordado acontece num processo de longa duração, composto por uma sucessão de momentos que, às vezes, são distintos e, outras vezes, se sobrepõem. Para efeitos de representação, escolheu-se chamar esses momentos de ‘eventos’. Assume-se que os eventos do assessoramento técnico não são estanques, assim como as práticas também não o são, havendo muitas vezes a sobreposição de ações, relações e do que chamamos de eventos. Foi escolhida a representação em linha do tempo, apresentando a sucessão de eventos, que também

assessorias populares: práticas em movimento

aparecem representados numa elaboração gráfica com distinção de cores e tamanhos, dependendo do tipo de evento que compõe a prática, buscando a representação dos processos de longa permanência. Como estrutura de cruzamento analítico, as informações foram organizadas em categorias que podem ser cruzadas num motor de busca por filtros ou no próprio mapa que representa o Atlas da Rede M-A.

Esse conjunto de informações aparece graficamente sistematizado em um cartão de apresentação da prática territorial (Figura 2). Cada cartão contém informações sobre a prática, sobre o grupo e sobre a sequência de eventos que estruturam amplamente a prática escolhida. A partir dessa organização, é possível construir paralelos entre as experiências, situando as demandas e os resultados de cada ação no território. Esses elementos foram considerados durante a oficina como conteúdos que, atendendo ou não aos cenários propostos, comunicam as práticas selecionadas.

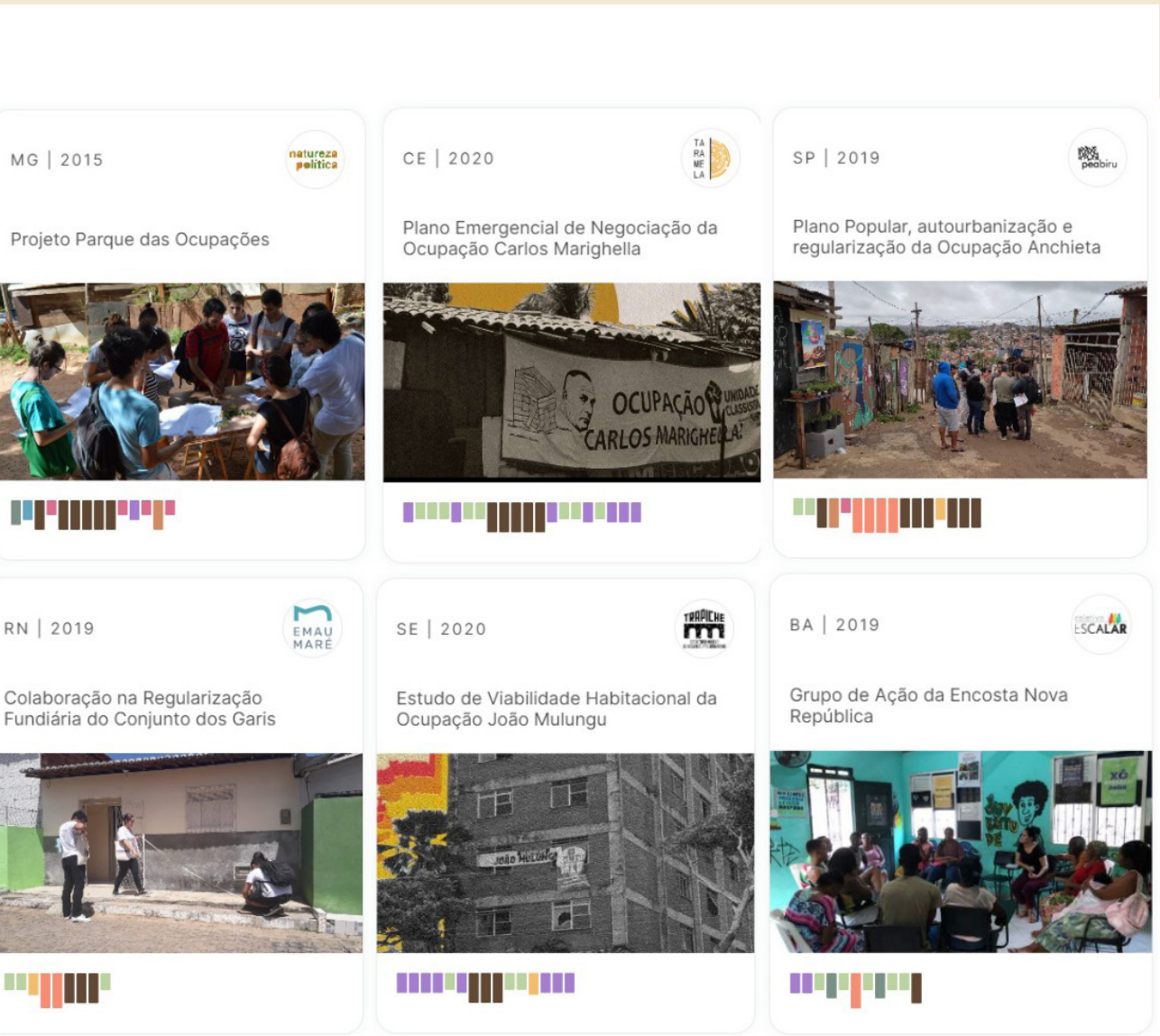
A definição das categorias que poderiam ser cruzadas através dos filtros implicou a seleção de termos que representassem a diversidade tanto das práticas territoriais quanto dos eventos dos processos de assessoramento, entre outros filtros escolhidos. Para a categorização das práticas, foram selecionadas as seguintes: Cartografia Social; Regularização Fundiária; Formação; Projetos Participativos; Plano Popular/ Comunitário; Melhoria Habitacional; Pesquisas; Incidência Política. Para os eventos, foram selecionadas as seguintes categorias: Assembleia; Cartografia Social; Elaboração de Produto; Formação; Incidência Política; Incursão no Território; Levantamento; Oficina. Como visto, existem repetições de categorias nas práticas e nos eventos. Definiu-se que a categoria Prática se trata de um resumo, um conceito sistematizador do processo de assessoramento, enquanto os Eventos se referem a alguns dos momentos ou ações realizadas dentro desse processo.

Após a pactuação dos termos e metodologia de preenchimento, cada grupo foi responsável pelo cadastro da sua prática, auxiliada pela equipe de desenvolvimento da Plataforma, que, por ter acesso a todas as Práticas, Eventos e Grupos cadastrados, também funcionou como mediadora para a categorização das práticas e dos eventos. A delimitação dos processos de assessoria técnica a estas categorias pode ser entendida como uma limitação da ferramenta. Como ferramenta, a Plataforma tem limites conceituais e técnicos que implicam sua atualização constante, assim como uma revisão contínua dos conceitos e das informações cadastradas. Apesar disso, entende-se que a Plataforma avança numa proposta de representação de processos, práticas e territórios populares, que são complexos e repletos de várias camadas de características, relações e enredamentos. Uma das características destacadas é a apresentação das ’Dificuldades e Contradições’ das Práticas Territoriais,

reconhecendo a existência das mesmas em todos os processos. Assim como as informações das práticas, as “Dificuldades e Contradições” foram apresentadas para situar os oficineiros da complexidade da realidade daquela prática frente ao cenário de comunicação proposto.

Figura 2: Exemplos de cartões de apresentação das Práticas Territoriais.

Fonte: Rede M-A (2024).[8]



[8] Disponível em: https://www.moradiaassessoria.org.br/.

assessorias populares: práticas em movimento

A Oficina “Narrativas Possíveis”

A Oficina foi proposta para os participantes do II Seminário Internacional Natureza Política. Participaram cerca de 20 pessoas, entre professoras(es) com experiências diversas no ensino, pesquisa e extensão sobre moradia popular e assessoria técnica, pesquisadores da graduação e pós-graduação, alguns com experiências nos temas, e estudantes da graduação da UFMG inexperientes, que buscaram na atividade a aproximação às temáticas. A Oficina foi realizada em dois momentos distintos, buscando uma complementação teórico-prática em cada um deles. No primeiro momento, os autores apresentaram suas abordagens de pesquisa aos temas da moradia e da assessoria técnica popular, a título de exemplo de possibilidades de abordagens diversas sobre os temas. Posteriormente foi apresentado resumidamente o processo de elaboração da Plataforma da M-A, de forma a contextualizar a decisão sobre as informações presentes naquela ferramenta. Como proposta reflexiva, as perguntas: “Como comunicar? O quê? Para quê? Para quem?”, sobre a própria plataforma e as práticas territoriais que nela estão cadastradas, embasaram a aproximação ao exercício sugerido.

Os participantes foram separados em grupos (Figura 03) e, para um deles, foi proposto um cenário de comunicação. Cada cenário apresentava uma situação hipotética, baseada em situações reais que grupos de assessoria técnica tiveram que encarar, onde o grupo, representando um grupo de assessoria técnica, tinha que organizar a apresentação de um processo de assessoramento com um objetivo específico. Para cada cenário, foi indicada uma prática territorial da Plataforma da Rede M-A. Cada grupo teve que analisar as informações disponibilizadas, avaliando se eram suficientes ou ideais para organizar determinada apresentação para determinado cenário. Foram propostos os seguintes cenários para cada prática territorial indicada:

Cenário 1 - Incidência Política (Audiência pública): Você vai defender um território popular ameaçado de remoção em uma audiência pública municipal.

Prática territorial: Plano de Bairro Santa Luzia (DF), Periférico.

Cenário 2 - Organização Popular: “Você vai convencer uma comunidade desarticulada da importância do processo de Assessoramento Técnico Popular”.

Prática territorial: Colaboração na Regularização Fundiária do Conjunto dos Garis (RN), EMAU Maré.

Cenário 3 - Captação Financeira: “Você vai se candidatar ao ‘Prêmio Periferia Viva’. Como garantir esse recurso?”.

Prática territorial: Estudo de Viabilidade Habitacional da Ocupação João Mulungu (SE), EMAU Trapiche.

Cenário 4 - Ampla Divulgação: “Você foi convidado para participar de um podcast de amplo alcance. Como você apresentaria essa prática para

um grupo leigo?”.

Prática territorial: Grupo de Ação Encosta Nova República (BA), Escalar.

Cenário 5 - Assessoria 3D: “Você foi convidado pela Empresa Votorantim para apresentação do seu Projeto Social”.

Prática territorial: Projeto Parque das Ocupações (MG), Natureza Política.

Propusemos ainda uma série de questionamentos mobilizadores que poderiam embasar as discussões em grupo, ainda que não tivesse como objetivo a sua resposta direta:

- **Qual ou quais estratégias de comunicação serão consideradas, tendo em vista as informações veladas, mobilizadas e os vieses intencionais para sua articulação. (Incisividade, convencimento, defesa, acusação etc.)?**
- **Qual o formato escolhido? E seria possível outro que não esse?**
- **Quais as principais informações que você mobilizaram para atender essa demanda? Quais informações não estão disponíveis na Plataforma Moradia-Assessoria e seriam úteis para a sua comunicação?**
- **Qual informação desta prática, encontrada na Plataforma, melhor responde ao cenário colocado?**

Dessa forma, queríamos estimular a reflexão sobre as possibilidades, estratégias e limites da comunicação sobre assessoria técnica, compreendendo as complexidades dos processos e dos próprios territórios. Também buscamos refletir sobre a plataforma como ferramenta de comunicação sobre assessoria técnica. Os oficineiros foram, então, convidados a elaborar alguns cartazes sínteses (Figura 04) da proposta a ser apresentada. Como forma de instrumentalizar e apresentar as decisões e reflexões engendradas pelos cenários propostos, os cartazes reuniram um conjunto de decisões rápidas para cada cenário. Após as discussões, cada grupo apresentou — utilizando os cartazes — para os demais e de forma sistematizada, em cinco minutos, o resultado das discussões. A própria apresentação dos processos de discussão fez parte do exercício, demonstrando a necessidade de uma seleção e organização prévia das informações para atingir, ou não, o objetivo do cenário proposto.

Enquanto exercício de síntese, e considerando o desconhecimento por parte dos oficineiros da maior parte das práticas escolhidas, exercitamos também a capacidade de resposta e elaboração rápida de soluções frente aos cenários mais diversos que a prática de assessoramento técnico impõe para o grupo de profissionais envolvidos. Além disso, trabalhamos a consciência crítica sobre os desdobramentos — envoltos de contradições — que podem surgir a partir das tomadas de decisão. Essas e outras reflexões serão abordadas no tópico a seguir.







Figura 03 : Oficina “Narrativas Possíveis: Aproximação e Comunicação para a Assessoria Técnica Popular”.

Fonte: Natureza Política (2024)

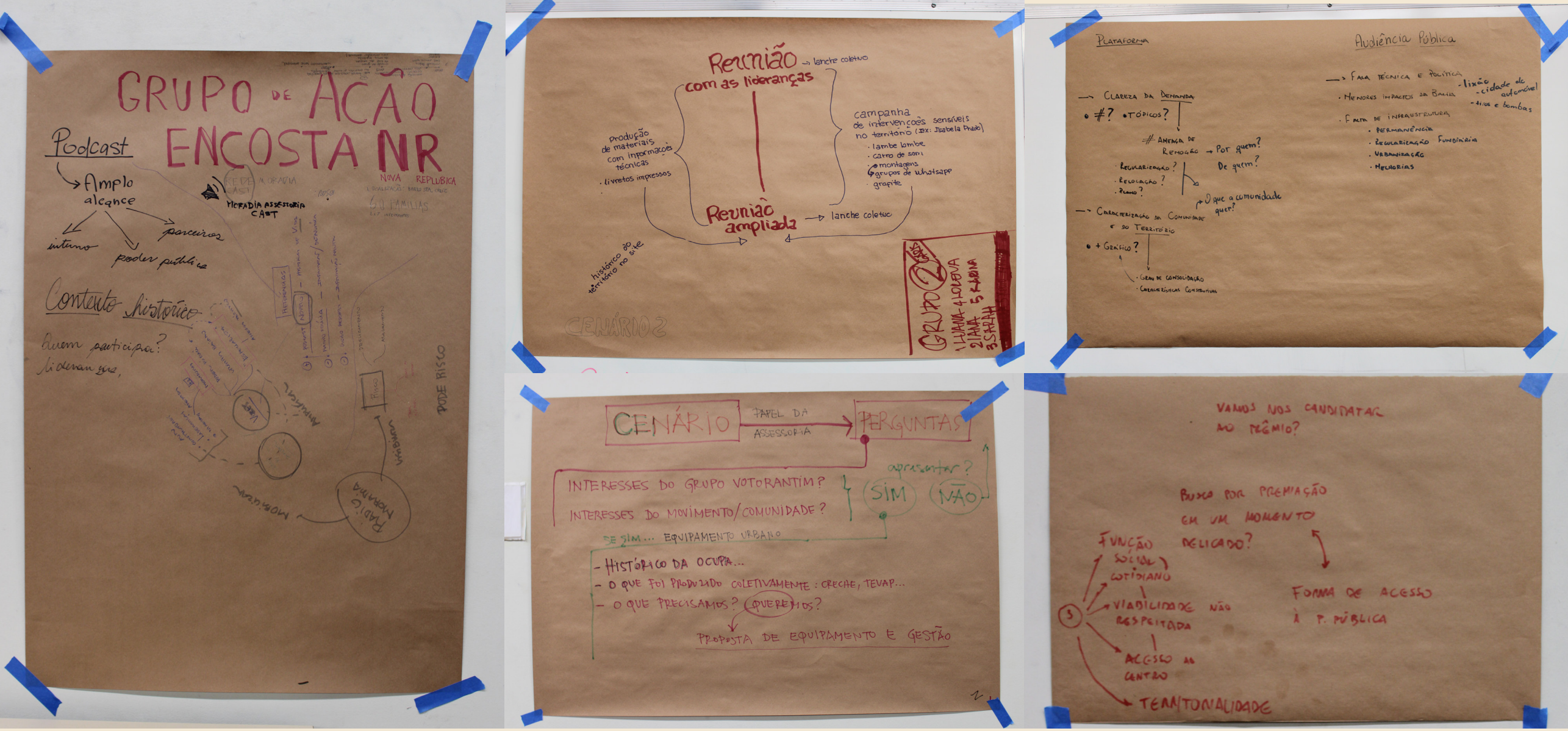


Figura 4: Exercício de Comunicação “Narrativas Possíveis”. Fonte: Natureza Política (2024)

Algumas Reflexões

Questões sobre sistematização dos dados, quando publicizar as ações, articulações políticas, a presença e a ausência das informações, parcerias com o setor privado, Empreendedorismo Social e outras práticas neoliberais estão entre as reflexões que resultaram do conjunto de exercícios propostos pela Oficina “Narrativas Possíveis”. Algumas situações com as quais os grupos de assessoria técnica se deparam repetidamente são relatadas nas próprias Práticas Territoriais cadastradas na Plataforma M-A. Apresentações de estratégias de defesa pela permanência de determinada comunidade ou reivindicações por melhorias habitacionais e urbanas, realizadas em audiências e eventos públicos, são eventos comuns, aos quais os técnicos são convocados a contribuir junto com as comunidades em questão. A organização de informações que possibilitem a captação de recursos de diversas naturezas, seja para a realização de projetos, intervenções físicas ou para viabilizar a permanência dos grupos técnicos junto à comunidade, também é uma situação comum relatada pelos grupos de assessoria. Não poucas vezes, os assessores são chamados a dar a sua “visão técnica” em meios de comunicação sobre determinada comunidade em situação de conflito ou para endossar lutas urbanas em curso.

Perante todos esses casos, e conforme exposto pelos grupos de trabalho, existe a necessidade de selecionar as informações que respondem a cada situação. A escolha pelo tipo, formato e discurso utilizado em cada momento pode contribuir para o fortalecimento ou para o enfra-

quecimento da luta. Assim, a decisão sobre comunicação se demonstra como um tema não menos importante dentro do próprio processo de assessoramento. Visibilizar ou "esconder" determinadas informações também são escolhas do processo de assessoramento. Como exemplo, lembramos os Cadernos do Projeto Ocupas Centro,[9] realizados pela Peabiru e parceiros no projeto Ocupas Centro, onde foram sistematizadas informações a partir dos levantamentos físicos e sociais de prédios ocupados por movimentos de moradia no centro de São Paulo. O objetivo era auxiliar cada movimento na organização das informações internas, mapear necessidades e elaborar projetos de melhorias habitacionais. As informações foram sistematizadas em forma de caderno e publicizadas de forma parcial, pois assessores e assessorados reconhecem que a divulgação dos "problemas" encontrados em cada edifício pode ser utilizada como ferramenta para agudizar processos de criminalização e perseguição dos movimentos e das ocupações.

Destacamos também que os cenários propostos não eram isentos das controvérsias com as quais a assessoria técnica se depara na vida real. Assim, perante os cenários 3 e 5 (Captação Financeira e Assessoria 3D), os grupos apresentaram, antes da sua estratégia de comunicação, um questionamento sobre os próprios cenários, no sentido de pensar se, como grupos técnicos de assessoria popular, teriam interesse em organizar uma estratégia de comunicação que caminhe nesse sentido. Em caso afirmativo, sob quais termos e condições essa parceria/comunicação ocorreria. Essas reflexões demonstram outro paradigma do campo de assessoria técnica em consolidação. Se, por um lado, reconhece-se a necessidade de financiamentos, recursos materiais e humanos para a viabilização das práticas, por outro, reflete-se sobre quais as parcerias que serão instituídas para a sua concretização. Decisões que atravessam posições políticas e que podem viabilizar ou inviabilizar possibilidades de concretização das ações.

A Oficina proposta se concretizou como um espaço de debate sobre comunicação, sobre a importância da elaboração de algumas ferramentas instituídas, a exemplo da Plataforma M-A, e sobre outras que possam ainda vir a ser criadas. Refletiu sobre cenários e narrativas possíveis, frente às contradições e controvérsias que encontramos nas instituições, nas políticas públicas e na luta por um campo de atuação técnico-político. Principalmente, abordou como são, de fato, os desafios desse campo profissional e a prática da Assessoria Técnica em Territórios Populares.

[9] Prática territorial cadastrada pela Peabiru na plataforma da Rede M-A. Disponível em: https://www.moradiaassessoria.org.br/praticas/ocupas-centro

REFERÊNCIAS

FERREIRA, L. I. C.; LEITÃO, K. O. Militância na urbanização de favelas: em busca de uma conceituação | Militancy in the urbanization of slums: In search for conceptualization. **Oculum Ensaios**, [*S. l.*], v. 16, n. 2, p. 235–255, 2019. DOI: 10.24220/2318-0919v16n2a4193. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4193. Acesso em: 30 abr. 2023.

FERREIRA, L. I. C.; **Assessoria técnica para a moradia popular**: Respostas possíveis para problemas complexos. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, 2024.

FERREIRA, Lara Isa Costa *et al*. **Panorama Preliminar das Condições da Moradia Popular**. São Paulo: Peabiru e LabHab, 2020. [Documento interno]

LOPES, M. S. B. (org.). Plataforma Rede Moradia-Assessoria: Reflexões sobre a assessoria técnica popular. Sessão Livre. XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: XX ENANPUR, 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/anais-xxenanpur/. Acesso em: 30 ago. 2023.

PEABIRU TCA. **Cadernos do Projeto Ocupas Centro**: Assistência Técnica para melhorias nas condições de habitabilidade de ocupações de edifícios nas áreas centrais de São Paulo. São Paulo: Peabiru, 2021 [Documento interno].

SAINT MARTIN, Monique de. A noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia**, *[s. l.]*, v. 10, n. 26, p. 222–235, 2022. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5957/595774415009/html/. Acesso em: 10 abr. 2024.

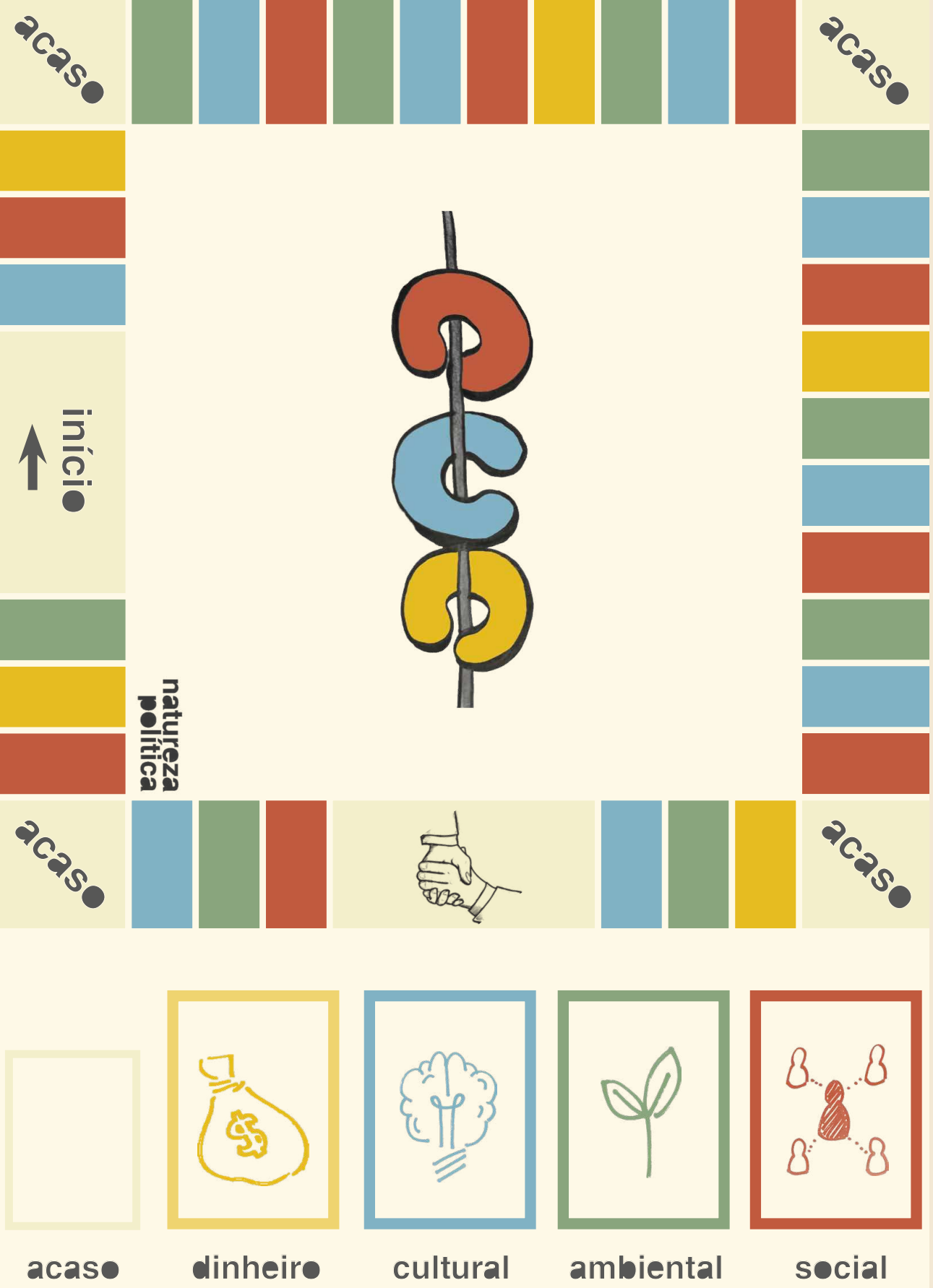
SANTOS, C.N.F. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

REDE Moradia-Assessoria. **Rede**. Disponível em: https://www.moradiaassessoria.org.br/. Acesso em: 20 jul. 2024.

Lara Isa Costa Ferreira
Mestra e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAUUSP) e pesquisadora no Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHAB USP) e na INCT "Produção da Casa e da Cidade"Rede Moradia-Assessoria (Núcleo São Paulo)
Email: lara.icf@gmail.com

Pedro Henrique Vale Carvalho
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (FAUUSP)Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (PPGAU+D UFC); é Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); pesquisador no Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHAB USP e na INCT "Produção da Casa e da Cidade"Rede Moradia-Assessoria (Núcleo São Paulo)
Email: pedrocarvale@usp.br

assessorias populares: práticas em movimento



Assessoria técnica popular e o custo das decisões construtivas a partir dos recursos locais

Popular Technical Assistance and the cost of construction decisions based on local resources

*Marcela Silviano Brandão Lopes**

*Christino Almeida**

*Pedro Freitas**

Antônio Prado

*Pablo Bianchini **

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fomentar a discussão sobre a complexidade das decisões arquitetônicas e construtivas em projetos de edificações. Tal discussão, em curso no grupo de pesquisa Natureza Política (NP) desde sempre, foi fomentada em 2024 a partir de uma demanda feita ao grupo por um movimento social parceiro, o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), para a elaboração do projeto da sede comunitária da Ocupação Eliana Silva, no Barreiro, em Belo Horizonte, cujo ponto de partida deveria ser o uso do tijolo em terra, o BTC (Bloco de Terra Comprimida) produzido por outro parceiro do MLB. Essa demanda foi levada para uma disciplina de projetos da Escola de Arquitetura da UFMG, a partir da qual 5 projetos foram desenvolvidos, cada um considerando 5 diferentes sistemas construtivos: alvenaria estrutural em BTC; estrutura de concreto e vedação em BTC, estrutura de aço e vedação em BTC, estrutura de madeira e vedação em BTC, estrutura em bambu e vedação em BTC. Todos os projetos desenvolvidos foram muito bem avaliados pela banca final da disciplina, composta por uma professora convidada e cinco integrantes do MLB. A questão passou a ser, então, dos 5 excelentes projetos desenvolvidos, qual seria o melhor? Quais os parâmetros que deveriam ser usados para essa definição, além do custo imediato, calculado a partir do CUB (custo unitário básico) em orçamentos estimativos, afinal o MLB não tinha verba alguma para executar nenhum dos projetos? Partindo do entendimento que que as casas e/ou os espaços coletivos são viabilizadas a partir de recursos variados - desde uma rede de colaboração entre a

Abstract

This article aims to foster discussion on the complexity of architectural and construction decisions in building projects. This ongoing discussion within the Natureza Política (NP) research group was further stimulated in 2024 by a request from a partner social movement, MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas), to develop the design for the community center of the Eliana Silva Occupation in Barreiro, Belo Horizonte. The starting point for this design was the use of compressed earth blocks (CEB) produced by another MLB partner. This request was brought into a design course at the UFMG School of Architecture, where five projects were developed, each considering five different construction systems: structural masonry with CEB; concrete structure with CEB infill, steel structure with CEB infill, wooden structure with CEB infill, and bamboo structure with CEB infill. All the developed projects were highly praised by the course's final jury, which included a guest professor and five MLB members. The question then became: out of the five excellent projects developed, which one is the best? What parameters should be used for this decision, beyond the immediate cost calculated from the CUB (basic unit cost) in the estimated budgets, considering that the MLB had no funds to execute any of the projects? Understanding that houses and/or collective spaces are made possible through various resources—ranging from a network of collaboration among neighbors, partnerships with neighboring companies, universities, NGOs, and various collectives, to materials collected from dumpsters and/or donated by third parties—the researchers from Natureza Política took on the challenge of constructing expanded parameters to determine not the best project in the usual sense, but the most viable given the possibilities and challenges in popular territories, as well as the contingencies of the moments. Thus, the CUC (complex unit cost) was created, along with the game of the same name, whose test sessions and the reflections generated up to this point will be reported here.

vizinhança; passando por parcerias com empresas vizinhas, universidades, ongs e coletivos diversos; ou mesmo por materiais coletados em caçambas e/ou doados por terceiros-, os pesquisadores do Natureza Política se debruçaram no desafio de construir parâmetros ampliados para a definição do que seria, não o melhor projeto no sentido recorrente, mas o mais viável diante das possibilidades e dos desafios em curso nos territórios populares, bem como das contingências dos momentos. Assim foi criado o CUC (custo unitário complexo) e o jogo de mesmo nome, cujas sessões de teste serão relatadas aqui, bem como as reflexões geradas até o momento.

Palavras-chave: Assessoria técnica; tecnologias construtivas; custo; jogo; territórios populares

Keyword: Technical advisory; construction technologies; cost; game; popular territories

Construção comunitária, tecnologias e o custo da decisão arquitetônica

A discussão sobre os fatores que envolvem uma decisão construtiva vem sendo feita há muito tempo dentro do grupo de pesquisa Natureza Política (NP), mas ela foi incrementada em 2023 a partir da demanda de um movimento social parceiro do grupo, o MLB (Movimento de Luta dos bairros, vilas e favelas), para desenvolver o projeto da sua sede comunitária utilizando tijolos ecológicos de bloco de terra compactada (BTC) produzidos por outro parceiro do movimento. A parceria com esse produtor provocou nos integrantes do movimento uma vontade grande de construir com tecnologias não convencionais, que considerassem aspectos culturais e ambientais, e, ainda, que fosse uma alternativa econômica para as moradias em contexto de ocupação e vulnerabilidade (Figura 1).

Figura 1: Oficina de produção de blocos de terra compactada. Fonte: Autor (2024).



Para atender a demanda posta, a elaboração do projeto da sede comunitária foi levada para uma disciplina de projetos ministrada pela professora Marcela Brandão, a partir da premissa de se utilizar o BTC como material estrutural e/ou de vedação. O programa de necessidades foi definido em dinâmica com os moradores da Ocupação Eliana Silva e desenvolvido em sala de aula, considerando 5 diferentes sistemas construtivos: alvenaria estrutural em BTC; estrutura de concreto e vedação em BTC, estrutura de aço e vedação em BTC, estrutura de madeira e vedação em BTC, estrutura em bambu e vedação em BTC. Ao final da disciplina, todos os projetos desenvolvidos foram muito bem avaliados pela banca final da disciplina, composta por uma professora convidada e cinco integrantes do MLB (Figura 2). Alguns moradores valorizaram a estética dos projetos, outros preferiram sistemas construtivos familiares, enquanto alguns viram no projeto uma oportunidade para aumentar a visibilidade da comunidade. Esses diferentes pontos de vista revelaram a complexidade inerente à tomada de decisão arquitetônica.

Figura 2: Apresentação final dos trabalhos desenvolvidos na disciplina para os moradores.



Fonte: Autor (2024).

Terminada a disciplina, a discussão foi encampada por um grupo de pesquisadores do Natureza Política, que se deparou com a questão: dos 5 excelentes projetos desenvolvidos, qual seria o melhor? Quais seriam os parâmetros necessários para fazer essa definição? Como tirar do papel um dos cinco projetos desenvolvidos e avançar em uma discussão

que abarcasse os requisitos para a construção? Quais são esses requisitos e como avaliá-los? Seria necessário incluir na discussão uma série de outros fatores importantes para a viabilidade da construção, a começar pelo custo de cada edificação. O grupo, então, prosseguiu com detalhamento técnico de todos os projetos e, em seguida, fez o cálculo do custo da construção de cada um.

Do CUB ao CUC: complexificando custos e recursos

É sabido que, regularmente, o custo de uma construção é a variável principal para determinar a viabilidade de um projeto arquitetônico. Para isso, recorre-se a orçamentos estimativos elaborados a partir de valores calculados e divulgados pelos sindicatos da construção civil (SINDUSCON), o **custo unitário básico** (CUB).[1] Assim, todos os projetos elaborados para a sede comunitária foram quantificados e orçados. Os s encontrados foram comparados e transformados em pesos relativos uns com os outros.

Entretanto, o resultado encontrado excluía outros fatores importantes a serem considerados, relativos, por exemplo, às qualidades espaciais dos projetos. Apesar de todos eles terem sido desenvolvidos a partir de parâmetros relativos à uma boa iluminação e ventilação, flexibilização dos espaços projetados, conectividade entre os espaços internos e externos, havia entre eles diferentes estratégias projetuais para os planos horizontais e para os planos verticais. Ou seja, concordando com Mascaró, o custo da construção deveria ser equacionado a partir do m3 projetado e não apenas do m^2.

> "Cada uma dessas decisões adotadas pelo arquiteto em seu projeto significa uma opção para solucionar um ou vários aspectos da obra. São decisões que, de alguma maneira, condicionam o comportamento e o desempenho de todo o edifício, tanto funcional como economicamente. O modo de estudar os planos básicos que compõem o edifício é um típico exemplo do que foi dito, particularmente do ponto de vista econômico." (Mascarò, 2010, pg. 35).

Contudo, é possível ampliar essa discussão e lembrar que não apenas as decisões arquitetônicas, focadas no edifício projetado, têm um custo a ser equacionado. Há também custos relativos aos efeitos do projeto na cidade como um todo, como também no bolso daqueles que vão usar o edifício depois de construído.

Em outra direção, é pertinente lembrar que, nos territórios populares, as construções são viabilizadas por meio de recursos e arranjos variados, desde uma rede de trocas de materiais e serviços, passando por uma economia de subsistência e afetiva gerada pelos jardins e hortas, chegando a práticas de reutilização de materiais coletados em caçambas ou obtidos por meio de trocas e/ou doações (Lopes; Guinho; Coelho; 2019, p. 6).

[1] Disponível em: https://sinduscon-mg.org.br/cub/tabela-do-cub/.

Para então definir qual dos 5 projetos desenvolvidos para a sede comunitária será executado, foi preciso incluir todos os fatores mencionados, relativos tanto aos custos, entendidos aqui de uma maneira abrangente, e não só aquele relativo aos gastos imediatos; quanto aos recursos em circulação nos territórios populares, que apesar de marcados pela precariedade, são também lugares de invenção e imaginação.

Foi a partir desse entendimento, que o **CUC** (custo unitário complexo) foi construído e, para circular essa discussão junto a assessores técnicos e moradores de territórios populares de forma dinâmica e lúdica, o jogo foi a opção encontrada pelos pesquisadores do Natureza Política.

O jogo como ferramenta de discussão

Para o desenvolvimento do jogo CUC, foram elencadas várias situações registradas pelo grupo de pesquisa por meio de suas ações extensionistas em territórios populares, que tinham como objetivo a construção de moradias e/ou de espaços coletivos. Todas essas vivências foram transformadas em cartas situações e em moedas correntes naqueles territórios.

O mapeamento das invenções cotidianas, engendradas pelos moradores das Ocupações Eliana Silva e Paulo Freire, ambas situadas no Vale das Ocupações, no Barreiro, Belo Horizonte, foi iniciado em 2013, durante o doutoramento da coordenadora do Natureza Política (LOPES, 2015), e teve sua continuidade a partir de 2016 pelo grupo de pesquisa, através do projeto de extensão Artesanias do Comum e da pesquisa "Resíduos Sólidos nas Ocupações Urbanas Autoconstruídas", financiada pelo CNPq (Lopes, Guinho, Coelho, 2019).

O objetivo desse mapeamento era compreender e registrar as soluções da autoconstrução para as demandas dos territórios populares, compreendidas, na maior parte das vezes, apenas pelo viés da precariedade. Aposta-se, na ocasião, no seu caráter inventivo, que poderia, inclusive, sinalizar pistas para intervenções arquitetônicas e urbanísticas, que fossem mais sustentáveis, em termos econômicos e ambientais. Nesse ponto, havia uma concordância com o pensamento de De Certeau (1994), para quem os procedimentos cotidianos populares, ao jogar com o imprevisível dos acontecimentos, "produzem, sem capitalizar" (DE CERTEAU, 1994, p. 47), diferenciado assim das práticas institucionalizadas, que agem a partir de um "cálculo das relações de força" (1994, p.45).

O mapeamento permitiu identificar, por exemplo, alguns dos pressupostos da prática de coleta de resíduos sólidos, inclusive no que se refere aos arranjos sociais e econômicos em curso nas comunidades, que vão desde o uso imediato nas moradias ao estoque para futuras trocas. Tais arranjos foram analisados por meio das reflexões feitas por Polanyi (2000), para quem as economias empíricas funcionam a partir de princípios relativos à domesticidade, ou "produção para uso próprio"

(Polanyi, 2000, p.70) ou à reciprocidade e à redistribuição, baseadas na "ausência da motivação de lucro; a ausência do princípio de trabalhar por uma remuneração; a ausência de qualquer instituição separada e distinta, baseada em motivações econômicas", com garantia de ordem na produção e na distribuição (Polanyi, 2000, p.67).

Tais reflexões foram determinantes para a elaboração do jogo do CUC, na medida em que transformar práticas não capitalizáveis em mercadoria e dinheiro romperia, em alguma medida, com seus princípios básicos (Polanyi, 2000). Entretanto, cientes desse risco, o grupo envolvido na construção do CUC apostava na urgência em aproximar os argumentos qualitativos aos quantitativos, visto que os primeiros são peremptoriamente excluídos de toda e qualquer negociação junto ao poder público, relativas à urbanização de territórios populares e melhorias de casas autoconstruídas.

Vale ressaltar também que o grupo acredita que a transformação de uma economia empírica em uma economia de mercado não acarreta o risco da financeirização das práticas cotidianas, entendendo, junto a Dardot e Laval (2016), que o capitalismo rentista não resulta em trabalho, nem produção material, diferente do objetivo do jogo. Desse modo, além da moeda dinheiro, outras moedas foram elencadas para compor as negociações propostas por meio das cartas situação e cartas acaso.

Moeda social

A moeda social se refere aqui às redes de vizinhança e de solidariedade, identificáveis nas trocas de materiais e serviços, no cuidado com as crianças, na mobilização comunitária e nas interações sociais, sejam elas acionadas pela festa ou pela luta. Essa moeda também pode ser identificada nas parcerias externas da comunidade, com universidades, assessores técnicos, políticos, empresas e ONGs.

Moeda ambiental

A moeda ambiental, no contexto do jogo CUC, representa as práticas engendradas por moradores de territórios populares que se aproximam daquelas consideradas sustentáveis no âmbito das políticas públicas, sejam elas dirigidas à preservação da natureza, à gestão da água, à permeabilidade do solo, à reciclagem de materiais, à biodiversidade, à adoção de novas tecnologias e práticas alternativas.

Moeda cultural

A moeda cultural representa toda forma de saberes em circulação dentro e fora da comunidade, desde música, artes plásticas, teatro, literatura, cinema, fotografia; passando também pela culinária, agricultura, costura, bordado, contação de história, cultos, rezas, festas religiosas ou comemorativas.

Cartas projeto

As cartas "Projeto" foram desenhadas com informações nos seus 2 lados, sendo que de um lado está a tipologia construtiva utilizada na edificação, representada por uma imagem renderizada, e no verso encontra-se o custo da edificação, calculado por meio de orçamento detalhado e transformado, por comparação entre todos, em peso relativo, variando, assim, entre 30 e 34 pontos. Nesse lado, também estão os valores do câmbio estabelecido entre esse custo e os recursos/moedas em circulação: dinheiro, ambiental, cultural e social (Figura 3). Esse câmbio foi estimado a partir de características consideradas fortes de cada tipologia, tais como:

Estrutura de concreto com vedação em BTC: para este sistema, a moeda cultural foi considerada a mais forte, por se tratar de um sistema que envolve saberes conhecidos entre os autoconstrutores dos territórios populares. A moeda social também foi valorizada aqui entendendo que esse sistema pode resultar em redes de trocas e compartilhamento, como é o caso dos mutirões.

Estrutura autoportante: neste sistema construtivo, a moeda cultural foi considerada a mais forte, tendo em vista se tratar de um sistema próximo ao de maior presença nos territórios populares, estrutura de concreto com vedação em tijolo furado, somada à possibilidade dele agregar um novo saber com um maior rigor na execução das edificações locais, no que se refere ao prumo, esquadro e nível. A moeda social também foi valorizada aqui entendendo que esse sistema pode resultar em redes de trocas e compartilhamento, como é o caso dos mutirões.

Estrutura de aço com vedação em BTC: neste sistema, a moeda ambiental foi considerada a mais forte, em razão de se tratar de uma opção construtiva com menor geração de resíduos sólidos e por envolver material com capacidade de ser 100% reciclável. Se por um lado esse sistema é o mais caro em relação aos demais, seu tempo de execução é o menor, tornando fundamental a boa gestão dos recursos. Diante disso, foi considerado que a moeda dinheiro é a segunda mais forte desse sistema.

Estrutura de madeira com vedação em BTC: A moeda social foi considerada a mais forte deste sistema por ser uma técnica presente nas fases iniciais das ocupações urbanas, executada pelos autoconstrutores experientes e demais moradores, de forma coletiva e compartilhada. A moeda ambiental foi entendida como sendo a segunda moeda mais forte desse sistema, pelo fato do manejo da madeira de reflorestamento produzir baixa emissão de carbono e envolver práticas ambientalmente sustentáveis.

Estrutura de bambu com vedação em BTC: para este sistema, a moeda cultural foi considerada a mais forte, na medida em que essa opção pode agregar novos saberes, relativos ao repertório construtivo dos autoconstrutores dos territórios populares. Também foi considerada forte a moeda ambiental, já que essa estrutura faz uso de materiais com baixa emissão de carbono e podem ser associados a práticas ambientalmente sustentáveis.



Figura 3: Cartas projeto, frente e verso. Fonte: Autor (2024).

Cartas situação

A “carta situação” apresenta um cenário no jogo no qual os jogadores tomam decisões que impactam seus recursos com base nas moedas em circulação (dinheiro, social, cultural e ambiental). A cor da carta indica a moeda de maior peso nas consequências para a viabilidade do projeto.

Ressalta-se que essas cartas foram sendo modificadas a partir das três dinâmicas realizadas junto a públicos distintos, que serão relatadas no próximo tópico.

Cartas acaso

As cartas “acaso” foram desenvolvidas para representar os diversos acontecimentos da vida que ocorrem durante a tentativa de efetivar um projeto, interferindo nos cronogramas, custos e recursos de maneira positiva ou negativa. Elas correspondem a eventos inesperados que fogem do controle do jogador, atuando como um fator surpresa que altera o que foi previamente planejado.

Selos de qualidade

O grupo de pesquisa também incluiu “selos de qualidade” no jogo, inspirados nos oferecidos pela Caixa Econômica Federal (CEF), como o Selo Casa Azul + CAIXA, que é um índice de sustentabilidade para projetos habitacionais no Brasil, que incentiva a adoção de soluções urbanísticas e arquitetônicas sustentáveis, baseando-se no uso eficiente de recursos naturais e na redução de custos. Seus critérios incluem qualidade urbana, eficiência energética, gestão da água, produção sustentável, impacto social e inovação.[2]

No contexto do jogo, esses selos representarão as boas práticas ambientais, culturais, financeiras e sociais adotadas, que podem ser convertidas em recursos monetários para abater o custo total da obra.

Tabuleiro

O tabuleiro do jogo, desenhado em formato quadrado, é composto por casas de cinco cores distintas-amarelo, azul, verde e vermelho, cada uma relacionada a um tipo de carta e moeda estabelecidas no jogo: moeda dinheiro, moeda cultural, moeda ambiental e moeda social, respectivamente. Já as casas em bege foram destinadas às cartas relativas às situações postas pelo acaso, como oportunidades ou infortúnios.

As casas são distribuídas ao longo dos lados do quadrado, formando um percurso no qual os jogadores podem angariar recursos/moedas à medida que avançam pelo tabuleiro. O conceito por trás desse design é evocar a ideia de tempo contínuo: uma volta no tabuleiro simboliza a passagem de um ano, e duas voltas, dois anos. Este é o prazo limite para a efetivação do projeto, momento em que o jogo chega ao fim, mesmo que nenhum dos projetos tenha sido executado.

Para a definição do tempo total do jogo, foram jogadas várias partidas entre os pesquisadores do grupo NP, o que permitiu definir o tempo médio para a conclusão do jogo, a quantidade de casas do tabuleiro, os recursos/moedas a serem oferecidos pelo banco de moedas, a proporção entre o custo básico de cada projeto e a arrecadação de moedas através das jogadas.

Ábaco

Para facilitar a contagem das moedas obtidas ao longo do jogo, cada jogador recebe um pequeno ábaco no qual será feito o balanço entre custos (moedas pretas) e recursos (peças coloridas, correspondendo às cores das moedas em circulação) (Figura 4).

[2] Para maiores informações, acessar “Carta proposta do Selo Casa Azul + Caixa”. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/negocios-sustentaveis/selo-casa-azul-caixa/Paginas/default.aspx#.



Figura 4: Cartas situação, verso da carta projeto, selos e ábaco em oficina com estudantes de arquitetura.

Fonte: Autor (2024).

Regras: trocas e negociações

Objetivo do jogo: Responder a questão “qual o melhor projeto dentre os cinco projetos”? a partir das variáveis: contexto existente (comunidade , terreno e cidade), circunstâncias postas pelas cartas situação e cartas acaso e sorte (jogo com os dados). Vence o jogo aquele que melhor equacionar essas variáveis por meio de arranjos variados (econômicos, sociais, ambientais e culturais).

Início do Jogo:

1ª Preparação do tabuleiro: colocar o tabuleiro em uma mesa; organizar no seu centro o “banco de moedas” e ao seu redor as cartas do jogo (situação e acaso) e os selos que serão obtidos no decorrer do jogo;

2ª Cada jogador escolhe uma “carta projeto” que preferir, com base na tipologia construtiva, aspectos visuais ou temáticos;

3ª O jogador deve inserir no seu ábaco as moedas pretas relativas ao custo do projeto escolhido;

4ª Cada jogador escolhe a cor do seu peão;

5ª A ordem dos jogadores é definida pelo lançamento do dado.

Desenvolvimento do Jogo:

1ª Os jogadores lançam o dado e movem seus peões para a casa correspondente ao número sorteado.

2ª Ao parar em uma casa, o jogador pega a carta correspondente à cor da casa.

> *A carta apresenta uma situação específica que o jogador deve resolver, podendo ganhar ou perder moedas (disponíveis no banco geral).*

3ª Se o jogador cair em uma “casa acaso”, ele pega uma carta que pode ajudá-lo a ganhar /perder moedas (recursos) ou diminuir/aumentar o custo.

Negociações:

> *Jogadores podem trocar moedas nas casas específicas ou quando dois jogadores estiverem na mesma casa.*

Segunda Volta:

> *Na segunda volta do tabuleiro, os jogadores devem avaliar a viabilidade de todos os projetos em jogo, e não apenas o seu, considerando que se trata de uma sede comunitária e que a sua construção pode ser coletivizada.*

Término do jogo

> *O jogo termina quando um dos projetos é viabilizado ou quando duas voltas no tabuleiro são completadas por um dos jogadores.*





Figuras [5] Tabuleiro e as cartas do Jogo CUC.; **[6]** Primeiro tabuleiro do jogo CUC, cartas projeto, situação e acaso.

Fonte: Autor (2024).

O CUC em jogo, o jogo em processo

Até o momento, foram realizadas 3 dinâmicas com o CUC, cada uma com público diferente, resultando em mudanças importantes para o aprimoramento do jogo, desde formatos do tabuleiro, novas regras, tempo de jogo, contabilidade para definição do vencedor. Destaca-se que novas sessões serão promovidas, visto que o processo de elaboração do jogo ainda não terminou.

Oficina I : MOSTRA UFMG

O JOGO

O jogo teve seu primeiro teste durante a MOSTRA SUA UFMG 2024. Destaca-se que essa mostra é voltada para estudantes do Ensino Médio, com idades entre 15 e 18 anos, e que, em sua maioria, estão ainda indecisos sobre o curso que pretendem cursar na graduação, e, por isso, estão interessados em explorar várias das opções apresentadas na mostra (Figuras 6 e 7).

Durante o evento ocorreram várias partidas, que contaram com a participação de pequenos grupos de estudantes, logo cada jogada ocorreu com no máximo quatro pessoas. Foi observado que os participantes não ficaram muito interessados na discussão proposta, e se concentraram apenas nas perdas ou ganhos das moedas no ábaco. Nessa sessão, houve diversas partidas e projetos diferentes foram viabilizados.

Figuras 6 e 7: Jogo CUC sendo testado na mostra UFMG.

Fonte: Autor (2024).



assessorias populares: práticas em movimento

AJUSTES

Após o evento, os resultados foram discutidos pelo grupo de pesquisa, e novas alterações foram propostas para a segunda versão do jogo. Primeiramente, as tonalidades das cores associadas a cada moeda precisavam ser redefinidas, pois as cores das moedas “dinheiro” e “social” estavam muito próximas, dificultando a associação imediata e o controle no ábaco. Os valores de custo em cada projeto também precisavam ser ajustados, pois, naquele cenário específico, o jogo havia sido estruturado para durar no máximo 50 minutos, o que resultou na conclusão dos projetos em menos tempo e gerou pouco debate sobre construção e assessoria, já que poucas cartas “situação” foram tiradas.

Quanto ao tabuleiro, foi necessário reduzir o número de casas para evitar que o jogo se tornasse cansativo, especialmente considerando que o aumento do custo dos projetos exigiria um deslocamento maior para reunir todos os recursos necessários. Após testar diferentes distribuições, o tabuleiro passou a ter 32 casas “Situações”, quatro casas “Acaso”, uma casa “Negociação” e uma casa “Início”. Além disso, decidiu-se distribuir as casas “Situações” ligadas à moeda “dinheiro” numa proporção de 1:2 em relação às demais moedas, devido à sua escassez nos territórios populares. Em relação às cartas “Projeto”, a forma como a informação de “custo” foi representada não favoreceu uma comunicação eficaz, devido à solução de diagramação adotada, que utilizava “bolinhas coloridas”. Isso também complicou o controle no ábaco. Além disso, a carta não estabeleceu uma relação funcional com os “Selos”, já que foram criadas de maneira independente e uniforme, dificultando para que todos acompanhassem o jogo de forma integrada.

Oficina II : Seminário Assessorias técnicas - práticas em movimento

O JOGO

A Oficina II foi realizado durante o Seminário Assessorias Técnicas: Práticas em movimento, com a participação de vários dos palestrantes- ou seja, professores universitários e/ou profissionais envolvidos com a assessoria técnica, e alunos de graduação da Escola de Arquitetura da UFMG, em um total aproximado de 20 pessoas. Antes do início do jogo, foi feita uma apresentação sobre a tecnologia de terra com foco no BTC, o desenvolvimento dos projetos para a sede comunitária, o processo de elaboração do CUC e do jogo (Figura 08).

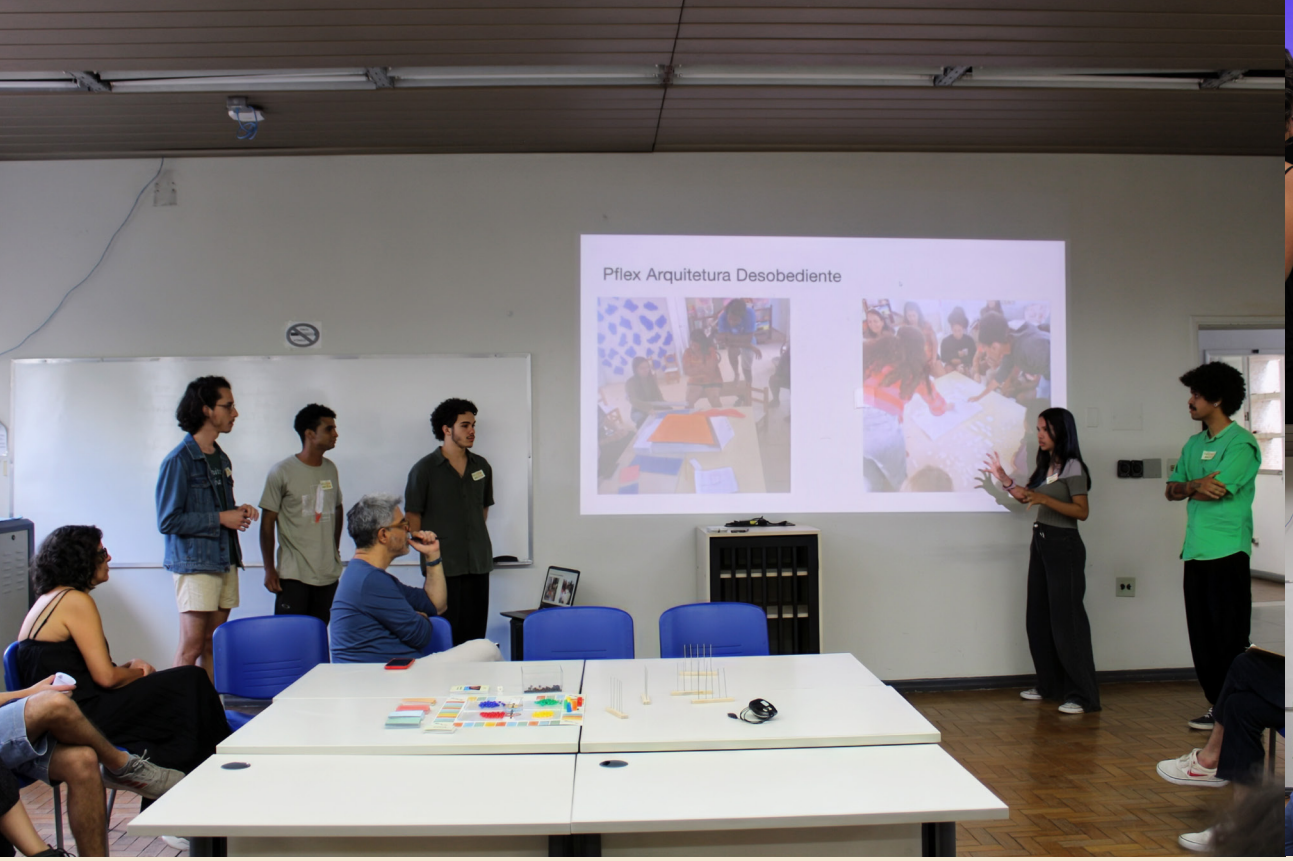


Figura 08: Apresentação sobre o desenvolvimento do CUC durante a oficina II.

Fonte: Autor (2024).

Se na oficina anterior o engajamento dos participantes foi flutuante, nesta oficina houve um grande envolvimento de todos, possivelmente pelo fato de todos os participantes serem iniciados e/ou interessados no tema do jogo. Entretanto, em um determinado momento prevaleceu uma competitividade excessiva entre os grupos, explicada talvez pelos laços de amizade e intimidade entre vários dos participantes (Figura 9). O jogo terminou quando três grupos decidiram formalizar uma parceria na casa de negociação, próxima ao fim do segundo ciclo do tabuleiro, com o objetivo de impedir que a edificação em concreto armado fosse concluída, não por discordarem dessa opção construtiva, mas porque queriam impedir que um dos participantes ganhasse o jogo.



Figura 9: Jogo CUC durante a oficina II do seminário de assessoria popular. Fonte: Autor (2024).

Ao final, foi feita uma roda de conversa para que todos pudessem compartilhar observações e sugestões para aprimorar o jogo. Seguem algumas delas:

- Necessidade de tornar os textos das cartas situação mais objetivos, especialmente em relação ao sujeito a que a carta se refere, para que a narrativa se tornasse mais concreta, e contribuir para a consolidação da dinâmica.
- Importância de inserir algum dilema nas cartas situação, no intuito de convocar o jogador a tomar decisões mais conscientes e engajadas.
- Necessidade de definição no tempo da negociação entre os jogadores, tendo em vista a melhor fluidez do jogo.

Necessidade de repensar o final do jogo, baseado apenas na rápida
- viabilização do projeto. Esse critério reforçava o fator tempo e esvaziava a discussão sobre as várias variáveis (ambientais, sociais e culturais) propostas.
- Desproporcionalidade no número de situações que abordavam o ganho de moeda social em comparação com outros recursos, como ambiental, cultural e financeiro. Tal fato, levou ao esgotamento desta moeda no banco geral do jogo.

AJUSTES

• Sobre o sujeito da ação e a inserção de dilema, a cartas situação passaram a ter a seguinte estrutura:

XXXXX propõe/sugere XXXX,
Entendendo a importância XXXX para o projeto.
Entretanto, XXXX
Aceitando XXX (ganhos e perdas)
Não aceitando: XXX (outros ganhos e perdas)

• Em relação à definição do projeto vencedor, foi elaborada a seguinte tabela:

Figura 10: Tabela de pontuação para determinar o ganhador do jogo.

ORDEM DE CHEGADA DOS PROJETOS	PONTUAÇÃO POR TERMINAR (Pt)	PONTUAÇÃO POR QUANTIDADE DE SELOS OBTIDOS (Ps = 20 x Qs)	CUSTO REMANESCENTE AO FINAL DO JOGO	TOTAL Pt + Ps - Cr
1º lugar - projeto	30	Qs x 20	-CR	T1
2º lugar - projeto	20	Qs x 20	-CR	T2
3º lugar - projeto	10	Qs x 20	-CR	T3
4º lugar - projeto	0	Qs x 20	-CR	T4
5º lugar - projeto	0	Qs x 20	-CR	T5

Fonte: Autor (2024)

• Quanto ao tempo das negociações, foi inserida uma ampulheta de dois minutos no jogo.

• Por fim, sobre a quantidade maior de moedas sociais em circulação, as experiências do grupo de pesquisa com assessoria técnica popular revelaram que a moeda social predominava nos territórios populares. O grupo do NP ficou de estudar um balanço entre as moedas, visto que havia mais "cartas situação" que favorecem o ganho da moeda social do que a própria moeda social em circulação.

Oficina II: Curso HabitAthis

O JOGO

A oficina III foi realizada em São Paulo, em julho de 2024, como atividade integrante do curso HabitAthis,[3] oferecido por professores da Faculdade de Arquitetura (FAU) da USP e que tem como objetivo a formação profissional de assessores técnicos. Novamente, por se tratar de participantes interessados no tema do jogo, o envolvimento de todos foi evidente.

[3] Para maiores informações, acessar : https://www.labhab.fau.usp.br/habitathis-especializacao-em-assessoria-tecnica-a-melhorias-urbanas-e-habitacionais/.



Figura 11: Oficina III- Curso HabitAthis- São Paulo

Fonte: Autor (2024)

Ressalta-se que, na escolha da carta projeto, a identificação com o sistema em bambu se deu pelo entendimento do grupo dele ser o mais sustentável ambientalmente. Inclusive, uma das integrantes desse grupo era chamada pelos colegas de "ministra do meio ambiente". Entretanto, ao longo do jogo, as tipologias escolhidas foram sendo relativizadas ou mesmo esquecidas.

Como comentado acima, para essa sessão, foram inseridas novas cartas situações, sendo que em várias delas a metragem da sede foi colocada em jogo, o que provocou uma nova questão: seria o caso de inserir uma moeda espacial no jogo? Um aluno, inclusive, propôs um esquema para como isso poderia ser feito (Figura 12).

Outra novidade foi a criação de um “câmbio cruzado” por uma das participantes, a partir do qual ela fez correspondências diferentes daquelas propostas na carta projeto, que apresenta apenas possibilidades de trocas das moedas ambientais, culturais e sociais pela moeda dinheiro (Figura 13).

Figura 13: Proposta do câmbio cruzado feita por uma das participantes da oficina.



Fonte: Autor (2024)

Ao criar novos cálculos entre as moedas, a aluna criou novos câmbios, ampliando suas chances de viabilizar a execução do projeto escolhido pelo seu grupo.

Considerações parciais

Após três oficinas com o jogo CUC, é possível afirmar que o jogo está cumprindo o objetivo de complexificar as discussões em torno das decisões arquitetônicas e construtivas. A questão colocada após o término da disciplina a respeito de qual seria o melhor projeto dentre os cinco projetos desenvolvidos seguirá sem resposta única e definitiva. Em outra direção,

◀ Figura 12: Esquema sugerido por um aluno do curso para a incorporação de moeda espacial.

Fonte: Autor (2024)

aposta-se nas existências e nas contingências para responder às questões socioespaciais, sejam elas derivadas de territórios populares ou não.

Sobre os ajustes sugeridos após a oficina III, eles ainda não foram executados, mas já resultaram nos seguintes direcionamentos para as novas adaptações do jogo:

- Com relação à inserção de uma moeda espacial, o grupo NP entende que o espaço é uma questão transversal a todas as moedas e situações, não cabendo, assim, considerá-lo como um elemento a mais do jogo.
- Entretanto, para incluir a discussão sobre a metragem nas situações postas, ficou acordado que um diagrama será inserido na carta projeto, no qual um valor mínimo e máximo será definido.
- Para tentar resolver a relativização da tipologia construtiva ao longo do jogo, será feita outra modificação na "carta projeto", que passará agora a não ter frente e verso. Com isso, a imagem e demais informações sobre os sistemas escolhidos por cada grupo estará visível durante todo o jogo.
- Quanto à estrutura das "cartas situação" que envolviam perda de área construída para a inserção de vantagens ambientais, sociais e/ou culturais, percebeu-se que colocar a questão apenas em termos de perda esvaziava a discussão proposta. Diante disso, as novas "cartas situação" deverão ter uma nova estrutura:

> *No terreno da sede comunitária já existe XXXXX que contribuem para XXXX.*
> *Entretanto, uma nova demanda é posta para XXXX.*
> *Aceitando XXX (ganhos e perdas).*
> *Não aceitando: XXX (outros ganhos e perdas).*

- Sobre o tempo total do jogo, na Oficina III ele foi de aproximadamente três horas, mas os participantes relataram que o jogo não foi cansativo, ao contrário. Com isso, o grupo NP conclui não ser necessário rever regras e dinâmica, a fim de diminuir o tempo do jogo.
- Por fim, a proposta de incluir o "câmbio cruzado" está ainda em discussão no grupo NP, para ser avaliado se de fato haverá ganhos nas trocas e negociações que o jogo pretende promover.

Como já mencionado, trata-se de um processo ainda em construção. A equipe NP continua em campo e no jogo, planejando novas dinâmicas a serem realizadas com novos grupos focais, formados por moradores das ocupações, economistas e corpo técnico do poder público, a fim de aprimorar regras e formatos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPEMIG pelo apoio na realização do I Seminário Nacional-Assessorias técnicas: práticas em movimento.

Agradecemos também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa "Assessoria Técnica situada em territórios populares sob conflitos sócioespaciais: elaboração coletiva de diretrizes urbanísticas ecológicas mais justas e inclusivas" , a partir da qual vários pesquisadores do Grupo de Pesquisa Natureza Política puderam se dedicar a essa investigação e a todas discussões metodológicas relacionadas a ela, como a construção do jogo CUC, descrita e analisada neste artigo.

Por fim, agradecemos também à PRPq-UFMG, pelo apoio ao nosso bolsista voluntário da pesquisa mencionada acima.

REFERÊNCIAS

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994

LOPES, Marcela S. Brandão. **Artesanias Construtivas e Urbanas**: por uma tessitura de saberes. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR. Acesso em: ago. 2024.

LOPES, Marcela S. Brandão; GUINHO, Luiza da Anunciação; COELHO, Matheus Silva. Resíduos sólidos nas ocupações urbanas autoconstruídas: aproximações entre práticas cotidianas e os princípios da sustentabilidade sociocultural. *In*: Asociación de Escuelas y Facultades Públicas de Arquitectura de América del Sur. **ARQUISUR,** 2 a 4 out. 2019 [XXIII Congresso; XXXVIII Encontro ARQUISUR]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/43494. Acesso em: ago

MASCARÓ, Juan Luis. **O custo das decisões arquitetônicas**, 5. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2010. 192 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nosso época. Tradução de Fanny Wrabel, 2. ed.- Ria de Janeiro: Campus, 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transformac%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf. Acesso em: ago. 2024.

Marcela Silviano Brandão Lopes
Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG). Professora Adjunta da Escola de Arquitetura da UFMG e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG). Coordenadora do grupo de pesquisa Natureza Política e integrante da Rede Moradia Assessoria .Atua principalmente nos seguintes temas: Metodologias de pesquisa, Cartografias compartilhadas, Territórios populares, Assessoria técnica, Natureza Política, Processos de sujeição e emancipação nas disputas urbanas.
Email: marcelasbl@gmail.com

Christino Ramos de Almeida Neto
Arquiteto, mestrando em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG). Membro do grupo de Pesquisa Natureza Política, militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e assessor técnico na Oficina Popular de Assessoria (OPA), do MLB.
Email: almeida.christino@gmail.com

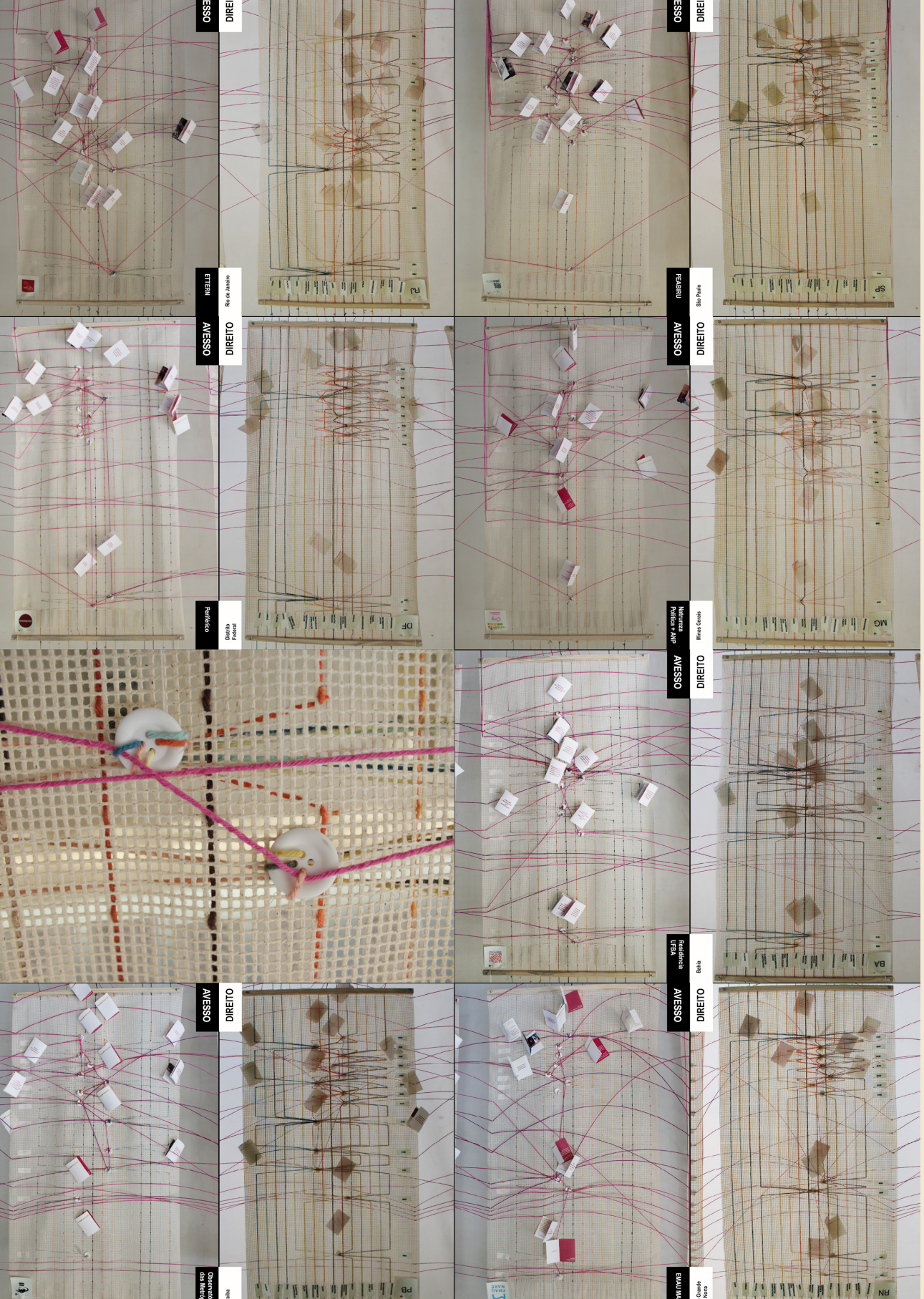
Antônio Prado Libânio
Graduando em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG) e membro do grupo de Pesquisa Natureza Política.
Email: antonioplibanio@gmail.com

Pablo Bianchini Pena
Graduando em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG desde 2022. Bolsista de iniciação científica do grupo de pesquisa Natureza Política desde 2023.
Email: pablo.penna1@gmail.com

Pedro Triani Freitas
Graduando em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG) e membro do grupo de Pesquisa Natureza Política. .
Email: pedrotmfreitas@gmail.com

Exposição

Cartografia em linhas: das práticas de assessoria técnica à territórios populares



◀ Direito e avesso de todos os painéis.

Cartografia em linhas das práticas de assessoria técnica à territórios populares

Lines cartography of technical advisory practices in popular territories

*Marcela Silviano Brandão Lopes**

*Thiago Flores**

*Lorena Souza Bonfim**

*Sayuri Shibayama**

*Pedro Freitas**

Resumo

O presente texto tem como objetivo compartilhar discussões conceituais e metodológicas, inseridas no grupo de pesquisa natureza Política, em torno da construção de cartografias complexas, a partir do desenvolvimento de uma 'cartografia em linhas' elaborada a partir da aproximação entre as perguntas disparadoras propostas pelo Método Cartográfico Indisciplinar (2019) e os estudos das linhas do antropólogo Tim Ingold (2022). A referida cartografia teve como investigação as práticas de assessoria técnica realizadas junto aos territórios populares e como fonte principal a plataforma Rede Moradia-Assessoria. Essa cartografia desdobrou-se em uma exposição que integrou o Seminário 'Assessorias Técnicas: práticas em movimento', cuja montagem buscou contribuir para as metodologias de levantamento, sistematização, construção e visualização de informações. Diante disso, o artigo foi estruturado em três partes, sendo a primeira um resgate histórico das construções metodológicas realizadas pelo Natureza, a segunda sobre a Cartografia em Linhas de práticas de assessoria técnica pesquisadas, finalizando com reflexões sobre o processo de montagem, no qual o fazer e o saber se coincidiram.

Palavras-Chave: Cartografia das controvérsias; cartografia em linhas; assessorias populares; rede moradia-assessoria; pensar-fazer.

Abstract

This text aims to share conceptual and methodological discussions within the Natureza Política research group around the construction of complex cartographies, based on the development of a 'cartography in lines' created by bringing together the triggering questions proposed by the Indisciplinar Cartographic Method (2019) and anthropologist Tim Ingold's line studies (2022). This cartography investigated the technical advisory practices carried out in popular territories and its main source was the online platform Rede Moradia Assessoria. This cartography deployed into an exhibition that was part of the Seminar 'Assessorias Técnicas: práticas em movimento' (Technical Assistance: practices in movement), whose assembly sought to contribute to the methodologies for surveying, systematizing, constructing and visualizing information. The article is structured in three parts. The first is a historical review of the methodological constructions carried out by Natureza Politica, the second is about the Cartography in Lines of the technical assistance practices researched, and the final part is a reflection on the assembly process, in which doing and knowing coincided.

Keyword: Controversies cartography; Cartography in Lines keyword; Popular Advice; think-do.

Antecedentes : Método Cartográfico Indisciplinar

O seminário que originou este *e-book* se insere nas investigações conceituais e metodológicas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Natureza Política.[1] O Natureza Política além de ser um grupo cadastrado no diretório do CNPq é também um programa de extensão,[2] que esteve, até 2021, vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar.[3]

Ressalta-se que durante muito tempo o Indisciplinar utilizava nas investigações sobre as disputas urbanas de Belo Horizonte uma gama variada de ferramentas cartográficas, que contribuíram de forma efetiva para a visibilização de dados complexos das disputas em curso, por meio de linguagens acessíveis. Dentre as ferramentas, a linha do tempo usada era composta por duas camadas: superior, para as ações acionadas pelo poder público inseridas acima, e, inferior, para as ações engendradas pelos movimentos sociais atuantes em uma determinada luta - moradia, ambiental, cultural.

Entretanto, em 2016, percebeu-se que essa leitura bipolar das lutas urbanas não dava conta das contradições e disputas entre os próprios movimentos militantes e ativistas da cidade, cujas pautas e estratégias nem sempre convergem para um objetivo comum. Além disso, a crítica à relação perversa entre o Estado e o Capital não deveria ser confundida com o discurso neoliberal sobre a importância do esvaziamento do papel do Estado. Em outra direção, o que os pesquisadores do Indisciplinar pleiteavam era uma maior promoção de políticas públicas voltadas à equidade e à justiça social no nosso país. (Lopes *et al.*, 2019).

Foi, então, que, em 2018, tais investigações resultaram em um método, o Método Cartográfico Indisciplinar (Lopes *et al.*, 2019), construído a partir das Cartografia das Controvérsias proposta pelo filósofo e antropólogo Bruno Latour (2012), para a qual ele elenca cinco incertezas. Para trazer essa cartografia para o campo das lutas urbanas, tais incertezas foram transformadas em 6 perguntas disparadoras: o quê? (fatos), por quê? (figurações a respeito dos fatos), com quem? (atores humanos), com o quê? (atores não-humanos), onde?, quando?. As respostas a essas perguntas, ao serem organizadas sobre uma linha do tempo (quando) e/ou mapas (onde) e conectadas por meio de linhas umas às outras, configuram uma rede complexa [figura 01, figura 02 e figura 03], a partir da qual é possível identificar várias controvérsias, bem como analisar as recorrências e as rupturas, por meio dos agrupamentos de cada resposta (nós da rede.) (Figura 4).

[1] Disponível em: https://natureza-politica.arq.ufmg.br/

[2] Disponível em: http://nature-zapolitica.indisciplinar.com/

[3] Disponível em: https://wiki.indisciplinar.com

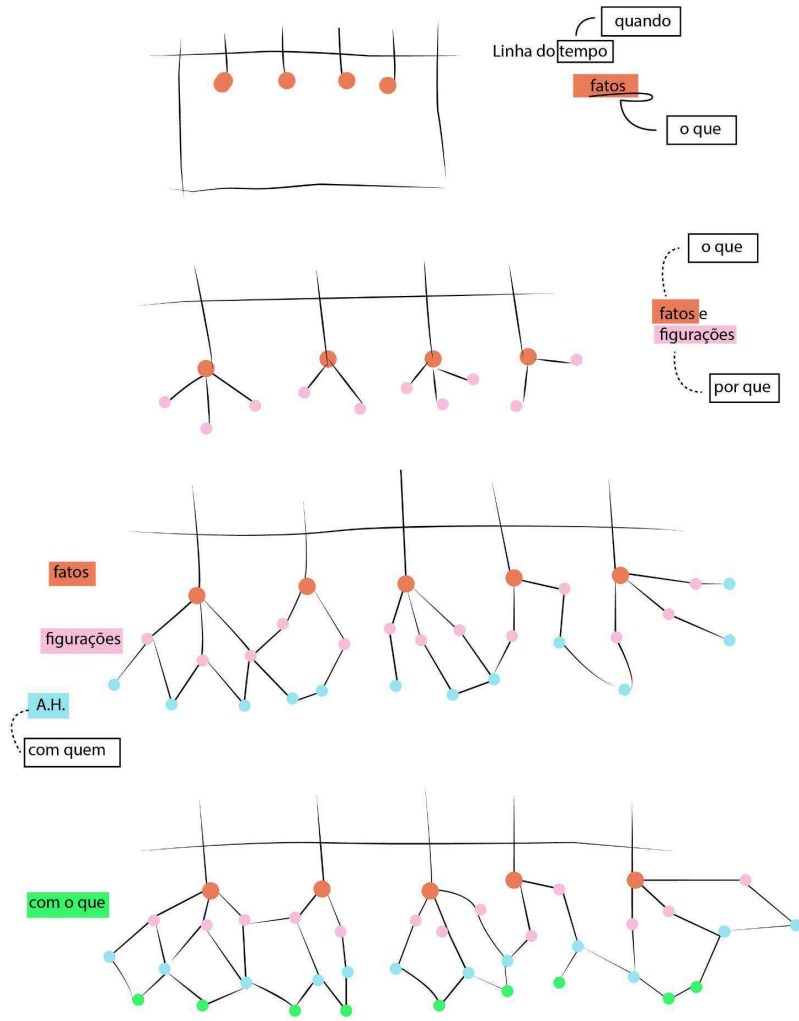


Figura 1: Desenvolvimento da Cartografia Indisciplinar
Fonte: arquivo Natureza Política

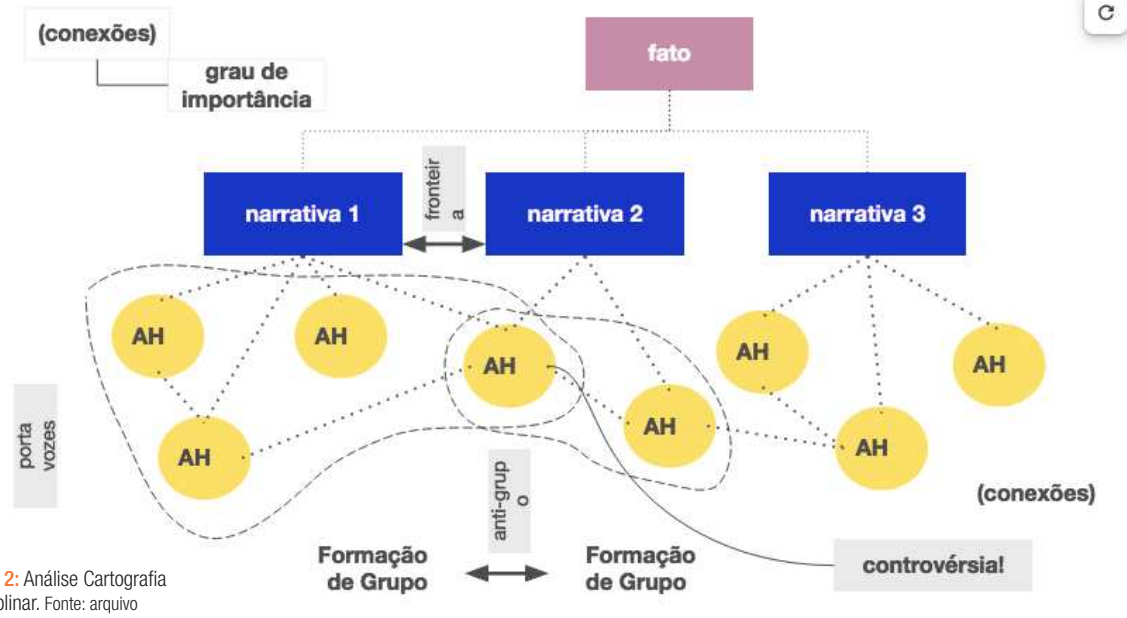
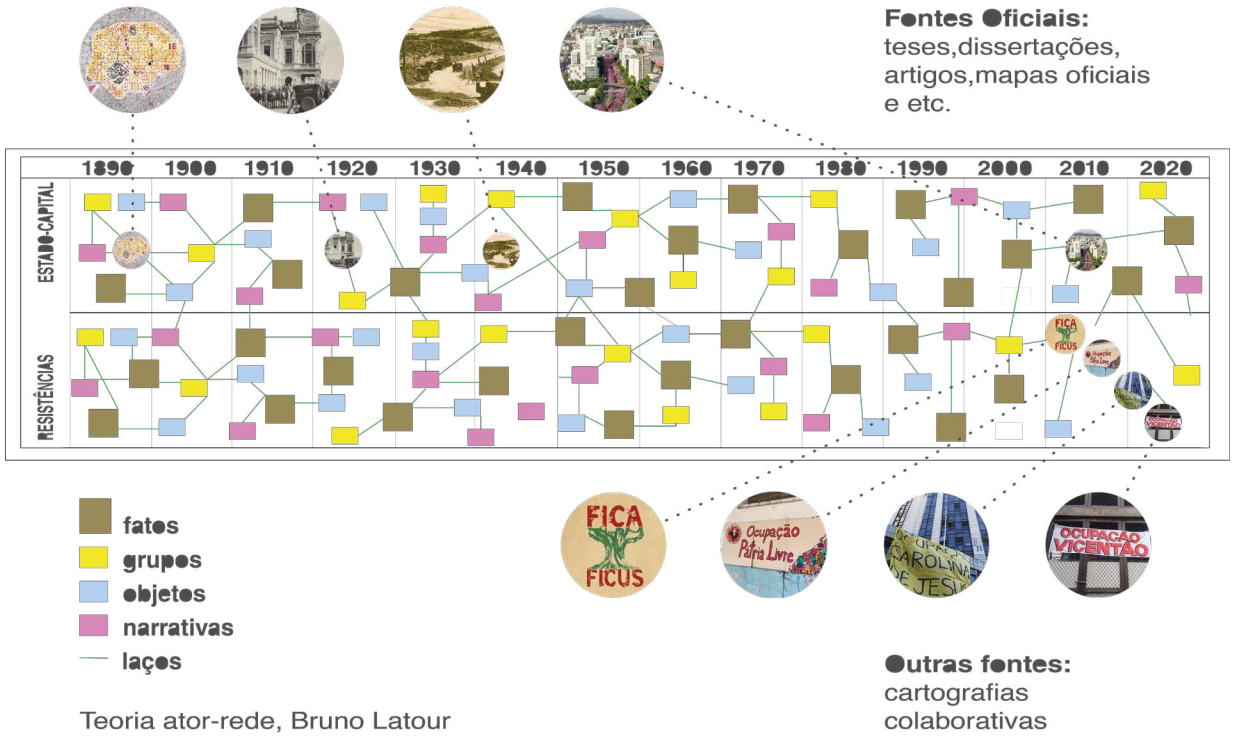


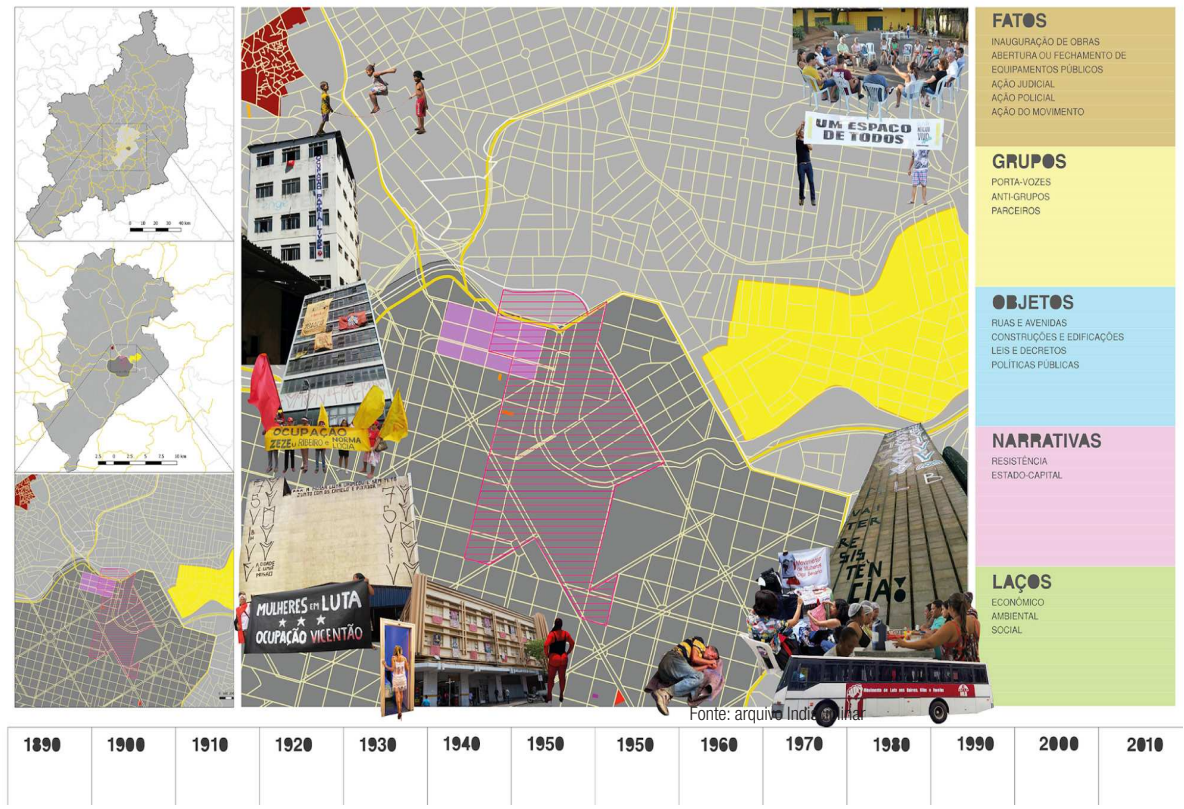
Figura 2: Análise Cartografia Indisciplinar. Fonte: arquivo Indisciplinar

Linha do tempo relacional



▲ Figura 3: Análise Cartografia Indisciplinar

Fonte: arquivo Indisciplinar



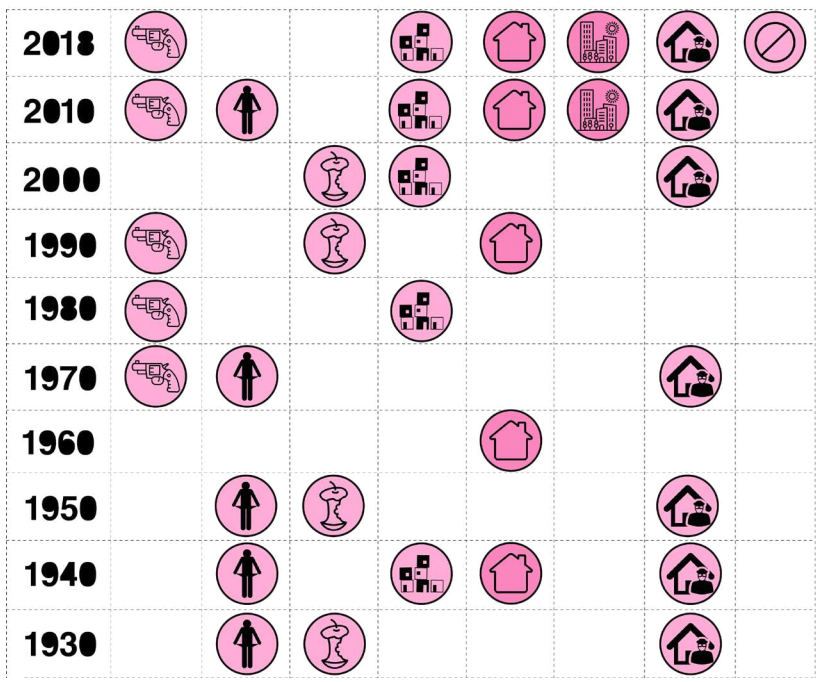
▲ Figura 5: Territórios populares no hipercentro expandido de Belo Horizonte

Fonte: arquivo Indisciplinar

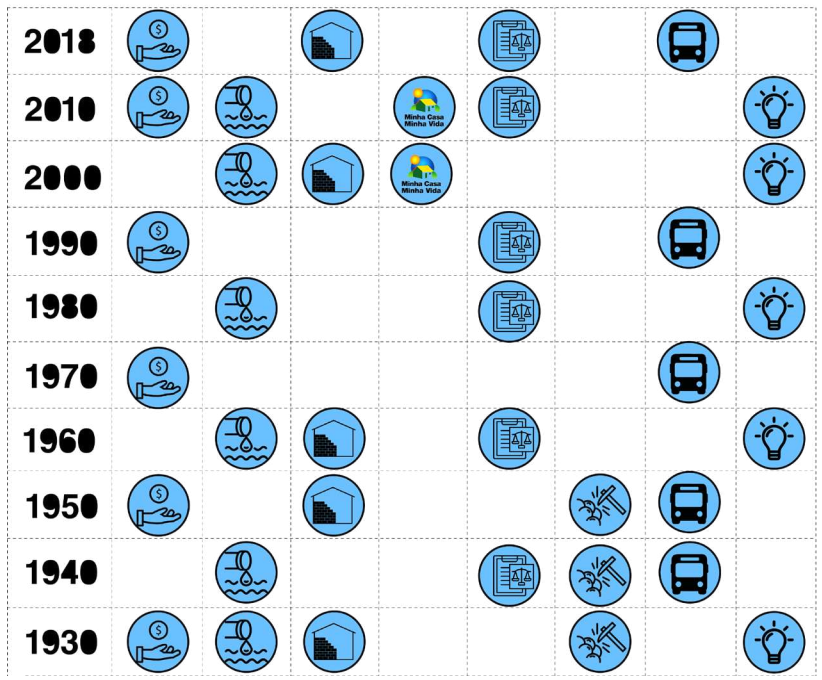
▼ Figura 4: Agrupamento de atores humanos, não humanos e narrativas

Fonte: arquivo Indisciplinar

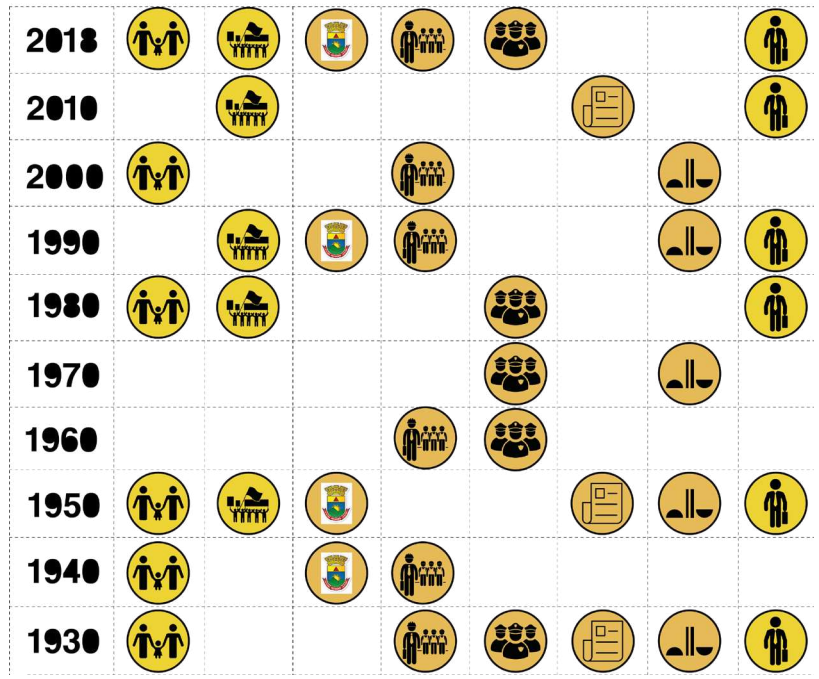
agrupamento das narrativas



agrupamento dos atores não humanos



agrupamento dos atores humanos



assessorias populares: práticas em movimento

Esse método foi usado em algumas pesquisas do Grupo de pesquisa Indisciplinar,[4] sendo que a primeira delas foi sobre os territórios populares localizados na região central de Belo Horizonte,[5] em 2019 (Figura 5).

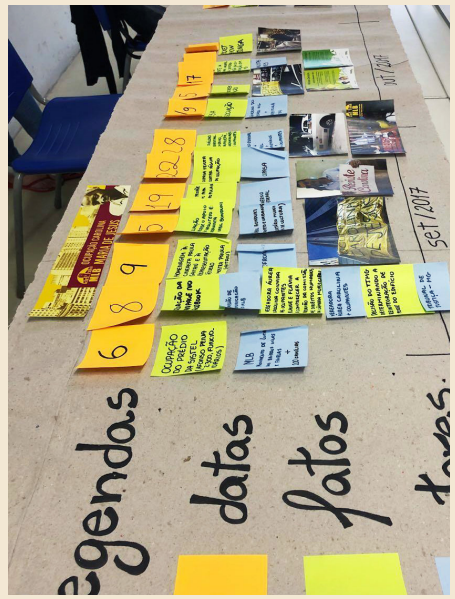
Nessa pesquisa, foram realizadas tanto pesquisas bibliográficas, quanto várias e diversas atividades em campo, por meio de visitas guiadas, jogos e linha do tempo interativas (Figura6).

[4] Disponível em: http://nature-zapolitica.indisciplinar.com

[5] Disponível em: http://territoriospopulares.indisciplinar.com/

Figura 6: Atividades de campo da pesquisa Territórios Populares. Fonte: arquivo Indisciplinar









▲ Figura 7: Informações sistematizadas pelo Método Cartográfico Indisciplinar na pesquisa Territórios Populares
Fonte: arquivo Indisciplinar

▼ Figura 8: Informações sistematizadas pelo Método Cartográfico Indisciplinar na pesquisa Territórios Populares.
Fonte: arquivo Indisciplinar



assessorias populares: práticas em movimento

Todas as informações foram sistematizadas e diagramadas graficamente, a partir das perguntas simples, propostas pelo Método Cartográfico Indisciplinar, o que permitiu comparar os vários territórios populares investigados, tanto no que se refere aos diversos embates com os interesses do capital, como também as diferentes estratégias e discursos dos movimentos que atuavam naqueles territórios (Figuras 7 e 8). Com o encerramento do Indisciplinar e a transformação do programa Natureza Política em grupo de pesquisa em 2021, novas pesquisas utilizaram o método nas suas investigações. Em 2022, por exemplo, através do doutoramento da pesquisadora Luana Rocha, que tem o Arquipélago do Bailique, no Amapá, como território de investigação, foi aberta uma disciplina optativa na Escola de Arquitetura na modalidade Formação Transversal.[6] O objetivo da disciplina era cartografar a relação dos ribeirinhos com as águas do rio Amazonas, respeitando o caráter insurgente das práticas cotidianas, mas, ao mesmo tempo, buscando complexificar as várias forças em curso ali. As categorias de análise propostas por Haesbaert (2021) para ler um território (da prática, normativa e conceitual (ou analítica) foram usadas como ponto de partida para a definição das várias fontes que seriam consultadas pelos alunos, desde normas estatais, textos acadêmicos e falas de quem vive e transforma aquele território.

> A primeira, o território como categoria da prática, envolve a concepção de território no senso comum, tal como proposta no cotidiano da maioria dos grupos sociais, próxima daquilo que os antropólogos denominam categoria nativa. Uma segunda leitura, a do território como categoria normativa, é aquela que, mais do que buscar responder a "o que é" o território, desvenda "o que ele deve (ou deveria) ser". Essa perspectiva aparece, por exemplo, nas chamadas políticas territoriais do Estado. Finalmente, o território pode ser visto como categoria de análise, abordagem prioritária no âmbito acadêmico, em que território se transforma em um conceito teórico e metodologicamente elaborado através da reflexão intelectual (Haesbaert, 2021, p. 130-131).

Para mesclar todas informações obtidas, o Método Cartográfico Indisciplinar foi usado e o resultado foi uma cartografia espacial "bailante", tendo desta vez um eixo condutor espacial, o rio Amazonas. As mesmas perguntas simples foram utilizadas nas pesquisas feitas pelos alunos em fontes diversas e as respostas obtidas, fossem elas textuais ou visuais, foram diagramadas por cores (Rocha, Lopes, Freitas, 2023).

Ao final da disciplina, uma exposição foi montada na Escola de Arquitetura, composta por um grande mapa, imagens e linhas, que, ao serem costuradas, resultaram em conceitos híbridos sobre materialidades, espacialidades e as formas de resistência em curso naquele território [Figura 09].

[6] As disciplinas tipo formações transversais são percursos complementares à graduação organizados em grandes eixos temáticos, envolvendo diversos campos do saber.

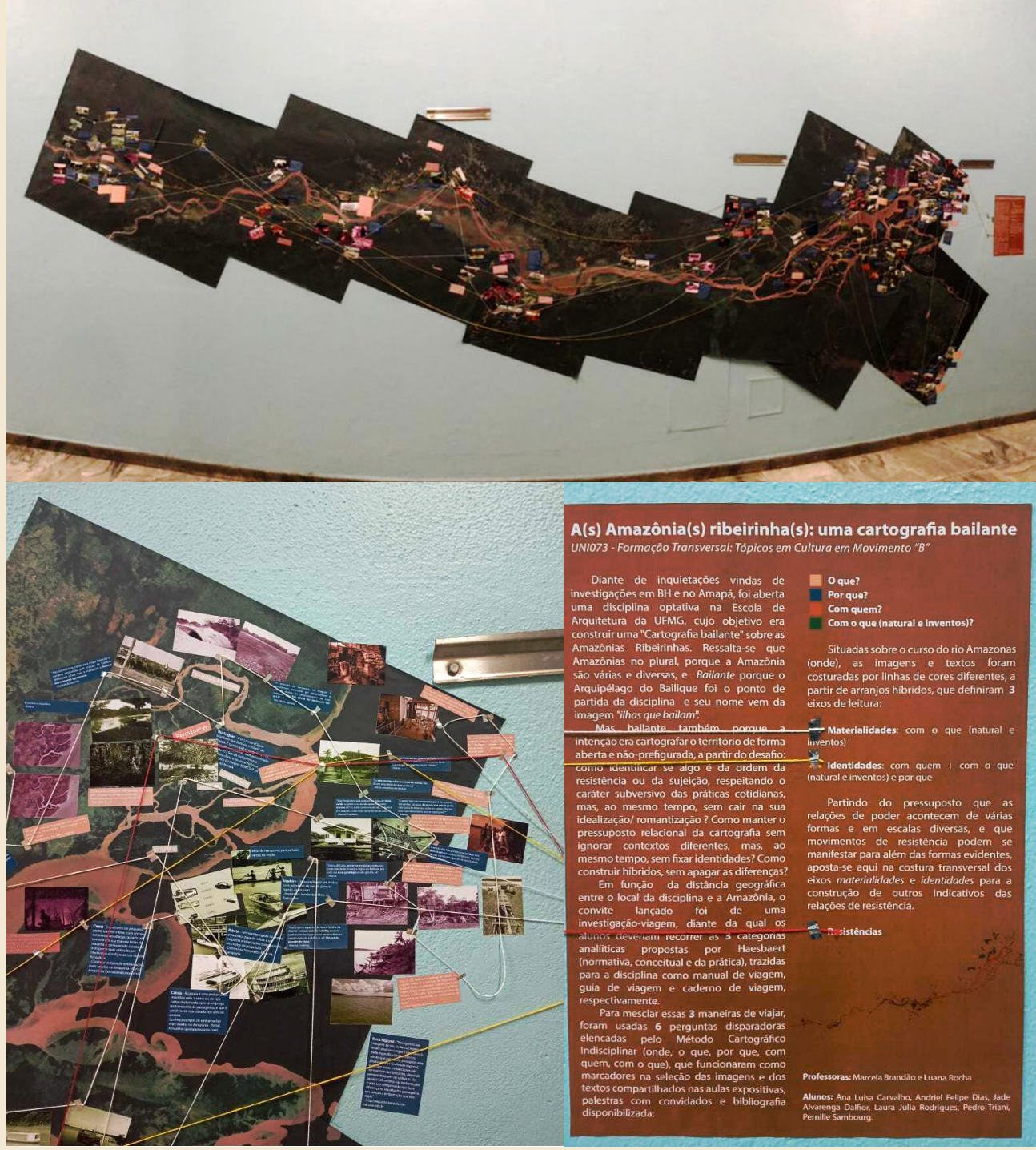


Figura 09: Exposição Cartografia Bailante.

Fonte: arquivo Natureza Política

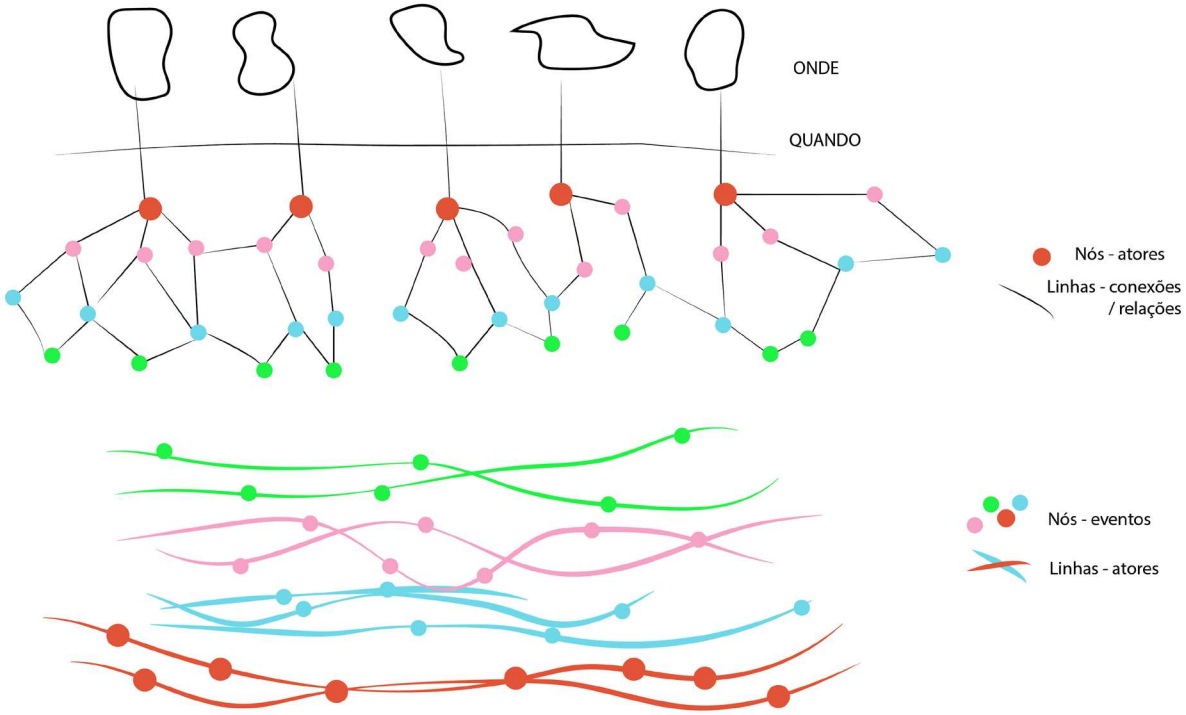


Figura 10: Inversão: nós da rede transformados em linhas de uma malha. Fonte: arquivo Natureza Política

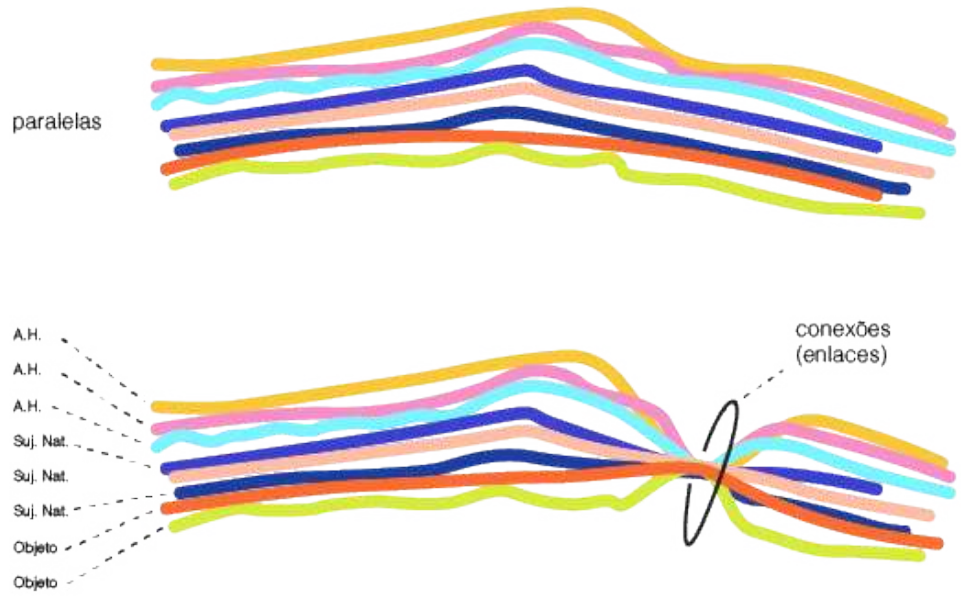


Figura 11: Inversão: eventos como cruzamentos entre linhas da malha. Fonte: arquivo Natureza Política

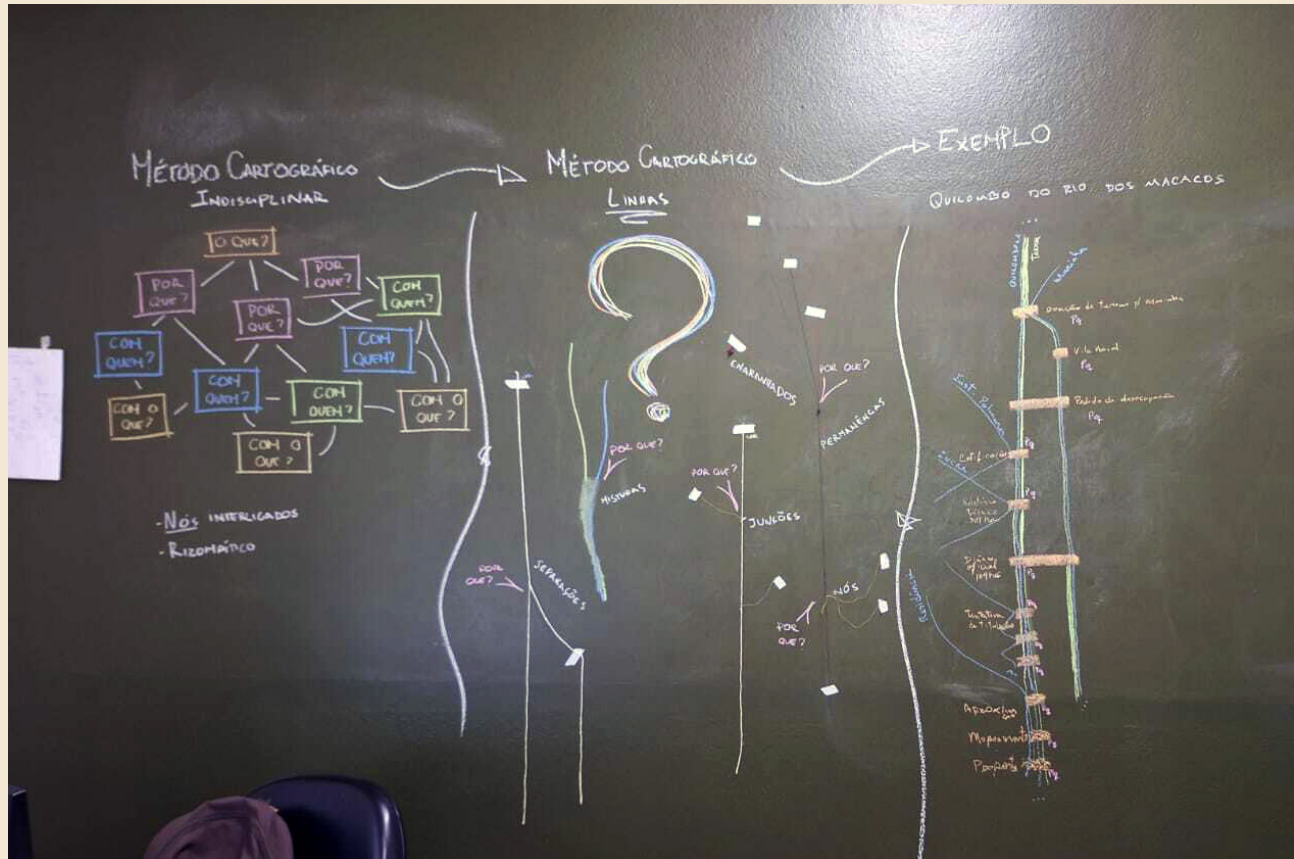
Assessoria técnica: uma cartografia em linhas

Em 2022, com a pesquisa "Assessoria Técnica situada em territórios populares sob conflitos sócio-espaciais: elaboração coletiva de diretrizes urbanísticas ecológicas mais justas e inclusivas",[7] vários pesquisadores do Natureza Política passaram a se envolver com a construção de uma cartografia sobre o tema. E um dos avanços obtidos em 2023 foi o entendimento de que os atores da natureza, até o momento, inseridos no Método Cartográfico Indisciplinar como resposta à pergunta "como o que", deveriam ser considerados como sujeitos ativos nas investigações do Grupo. Isso foi possível graças aos estudos feitos sobre as multi-espécies (Tsing, 2019) e os projetos multiespécies (Bragança, 2022).

É possível afirmar que houve avanços importantes a partir da estrutura representacional do Método Cartográfico, seja na identificação das controvérsias, dos atores mais recorrentes, dos desdobramentos das disputas territoriais ao longo do tempo e/ou da hibridação dos conceitos a partir das práticas espaciais. Contudo, no que se referia às análise das relações entre os nós da rede, havia uma dificuldade em qualificá-las sem cair em novas dicotomias.

Em 2024, o estudo do livro "Linhas: uma breve história", de Tim Ingold (2022) levou pesquisadores do Natureza Política a experimentar uma inversão radical do Método Cartográfico Indisciplinar: os nós da rede foram transformados em linhas de uma malha (Figuras 10, 11 e 12).

Figura 12: Processo de desenvolvimento da cartografia em linhas. Fonte: arquivo Natureza Política



Para a construção da cartografia sobre as práticas de assessoria técnica, a plataforma da Rede Moradia-Assessoria[8] foi eleita a principal fonte de dados e, para aproximar as categorias utilizadas lá e as perguntas propostas pelo Método Cartográfico Indisciplinar, foi preciso um trabalho de tradução:

- famílias e assessores = com quem/ sujeitos humanos;
- tipologias e os materiais construtivos utilizados = com o quê;
- corpos hídricos = com quem/ sujeitos não humanos
- tipos de práticas = por quê/ bandeiras e demandas

Informações que se fizeram necessárias e que não foram encontradas na plataforma foram pesquisadas no livro Partilhas Emergentes (Rosa *et al*. , 2022), organizado por uma das palestrantes do seminário, e que teve a participação de vários integrantes da Rede, inclusive com artigos sobre os territórios assessorados.

[8] Disponível em: https://www.moradiaassessoria.org.br

Exposição: Cartografia em Linhas

Como parte do I Seminário Nacional Assessorias Técnicas: práticas em movimento, realizado na Escola de Arquitetura em junho de 2024, os pesquisadores do Natureza Política montaram uma exposição, de mesmo tema, a partir dos pressupostos da Cartografia em linhas. Para tal, foram escolhidas **7** práticas de assessoria inseridas na Rede Moradia Assessoria, a partir de **3** critérios: existência de conflito socioambiental no território popular assessorado; diversidade regional; e, de preferência, com participação dos palestrantes convidados para o Seminário.

O próximo passo foi levar as respostas às perguntas disparadoras, inseridas até então em uma planilha excel, para papeis milimetrados , a fim de facilitar a sua transposição para um tecido, similar ao que é feito nos cadernos de risco para bordados.Para garantir a leitura tridimensional da cartografia, foi escolhido a talagarça, um tecido que pode ser trabalhado nos seus os dois lados.

Foram montados **7** painéis de talagarça, nas dimensões 1,40m por 0,70m, para que cada um pudesse acolher uma das **7** práticas de assessoria técnica escolhidas na plataforma da Rede Moradia-Assessoria. Definiu-se **18** linhas de cores diferentes, agrupadas em 5 grupos: atores humanos, representados por **7** cores de linhas em tons de pele (moradores, movimentos sociais, poder público, universidade, igreja, assessoria técnica profissional e iniciativa privada); atores não humanos da natureza, representados por **4** linhas em tons verdes e azuis (terra, plantas, animais e água); atores não-humanos, representados por **4** linhas em tons de ocre (verba, jurídicos, instrumentos para interlocução, instrumentos legais e elementos construtivos) e narrativas representadas por linhas em **3** tons de rosa (demandas, bandeiras e maneiras).

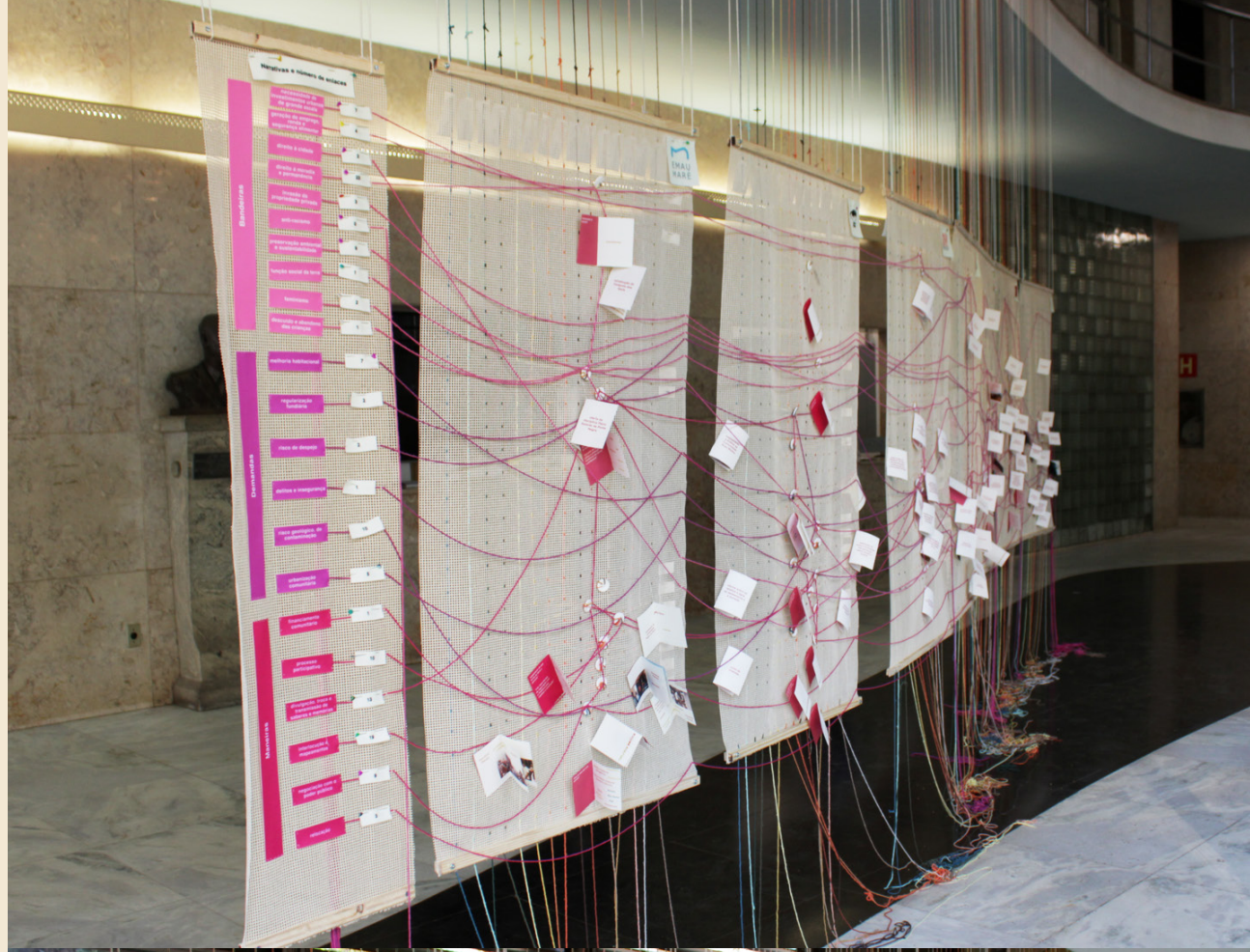


Figura 13: Registro da exposição Cartografia em Linhas. Fonte: arquivo Natureza Política



Figura 14: Registro da exposição Cartografia com Linhas. Fonte: arquivo Natureza Política

assessorias populares: práticas em movimento

As **15** linhas que representavam os atores foram inseridas verticalmente em cada um dos painéis, que, ao se enlaçarem, em determinados pontos do tecido, configuraram os eventos que compunham as práticas de assessoria mapeadas na plataforma Rede Moradia-Assessoria. Esses pontos foram destacados e sustentados por botões brancos.

Já as narrativas, foram costuradas, transversalmente, no avesso de cada painel, buscando se conectar aos eventos em que estavam presentes. Desses botões, também pendiam pequenos livretos, que resumiam todas as informações que caracterizam os eventos da prática cartografada (Figuras 13 a 16).

Destaca-se que a cartografia em linhas foi sendo construída por muitas mãos e cabeças,[9] o que fez com que as decisões manuais e conceituais se imbricassem o tempo todo, des-hierarquizando assim a relação entre o pensar e o fazer. O resultado foi uma grande trama em três dimensões, através da qual as práticas puderam ser qualificadas tanto pelos seus desdobramentos ao longo do tempo, quanto por meio das suas intensidades, quantificadas pelo número de linhas enlaçadas.

Entretanto, além de ser parte integrante de uma pesquisa acadêmica, com todo o rigor que isso exige, a Cartografia em Linhas permite uma percepção visual e tátil do tema investigado, já que o convite lançado ao público é que siga as linhas com as mãos, e isso foi feito durante todo o tempo que a exposição esteve montada. Contudo, algumas linhas seguem soltas, em busca de novas pesquisas científicas que possam ser entrelaçadas a outras experiências poéticas…

[9] Contribuíram para o desenvolvimento e montagem da exposição: Antônio Libânio, Christino Almeida, Leandro Dionísio, Luciana Bragança, Luana Rocha, Lorena de Souza, Maíria Tula, Marcela Silviano Brandão, Pablo Bianchini, Pedro Freitas, Sayuri Shibayama, Thiago Flores, Victor Isaías.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPEMIG pelo apoio na realização do I Seminário Nacional- Assessorias técnicas: práticas em movimento.

Agradecemos também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa "Assessoria Técnica situada em territórios populares sob conflitos sócio-espaciais: elaboração coletiva de diretrizes urbanísticas ecológicas mais justas e inclusivas", a partir da qual vários pesquisadores do Grupo de Pesquisa Natureza Política puderam se dedicar a essa investigação e a todas discussões metodológicas relacionadas a ela, bem como seus desdobramentos, como a montagem da exposição descrita e analisada neste artigo.

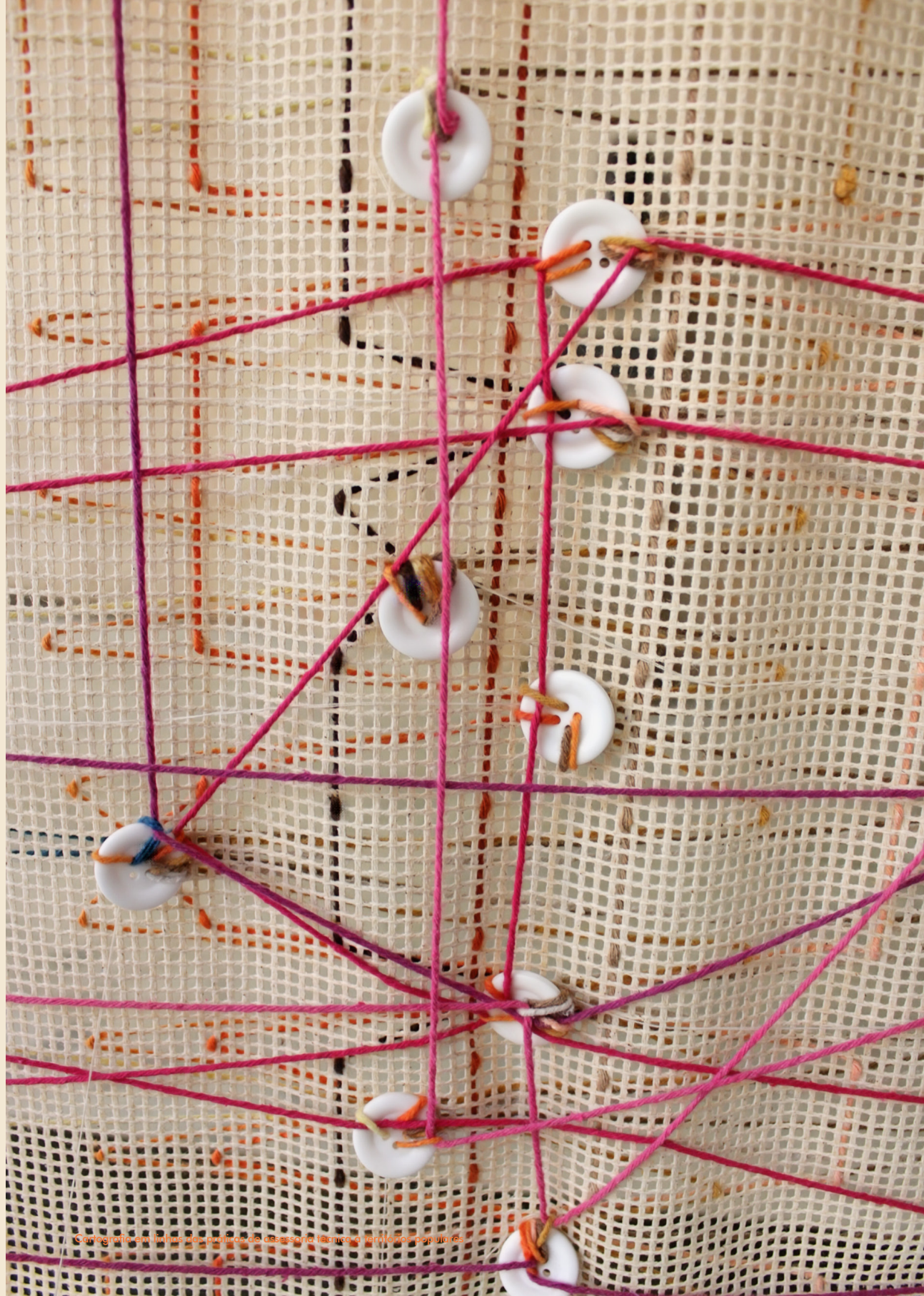


Figura 15: Detalhe botões e narrativas.

Fonte: arquivo Natureza Política

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Luciana. **Jardins possíveis**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; UFF, 2021.

INGOLD, Tim. **Linhas**: uma breve história. Petrópolis: Vozes, 2022.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador/Bauru, São Paulo: Edufba/Edusc, 2012.

LOPES, Marcela; RENA, Natacha.; SÁ, Isabel. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **V!RUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt. Acesso em: 05 Ago. 2024.

ROCHA, Luana; LOPES, Marcela S.B; FREITAS, Pedro. **A(s) Amazônia(s) ribeirinha(s)**: uma Cartografia Bailante. Disponível em: http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st13-08.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.

ROSA, T. T.; LINHARES, J. DE F.; ROCHA, H. F. M (Org.). **Partilhas Emergentes**: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

assessorias populares: práticas em movimento

Marcela Silviano Brandão Lopes
Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU-UFMG). Professora Adjunta da Escola de Arquitetura da UFMG e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG). Coordenadora do grupo de pesquisa Natureza Política e integrante da Rede Moradia Assessoria .Atua principalmente nos seguintes temas: Metodologias de pesquisa, Cartografias compartilhadas, Territórios populares, Assessoria técnica, Natureza Política, Processos de sujeição e emancipação nas disputas urbanas.
Email: marcelasbl@gmail.com

Thiago Flores
Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFMG) e investiga a produção do espaço cotidiano material e simbólico através da alimentação, produção têxtil, artesanias e as histórias particulares que habitam nossas cidades. Participa do grupo de pesquisa Natureza Política. Circula histórias e tesouros têxteis no Camaleoa Brechó.
Email: thiagoduarteflores@gmail.com

Lorena Souza Bonfim
Arquiteta, mestranda em Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora no grupo de pesquisa Natureza Política. Junto aos vazanteiros no norte de Minas, venho desenvolvendo um estudo acerca da produção do espaço a partir da relação entre os seres humanos, as águas e outros seres não humanos.
Email: lorena.souzarocha@gmail.com

Sayuri Shibayama
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura da UFMG desde 2022. Bolsista de iniciação científica do grupo de pesquisa Natureza Política desde 2023.
Email: sayurishibayama1@gmail.com

Pedro Freitas
Graduando em Arquitetura e Urbanismo - Escola de Arquitetura da UFMG desde de 2018. Tive contatos com práticas de assessoria técnica desde 2019, em projetos de extensão de pesquisa.
Email: pedrotmfreitas@gmail.com



ISBN 978-65-6115-014-9